

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA
CURSO DE MESTRADO**

**A IDENTIDADE INTERNACIONAL DO BRASIL EMERGENTE NO
DISCURSO DO GOVERNO E DA IMPRENSA**

Rafael Mesquita de Souza Lima

Recife, janeiro de 2015

Rafael Mesquita de Souza Lima

**A identidade internacional do Brasil emergente no discurso do governo e da
imprensa**

Dissertação de mestrado apresentada como
requisito obrigatório para obtenção do título
de Mestre em Ciência Política, na área de
concentração de Política Internacional, pelo
Departamento de Ciência Política da
Universidade Federal de Pernambuco

Orientador: Prof. Dr. Marcelo de Almeida
Medeiros

Recife

2015

Catalogação na fonte
Bibliotecária Divonete Tenório Ferraz Gominho, CRB4-985

L732i

Lima, Rafael Mesquita de.Souza.

A identidade internacional do Brasil emergente no discurso do governo e da imprensa / Rafael Mesquita de Souza Lima. – Recife, O autor, 2015.

259f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo de Almeida Medeiros.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-graduação em Ciência Política, 2015.
Inclui referências.

1. Ciência Política. 2. Construtivismo. 3. Identidade social. 4. Análise do discurso. 5. Brasil – Relações exteriores. 6. Política internacional. I. Medeiros, Marcelo de Almeida. (Orientador). II. Título.

320 CDD (22.ed.)

UFPE (BCFCH2015-27)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

“A Identidade Internacional do Brasil Emergente no Discurso do Governo e da Imprensa”

Rafael Mesquita de Souza Lima

Recife, 20 de fevereiro de 2015.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Marcelo de Almeida Medeiros (Orientador)

Profa. Dra. Isaltina Maria de Azevedo Mello Gomes (Examinadora Externa)

Prof. Dr. Dawisson Elvécio Belém Lopes (Examinador Externo)

Aquele que era no princípio, o Verbo.

AGRADECIMENTOS

À minha família, por todo o amor e apoio.

Ao professor Marcelo, pela valiosa orientação para realização deste trabalho e pelas generosas oportunidade de desenvolvimento pessoal e acadêmico a mim estendidas.

À professora Isaltina, pela atenção e incentivo oferecidos desde a graduação em Jornalismo. Ao professor Dawisson, pelos importantes comentários durante a qualificação deste trabalho.

Aos demais professores e colegas da Pós-Graduação em Ciência Política pelas contribuições ao longo destes dois anos.

Há, sem dúvida, muitos tipos de vozes no mundo; nenhum deles, contudo, sem sentido. Se eu, pois, ignorar a significação da voz, serei estrangeiro para aquele que fala; e ele, estrangeiro para mim.

(I Coríntios 14:10-11)

RESUMO

Este trabalho analisou a atualização da identidade internacional do Brasil. Historicamente definido como periférico e subdesenvolvido, o país desempenhou na década passada uma política externa assertiva intentando suplantar tal imagem por uma nova identidade: a de potência emergente. Embasado no construtivismo, o estudo considerou identidades como fenômenos simbólicos e intersubjetivos, cuja efetivação depende do consenso em torno de visões de mundo. Assim, para avaliar o êxito deste novo projeto identitário, buscou-se, primeiramente, caracterizar qual a identidade construída pelo discurso governamental para o Brasil emergente; e, em seguida, compará-la com o discurso da imprensa nacional e estrangeira, por ser este ator primordial na representação da realidade internacional. Através da Análise de Discurso Francesa, foram analisados 36 pronunciamentos dos principais elaboradores e executores da política externa (Presidente da República e Ministro das Relações Exteriores) e 136 textos de dois periódicos nacionais e dois internacionais acerca de duas ações diplomáticas representativas da busca brasileira por proeminência: a Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti, chefiada pelo Brasil desde 2004, e o Acordo Nuclear assinado em 2010 com Turquia e Irã. Concluiu-se que o discurso governamental caracterizou o Brasil emergente principalmente pela diplomacia Sul-Sul, com variações de ênfase entre os episódios. O discurso da imprensa foi mais heterogêneo, sendo a formação discursiva e leitorado de cada veículo determinantes na identidade atribuída ao Brasil.

Palavras-chave: Construtivismo, Identidade Internacional do Brasil, Política Externa Brasileira, Análise de Discurso, Jornalismo

ABSTRACT

This study has analyzed the updating of Brazil's international identity. Historically defined as an underdeveloped and peripheral nation, it has performed an assertive foreign policy during the last decade trying to replace such image by a new identity: that of an emerging power. Based on constructivism, this analysis has considered identities as symbolic and inter-subjective phenomena, and therefore their realization would depend on consensus around worldviews. Thus, in order to evaluate the success of this new identity project, we have sought, firstly, to characterize emerging Brazil's identity as built by governmental discourse; and, afterwards, to compare it with the discourse of national and foreign press, since this is a primordial actor in representing international reality. Through French Discourse Analysis, we have analyzed 36 speeches of the main creators and executors of Brazil's foreign policy (the President of the Republic and the Minister of External Relations) and 136 texts from two national and two international newspapers about two diplomatic actions which were representative of the Brazilian quest for preeminence: the United Nations Stabilization Mission in Haiti, led by Brazil since 2004, and the Nuclear Deal signed in 2010 with Turkey and Iran. We have concluded that governmental discourse has characterized emerging Brazil mainly by its South-South diplomacy, with emphasis variations between the episodes. The discourse of the press was more heterogeneous, being the discursive formation and readership of each media organization influential in determining which identity was attributed to Brazil.

Keywords: Constructivism; Brazil's International Identity; Brazilian Foreign Policy; Discourse Analysis; Journalism

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Modelo de mudança identitária em quatro momentos.....	27
Figura 2 - Esquema de atualização de identidade internacional associado à evolução dos paradigmas da inserção internacional brasileira	42
Figura 3 - Importância dos temas da identidade internacional brasileira nos pronunciamentos da Minustah.....	94
Figura 4 - Importância dos temas da identidade internacional brasileira nos pronunciamentos do Acordo Nuclear	159
Figura 5 - Importância dos temas da identidade internacional brasileira combinando pronunciamentos da Minustah e do Acordo Nuclear	209
Figura 6 - Composição dos temas identitários dos pronunciamentos oficiais.....	210
Figura 7 - Comparação da importância relativa dos temas da identidade internacional brasileira nos casos da Minustah e do Acordo Nuclear.....	211

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Quadro 1 - Comparativo teórico das premissas do construtivismo e da AD	68
Quadro 2 - Correspondência entre as dimensões da identidade brasileira na literatura acadêmica e os temas da identidade brasileira no discurso oficial.....	77
Quadro 3 - Convergência entre os discursos oficial e midiático sobre os temas da identidade internacional brasileira no caso da Minustah.....	143
Quadro 4 - Convergência entre os discursos oficial e midiático sobre os temas da identidade internacional brasileira no caso do Acordo Nuclear	202
Quadro 5 - Convergência entre os discursos oficial e midiático sobre os temas da identidade internacional brasileira nos casos da Minustah e do Acordo Nuclear	223
Tabela 1 - Comparativo da tiragem, alcance e ideologia editorial dos quatro periódicos estudados	82
Tabela 2 - Participação brasileira em missões de paz da ONU de 1957 a 2006.....	86
Tabela 3 - Comparaçao do número de artigos e de autores dos quatro periódicos para a cobertura da Minustah	107
Tabela 4 - Comparaçao do número de artigos e de autores dos quatro periódicos para a cobertura do Acordo Nuclear	169
Tabela 5 - Variação positiva (esq.) e negativa (dir.) da relevância das temáticas identitárias entre a Minustah e o Acordo Nuclear	212

LISTA DE SIGLAS

AD	Análise do Discurso
AIEA	Agência Internacional de Energia Atômica
BRICS	Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
CBF	Confederação Brasileira de Futebol
CF	Constituição Federal
CP	Comunicação Pública
CSM	<i>Christian Science Monitor</i>
CSNU	Conselho de Segurança das Nações Unidas
FD	Formação Discursiva
FMI	Fundo Monetário Internacional
FMP	Força Multinacional Provisória
FT	Financial Times
HEU	Urânio altamente enriquecido (<i>Highly enriched uranium</i>)
IBAS	Índia, Brasil e África do Sul
LEU	Urânio levemente enriquecido (<i>Lightly enriched uranium</i>)
MD	Memória Discursiva
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MINUSTAH	Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti
MRE	Ministério das Relações Exteriores
NOMIC	Nova Ordem Mundial da Informação e Comunicação
NYT	<i>The New York Times</i>
OESP	O Estado de São Paulo
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PEB	Política Externa Brasileira
PR	Presidência da República
PT	Partido dos Trabalhadores
RI	Relações Internacionais
SECOM/PR	Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República
TNP	Tratado de Não-Proliferação Nuclear
UE	União Europeia
UNASUL	União de Nações Sul-Americanas
UNEF	Força de Emergência das Nações Unidas
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
WPFC	<i>World Press Freedom Committee</i>

SUMÁRIO

Introdução	14
PARTE I - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E METODOLÓGICA	17
1 IDENTIDADE NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS.....	18
1.1 Três abordagens conceituais: neorealismo, neoinstitucionalismo e construtivismo	18
1.1.1 Identidades como processos intersubjetivos e cognitivos	20
1.1.2 O papel das ideias na construção da realidade	21
1.1.3 Poder, legitimidade e discurso	23
1.2 Um modelo para mudanças identitárias	24
2 A IDENTIDADE INTERNACIONAL DO BRASIL E A POLÍTICA EXTERNA ..	31
2.1 Interpretações da identidade internacional brasileira e suas dimensões	31
2.1.1 Dimensão socioeconômica: o imperativo do desenvolvimento no país de contrastes	31
2.1.2 Dimensão política: autônomos ou excluídos?	32
2.1.3 Dimensão étnico-cultural: raça, cultura e comparações	36
2.1.4 Dimensão geográfica: a escala continental e relações regionais	37
2.1.5 Dimensão dos valores: pacifismo, direito internacional e multilateralismo.....	39
2.2 Inserção internacional do Brasil e os paradigmas do desenvolvimento	41
3 ENQUADRANDO A REALIDADE INTERNACIONAL: DISCURSO OFICIAL, IMPRENSA E LEGITIMIDADE	44
3.1 Política externa: a política pública sem público	44
3.2 Legitimidade, consenso e comunicação.....	47
3.3 Discurso oficial	49
3.4 Imprensa, opinião pública e representação	52
3.5 Organizações jornalísticas e as assimetrias internacionais	54
4 NOTAS SOBRE O MÉTODO	57
4.1 Análise do Discurso Francesa: origens e conceitos	57
4.1.1 Origens da Análise de Discurso	57
4.1.2 Interdiscursividade e Memória Discursiva	60
4.1.3 Formação Discursiva	61
4.2 Construtivismo e Análise do Discurso: aproximações e diferenças	62
4.2.1 Sujeito, identidade e alteridade.....	62
4.2.2 Agência e estrutura: autonomia vs. determinação	65
4.2.3 Repertório compartilhado	67
PARTE II - ESTUDOS DE CASOS.....	69
5 APRESENTAÇÃO DO CORPUS	70
5.1 Discurso oficial	70
5.1.1 Critérios de seleção.....	70
5.1.2 Os nove temas da identidade internacional do Brasil.....	71
5.2 Imprensa.....	77
5.2.1 Critérios de seleção.....	77

5.2.2	Periódicos selecionados	81
6	MINUSTAH.....	83
6.1	Contextualização.....	83
6.1.1	A crise política haitiana de 2004	83
6.1.2	A participação brasileira em missões de paz.....	84
6.1.3	Liderando a Minustah: interesses e interpretações	87
6.2.	Discurso oficial	93
6.3.	Discurso da imprensa.....	107
6.3.1	Financial Times	107
6.3.2	New York Times	115
6.3.3	IstoÉ.....	120
6.3.4	O Estado de S. Paulo	126
6.4	Discussão dos resultados	142
7	O ACORDO NUCLEAR ENTRE BRASIL, TURQUIA E IRÃ.....	148
7.1	Contextualização.....	148
7.1.1	A Declaração de Teerã	148
7.1.2	O programa nuclear iraniano: pacífico ou bélico?.....	149
7.1.3	Sanções x Diálogo	151
7.1.4	Os EUA, o CSNU e as sanções	154
7.1.5	Brasil, Irã e proliferação nuclear	157
7.2	Discurso oficial	158
7.3	Discurso da imprensa.....	169
7.3.1	Financial Times	169
7.3.2	New York Times	175
7.3.3	IstoÉ.....	184
7.3.4	O Estado de S. Paulo	190
7.4.	Discussão dos resultados	201
PARTE III - CONCLUSÕES		207
8	O BRASIL EMERGENTE NOS DISCURSOS SOBRE A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA	208
8.1	A identidade internacional do Brasil no discurso oficial	208
8.2	A identidade internacional do Brasil no discurso da imprensa	221
9	CONCLUSÃO	232
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS		242

INTRODUÇÃO

A década passada representou uma fase de mudança na identidade internacional do Brasil. O país ostentara, pela maior parte de sua história moderna, a identidade de uma nação introspectiva, periférica e subdesenvolvida. Ao longo dos anos 2000, esta percepção começou a ser revertida: o crescimento econômico, no plano interno, e um maior protagonismo e prestígio internacionais, no plano externo, levaram o país ao que se pode chamar de um instante de atualização identitária. A política externa maisativa e assertiva exercitada ao longo dos dois governos Lula demonstrou a vontade do Brasil em deixar a periferia global e passar a ser visto como uma potência emergente.

O interesse deste trabalho foi investigar como se deu o processo de proposição e legitimação desta nova compreensão do lugar do Brasil no mundo. Identidades não são dadas a um ator do sistema internacional a priori, mas sim conferidas e legitimadas socialmente. Trata-se de um processo em que crenças anteriores sobre o país são suplantadas por outras e o Estado passa a agir no cenário internacional com uma nova visão de si e do mundo, buscando persuadir outros a compartilharem dela também. Essa campanha pode ser frustrada, pois o Estado não é a única voz na arena internacional. Mesmo sendo um ator não-estatal, a mídia é um agente primaz neste diálogo, haja vista que a imprensa nacional e a internacional cumprem a função de representar e significar a política externa e as relações interestatais junto aos públicos internos e externos, respectivamente.

Assim sendo, o estudo buscou responder a seguinte pergunta: "A nova identidade reivindicada pelo Brasil, enquanto potência emergente, conseguiu se sobrepor à anterior, de país periférico, aos olhos da imprensa nacional e estrangeira?" A hipótese é que a suplantação de uma identidade pela outra dependerá das interpretações que atores internos e externos tiverem sobre as ações empreendidas pelo Estado com esse propósito ou, mais especificamente, em que medida esses atores compartilham do entendimento proposto pelo Brasil sobre seu papel no mundo.

A resposta a essa indagação requer, preliminarmente, atenção a duas outras questões. Primeiramente, é preciso compreender quem são os interlocutores envolvidos: o Estado, a imprensa nacional e internacional, bem como quais são as determinantes que condicionam suas interpretações e visões de mundo. Em segundo lugar, é necessário saber em que consiste essa nova identidade de potência emergente apresentada pelo Brasil, para que então seja

possível verificar em que medida a mídia a valida ou refuta. A dissertação voltou-se portanto para o discurso, por ser ele um *locus* de materialização da subjetividade e ideologia dos agentes. Assim, analisando os discursos proferidos pelos elaboradores e executores da política externa dos anos Lula, e em seguida os das organizações midiáticas que a comentaram, é possível discernir qual a identidade que cada interlocutor imputa ao Brasil emergente.

A asserção de uma nova identidade e interesses no sistema internacional implica no exercício de novos papéis, pois dessa forma um ator pode conduzir os demais a repensarem as crenças a seu respeito. Assim, foram selecionados para estudo dois casos diplomáticos representativos da busca brasileira por maior protagonismo: a Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (Minustah), liderada pelo Brasil desde 2004, e o Acordo Nuclear assinado entre Brasil, Irã e Turquia em maio de 2010. Ambos os episódios têm sido interpretados como ações da diplomacia nacional para obtenção de maior prestígio e que provocaram à época reflexões sobre o papel do Brasil na ordem internacional. Logo, o grau de convergência entre os discursos do Estado e da mídia na interpretação destes gestos deverá ser um indicador apropriado do quanto exitosa foi a tentativa do Brasil de ser percebido não mais como um país periférico, mas como uma potência emergente.

Para realizar tal investigação, a obra se divide num total de nove capítulos, agrupados em três partes. A Parte I apresenta a fundamentação teórica e metodológica que alicerça a análise. No Capítulo 1, investiga-se o conceito de identidade no campo das Relações Internacionais (RI). É feita uma revisão das diferentes perspectivas que as principais correntes teóricas da disciplina oferecem sobre as identidades, sendo o construtivismo a abordagem mais apropriada por compreendê-las como fenômenos intersubjetivos e cognitivos, passíveis de atualização, e em cuja construção importa o papel das ideias e a relação de poder entre os atores. Ao final deste capítulo, propõe-se um modelo original em quatro etapas que explica o processo de mudança identitária para um Estado.

O Capítulo 2 visita a literatura sobre a identidade internacional do Brasil e seu vínculo com a política externa. Através das contribuições de diferentes intérpretes da nossa nação, busca-se inventariar quais são os elementos (geográficos, históricos, culturais, políticos, etc.) que conferem ao país uma natureza singular, uma identidade própria, no sistema internacional. Sintetizando essas perspectivas, são sugeridas cinco dimensões identitárias a partir das quais a identidade internacional do Brasil tem sido definida ao longo de sua história, e que têm influído nos sucessivos paradigmas diplomáticos adotados. Após esse mapeamento

das especificidades nacionais e sua relação com a política externa, aplica-se ao Estado brasileiro o modelo de mudança identitária desenvolvido no Capítulo 1, com o objetivo de enquadrar a política externa perseguida nos anos Lula dentro do marco teórico ora adotado.

No Capítulo 3, discute-se a relação entre a política internacional, comunicação e legitimidade. A identidade internacional do país é exercida através da política externa; tanto uma quanto a outra dependem de processos de significação, interpretação e justificação para que alcancem legitimidade. Este capítulo investiga os diferentes atores envolvidos nesta dinâmica comunicacional. Analisa-se a relação entre política externa e opinião pública no Brasil; a interdependência entre os conceitos de legitimidade, consenso e comunicação; a comunicação pública; e o papel da mídia face ao governo; e as possíveis implicações das assimetrias interestatais sobre o jornalismo internacional.

No Capítulo 4, são tecidas algumas considerações sobre a metodologia utilizada neste trabalho: a Análise de Discurso Francesa. Faz-se uma apresentação das origens e características desta abordagem, frisando os conceitos de Interdiscursividade, Memória Discursiva e Formação Discursiva. O capítulo se encerra com uma comparação dos pressupostos teóricos da Análise do Discurso e do construtivismo, no intuito de verificar as possibilidades e limites da conjugação de ambas as abordagens.

A Parte II da dissertação expõe os casos escolhidos para estudo, apresenta precisões metodológicas e analisa os dados empíricos. Inicialmente, são explicados no Capítulo 5 os critérios de seleção que foram aplicados aos pronunciamentos governamentais e aos artigos da imprensa doméstica e estrangeira para a composição do corpus.

Os Capítulos 6 e 7 abordam os dois estudos de caso. O Capítulo 6 versa sobre a Minustah e o Capítulo 7 sobre o Acordo Nuclear assinado por Brasil, Turquia e Irã. Em ambos, há inicialmente uma apresentação do contexto em que os episódios se desenrolaram e quais os interesses e interpretações acerca da intervenção brasileira. Faz-se então a análise da identidade internacional brasileira conforme apresentada no discurso oficial, que é em seguida contrastada com a presente no discurso midiático.

A Parte III resume as conclusões do trabalho. No Capítulo 8, faz-se uma síntese dos principais achados para ambos os casos estudados. O Capítulo 9 apresenta as conclusões da dissertação, discute suas contribuições e limitações, apontando caminhos para pesquisa posterior.

PARTE I
FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E METODOLÓGICA

1 IDENTIDADE NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

O fenômeno da identidade é de crescente interesse no campo das RI. Na disciplina, é possível encontrar diferentes perspectivas teóricas acerca do tema, cada qual ancorada em diferentes pressupostos epistemológicos, ontológicos e metodológicos. Destarte, para esta investigação, convém mapear as opções analíticas disponíveis, no intuito de encontrar aquela que melhor se aplica ao objeto em questão.

Tratar da identidade internacional de um país não se resume a analisá-lo em sua individualidade, significa também mobilizar alguma interpretação peculiar sobre a realidade internacional, os interesses dos atores e as suas possibilidades de interação e mudança. Assim, neste capítulo introdutório, será lançada a base teórica deste estudo, analisando primeiramente o conceito de identidade em diferentes teorias em RI com o intuito de, posteriormente, desenvolver um modelo próprio para aplicação aos casos ora abordados.

1.1 Três abordagens conceituais: neorrealismo, neoinstitucionalismo e construtivismo

Em RI, a identidade e os interesses dos atores estatais são conceituados de formas distintas pelas principais correntes teóricas existentes: neorrealista, neoliberal e construtivista. As divergências entre elas que são relevantes para este estudo dizem respeito, essencialmente, à relação entre agente e estrutura e ao papel das ideias na construção da realidade.

Em sua versão clássica, o realismo atribuía o comportamento egoísta e a resultante anarquia no sistema internacional a traços da natureza humana, que se verificariam também na interação entre agentes estatais. Ao incorporar elementos do estruturalismo, principalmente no trabalho de Waltz (e.g.: *Theory of International Politics*, publicado originalmente em 1979), a causa desse comportamento passou a ser localizada não mais nos agentes individuais, mas na estrutura que determina suas relações. Destarte, o neorrealismo ou realismo estrutural enfatizou a anarquia como condição de possibilidade, ou causa permissiva, para o conflito. Na ausência de um ente externo dotado de poder coercitivo para prover segurança ou fazer valer os contratos entre as partes, cada Estado seria levado a agir em interesse próprio e a cooperação entre eles — sempre incertos sobre a conduta dos outros — seria impossível ou puramente instrumental. Assim, o comportamento dos países seria sempre permeado por *self help* e competição.

Já o neoliberalismo enfoca, ao invés de estruturas, processos como determinantes na modulação dos interesses dos agentes. Ele reconhece a situação anárquica e conflituosa do sistema internacional, porém atribui a falta de cooperação a problemas como escassez de informação sobre a motivação e conduta dos países. Esse cenário pode ser modificado pela criação de instituições que influenciem na formação de preferências dos agentes. Instituições são capazes de fomentar um ambiente de cooperação na medida em que podem aumentar a transparência e o fluxo de informações, reduzir incertezas, monitorar e garantir a observância de compromissos, criar de mecanismos para punir Estados detratores, aumentar os custos de não-cooperação e recompensar condutas cooperativas. Por nutrir tais expectativas, o neoliberalismo pode ser considerado mais otimista quanto à possibilidade de mudança no sistema internacional e quanto à capacidade dos atores em transformar seu comportamento (AXELROD & KEOHANE, 1985).

Considerando que o presente trabalho se preocupa com mudanças de identidade, é preciso analisar essas duas correntes com base nas opções que elas oferecem para esse processo. No neorealismo, as identidades no sistema internacional são dadas pela distribuição de poder entre os agentes, que se posicionam em uma hierarquia internacional e agem em conformidade com os constrangimentos de sua posição. Para que se verifique uma mudança na sua identidade, este terá de subir (ou descer) na hierarquia via acúmulo (ou perda) de capacidades materiais de poder. O neoliberalismo, em contraste, concebe que os atores poderão ser levados a mudar de comportamento com seus pares, conforme participam de instituições internacionais que alterarão o leque de suas opções disponíveis e passarão a influenciar sua conduta.

Na crítica de Wendt (1992), ambas as visões, apesar de concorrentes, partilham de um mesmo comprometimento com o racionalismo, isto é, com a teoria social da escolha racional. O autor aponta que, como consequência desse enfoque, as duas visões tratam identidades e interesses aprioristicamente. O racionalismo define de forma puramente comportamental processos e instituições: elas mudam comportamentos mas não as identidades e interesses. Essa limitação leva a visão racional a excluir do escopo de sua análise interações complexas, conducentes a aprendizado e formação de identidade. Assim, o autor proporá uma abordagem alternativa, baseada em uma teoria social distinta da escolha racional, e que permita explicar o aprendizado complexo entre agentes: o construtivismo.

O construtivismo é útil para compreender como se dá uma mudança na identidade de um país devido a três características dessa abordagem: (1) seu conceito da identidade como um processo intersubjetivo e cognitivo; (2) o papel que é atribuído a ideias e elementos simbólicos na construção da realidade; e (3) a forma como ele associa a mudança identitária com poder, legitimidade e discurso.

1.1.1 Identidades como processos intersubjetivos e cognitivos

Primeiramente, ao contrário das teorias neorrealista e neoliberal, que veem identidade e interesses como atribuídos exogenamente, o construtivismo defende que eles são endógena e intersubjetivamente gerados (WENDT, 1992). A conduta de um agente para com outro não é pré-determinada pela estrutura (e.g.: anarquia conducente ao *self help*), mas depende de sentidos compartilhados, que são criados através de processos de interação, interpretação e aprendizado. Se imaginarmos o encontro de dois agentes que nunca interagiram antes, é preciso que um atribua sentido para o outro antes de assumirem qualquer comportamento. No realismo, o comportamento mais provável seria considerar, desde o início, o outro como uma ameaça, porém no construtivismo as ameaças não são percepções naturais e sim construções sociais. Um agente interagirá com o outro, que interpretará sua ação, e a partir disso ele determinará se esta é uma ameaça ou não. Assim, há um processo cognitivo, isto é, os atores acumulam conhecimento sobre os demais e são essas interpretações compartilhadas que constituem as identidades.

Sob essa ótica, identidades são expectativas e entendimentos relativamente estáveis a respeito de si próprio, que se formam conforme o sujeito participa desses sentidos coletivos. Nas palavras de Wendt (1992, p.398), são "definições sociais do ator, alicerçadas nas teorias compartilhadas coletivamente pelos atores sobre si e os outros, e que constituem a estrutura do mundo social".

Barnett (1999, p.9) acrescenta que identidades não são fenômenos pessoais ou psicológicos, mas sociais e relacionais, são definidas pela interação e relacionamento de um

ator com outros, de modo que "todas as identidades políticas são contingentes, dependentes da interação do ator com outros e posição dentro de um contexto institucional"¹.

Resumidamente, Hopf (1998) afirma que a identidade cumpre três funções: te dizer quem você é; dizer a outros que você é; dizer a você quem são os outros. O autor destaca que uma consequência das identidades serem fenômenos sociais e de percepção é que o ator não é o árbitro final do que ele próprio significa para os outros. Em suas palavras, "o produtor da identidade não está no controle do que ela significa em último caso para outros; a estrutura intersubjetiva é o árbitro final do significado"² (HOPF, 1998, p.175). Esse ponto é de grande relevância para o nosso argumento e será mais explorado no decurso do trabalho, quando será proposto um modelo para a mudança da identidade internacional de um país e será discutida qual a importância da reação do Outro para legitimar ou deslegitimar uma nova reivindicação identitária.

1.1.2 O papel das ideias na construção da realidade

Em segundo lugar, a tese que a interação e o comportamento entre agentes precisa estar animada por uma rede de sentidos compartilhados pressupõe que o mundo é moldado não somente por fatores materiais, mas também simbólicos. Não são apenas as capacidades materiais de um Estado, por exemplo, que ditam qual será seu comportamento, mas as crenças mantidas por ele e por seus pares. Por essa razão, Adler (1997) classifica o construtivismo em uma posição intermediária entre a visão racionalista (ou materialista) e a visão idealista (ou reflexivista), por postular que a realidade é socialmente construída, mas lastreada por bases materiais. Assim, práticas discursivas e simbólicas são tão relevantes para o pesquisador quanto a realidade material imediata; ou seja, trata-se de uma abordagem que recusa o determinismo material. O construtivismo compartilha com o pós-modernismo e pós-estruturalismo o interesse crítico em analisar o funcionamento do discurso e da linguagem, mas se diferencia destes por admitir que a realidade simbólica está ancorada em bases materiais, como dirão as correntes mais positivistas. Guzzini (2000, p.159) explica que:

¹ No original: "*all political identities are contingent, dependent on the actor's interaction with others and place within an institutional context*" (BARNETT, 1999, p.9). Todas as traduções do trabalho foram realizadas pelo autor.

² No original: "*the producer of the identity is not in control of what it ultimately means to others; the intersubjective structure is the final arbiter of meaning*" (HOPF, 1998, p.175)

O construtivismo não nega a existência de um mundo fenomenológico, externo ao pensamento. Este é o mundo dos fatos brutos (essencialmente naturais). Ele nega, e isto é algo distinto, que fenômenos possam se constituir como objetos do conhecimento independentemente de práticas discursivas. [...] O que conta como um objeto ou evento socialmente significante é sempre o resultado de uma construção interpretativa do mundo lá fora.³

O construtivismo tampouco comunga da noção do sujeito assujeitado, destituído de agência e mero repetidor de práticas discursivas, que se emprega em algumas vertentes pós-estruturalistas. Assim, o construtivismo também está na via média entre o indivíduo e a estrutura, pois nega a ambos a antecedência ontológica, defendendo que agente e estrutura são mutuamente constituídos. Essa premissa é herdada da teoria da estruturação de Giddens (1979 *apud* ADLER, 1997), que afirma haver uma dualidade na estrutura, sendo ela tanto o meio onde se dão as práticas entre agentes como o próprio produto dessas práticas (WENDT, 1987, 1992; ADLER, 1997; HOPF, 1998). As práticas sociais entre atores reproduzem estruturas na medida em que cristalizam e dão materialidade a crenças e a ideias. Hopf (1998, p.179) afirma que

O sentido das ações de membros de uma comunidade, assim como as ações do Outro, são fixadas através da prática; fronteiras de entendimento se tornam bem conhecidas. Dessa maneira, o maior poder da prática é reproduzir e policiar uma realidade intersubjetiva. Práticas sociais, na medida em que autorizam, disciplinam e policiam, têm o poder de reproduzir comunidades inteiras, incluindo a comunidade internacional, assim como as muitas comunidades de identidade que nela se encontram.⁴

Analiticamente, o conceito das práticas sociais é central, pois são elas que conectam as dimensões simbólica e material, e permitem avaliar a conduta individual em contraste com o ambiente social. Será através da prática que um ator buscará materializar sua visão de mundo, e será o conjunto regente de práticas que determinará a resistência ou aceitação desse intento. Em outras palavras, ao analisar as práticas, estamos observando tanto o vetor através do qual

³ No original: "*Constructivism does not deny the existence of a phenomenal world, external to thought. This is the world of the brute (mainly natural) facts. It does oppose, and this is something different, that phenomena can constitute themselves as objects of knowledge independently of discursive practices. [...] What counts as a socially meaningful object or event is always the result of an interpretative construction of the world out there.*" (GUZZINI, 2000, p.159)

⁴ No original: "*The meanings of actions of members of the community, as well as the actions of Other, become fixed through practice; boundaries of understanding become well known. In this way, the ultimate power of practice is to reproduce and police an intersubjective reality. Social practices, to the extent that they authorize, discipline, and police, have the power to reproduce entire communities, including the international community, as well as the many communities of identity found therein.*" (HOPF, 1998, p.179)

o agente individual projetará seus interesses, quanto o plano de fundo intersubjetivo que estabelecerá os limites da ação aceitável, legítima ou compreensível. Segundo Hay (2006), fenômenos políticos resultam de ações individuais realizadas com um contexto social em mente, por isso a grande contribuição do construtivismo está em evidenciar que ideias e entendimentos mantidos pelo agente sobre seu mundo têm um papel primordial na determinação de suas ações. Em suas palavras:

Resultados políticos não são, em suma, nem um reflexo simples das intenções e entendimentos dos atores, nem dos contextos que originam tais intenções e entendimentos. Ao invés, eles são o produto do impacto das estratégias que os atores criam como meio de realizar suas intenções em um contexto que favorece certas estratégias mais que outras e o faz a despeito das intenções dos próprios atores⁵ (HAY, 2006, p.93)

1.1.3 Poder, legitimidade e discurso

Em terceiro lugar, ao enfatizar as práticas sociais, é possível entender como as ideias e interpretações que constroem a realidade também comportam relações de poder. O conhecimento compartilhado que diz aos agentes quem são eles próprios e os demais não é o somatório dos sentidos individuais, mas um conhecimento comum àqueles agentes habilitados a reconhecer e qualificar comportamento (e.g.: possível/impossível, aceitável/inaceitável, etc.) e que se perpetua sedimentado nas práticas. Por essa razão, além do poder material distribuído entre os atores, importa também o seu poder simbólico⁶, ou seja, sua capacidade de impor uma leitura da realidade e apontar sentidos legítimos (BOURDIEU, 2003). Em síntese, trata-se do poder para criar as regras do jogo.

Aludindo ao processo de seleção natural que se observa no reino animal, Adler (1997) chama de "evolução cognitiva" esse processo pelo qual uma instituição ou compreensão se torna dominante, conseguindo legitimidade para si e removendo a das concorrentes, relegando-as à extinção. Frequentemente, não serão as ideias mais lógicas ou eficientes que alcançarão a legitimidade, mas aquelas defendidas por atores influentes dentro do sistema,

⁵ No original: *"Political outcomes are, in short, neither a simple reflection of actors' intentions and understandings nor of the contexts which give rise to such intentions and understandings. Rather, they are a product of the impact of the strategies actors devise as means to realize their intentions upon a context which favors certain strategies over others and does so irrespective of the intentions of the actors themselves".* (HAY, 2006, p.93)

⁶ "O poder simbólico é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem gnoseológica: o sentido imediato do mundo (e, em particular, do mundo social) supõe aquilo a que Durkheim chama o conformismo lógico, que dizer, uma 'concepção homogênea de tempo, do espaço, do número, da causa, que torna possível a concordância entre as inteligências'" (BOURDIEU, 2003, p. 9)

isto é, aqueles que são capazes de mobilizar mais apoio à sua interpretação da realidade (ADLER, 1997)⁷. Nessas situações, geralmente é o poder material determina quem tem a última palavra (HOPF, 1998). Dificilmente encontrariamos, no sistema internacional tal como é, "situações ideais de discurso", ao estilo habermasiano, em que as relações de poder não pesem sobre a influência e relevância do discurso dos atores envolvidos (RISSE, 2000).

1.2 Um modelo para mudanças identitárias

Com base no exposto, pode-se ver que a mudança da identidade de um país a um novo patamar no sistema internacional não é um processo linear e cumulativo: ele envolve uma mudança de *status quo* que pode acarretar conflito, não necessariamente entre países, porém entre visões de mundo, que batalham por legitimidade. Todos os sistemas, incluso sistemas de crenças, operam de modo a preservar-se, e uma vez que tenham se consolidado serão difíceis de desconstruir. Portanto, mesmo sendo possível a um país buscar deliberadamente reescrever seu papel no mundo, trata-se de uma tarefa tumultuosa.

Se essa atualização identitária é possível, de que forma ela se dá? Propomos para este estudo um modelo, baseado nos trabalhos de Wendt (1992), Barnett (1999) e Marcussen et al. (1999), que esquematiza como um Estado pode ir da formulação de um novo projeto identitário até sua aceitação consensual e institucionalização. Após tê-lo apresentado, verificaremos como ele se aplica ao caso brasileiro.

Convém, antes, fazer uma precisão sobre o que se entende por "Estado". Este estudo tem por objeto a identidade do Estado no sistema internacional. Embora o conceito de Estado se diferencie do de governo, visto que aquele é duradouro e este alternante, o objeto em questão não permite concebê-los de forma dissociada. Por um lado, a identidade é uma representação atrelada ao Estado e não ao governo; por outro, os sucessivos governos são responsáveis pela contestação e atualização da identidade nacional vigente, como o modelo ora utilizado demonstrará. Dessa forma, este trabalho analisa uma dinâmica que envolve ambas as instâncias: como um governo, dotado de um entendimento específico sobre

⁷ "[F]atos institucionais têm maior chance de se tornarem estabelecidos quando agentes, agindo em seu nome, conseguem enquadrar a realidade em torno de significados autoritativos (científicos ou não) e/ou ganhar controle das redes de apoio social da política, tornando muito difícil ou oneroso para os oponentes desconstruírem ideias intersubjetivas institucionalizadas" (FUCHS, 1992, *apud* ADLER, 1997, p.340)

identidade do seu país no sistema internacional, busca concretizar sua visão, cujos efeitos se manifestam na imagem que se constrói sobre seu Estado no mundo.

Destarte, para este estudo o Estado está sendo considerado não como um ente racional unitário. Por razões que o restante da fundamentação teórica deixará claras, ele é tido como (i) o alvo da disputa eleitoral de diferentes elites políticas, cuja competição é um dos processos que conduz à renovação da identidade internacional do país; (ii) o *locus* de poder que permite aos partidos materializarem seus projetos, de modo que a visão de mundo de seus dirigentes torna-se significante na determinação do comportamento internacional do país; e (iii) uma instância política oposta à instância civil, que precisa responder constantemente a esta para assim auferir legitimidade, fazendo com que os indivíduos responsáveis pela elaboração e execução de uma política externa necessitem justificar suas decisões. Feitas essas precisões conceituais sobre o que é o Estado para este trabalho, seguiremos com a análise de como a identidade deste se transforma.

Segundo Wendt (1992), um Estado que queira reformular seu papel no mundo pode executar uma "ação criativa" que se desdobra em quatro etapas: (1) Quebra dos consensos sobre compromissos identitários; (2) Exame críticos das ideias antigas sobre si mesmo e o Outro (e sobre as estruturas de interação sobre as quais essas ideias se sustentaram); (3) Agir para mudar as identidades e interesses dos outros agentes engajados no sistema de interação (*altercasting*: comportar-se diante do outro como se a nova identidade desejada já fosse real); (4) Recompensa pelo Outro e reforço (*feedback*) positivo às novas práticas, fechando o ciclo. Três dessas etapas cabem ao país, e a última é a resposta dos demais atores.

Este modelo foi aplicado pelo autor para entender o reposicionamento pelo qual passou a antiga União Soviética com a abertura promovida por Gorbachev. Para o caso brasileiro ora estudado, será necessário adaptá-lo. Como o objetivo desta investigação é analisar a dinâmica entre o Estado e a mídia, portanto entre um ator estatal e um não-estatal, ele escapa dos limites da ontologia wendtiana. Neumann (1996) afirma que Wendt, por virtude do estadocentrismo e filiação modernista de sua teoria, realiza um *black boxing* do Estado e o apresenta como um ente monolítico⁸. Todavia, no nível infra-estatal há uma

⁸ Em trabalho posterior, Wendt (2004) debate a viabilidade de se considerar o Estado como uma pessoa. Por um lado, os estudos em RI aceitam sem grande contestação que há elementos externos ou sociais que conferem ao Estado uma personalidade (*personhood*) *de jure*, por exemplo o direito e códigos morais. Por outro, há menos consenso quando se busca na constituição interna dos Estados elementos que permitam considerá-lo como um ente *de facto*. Wendt argumenta que é uma prática corrente para a maioria dos analistas em RI considerar o Estado uma pessoa, porém reconhecendo que isto é tão somente uma ficção ou metáfora teórica útil. Ele busca

coletividade de grupos cujo comportamento tem consequências para tais projetos identitários. Assim sendo, além do modelo original desenvolvido por Wendt, este trabalho utilizará esquemas de outros pensadores que observam a atuação de atores não-estatais: governos, partidos, imprensa, grupos de interesse, e outros.

Será agregado o modelo que Marcussen et al. (1999) propuseram para explicar as metamorfoses das identidades nacionais da França, Inglaterra e Alemanha no contexto da integração europeia, e também o modelo empregado por Barnett (1999) para explicar as mudanças na política externa e identidade israelense que possibilitaram os Acordos de Oslo nos anos 1990. Wendt, Marcussen et al., e Barnett compartilham da noção que ideias são a fibra elementar com as quais se tece a identidade de um Estado, porém estes últimos dedicam mais atenção à origem das narrativas (elites políticas) e aos fatores que explicam sua aceitação ou recusa (cultura).

No esquema de Marcussen et al. (1999), o processo de mudança se inicia em conjunturas críticas, isto é, situações percebidas como catastróficas, seja por falha das políticas ou outros fatores. Barnett (1999) afirma que conflitos de identidade ocorrem quando há definições concorrentes acerca da identidade nacional e que demandam comportamentos contraditórios, ou quando as definições vigentes do *self* coletivo se tornam inaceitáveis nas circunstâncias presentes. Desse modo, as causas para a articulação de uma nova autopercepção podem ser tanto externas como internas.

Neste momento, as elites políticas têm maior margem para tentar implementar ideias novas. Este pode ser um cenário conflituoso, se considerarmos que diferentes elites poderão competir entre si para promover seu próprio projeto e estabelecer como uma identidade é apropriada (ou não) para a situação presente (BARNETT, 1999). Processos diversos (ex.: eleições) determinam qual grupo sai vencedor, porém este não terá liberdade absoluta no rearranjo das subjetividades nacionais. Mudanças muito radicais, abruptas ou estranhas poderão ser descartadas, visto que os esquemas cognitivos da população procurarão familiaridade e requerem tempo para se adaptarem ao novo (MARCUSSEN et al., 1999).

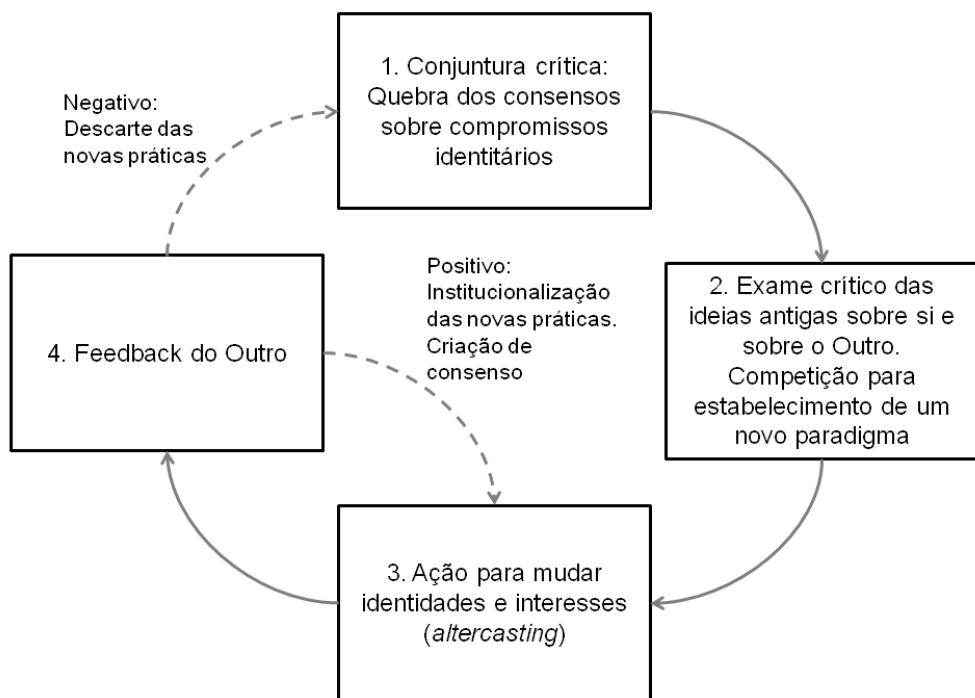
Uma das condições que os autores indicam para que novas ideias sejam recebidas pela opinião pública é a compatibilidade com construções identitárias pré-existentes nas

então argumentar que há características na configuração interna do Estado e na sua ação (intencionalidade, configuração como um "superorganismo" e consciência de si enquanto narrativa) que permitiriam em alguma medida considerá-lo como um ator individual dotado de personalidade.

instituições e cultura política. História e literatura nacional, as origens e tradições do povo, mitos fundacionais e a ideia de povo ou *folk* original são exemplos de narrativas pelas quais as nações se definem (HALL, 2006). Em outras palavras, podemos dizer que o Estado busca na nação as representações do Estado-nação. Uma consequência desta referenciação é que um mesmo fato ou recurso histórico disponível no repertório nacional poderá ser significado de forma diferente, conforme a conjuntura permite⁹.

No final do processo, através da socialização, as novas ideias se disseminarão entre os atores e se tornarão senso comum, findando por incorporarem-se às instituições e organizações formais. Combinando as etapas propostas pelos autores citados, obtém-se o seguinte modelo em quatro momentos:

Figura 1: Modelo de mudança identitária em quatro momentos



Fonte: Elaborado pelo autor com base em Wendt (1992), Barnett (1999) e Marcussen et al. (1999).

⁹ Ao tratar da história e identidade nacional de Israel, Barnett (1999) mostra como o episódio de Massada — em que um grupo de judeus revoltosos no séc. I d.C se aquartelou em uma fortaleza nas montanhas e preferiu o suicídio a entregar-se nas mãos dos romanos — mudou de interpretação ao longo do tempo: de glorioso exemplo da bravura e sacrifício judaico em defesa da sua terra natal, no discurso sionista clássico, para uma releitura crítica nos anos 1970 que via neste exemplo o gérmen de um "complexo judeu" de perceber-se como mais fraco e isolado do que de fato se é.

No qual temos, inicialmente, (1) uma conjuntura crítica, em que as teorias até então consensuais sobre identidades do Estado e dos demais atores são postas em xeque. São numerosos e de diferentes origens os fatores que podem levar a esse ponto: crises políticas internas, mudanças econômicas exteriores, surgimento de novas temáticas na agenda internacional, e outros. No momento seguinte, (2) realiza-se um exame crítico das ideias antigas sobre si mesmo e sobre o Outro, no intuito de formular uma nova teoria, melhor adaptada à situação vivida. A reformulação se dá no decurso de uma competição entre diferentes elites políticas. As ideias sobreviventes precisarão ser aceitáveis para a população, sendo a compatibilidade com narrativas já existentes e sedimentadas uma das formas de garantir sua incorporação. Em seguida, (3) o governo vitorioso da competição passará a agir no plano externo no intuito de provocar mudanças na percepção que outros Estados têm sobre o seu Estado. Seus gestos diplomáticos passarão a refletir os novos pressupostos que o país detém sobre si e objetivarão convencer os demais atores a verem-no da mesma forma. O último momento é o do (4) *feedback* do Outro. Suas setas estão tracejadas para sinalizar que há essencialmente dois resultados possíveis. No primeiro caso, há *feedback* positivo: a atuação do país convence os demais atores, que respondem então em concordância e como resultado o país terá segurança para continuar agindo da nova forma. Conforme se intensificarem essas práticas, a nova identidade se tornará consensual e institucionalizada. No segundo caso, há *feedback* negativo: os demais atores se recusam a agir em consonância com as novas atitudes, efetivamente frustrando a intenção do país de exercer um novo papel. Tais instantes, inclusive, podem deflagrar uma nova conjuntura crítica, em que a identidade desempenhada pelo país já não é mais compatível com o contexto e precisa ser atualizada.

Vale destacar que o Outro aqui considerado não se restringe apenas a Estados. Agentes como a mídia, instituições internacionais, a opinião pública internacional, etc. também podem ser considerados Outros na medida em que são capazes de julgar, com alguma influência, os novos atos do país, legitimando-os ou não.

Esse modelo traz consigo implicações importantes sobre: (i) a natureza da identidade internacional de um país, (ii) sua forma de elaboração, e (iii) os atores que operam neste processo. Vamos arrolá-las a título de conclusão desta fundamentação teórica. Primeiramente, destaca-se (i) a natureza narrativa e prática das identidades. A identidade internacional é uma narrativa, ou uma comunidade imaginada, como diz Anderson (1991), e uma prática. Embora possa ser forjada de forma deliberada, uma identidade não é de todo artificial por precisar

referenciar-se à cultura ou a algum conhecimento compartilhado pela população envolvida para que seja aceita. A identidade, contudo, não se limita a um conceito, pois ganha materialidade em *loci* específicos: símbolos, políticas, diplomacia e outras práticas que concretizam uma realidade intersubjetiva. Em nosso modelo de quatro etapas, encontramos etapas narrativas, ou reflexivas, em que os atores deliberam sobre o conteúdo e significado de sua identidade (etapas 1 e 2), e também etapas práticas ou performativas, em que esse entendimento é materializado através das ações (etapas 3 e 4).

Essa divisão em dois estágios está presente de formas variadas na literatura sobre identidade. Baseando-se no dialogismo bakhtiniano, Guillaume (2002) aponta que a formação da identidade nacional é um processo em dois tempos, composto por uma etapa simbólica e uma prática. Na primeira, estabelece-se o repertório com base no qual o *self* nacional é delimitado, enquanto que na segunda os valores presentes nesse repertório são materializados. Abdelal, Herrera, Johnston e McDermott (2006) decompõem a identidade em duas dimensões: seu conteúdo e a contestação. Em outras palavras, mesmo que as práticas sociais cristalizem um entendimento do que significa esposar determinada identidade (i.e.: seu conteúdo), eventualmente os atores propõe novos entendimentos e interpretações, contestando assim o conteúdo vigente.

Em segundo lugar, (ii) identidades são elaboradas de forma interdiscursiva. Identidades podem se atualizar; por este motivo, estão inseridas num diálogo entre diferentes textos, que mobiliza o passado (imemorial e recente) e o presente, pois a identidade nacional precisa se basear em elementos de uma história profunda e amplamente difundida, responder a uma formulação anterior e esgotada, e dialogar com articulações concorrentes. Em outras palavras, definir, em dado momento, o que "somos", requer um esforço interpretativo do que "fomos", do que "seremos", do que "os outros são", e assim sucessivamente. A natureza narrativa e prática das identidades e sua interdiscursividade estão interrelacionadas, como explica Barnett (1999, p.14):

De modo geral, a narrativa da identidade nacional fornece um entendimento do passado, presente e futuro, eventos são simbólicos e constitutivos daquela identidade, e estão subjetivamente conectados a ela, e uma construção particular do passado será o cordão umbilical com o presente e o futuro. Essa narrativa da identidade nacional não é dada mas é, ao invés, uma construção social, e atores irão reconstruir o passado conforme eles debatem o futuro, e

conforme eles agem em direção ao futuro eles tenderão a (re)lembrar o passado.¹⁰

Por fim, (iii) seu caráter plural. A identidade de um país é fruto da ação de uma multiplicidade de atores. Fundamentalmente, o delineamento do *self* se dá de forma dialética na presença do Outro. No momento de sua elaboração, há atores que competem para estabelecer novos paradigmas, e sua validação depende da reação de outros agentes cuja opinião importa. A existência dessa diversidade de atores abre o espaço para o papel do poder e das assimetrias no estabelecimento de uma narrativa vencedora, tirando das mãos do ator unitário a responsabilidade pelo significado.

Guillaume (2002) destaca que o poder tem um papel crucial, pois na construção da narrativa sobre a identidade nacional, haverá um "narrador principal" que busca estabelecer o repertório dominante. Em termos domésticos, esse papel é frequentemente ocupado pelo Estado, que policia quais práticas podem ser vistas como representativas da nação. Porém, na arena internacional, a persuasão do Estado individual possivelmente será menor, face à existência de outras vozes mais influentes que a sua.

Com esses considerações sobre a natureza da identidade internacional de um país, sua forma de elaboração, e sobre os atores que nela operam, será agora analisado o caso específico do Brasil. Será primeiramente revisado como a literatura trata da formação da identidade internacional do país para então tentar inserir a nação no modelo acima exposto.

¹⁰ No original: "In general, the narrative of the national identity provides an understanding of the past, present and future, events are symbolic and constitutive of, and subjectively linked to, that identity, and a particular construction of the past will be the umbilical cord to the present and the future. This narrative of the national identity is not given but rather is a social construct, and actors will reconstruct the past as they debate the future, and as they act towards the future they are likely to (re)remember the past" (BARNETT, 1999, p.14)

2 A IDENTIDADE INTERNACIONAL DO BRASIL E A POLÍTICA EXTERNA

A análise enfocará agora os diferentes elementos geográficos, políticos, econômicos e culturais que foram, historicamente, mobilizados para confeccionar a identidade internacional do Brasil face às demais nações. Como exposto anteriormente, identidades são articuladas em torno de uma narrativa, referenciando algum repertório amplamente compartilhado pela população. Este capítulo apontará alguns dos componentes que fazem parte deste acervo e foram inventariados ao longo dos anos pela literatura internacionalista e brasiliiana, que viu neles elementos distintivos e definidores da identidade brasileira. Em especial, será dada ênfase ao elemento externo nessa caracterização, visto que o interesse do presente trabalho repousa na Política Externa Brasileira (PEB).

2.1 Interpretações da identidade internacional brasileira e suas dimensões

Em sua obra sobre a identidade internacional do Brasil, Lafer (2009) elenca alguns "fatores de persistência" ou "forças profundas", que, ao longo dos séculos, moldaram a identidade e visão de mundo características da nação. Tratam-se de componentes que podem ser considerados centrais na formação histórica do país, em virtude da sua perenidade (ou longa duração de seus processos) e ampla disseminação na sociedade. São elas: a população miscigenada, a escala continental, a unidade territorial, o dado regional da América do Sul, a distância dos focos de tensão internacionais e o desafio do desenvolvimento. Essa listagem servirá de ponto de partida para a atual análise. No intuito de compatibilizar a abordagem de Lafer com contribuições de outros autores, propôs-se para este estudo um total de cinco forças profundas, aqui chamadas de "dimensões" da identidade internacional brasileira.

2.1.1 Dimensão socioeconômica: o imperativo do desenvolvimento no país de contrastes

Lafer (2009, p.116) aponta que o desenvolvimento econômico do espaço nacional é um objetivo almejado igualmente pelo Estado e população, tornando-se a força profunda que mais marcou e hoje rege a identidade brasileira, de modo que a própria "questão nacional" se confunde com a "questão social". Magnoli et al. (2000, p.35) também elencam o desenvolvimento no topo da lista dos valores fundacionais "de quem somos e o que aspiramos

como coletividade", sendo este "talvez o consenso mais permanente da história do Brasil" perseguido de várias formas desde o pós-2^a Guerra.

Há reflexos internos e externos da dimensão econômica na compreensão do que é o Brasil no mundo. Internamente, ela se manifesta nos baixos indicadores de desenvolvimento, desigualdades sociais e demais fatores que reiteram o atraso econômico e social do país. Tal condição, a chamada questão social, remete a outro conceito pelo qual o Brasil se identifica: o do país de contrastes, que tem dentro de suas fronteiras realidades do Primeiro e do Terceiro Mundo. Tal discrepancia é compartilhada por outros países da América Latina e os situa num mesmo endereço peculiar do cenário internacional, constituindo o que Merquior (1990, p.87) chamou de um "outro Ocidente: mais pobre, mais enigmático".

Externamente, o primado do desenvolvimento tem sido o norte das ações da PEB enquanto política pública. A diplomacia brasileira buscou o objetivo desenvolvimentista agindo em duas linhas mestras a partir da década de 1930: a preservação de um espaço de autonomia nacional e a identificação de recursos externos que pudessem ser mobilizados para atender ao imperativo do desenvolvimento (LAFER, 2009). A interconexão entre os conceitos de autonomia e desenvolvimento econômico conduz à próxima dimensão da identidade do Brasil.

2.1.2 Dimensão política: autônomos ou excluídos?

A literatura é consensual em apontar a autonomia como um objetivo duradouro da PEB, tendo sido perseguida de diferentes formas durante a história do país. "Autonomia", neste caso, não se resume à faculdade elementar que se atribui a todos os Estados soberanos em um sistema internacional anárquico. Como detalham Vigevani & Cepaluni (2011), na ótica dos países periféricos, para os quais os constrangimentos hierárquicos do sistema internacional são mais salientes, este conceito está mais atrelado a um projeto político do que a um preceito jurídico. Assim, os autores definem autonomia como

a condição que permite que os Estados formulem e implementem sua política externa independentemente do constrangimento imposto por Estados mais poderosos. Esse termo se insere num *continuum* com dois tipos polares ideais: dependência total (ou alinhamento) e completa autonomia (VIGEVANI & CEPALUNI, 2011, p.30)

Cervo (2008, p.31), que dá a esta faculdade o nome mais preciso de "independência de inserção internacional", entende que o Brasil pertence a um grupo peculiar de países "cuja vocação os impele a perseguir um modo próprio de inserção internacional", pressupondo para tanto uma visão própria de mundo. Há longa data, o Itamaraty preocupa-se em não restringir suas opções de política externa. Isso foi mais pronunciado em períodos de maior dinamismo econômico, que permitiram ao Estado mais confiança e recursos para buscar seus próprios objetivos (FONSECA JR, 1998).

Neste registro, a relação Brasil-EUA tem sido usada como um indicador do grau de autonomia ou alinhamento nacional. Durante a Guerra Fria, confrontado com a principal dicotomia política da ordem bipolar (Ocidente capitalista x Leste comunista), o Brasil professou uma filiação ocidental. Porém, dada a plasticidade do conceito de "Ocidente", é interessante notar como o país trafegou por vários matizes de ocidentalidade, segundo as conjunturas e interesses, como indica Fonseca Jr (1998). O primeiro modelo foi o "ocidental puro", marcado por adesão irrestrita a valores ocidentais e aliança estratégica com os EUA. Teve sua maior expressão no governo Dutra (1946-1951), que combateu o comunismo vigorosamente no plano interno (decretou ilegalidade do Partido Comunista) e externo (cortou relações com a União Soviética), e aceitou a liderança dos EUA nos organismos multilaterais. Com o golpe de 1964 o "ocidental puro" foi ressuscitado e teve seu momento paradigmático com o envio de tropas à República Dominicana em 1965. Pouco após, contudo, esse modelo começa a se desfazer: o decreto do AI-5, a oposição ao Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP), e reticências face aos Direitos Humanos mostram que, com o período autoritário, o modelo passaria por transformações substantivas.

O modelo "ocidental qualificado" reflete a autonomização brasileira e encontrou expressão mesmo antes do "ocidental puro". Ele ocorreu no segundo governo Vargas e no governo de Juscelino Kubistchek. Persiste a adesão à democracia, o repúdio ao socialismo, e a proximidade política dos EUA. Todavia, há um distanciamento calculado em tópicos pontuais (Vargas: nacionalização do petróleo; JK: divergências com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e lançamento da Operação Pan-Americana).

Por fim, o "ocidental autônomo" é considerado por Fonseca Jr (1998, p.272) a "mais articulada e completa tentativa de desenhar, de forma própria, uma identidade internacional para o país". Ele se deu nos governos Jânio e Goulart e, posteriormente, nos anos 1970. Há uma diferença importante na ordem dos valores, já que no primeiro momento somos uma

democracia, e, no segundo, um regime autoritário. O autor afirma que nesse segundo momento o "ocidental" passa a ter conotações de democratização das RI. Trata-se

não mais a defesa das instituições nacionais da democracia, mas antes do direito de divergir da liderança ocidental, da tolerância. A democracia, que não existe internamente, é plataforma para a renovação do sistema internacional, para abertura à participação dos países médios e pobres (FONSECA JR, 1998, p.272)

No plano econômico, a posição autônoma também é reflexo da maior complexidade de interesses do Brasil em rápida industrialização. Esses afastamentos nos planos político e econômico revelam que o país busca criar, no marco do Ocidente, uma identidade própria, à parte das lideranças do bloco. Tal identidade foi se construindo conforme o país se consolidava como uma potência intermediária no cenário mundial e desenvolvia visões particulares sobre a agenda internacional.

Trazendo a análise para os últimos 30 anos, Vigevani & Cepaluni (2007) identificam três momentos da PEB. Cada um desses estágios é marcado por uma interpretação — e por conseguinte uma estratégia — própria do que vinha a ser a autonomia: a autonomia pela distância, a autonomia pela participação e a autonomia pela diversificação.

A autonomia pela distância se caracterizou pela preservação da soberania do Estado, investimento no desenvolvimento autárquico, e rejeição das agendas automáticas das grandes potências. Com a redemocratização, o país perseguiu a autonomia pela participação, através da adesão aos regimes internacionais liberais com objetivo de influenciá-los através das perspectivas nacionais. Por fim, os autores identificam que a partir do governo Lula se buscou a autonomia pela diversificação: adesão às normas internacionais por meio das alianças regionais, alinhamentos Sul-Sul e contato com novos parceiros para redução de assimetrias e aumento do poder de barganha.

Outras interpretações da trajetória da PEB também tendem a repetir esse padrão trifásico, porém com ênfases e marcos variantes. Podemos citar como exemplo os panoramas de Amado Luis Cervo (séc. XIX até 1930: conservador-liberal; 1930-1980: Estado desenvolvimentista; 1980-hoje: Estado normal e Estado logístico); Maria Regina Soares Lima (1902-1960: americanismo, 1960-1964 e 1974-1990: globalismo; 2003-2011: revisionismo) e Mônica Hirst (alinhamento, autonomia, ajustamento-afirmação) (AMORIM NETO, 2011).

Diante das idas e vindas apontadas nesse percurso, pode-se concluir que a estrada para a autonomia teve seus picos e vales de aproximação com países hegemônicos, devido a causas externas (2^a Guerra Mundial e a Guerra Fria) e internas (golpe militar em 1964, crise financeira e reformas neoliberais nos anos 1990). Contudo, nos últimos 70 anos o país mostrou um padrão de afastar-se de alinhamentos automáticos conforme lhe permitia sua prosperidade econômica (AMORIM NETO, 2011). Assim, o desenvolvimento econômico e a autonomia política podem ser vistos como dois lados de uma mesma moeda.

Como consequência dessa interrelação entre as duas dimensões, instantes de fracasso econômico nacional também tendem a produzir crises de pertencimento político no Estado brasileiro. Escrevendo no final dos anos 1990, uma década marcada pela estagnação econômica e diminutas perspectivas para o país, Abdenur (1997, p.32) falou de um "sentimento de exclusão" que acometia o país, que estava "sempre mais à margem das principais tendências políticas e econômicas do cenário internacional".

Por outro lado, o Brasil, por ser uma potência média, portanto nem totalmente pertencente ao rol das grandes potências nem das pequenas, possui uma habilidade de intermediação que tem sido repetidamente valorizada pela sua diplomacia. A ordem internacional contemporânea é estratificada, marcada por assimetrias importantes entre os Estados. Lafer (2009) afirma que o Brasil é um país com "dupla inserção", pois devido à sua complexidade possui diversas agendas, que o colocam em diálogo tanto com os países centrais quanto com os periféricos. Essa capacidade de comunicar-se com polos distintos do cenário mundial advém do fato do Brasil ser um país estruturalmente heterogêneo.

[O] Brasil é um país de contrastes, com múltiplas dimensões. Por isso participa naturalmente de numerosas esferas de convívio internacional. É um país ocidental no campo dos valores, em função de sua formação histórica, realidade que não excluía a sua inserção entre os países do Terceiro Mundo, com os quais tinha posições afins no quadro das ações específicas voltadas para o desenvolvimento, que respondiam ao interesse nacional. (LAFER, 2009, p.41)

Para Arbilla (2009, p.359), essa conjugação conceitual dos papéis de "mediador" e "nação de contrastes" permitiu ao Brasil aproximar-se de países desenvolvidos sem comprometer seus interesses políticos e econômicos com o mundo em desenvolvimento. As credenciais desta atitude estariam presentes no interior da própria sociedade brasileira, que também abriga assimetrias socioeconômicas análogas.

2.1.3 Dimensão étnico-cultural: raça, cultura e comparações

Demograficamente, a miscigenação é um dos elementos definidores do Brasil. Como apontou Darcy Ribeiro (2006) nosso povoamento foi original pelo fato de que as matrizes raciais para cá transladadas geraram um povo efetivamente novo, e não uma réplica dos povos do Velho Continente. Regionalmente, isso diferenciou o Brasil dos países andinos, cujo povo — herdeiro de civilizações pré-colombianas profundas — viveu dificuldades maiores com a dualidade cultural e assimilação europeia.

O fator étnico configura-se como "profundo" por ter ocorrido na gênese do país, e como "persistente" por perpetuar-se, por exemplo, com as levas de trabalhadores europeus, asiáticos e árabes no séc. XX. Contudo, é interessante destacar que o significado, interpretação e valor da matriz racial brasileira variaram historicamente. A releitura de um mesmo fator histórico ou cultural é parte do processo de atualização identitária comum a todos os Estados (vide BARNETT, 1999), porém no caso brasileiro também chama atenção o peso que os discursos internacionais tiveram sobre este procedimento.

Dante Moreira Leite (1992), ao analisar a influência histórica do pensamento estrangeiro sobre a autoimagem do Brasil, conclui que, excetuados os instantes românticos e nacionalistas, as ideias de atraso e marginalidade há muito acompanham o país tropical e tendem a buscar explicações em elementos raciais ou culturais. A raiz do subdesenvolvimento era atrelada ora à raça mestiça (por exemplo, em pensadores como Sílvio Romero e outros influenciados pelas teorias racistas que emanavam da Europa no séc. XIX), ora à cultura ibérica pouco industrializada de sua gente (como indicava Manuel Bonfim, e em alguma medida também Sérgio Buarque de Holanda, em tempos mais recentes). Em virtude desses traços, o país estaria sempre defasado em comparação, respectivamente, com a Europa branca (no séc. XIX) ou os norte-americanos protestantes (no séc. XX).

É relevante destacar que em ambos os casos temos um exercício de comparação civilizacional. Vê-se que primeiramente o Brasil é comparado à Europa pelo prisma da inferioridade racial e cultural. Porém, conforme outra nação jovem emerge como potência global, o foco volta-se primordialmente a diáde entre religião e cultura, ou seja, humores e costumes da população que têm efeitos sobre o trabalho e a produção. O agente do atraso brasileiro, assim, continuaria sendo a população, embora não mais pela raça, mas por sua

cultura. Como outros países periféricos, o Brasil também buscava seu referencial civilizacional no exterior e, neste processo, localizava o Outro inferior em suas próprias fronteiras¹¹.

Tais leituras foram contestadas ao longo do séc. XX através de pensadores que reinterpretaram a miscigenação de forma positiva (Gilberto Freire) ou mais crítica (Darcy Ribeiro), ou atribuíram os atrasos brasileiros a processos históricos e econômicos — e portanto passíveis de superação (Caio Prado Júnior). Dessa forma, ao fazer sua avaliação sobre a relevância dessa variedade humana na definição da identidade internacional do Brasil, Lafer (2009) afirma que o país é conhecido hoje por seu pluralismo, multietnicidade, abertura à integração cultural e ao sincretismo da diversidade. Da mesma forma, Abdenur (1997) afirma que pluralidade social e étnica habilita o Brasil a ser interlocutor junto a públicos variados. Etnicamente, sua matriz miscigenada o gabarita para o diálogo com diferentes povos. Socialmente, a coexistência de índices de desenvolvimento humano escandinavos e subsaarianos no seu território também reforça sua capacidade de diálogo com os países desenvolvidos e subdesenvolvidos.

2.1.4 Dimensão geográfica: a escala continental e relações regionais

Uma outra força profunda que define o Brasil é seu território. A escala do "Gigante do Cone Sul" o coloca no rol dos países continentais, juntamente com EUA, Rússia, China e Índia. Esta dimensão também valoriza o papel da diplomacia brasileira na estabelecimento da identidade internacional do país, já que muito se credita ao trabalho do Barão de Rio Branco na consolidação jurídica das fronteiras no séc. XIX. O amplo território inspira duas outras ideias nativistas importantes. Primeiramente, a ideia de grandeza física, e em segundo a de unidade, preservada apesar da vastidão do país e de sua heterogeneidade. Na elaboração de Corrêa (2000, p.27), estes são dois vértices de uma "trindade do sentimento nacional brasileiro", encimados por uma "crença no futuro", isto é, uma expectativa que a grandeza herdada e a unidade mantida projetariam enfim o país, no tempo futuro, ao patamar de suas aspirações: o de "um grande país presente desde os tempos imemoriais no imaginário

¹¹ Quanto a este processo de produção de alteridade é instrutiva a leitura de Schaebler (2004). Ela afirma que a civilização ocidental, se crendo portadora de uma história universal, interpreta outros povos como um Outro inferior, pertencente a um estágio retrógrado da humanidade. Países periféricos desejos por se tornarem sociedades modernas passam, então, a identificar esse Outro ("*othering*") não mais em outros povos mas dentro de suas próprias fronteiras. Trata-se de um Outro interno, que reúne todas as características então interpretadas como retrógradas e não civilizadas.

coletivo: a utopia brasileira, o mito do poderoso império, em torno do qual se construiu o país que somos" — o que nos remete, novamente, às aspirações de desenvolvimento e autonomia.

Nesta dimensão, o Brasil se diferencia de seus vizinhos regionais. Enquanto conseguimos preservar a unidade territorial e linguística, os demais países latinoamericanos se fragmentaram após a independência. Politicamente, o Brasil também teve uma experiência particular, pois chegou a abrigar a metrópole, nos últimos estágios de sua colonização. Seu processo de independência também foi consideravelmente menos traumático que o dos vizinhos, se desdobrando sem a figura dos "libertadores" e buscando, não a ruptura, mas a continuidade do modelo de Estado dinástico europeu (SANTOS, 2010). Assim, uma vez independente, o Brasil tornou-se uma monarquia lusófona em meio a repúblicas hispânicas, passando boa parte dos seus primeiros anos voltada ao Velho Mundo. Santos (2014, p.26) explica que durante o Império

[o] discurso oficial sobre a identidade brasileira procurava apresentá-la como um império que, ainda que tropical e distante, se assemelharia mais às monarquias europeias e seria, assim, essencialmente distinto de seus vizinhos. Na clivagem metafórica entre América e Europa, o Brasil dos oitocentos alinhava-se com as monarquias. Entendia-se civilizado e, portanto, "europeu", em contraste com as turbulentas repúblicas vizinhas.

Por essa razão, Saraiva (1995) afirma que pela maior parte do séc. XIX o Brasil deu as costas para os demais países da América Latina, que também o viam com suspeita. Essa tendência começou a ser revertida na República Velha, quando a política externa do país abraçou uma identidade americana seguindo duas linhas mestras traçadas pelo Barão de Rio Branco: uma "aliança não escrita" com os EUA e uma ativa política regional, voltada sobretudo ao Cone Sul (SANTOS, 2010). No pós-Guerra Fria, com a aproximação do Brasil do seu até então concorrente local, a Argentina, tiveram início os processos que culminaram na criação do Mercado Comum do Sul (Mercosul), em 1991.

Hoje, o Brasil mantém relações densas com seus vizinhos e tem buscado por diversas vias legitimar uma liderança regional. Tornar-se um representante natural de sua região é, segundo Hurrell (2006), uma das estratégias sondadas pelas potências emergentes no intuito de alcançarem mais proeminência no âmbito global. Entretanto, Malamud e Rodriguez (2013, p. 178) apontam que "[a]o contrário de Europa, o regionalismo não tem contribuído para a mudança da identidade internacional do Brasil. O país interage fluentemente com seus vizinhos mas não tem intenção de se fundir a eles." Ademais, com o crescimento da pujança e

das ambições brasileiras, seus vizinhos já têm se mostrado resistentes à sua aspiração de líder natural da região (GUEDES DE OLIVEIRA, 2010), alguns dos quais têm investido em relações bilaterais diretas com países do Norte ou agrupamentos regionais alternativos. A reticência regional, aliada à ascensão recente do país como um *global player*, o fizeram adotar uma política externa mais dual e mais voltada ao mundo do que à região (MALAMUD & RODRIGUEZ, 2013).

2.1.5 Dimensão dos valores: pacifismo, direito internacional e multilateralismo

Cervo (2008) identifica traços como a solução pacífica de controvérsias, o juridicismo, o multilateralismo normativo, ação externa cooperativa e não-confrontacionista, e a cordialidade no trato com os vizinhos como sendo "acumulados históricos da diplomacia brasileira" que vêm pautando sua conduta no plano externo. Lafer (2009), por sua vez, acrescenta que a busca da paz regional sempre foi um objetivo perene do país. Até hoje, o fato de o Brasil fazer fronteira com tantos países e ainda assim manter relações pacíficas com todos, sem guerras registradas nos últimos 140 anos, é um ativo valioso na caracterização do país como um ator longânime. A essa imagem aliam-se outros conceitos diplomáticos que completam a representação do Brasil no cenário internacional: a promoção do direito internacional, do multilateralismo e da resolução pacífica de conflitos — princípios listados na própria Constituição¹².

Como sintetiza o próprio Celso Amorim (2010i, p.214), duas vezes Ministro das Relações Exteriores:

A credibilidade internacional do Brasil nasce, em grande medida, dos princípios que guiam sua política externa. Nós somos um país pacífico, que obedece o direito internacional e respeita os direitos soberanos de outros países. Nós escolhemos solucionar nossas disputas diplomaticamente — e encorajamos outros a agirem da mesma maneira. Nós vemos o multilateralismo como o principal meio para solucionar conflitos e tomar decisões internacionalmente¹³.

¹² "Art. 4º A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios: I - independência nacional; II - prevalência dos direitos humanos; III - autodeterminação dos povos; IV - não-intervenção; V - igualdade entre os Estados; VI - defesa da paz; VII - solução pacífica dos conflitos; VIII - repúdio ao terrorismo e ao racismo; IX - cooperação entre os povos para o progresso da humanidade; X - concessão de asilo político." (CF/88)

¹³ No original: "Brazil's international credibility stems, to a large extent, from the principles that guide her foreign policy. We are a peaceful country, one that abides by international law and respects other countries' sovereign rights. We choose to settle our disputes diplomatically – and we encourage others to act in the same

Comparado com seus atuais consortes, os BRICS, o Brasil mostra uma nítida predileção pelo *soft power*. Em contraste com Índia, Rússia e China, seus gastos militares são muito inferiores¹⁴, e o país tomou passos simbólicos para demonstrar seu pacifismo; por exemplo, firmou constitucionalmente o compromisso de não desenvolver armas nucleares (CF/88, Art. 21, XXIII, a). Por isso, o Brasil é visto como um *global power* atípico (DAUVERGNE & FARIAS, 2012, *apud* STEINER, MEDEIROS, LIMA, 2014) e, novamente nas palavras do Amorim (2013), agora Ministro da Defesa, o país ambiciona ser um "provedor de paz".

Este pacifismo pôde germinar livremente no Brasil, dentre outros motivos, pelo fato que o país sempre esteve afastado dos episódios mais insalubres e violentos da política internacional. Assim, outra força profunda apontada por Lafer (2009) é a relativa distância do Brasil dos focos de tensão do centro do cenário internacional. O Brasil

não está e nunca esteve, em sua história, na linha de frente das tensões internacionais prevalecentes no campo estratégico-militar da guerra e da paz [...] não frequenta, com assiduidade, os livros de relações internacionais e de História Diplomática mundial (LAFER, 2009, p.24)

Santos (2010), não obstante, chama a atenção para o caráter contingente desta narrativa conciliadora, que se apresenta tão autoevidente em nossos dias. O autor localiza o início desse discurso na transição do Império para a República Velha, quando houve um período de intensa atividade diplomática, capitaneada por personagens como o Barão de Rio Branco, Joaquim Nabuco e Rui Barbosa. As inclinações multilateralista e juridicista dessas atuações proveram um referencial útil na criação de uma nova identidade internacional para o Brasil republicano, que refutava ou mesmo ignorava certos traços do Brasil imperial.

[A]s definições daquele momento especialmente profícuo da política externa brasileira foram consolidadas e adquiriram contornos de verdades reveladas, atemporais e indiscutíveis: a vocação pacífica e não intervencionista do Brasil, fazendo *tabula rasa* do passado — então muito recente —, de intervenções constantes no Prata; uma recém-descoberta (revertendo o isolacionismo do Império) vocação multilateral, tanto no contexto do pan-americanismo como nas iniciativas universais: a Segunda Conferência de Paz (Haia), a conferência

¹⁴ way. We see multilateralism as the primary means of solving conflicts and making decisions internationally." (AMORIM, 2010i, p.214)

¹⁴ US\$ 31,5 bi em 2013, contra US\$ 188 bi (China), US\$ 87,8 (Rússia) e US\$ 47,4 bi (Índia). Fonte: Stockholm International Peace Research Institute (SIPRI) Military Expenditure Database. Disponível em: http://www.sipri.org/research/armaments/milex/milex_database

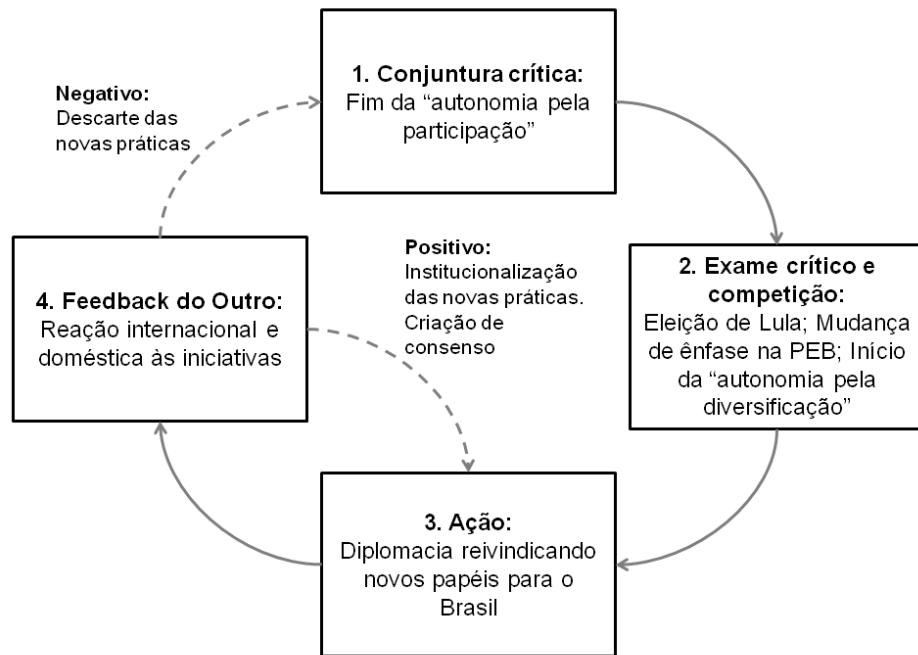
de Versailles, a Liga das Nações; a confiança no Direito Internacional como arma dos países mais débeis; a defesa veemente de posições principistas como havia feito Rui Barbosa em Haia — em tensão permanente com o pragmatismo de Rio Branco em temas concretos [...]. Essas diretrizes, com a necessária carga de ambiguidade que garante a longevidade do livro sagrado de qualquer crença, consolidaram uma identidade internacional. Combinados com a figura de Rio Branco, elevado por Rui Barbosa à qualidade de *Deus Terminus* das fronteiras brasileiras, esses novos dogmas deram consistência e credibilidade a uma "determinada ideia de Brasil" (SANTOS, 2010, p.190)

Essas cinco dimensões da identidade internacional do Brasil fornecem para o atual trabalho um referencial importante para a parte empírica. Como visto anteriormente, novas identidades precisam referenciar valores, interpretações e elementos amplamente difundidos no imaginário coletivo para serem tidas por legítimas. Estas dimensões contêm uma parcela significativa do conteúdo simbólico que os discursos que serão analisados na Parte II deste trabalho referenciarão. É portanto útil ter uma compreensão inicial dessas características conforme tratadas pela literatura acadêmica, para melhor compreender as diferentes apropriações que os discursos governamental e midiático farão delas.

2.2 Inserção internacional do Brasil e os paradigmas do desenvolvimento

A classificação da PEB proposta por Vigevani e Cepaluni (2007) e apresentada anteriormente fornece um ponto de partida útil para a aplicação ao caso brasileiro do modelo de atualização identitária em quatro etapas resumido anteriormente (vide Figura 1). Combinando este modelo com a trajetória das fases mais recentes da PEB que precederam o momento ora estudado tem-se o seguinte processo:

Figura 2: Esquema de atualização de identidade internacional associado à evolução dos paradigmas da inserção internacional brasileira.



Fonte: Elaborado pelo autor baseado em Wendt (1992), Barnett (1999), Marcussen et al (1999), Soares de Lima & Hirst (2006) e Vigevani & Cepaluni (2007)

Contrastando as políticas externas de FHC e Lula, Vigevani e Cepaluni (2007) indicam que a falência do paradigma anterior de crescimento impulsionado pelo próprio Estado (governo Sarney) conduziu a uma liberalização da economia brasileira no período FHC. O momento da autonomia pela participação consistiu no ingresso nos regimes internacionais liberais com o intento de influenciá-los, porém sem buscar uma proeminência, atendo-se a um papel de liderança no âmbito regional apenas. Não tendo o país superávits de poder, sua preocupação seria com sua credibilidade, o que passa pela participação nas instituições internacionais e estabilização doméstica (SOARES DE LIMA & HIRST, 2006). Esse compromisso identitário esvaziou-se no final da década de 1990, após a adesão nacional à cartilha liberal não ter trazido as benesses esperadas. Foi a conjuntura crítica que deu início ao ciclo atual da PEB.

Na segunda etapa do ciclo, essas ideias foram "desnaturalizadas", o que permitiu a Lula, ao emergir vitorioso da disputa eleitoral em 2002, mudar expressivamente a ênfase da PEB. As ideias sobre o dever ser do país no mundo foram redesenhasadas através de uma

política externa que priorizou o fortalecimento das relações Sul-Sul, maior equilíbrio nas relações com o Norte, multilateralismo e busca de proeminência em questões de âmbito global: era a "autonomia pela diversificação" (VIGEVANI & CEPALUNI, 2007). A terceira etapa é o momento propositivo, em que o país age tentando mudar a percepção que outros países têm dele. Para a PEB executada sob o governo Lula, isso representou desempenhar novos papéis que projetassem o Brasil a uma posição de maior destaque no cenário internacional. A última etapa do ciclo já não coube ao Estado brasileiro, mas aos Outros relevantes, que interpretaram os gestos diplomáticos. O foco deste estudo é, precisamente, o processo simbólico e cognitivo que se desdobra entre a terceira e quarta etapas, quando o Estado brasileiro age, desempenhando um papel de potência emergente, munido de um discurso que visa tornar o exercício desta nova identidade legítimo aos olhos dos demais observadores; estes, por sua vez, interpretam os novos gestos da PEB com base em suas visões de mundo e conhecimentos compartilhados, podendo conferir ou não ao Brasil a identidade almejada.

Para o trabalho atual, torna-se então necessário especificar, primeiramente, quais gestos diplomáticos, no quadro da PEB do governo Lula, podem ser considerados exercícios da nova identidade de potência emergente buscada pelo Brasil; e, em segundo lugar, que atores são estes Outros, que interpretarão os gestos diplomáticos. A primeira questão diz respeito aos casos que foram selecionados para estudo. Ela será respondida pormenorizadamente na Parte II desta dissertação. A segunda questão se refere aos agentes comunicativos que serão submetidos à análise. Este estudo analisará o Estado (mais especificamente seus atores responsáveis pela elaboração e execução da PEB) e a imprensa nacional e estrangeira, atentando para quais visões de mundo estão presentes em seus discursos, e quais os efeitos do diálogo entre essas partes para a confirmação ou rejeição de uma nova identidade internacional para o Brasil. O capítulo seguinte se propõe a tecer algumas considerações teóricas, inspiradas do campo da Comunicação Social, que deverão elucidar a relação entre Estado, imprensa, representações e legitimidade.

3 ENQUADRANDO A REALIDADE INTERNACIONAL: DISCURSO OFICIAL, IMPRENSA E LEGITIMIDADE

Como a perspectiva construtivista evidenciou, os fenômenos e fatos passam a existir no mundo social quando são alvo de alguma significação simbólica. Isto se aplica às relações internacionais, de modo que o conjunto de atores, relações, interesses e normas que compõe este universo, ao invés de ser experimentado diretamente, é sempre vivenciado de forma mediada, após algum esforço de enquadramento e interpretação. São muitos os tipos de agente que podem produzir discursos e leituras sobre a comunidade internacional, suas instituições e o comportamento de seus atores. Em qualquer caso, se trata de um exercício de comunicação.

Neste capítulo serão discutidas as funções da comunicação no campo da ciência política e das RI, com o objetivo de subsidiar uma melhor compreensão sobre a natureza dos interlocutores que são responsáveis pela criação e circulação de discursividades sobre a ordem internacional. O objetivo desta investigação será principalmente compreender agentes como o Estado, a presidência, a chancelaria e a mídia enquanto entes comunicadores, produtores de discurso. Será analisada primeiramente a temática da publicização das PEB como uma política pública. Em seguida, propõe-se uma reflexão conceitual sobre o papel da comunicação na ordem democrática e como ela é basilar para a construção da legitimidade, tanto domesticamente quanto externamente. Por fim, serão apresentados os dois principais agentes comunicativos concernidos neste estudo: o governo, que elabora o discurso oficial do Estado, e a mídia, com uma reflexão sobre imprensa e assimetrias internacionais.

3.1 Política externa: a política pública sem público

Como este trabalho analisa um fenômeno político (a atualização identitária brasileira conforme manifesta na PEB) pelas lentes da comunicação, é importante evidenciar quais as interseções entre os dois campos. Há uma extensa produção acadêmica sobre a relação entre mídia e política interessada, especificamente, na forma como uma afeta a outra e vice-versa. Robinson (2001) argumenta que tal debate geralmente se divide entre a ala que atribui grande poder à imprensa e sua capacidade de mobilizar a resposta política de um país (o chamado "Efeito CNN", em que a mídia se torna o ator capaz de indicar os caminhos que a política externa deverá trilhar), e os partidários da "manufatura do consentimento", teoria originada por Chomsky e Herman (1988), segundo a qual a mídia se restringe à manutenção das

preferências das elites (sejam elas econômicas ou políticas), e que estas possuem variados mecanismos de sanção para domesticar os editores.

Ambas as teses possuem uma preocupação em comum com a forma como a mídia interfere na *elaboração e execução* da política externa, isto é, como os *policy makers* reagem face à ação da mídia. O presente estudo se diferencia destas correntes de pesquisa, pois se preocupa especificamente não com os efeitos da mídia sobre a confecção da PEB, mas sim em suas *interpretações*. Apontou-se na revisão bibliográfica que a PEB atual é fruto do esgotamento dos paradigmas precedentes e de uma reavaliação crítica sobre o lugar do Brasil no mundo. Considerando-a portanto uma política já consolidada e executada, o principal papel da mídia será, então, dar-lhe visibilidade e interpretá-la. Desse modo, o público mais afetado pela ação da imprensa não serão os *policy makers*, mas a população. Assim, o interesse primordial deste estudo, quanto à mídia, é seu papel em publicizar a PEB, em interpretar os projetos identitários que são executados pelo Brasil emergente.

O debate sobre a política externa enquanto política pública é extenso e ultrapassa o escopo deste trabalho. Assim, esta seção irá se ater apenas a uma reflexão sumária sobre a visibilidade da ação externa brasileira para o público doméstico. A política externa deve estar, como outras políticas públicas, sujeitas à supervisão popular. Essa prerrogativa decorre do ideal republicano de que o poder emana do povo e portanto as ações estatais devem ser constantemente monitoradas por ele, para garantir que atendam o interesse público e não sejam arbitrárias (PETTIT, 2007). Todavia, é notório que a atenção pública dedicada à chancelaria é bem menor do que à saúde, à educação, ao emprego e a outros assuntos internos. O interesse popular em questões diplomáticas é raro e geralmente só ocorre quando estes assuntos refletem, em alguma medida, disputas amplamente disseminadas na sociedade brasileira, por exemplo: a nacionalização do petróleo, a Política Externa Independente, o diálogo com o Terceiro Mundo (FONSECA JR, 1998; CARVALHO, 2010).

Por que motivos a opinião pública brasileira, de modo geral, não se interessa pela política externa? Lopes (2008) propõe quatro hipóteses: (1) Apatia política: temas externos são muito longínquos para despertarem interesse do povo brasileiro, que mesmo em se tratando da política doméstica demonstra contumaz indiferença; (2) A PEB é um produto da indução governamental desenvolvimentista, de modo que alguns paradigmas empregados (por exemplo, a substituição de importações) levaram à maior introversão e menos participação da sociedade civil; essa tendência só começou a ser revertida com a inserção do Brasil, nos anos

1990, na economia globalizada competitiva; (3) O Itamaraty segue sendo um órgão elitista e insulado da participação da sociedade civil; e (4) O Legislativo, que é o braço do Estado que deveria representar mais fielmente a diversidade de interesses da população, é inepto e indiferente à política externa, falhando em cumprir seu papel fiscalizador¹⁵.

Se pouca coisa mudou nos últimos anos quanto à apatia política, ao elitismo consular, e ao desinteresse parlamentar, o mesmo não se verifica na relação entre a PEB e desenvolvimento econômico. Fonseca Jr (1998) e Lafer (2009) também diagnosticam a "introversão" da PEB e a associam a duas causas: os problemas internos e as opções desenvolvimentistas nacionais. A redemocratização propiciou um espaço para a reflexão aberta da sociedade civil sobre as deficiências do país, que de tão prementes teriam consumido toda a atenção do público brasileiro. Desse modo, nem a diplomacia, nem "o mundo lá fora" são, historicamente, objetos de grande atenção do povo.

São de tal ordem os problemas internos — sejam os contrastes sociais, seja a necessidade de desenvolvimento, seja a disputa política — que "tradicionalmente" a diplomacia não tem sido objeto de um debate na imprensa, no Parlamento, nos meios de comunicação em massa (FONSECA JR, 1998, p.355-356)

Quanto às opções de desenvolvimento, Lafer (2009, p.120) indica que o Brasil se voltou "para 'dentro' e não para 'fora', à luz da experiência histórica de um país continental habituado à autonomia pela distância e que, por isso mesmo, ainda não absorveu a internalização do mundo". Com a globalização da economia brasileira, o posicionamento do Brasil no mundo deverá se tornar mais e mais um objeto de reflexão da sociedade. Neste intento, a mídia é precisamente um dos espaços que evidencia e permite a discussão sobre as ações do país no cenário mundial¹⁶.

Recorrendo ao conceito de Amaury de Souza (2009), jornalistas são um dos tipos de atores participantes da "comunidade da política externa brasileira". Esta se entende como um

¹⁵ Relativamente a essa quarta hipótese, é enriquecedora a análise de Amorim Neto (2011) sobre as determinantes da PEB de 1946 a 2008. O autor aponta a progressiva concentração da atividade externa nas mãos da Presidência, removendo inclusive parte da autonomia decisória que o MRE possuía anteriormente, e um característico desinteresse do Congresso na política externa (pelos baixos dividendos eleitorais que ela traz) que tem permitido a continuação desse unilateralismo do Executivo.

¹⁶ Não obstante, a relação entre jornalistas e diplomatas, ao menos no caso brasileiro, ainda se encontra em fase de ajuste. Lafer (2009) acredita que diplomacia e a mídia trabalham em velocidades conflitantes. A mídia veloz é movida a acontecimentos e eventos presentes, enquanto a diplomacia se vale de processos longos e da análise do passado. Ele adverte que os jornalistas podem levar à população a uma percepção fragmentária do trabalho do diplomata.

conjunto de pessoas que "participam do processo decisório ou contribuem de forma relevante para a formação da opinião no tocante às relações internacionais do país" (SOUZA, 2009, p.3), fazendo-o principalmente no âmbito da circulação e legitimação de ideias.

[A]s ideias e avaliações dessa ‘comunidade’ delimitam o discurso político visto como legítimo, fixam o molde dentro do qual se formam as percepções da opinião pública e de outros segmentos sociais, e assim influenciam, direta ou indiretamente, o curso das decisões de política externa (SOUZA 2009, p.3 *apud* ALMEIDA, ONUKI, CARNEIRO, 2012, p.9)

A comunicação governamental, a seu turno, realiza a mesma função, pois apresenta à população (ou ao público interessado) a interpretação do Estado sobre as políticas executadas. Em ambas as instâncias, o que se enseja é um debate sobre a legitimidade de determinada ação.

3.2 Legitimidade, consenso e comunicação

A literatura oferece variadas formas de definir o que é a legitimidade, recorrendo frequentemente a diáde que contrasta a aceitação normativa com a conformação pragmática. Em qualquer caso, atribui-se um papel importante às crenças compartilhadas entre os agentes. São as crenças que distinguem uma aceitação pela convicção da legitimidade de uma conformação motivada por autointeresse ou fruto da coerção (HURRELL, 2007). Os diagnósticos sobre se uma ação é legítima podem se basear tanto na sua adequação pragmática às necessidades do momento, quanto numa reflexão normativa sobre algum ideal de justiça (FONSECA JR, 1998, p.142). Porém, mais importante que a natureza das crenças legitimadoras (se elas são pragmáticas ou normativas), é o fato que elas sejam compartilhadas, pois raramente se considerará uma crença exclusiva a um ator tão válida quanto aquelas comuns a vários.

Legitimidade e autoridade política são conceitos reciprocamente imbricados, na medida em que o exercício desta depende em grande parte daquela. Charaudeau (2008, p.65) afirma que a legitimidade "justifica os feitos e os gestos daquele que age em nome de um valor que deve ser reconhecido por todos os membros de um grupo", sendo portanto superior à mera credibilidade, que não se refere necessariamente a valores coletivos. Portanto, no âmbito doméstico de um Estado, encontramos uma dinâmica de reconhecimento e

responsividade mútuos entre a instância política, que exerce o poder, e a instância cidadã, que sofre o poder e o autoriza.

[N]a medida em que a legitimidade se funda sobre um olhar de reconhecimento recíproco entre duas partes, é preciso que essas duas partes alimentem permanentemente essa relação de investidura e de controle: o que foi investido de poder tem necessidade de assegurar que ele seja sempre reconhecido como legítimo; o que delegou poder deve verificar se a investidura encontra-se sempre justificada (CHARAUDEAU, 2008, p.76)

Na seara internacional, povoada por Estados soberanos e formalmente iguais, não encontramos a mesma relação vertical que no âmbito doméstico. Assim, a legitimidade assume um papel diverso em suas implicações, mas semelhante em sua essência. É possível avaliar se a conduta de um Estado exprime ou não um valor compartilhado pela comunidade internacional, e assim julgá-la legítima ou ilegítima. Contudo, como não há um ente superior aos Estados soberanos, essa avaliação não serve para remover a autoridade política de um Estado — como a população pode fazer com seus governantes. Não obstante, há outras formas de sanção que um Estado pode sofrer por ter uma conduta ilegítima face aos demais (sanções, embargos, etc.), de modo que todos os governos que queiram evitá-las buscam de alguma forma legitimar suas ações. Em suma, podemos dizer que, quer no âmbito interno, quer externo, a legitimidade pressupõe o consenso em torno da conformidade entre práticas e valores aceitos.

Se a construção da legitimidade exige consenso, pressupõe também a existência de um espaço de diálogo para a troca de argumentos, justificação e persuasão, onde tal concordância possa ser alcançada (HURRELL, 2007, p.90). Para Fonseca Jr (1998), a arena internacional seria esse "espaço de proposição", no qual os Estados buscam construir a convergência, ainda que sob a influência das relações de poder que governam as relações entre países. Domesticamente, podemos encontrar tal espaço na esfera pública, entendida como local de deliberação, dissociado do poder governamental, no qual indivíduos livres e racionais discorrem sobre assuntos do interesse geral e formam suas opiniões a respeito. O surgimento de tal espaço foi possível graças ao advento dos meios de comunicação, por exemplo jornais impressos a partir do séc. XVIII, que permitiram a interação e diálogo mediado entre diversos indivíduos que puderam então se identificar como um público (TAYLOR, 2007).

Neste estudo, enfoca-se o diálogo entre dois tipos de agente: os formuladores da PEB e a mídia. Entende-se que os primeiros irão ao "espaço de proposição" das relações

internacionais para defender a sua compreensão de qual o lugar do Brasil no mundo. A imprensa, por sua vez, tem poderes peculiares nesse âmbito, filtrando e amplificando determinadas argumentações para levá-las à sociedade civil. Assim, serão agora analisadas as idiossincrasias de cada um desses dois interlocutores.

3.3 Discurso oficial

Para entender o diálogo travado entre o Estado e a população, é preciso explorar o conceito de Comunicação Pública (CP) enquanto comunicação de Estado e/ou governamental. Segundo Brandão (2012), a CP é um conceito ainda em construção e por isso mesmo possui diferentes sentidos e usos a depender do meio em que é evocado. A autora mapeia cinco sentidos correntes para CP no Brasil: (1) conhecimentos e técnicas da área de Comunicação Organizacional; (2) comunicação científica; (3) comunicação do Estado e/ou governamental; (4) comunicação política; (5) estratégia de comunicação da sociedade civil organizada. Monteiro (2012) também sinaliza o caráter multifacetado desse termo e indica três componentes da CP que a literatura tradicionalmente aponta: (1) Comunicação Institucional, responsável pela construção de uma imagem corporativa junto à população; (2) Comunicação Governamental: prestação de contas, promoção das políticas públicas e estímulo cívico; e (3) Comunicação político-partidária — embora alguns autores não gostem de imiscuir esta com a CP, que deveria ser do Estado e não dos partidos.

As reflexões sobre CP geralmente são cruzadas por debates nascidos de diferentes origens e com diferentes linhas de chegada. Sob a mesma égide, encontramos discussões sobre a comunicação como um direito fundamental, regulação dos meios de comunicação, uso cívico de técnicas comunicacionais pelo terceiro setor, e muitos outros. Para este trabalho, convém privilegiar a definição que melhor serve a temática ora estudada. A definição mais pertinente é a da CP como comunicação do Estado e/ou governamental, pois ela se distingue das demais preocupações que permeiam o conceito de CP e se foca no diálogo direto entre os governantes à frente da máquina estatal e a população diante da qual têm de prestar contas. Essa definição também é a que melhor captura a preocupação do governo em buscar a legitimidade de suas ações ao explicá-las diante de um público amplo. Como resume Brandão (2012, p.5):

A comunicação governamental pode ser entendida como comunicação pública, na medida em que ela é um instrumento de construção de agenda

pública e direciona seu trabalho para a prestação de contas, o estímulo para o engajamento da população nas políticas adotadas, o reconhecimento das ações promovidas nos campos políticos, econômico e social, em suma, provoca o debate público. Trata-se de uma forma legítima de um governo prestar contas e levar ao conhecimento da opinião pública projetos, ações, atividades e políticas que realiza e que são de interesse público

A prestação de contas do governo para sua população é entendida como um dos componentes basilares da ordem democrática. Este princípio, que pode ser chamado de publicização do poder, é em sua essência uma relação restrita entre governo e governados. Porém, Thompson (1998) argumenta que, com a globalização e disseminação dos meios de comunicação em massa em escala planetária, a demanda por transparência aumentou para além dos limites do Estado soberano. Assim, os negócios conduzidos pelos diferentes governos são submetidos cada vez mais a escrutínio público independentemente das fronteiras nacionais.

O exercício do poder político hoje é cada vez mais transparente, não somente na esfera da política doméstica mas também em escala global. Ações como as intervenções militares no Golfo ou a repressão das demonstrações na China, África do Sul ou nos territórios palestinos ocupados são ações que acontecem num novo tipo de arena global mediada: elas são visíveis, observáveis e testemunhadas simultaneamente e repetidamente por milhões de espectadores ao redor do mundo [...] O exercício do poder político se submete assim a um tipo de *escrutínio global* que simplesmente não existia antes. Dada a possibilidade de tal escrutínio, ações políticas comportam riscos anteriormente inexistentes e podem expor um regime à condenação internacional e ao isolamento econômico e político (THOMPSON, 1998, p.132, grifo no original)

Nesse contexto, possivelmente a política externa é um dos ramos de ação estatal que está mais sujeito à avaliação pela mídia e pela população. Uma das singularidades da política externa, em comparação com outras políticas públicas, é a sua dependência de mecanismos explicativos, ou um constante esforço de justificação de seus atos diante de uma audiência de interlocutores formalmente iguais, sem um árbitro superior. Os Estados são obrigados a constantemente justificar que suas opções são legítimas e legalmente corretas. Isso não se verifica no mesmo grau, por exemplo, em se tratando de política econômica, cuja legitimidade deriva do sucesso material de medidas específicas (FONSECA JR, 1998, p.267-268).

A atual investigação lida com a CP como canal através do qual a política externa da nação é apresentada, contextualizada e justificada. Torna-se, portanto, necessário delimitar

quem são os enunciadores deste processo comunicativo; em outras palavras, quais atores falam em nome do Estado brasileiro ao discorrer sobre a PEB. Para este estudo, serão considerados os discursos daqueles agentes que estão mais implicados na elaboração e na execução da PEB: a Presidência da República (PR) e o Ministério das Relações Exteriores (MRE). O MRE é o órgão central da diplomacia brasileira, tendo concebido e capitaneado a política externa de forma praticamente monopolística pela maior parte de sua trajetória. Segundo Almeida, Onuki e Carneiro (2011, p.8), a concentração por esta agência estatal com "forte espírito de corpo, memória institucional, treinamento especializado e competência específica" foi um dos fatores que contribuíram para a configuração da política externa como política de Estado, coerente e estável a despeito das mudanças de governo. Contudo, processos políticos internos e externos convergiram para que, nas últimas décadas, a PEB se tornasse menos insulada. O fim do regime autoritário e a redemocratização convidaram a população e a imprensa maior escrutínio das políticas públicas (dentre elas a externa), enquanto a emergência do fenômeno da diplomacia presidencial, no Brasil e no mundo (ROJAS & MILET, 1999; PEÑA, 2005), contribuiu para que a PR tivesse um papel cada vez mais ativo na feitura da PEB e na representação do país internacionalmente. Amorim Neto (2011) demonstra uma tendência nas últimas décadas de crescente influência da PR sobre a PEB, às custas de menor autonomia decisória para o Itamaraty e da apatia do Legislativo. Por estes motivos, conclui-se que dos discursos oriundos da PR e do MRE deverão ser os mais representativos da visão de mundo do Estado brasileiro em matéria de política exterior. Embora o exercício da política externa e representação do país ante o mundo por esses dois tipos distintos de agente não seja necessariamente em tudo consonante¹⁷, optou-se por considerar ambos em conjunto, pois o objeto de interesse da análise é sua ação discursiva em busca de legitimação, ocasião em que se espera um grau suficiente de uníssono entre ambos, haja vista que a publicização de discordâncias internas iria de encontro ao projeto legitimador. Isto se confirma para os dois casos estudados, como se demonstrará mais adiante, pois apesar das interpretações controversas dos demais observadores, os discursos de Lula e Amorim se mostraram compatíveis e complementares.

À luz disto, convém tecer algumas considerações breves sobre a evolução da comunicação governamental durante o governo o Lula, período em que os episódios diplomáticos ora estudados se deram. Ao longo dos seus dois mandatos, a comunicação governamental brasileira deu um salto qualitativo e quantitativo importante, pois observou-se

¹⁷ Vide, por exemplo, o contraste entre a diplomacia tradicional e presidencial feito por Rojas & Milet (1999)

tanto um robustecimento institucional da burocracia responsável pela comunicação do Estado, como uma maior presença do chefe do Executivo nos noticiários nacionais e internacionais.

Burity (2012) faz um balanço das ações de *media diplomacy*¹⁸ do governo Lula e conclui que nos dois mandatos dele se verificaram importantes mudanças na intensidade e qualidade do diálogo entre o Planalto e os públicos interno e externo. Segundo a autora, até 2003 a política de comunicação do Executivo era fragmentada e seus departamentos isolados. Apenas no segundo mandato de Lula foi criada a Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (Secom/PR) em lugar da antiga Secretaria de Imprensa da Presidência e unindo as estrutura regimentais anteriores sob um único departamento. Esse esforço de organização propiciou uma maior fluidez do diálogo entre a presidência e a imprensa, em especial a estrangeira, que agora dispunha de recursos como tratamento direto da comunicação governamental, acesso a entrevistas exclusivas, etc. O Executivo também passou a investir mais em publicidade e marketing institucional de órgãos, agências e empresas governamentais. O MRE, por sua vez, passou por uma reforma institucional entre 2004 e 2006 que abriu canais de comunicação com outros atores. A autora conclui que

[o] auge da exposição do presidente Lula e, consequentemente, do país, aconteceu no segundo mandato, daí concluiu-se que o primeiro mandato serviu para reestruturar a dinâmica interna da área de comunicação para que esta pudesse trabalhar em conjunto com o Itamaraty e os demais órgãos. (BURITY, 2012, p.122)

3.4 Imprensa, opinião pública e representação

Os órgãos oficiais são apenas uma voz na polifonia de atores que há na sociedade. Um dos mais expressivos é a mídia, que se constituiu historicamente como uma vigia do poder, imbuída da missão de revelar para a população as ações da classe política. Discursivamente, trata-se de um interlocutor que, assim como a comunicação governamental, busca apresentar à sociedade determinado recorte e leitura dos fatos sociais.

A imprensa tem papel determinante na configuração do espaço público moderno e no estabelecimento da relação entre a classe política e a população. O conceito hoje tão corrente de opinião pública é, sob muitos aspectos, um fenômeno que só pôde vir a existir com o advento dos jornais de tiragem nacional, que dirigiram a atenção dos indivíduos espalhados

¹⁸ Termo cunhado por Gilboa (2001, *apud* VALENTE, 2007) para descrever o uso governamental de recursos midiáticos da contemporaneidade para fins da política externa.

pelo território nacional a temáticas comuns, logo, de interesse público. Monzón (1996, *apud* CARVALHO, 2010) chama de concepção publicista este ideário a partir do qual os jornais reivindicam para si um papel de representantes da opinião pública, no sentido de que agem em benefício desta ao supervisionar o poder, tornando públicas as ações dos governantes.

O ato de tornar públicas as ações do governo transforma seu exercício numa prática transparente e compreensível ao público. Ao transportar as decisões do poder até as diversas camadas da opinião pública, a imprensa torna visíveis as demandas do público para o poder. Decorre daí uma ideia de *representatividade institucional* que se diferencia da representatividade institucional encarnada nos partidos, eleições e representantes políticos. A história da opinião pública, portanto, se confunde com a história da imprensa, dando origem ao que estamos chamando de concepção publicista (MONZÓN, 1996, p. 229, *apud* CARVALHO, 2010, p.28, grifo nosso).

Destarte, na concepção publicista, a imprensa é uma instituição necessária não apenas para que a opinião pública saiba dos movimentos do poder, mas é mesmo primordial para que possa haver algo como "o público" e a representatividade. Manin (1997), em sua reflexão sobre os princípios do governo representativo, sublinha que este é sustentado por uma crença no governo pela verdade, isto é, a ideia que as leis resultam de alguma verdade descoberta no decurso do debate. Para que haja debate, é necessário liberdade dos governados para manifestarem suas opiniões sobre assuntos políticos independentemente do controle do governo. Esta premissa traz consigo o argumento em prol da liberdade de expressão e de imprensa, e também, considerando que os temas a serem debatidos concernem a relação entre governo e população, a necessidade do monitoramento civil como requisito para a transparência e *accountability*. Como resume Carvalho (2010, p.28)

Essa concepção ressalta a existência da imprensa como condição para a publicização das diversas opiniões individuais que constituem o público. A característica essencial deste processo envolve a liberdade em relação ao controle do governo, parte diretamente interessada no resultado das disputas políticas.

Assim, pode-se dizer que a imprensa se vê investida de um papel representativo no interior da vida política de um país. Para a atual reflexão, isto implica que ela pode tomar a palavra em desafio ao poder público, se crendo, tal qual a classe política, um tipo de representante institucional da nação. Investida dessa natureza, a mídia torna-se um ator relevante na legitimação ou contestação de uma leitura, avançada pelo governo, sobre a

identidade do país, visto que poderá mobilizar uma interpretação própria sobre qual é a real identidade e os interesses da nação.

3.5 Organizações jornalísticas e as assimetrias internacionais

A dinâmica entre governo e imprensa observada no interior de um Estado encontra alguns pontos em comum com a dinâmica internacional. De semelhante, há o mesmo embate informacional em que dois tipos de interlocutores, um estatal e outro não-estatal, disputam pela criação de consenso em torno de sua leitura da realidade. Esta competição resultante pode ser melhor compreendido se lida à luz da economia das práticas de Bourdieu (2003), para quem há uma disputa deflagrada entre diferentes modos de representar, com forças sociais concorrentes que buscam estabelecer a hegemonia. Essa competição visando formar a opinião pública encontra na mídia seu campo de batalha. Como afirma Monteiro (2012, p.43):

É na imprensa que os acontecimentos e as opiniões ganham maior visibilidade pública, constituindo-se esse espaço numa arena privilegiada em que os diversos atores sociais travam batalhas simbólicas para fazer prevalecer a sua representação da realidade, movimentando-se para obter a cooperação dos demais segmentos, nas ocasiões em que há conflitos.

O acesso ao campo midiático condicionado pela capacidade dos atores em atender certos requisitos. No caso do jornalismo, os canais de acesso ao campo são operados por um grupo de profissionais, que importam para esse campo elementos segundo sua compatibilidade com os critérios de noticiabilidade (o valor notícia). Assim, ao considerar as relações internacionais, pode-se dizer que presença dos atores internacionais será conforme sua capacidade de produzir fatos que atendam a esses requisitos do cânone jornalístico (STEINBERGER, 2005, p.161).

Em razão de tal aptidão ser um pré-requisito, a relação de forças atuantes no espaço midiático destoa das que encontramos no espaço social e no espaço internacional, dado que essas habilidades não são igualmente distribuídas na população, tampouco entre os Estados. Alguns grupos sociais não gozam da mobilidade necessária para ascender ao espaço midiático, ou da força para determinarem de que forma serão retratados nele. Da mesma forma, nem todos os países têm a capacidade de influir sobre qual imagem eles terão diante do mundo por intermédio da mídia internacional. Os efeitos dessa assimetria são especialmente

relevantes se considerarmos que, em comparação a outras linguagens institucionais (religiosa, acadêmica, etc.), a jornalística consolidou-se como a mais influente na formação de opinião do espaço público internacional.

Essa discricionariedade do acesso ao espaço público midiático, conquanto arbitrária, é progressivamente naturalizada, à medida que vai sendo normatizada nos manuais jornalísticos e na mente do público. Conclui-se que terão mais influência na disputa pelos modos de representar aqueles atores que gozarem de maior presença no campo midiático. Em se tratando de Estados, esse acesso será ditado por uma "ordem geopolítica que hierarquiza países e regiões de acordo com sua posição na correlação internacional de forças e com sua proximidade *vis-à-vis* das potências hegemônicas" (STEINBERGER, 2005, p.170). Um exemplo disso encontra-se na lista das cidades privilegiadas para a alocação de correspondentes (Washington, Paris, Londres, etc), consideradas naturalmente de maior relevância jornalística.

As grandes economias não só atraem rotineiramente mais atenção dos jornais, elas também são as mais abrangentes e profícias produtoras de notícia. Basta observarmos as origens das agências de notícias ditas globais (*Associated Press*: EUA, *Reuters*: Reino Unido, *Agence France Press*: França) para constatarmos que a preeminência exercida em outras esferas pelas potências mundiais também ocorre em se tratando do noticiário. Os grupos de comunicação das nações hegemônicas não difundem apenas mais conteúdo, mas também sua perspectiva dos eventos, já que a posição do emissor incontornavelmente afeta o que é dito. Em consequência, países menos aparelhados em estruturas comunicacionais tornam-se dependentes desses agentes externos e, com isso, receptores de todas as reduções e simplificações que eles praticam. Elementos da notícia, como a seleção de fontes, passam a seguir a cartilha dos comunicadores estrangeiros, e a própria imagem nacional é modelada segundo a perspectiva e interesses noticiosos de outros países.

Essas desproporcionalidades da comunicação mundial foram atacadas fervorosamente nos anos 1970 e 1980, época em que se formou a chamada Nova Ordem Mundial da Informação e Comunicação (Nomic). Movimentos de esquerda e outras sensibilidades políticas que emergiram na década de 70 acusaram a mídia do Norte de, seguindo os interesses do mundo desenvolvido, transmitir uma imagem distorcida do restante do globo¹⁹.

¹⁹ O caso mais ilustrativo teria sido a discrepança na tonalidade da cobertura da morte do presidente Salvador Allende, no Chile, encontrada entre jornais latinos e norte-americanos.

Deflagrou-se então uma contenda na Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) pelo estabelecimento de formas de se intervir sobre esse fluxo desigual da informação, de modo a suplantar o que era visto como "imperialismo cultural" por "diversidade cultural"²⁰.

A reação dos países acusados de perpetuar essa desigualdade simbólica foi formar o *World Press Freedom Committee* (WPFC), advogando que a liberdade de informação era mais importante do que a equidade defendida pelos demais países — alguns dos quais eram reconhecidamente antidemocráticos e tinham, portanto, motivações dúbias para aderirem ao clamor. Com a publicação em 1980 do Relatório MacBride, "Muitas Vozes, Um Mundo", enfatizando ainda mais essas divergências, EUA e Reino Unido reagiram abandonando a Unesco. A vitória em 1987 pelo WPFC deixou evidente que os fluxos de informação não poderiam ser subitamente revertidos com a simples publicação de um relatório se as relações de poder internacional não passassem por uma reestruturação condizente. Resgatar o episódio da Nomic é instrutivo, pois evidencia como a hegemonia de um país ou grupo de países se espalha por diversas esferas, e como, em particular, seus efeitos sobre a comunicação são relevantes na política internacional. A disputa pelos modos de representar, como o evento ilustra, pode chegar até os mais altos colegiados globais e motivar atitudes drásticas²¹.

Analizando jornais de 38 países diferentes, Wu (2000) conclui que, dentre mais dezenas nações citadas, os EUA foram a mais noticiada, comprovando que importância de um país no cenário global acompanha de perto sua presença nos noticiários. Isso permite que concluir que a imprensa, segundo Marthoz (2006), reflete, mais do que cria, as realidades de poderes e interesses, de modo que o reequilíbrio da comunicação planetária seria impossível — até mesmo sem sentido — se as desigualdades de riqueza e desenvolvimento não fossem igualmente sanadas.

²⁰ Para o Brasil, um dos agentes transacionais que teve maior ímpeto em levar adiante iniciativas consoantes às propostas terceiro-mundistas foi a Igreja Católica, que já dispunha de capilaridade no uso de técnicas de comunicação e radiodifusão no vasto território nacional. Assim, o bloco hegemônico do pensamento comunicacional brasileiro foi formado pela curiosa conjunção entre marxismo e cristianismo (BRANDÃO, 2012).

²¹ Outros exemplos podem ser encontrados na história mais recente que demonstram a importância geopolítica da ocupação do campo midiático internacional. O canal global de notícias *France24*, por exemplo, foi idealizado pelo presidente Jacques Chirac como uma "CNN à francesa" para desafiar a supremacia anglo-saxônica da CNN e BBC. Os noticiários internacionais, segundo o ex-presidente, careciam de uma perspectiva francesa sobre os fatos. Essa empreitada evidenciou que o embate pelos modos de representar no tabuleiro informacional internacional não ocorre somente entre grandes blocos ("Norte vs Sul", por exemplo) mas também entre as próprias nações hegemônicas.

4 NOTAS SOBRE O MÉTODO

Neste capítulo, será feita uma breve exposição sobre a metodologia empregada para a análise dos dados empíricos deste estudo. Como explanado anteriormente, o objeto em questão (a identidade internacional do Brasil) possui uma dimensão simbólica e ideacional, sendo sua existência enquanto realidade intersubjetiva produto da prática discursiva de diferentes atores, em especial o governo e a imprensa, que disputam os modos de representar a realidade internacional. Assim sendo, um dos principais elementos que convém investigar é o discurso, por ser ele o *locus* da materialização das visões de mundo desses sujeitos. Consequentemente, a Análise de Discurso Francesa (AD) foi adotada como ferramenta para esta investigação. Serão expostas adiante as características desta metodologia, a justificativa para seu uso, alguns de seus conceitos pertinentes para o caso à mão, e quais as limitações de empregá-la aliada ao quadro teórico construtivista.

4.1 Análise do Discurso Francesa: origens e conceitos

Analizar essa disputa pelos modos de representar exige que observemos diversos elementos constitutivos dos discursos que emergem de cada lado do embate: quais fatos são mencionados, como o são, que eventos históricos são trazidos à tona, quais relações são propostas, que fontes são credenciadas a falar, entre outros. A AD é uma opção versátil para contemplar essa variedade de questões, pois através dela pode-se explorar não somente a linguagem, mas o sujeito, a ideologia e a história. Na análise acerca de visões de mundo concorrentes e seus modos de representar, é fundamental dispor de uma metodologia que leve em conta aquilo que é dito, como também quem o diz e sob quais circunstâncias sócio-históricamente determinadas. Faz-se relevante, primordialmente, detalhar qual é a origem dessa multifocalidade da AD.

4.1.1 Origens da Análise de Discurso

A AD ocupa um terreno misto entre os estudos linguísticos, sociais e psicanalíticos, tendo evoluído a partir da linguística estruturalista de Saussure. A sua investigação sobre os sentidos tem sua gênese nas reflexões saussurianas, porém foi expandida para além do confinamento imanente da linguística de então, que se focava exclusivamente sobre os

aspectos formais da língua, enfatizando a dualidade entre língua (estável) e fala (instável), e ignorava as externalidades sociais.

A ampliação veio com o marxismo althusseriano e seu interesse pela ideologia. Segundo a teoria marxista, ideologia seria um cabedal de crenças e valores que justificam a dominação de uma classe por outra, a "superestrutura" erguida sobre uma teia de relações materiais com o objetivo de legitimá-las. Althusser expandiu esse conceito, apontando que a classe dominante garante a soberania de sua visão de mundo através de aparelhos repressores (exército, judiciário, política, etc) e ideológicos (igreja, família, cultura, etc) que atuam sobre o conjunto da população. A ideologia poderia ser estudada, no projeto de Althusser, a partir de seus traços materiais, sendo essa a razão do seu interesse pelo campo linguístico.

Mediação necessária entre o homem e seu derredor, a linguagem é vista como o ambiente onde a ideologia se materializa. Sendo um sistema de significação da realidade, a linguagem é em essência um "distanciamento entre a coisa representada e o signo que a representa", e é precisamente nessa distância, "no interstício entre a coisa e sua representação sínica, que reside o ideológico" (BRANDÃO, 2004, p.9). Por essa razão, a AD, a partir de Althusser, não considera a linguagem uma entidade abstrata — como no modelo saussuriano —, mas um lugar onde o ideológico se manifesta concretamente. Assim, a preocupação do campo migra da dualidade língua/fala para outra entre o formal e o social. O "discurso" será então a conjunção entre os processos subjetivos/ideológicos e fenômenos linguísticos. Como resumem Charadeau & Maingueneau (2008, p.202), a escola francesa da AD intentou "pensar a relação entre o ideológico e o linguístico, evitando, ao mesmo tempo, reduzir o discurso à análise da língua e dissolver o discursivo no ideológico".

Apesar dessa expansão da disciplina, é preciso manter em mente que a influência estruturalista sobre a AD permanece, sendo o próprio Althusser proponente dessa abordagem e responsável pela sua inclusão no marxismo. Essa característica será posteriormente expandida ao conceito de sujeito através da psicanálise lacaniana, aplicada ao campo por intermédio de Pêcheux. Lacan se vale do estruturalismo na sua exploração do sujeito freudiano e, em particular, do papel do inconsciente. Segundo Lacan, o local onde se encontra o sujeito não é o consciente, onde reside a ilusão do "sujeito centro", que sabe quem é e o que diz; mas sim no inconsciente, onde habita o Outro²² — o discurso do pai, da mãe, da

²² Essa importância do Outro no discurso evidencia a herança estruturalista da disciplina, pois implica que elementos não adquirem seu significado intrínseca nem extrinsecamente, mas em sua relação com os demais elementos.

sociedade – que lhe imprime identidade (BRANDÃO, 2004, p.108). Essa divisão do sujeito feita por Lacan é de grande valor para a AD, pois evidencia que o sujeito não profere seus discursos em função de sua consciência monolítica — visto que ele é assim cindido —, mas em função do lugar que ele ocupa no sistema social.

A conceituação do sujeito feita pela psicanálise é uma temática que perpassa toda a teoria da AD, conforme articulada por Pêcheux, que define três outras regiões do saber que compõe a disciplina: uma teoria da sintaxe e da enunciação; uma teoria da ideologia; e a teoria do discurso, que é a determinação histórica dos processos de significação. Segundo Orlandi (2007), a análise dos sentidos requer o recurso a essa multiplicidade de áreas, pois os sentidos não são algo em si próprios, mas sempre são referentes a algo; sua compreensão exige que se vá além da interpretação do código linguístico, exige a reflexão sobre o contexto e demais enunciados da situação e sobre como operam os processos de significação em curso.

A preocupação elementar da AD está, portanto, nas intenções e efeitos engendrados por um sujeito no ato discursivo (MUSSALIM, 2003), analisando não "o que" um texto significa, mas "como" ele significa. O objetivo não é tentar desvelar um sentido definitivo por trás do texto; Orlandi (2007, p.26) afirma categoricamente que "não há uma verdade oculta por detrás do texto. Há gestos de interpretação que o constituem". Assim, o olhar do analista não deve passar através do texto, mas focar-se nos mecanismos significantes nele empregados, levando em conta sua "materialidade própria e significativa [...] sua espessura semântica" (ORLANDI, 2007, p.18). A autora adverte que:

Os dizeres não são, como dissemos, apenas mensagens a serem decodificadas. São efeitos de sentidos que são produzidos em condições determinadas e que estão de alguma forma presentes no modo como se diz, deixando vestígios que o analista de discurso tem de apreender. [...] as margens do dizer, do texto, também fazem parte dele (ORLANDI, 2007, p.30).

Diversos conceitos compõem o dispositivo que o analista de discurso empregará em sua investigação sobre os sentidos de um enunciado. Para nosso estudo, convém destacar alguns deles por sua relação com o proceder dos políticos, jornais e jornalistas. São eles a Interdiscursividade, a Memória Discursiva e a Formação Discursiva.

4.1.2 Interdiscursividade e Memória Discursiva

A construção do sentido não é possível sem a memória. Todo discurso contemporâneo se sustenta sobre um outro que foi proferido anteriormente, de forma independente. Esse "já-dito" é basilar a qualquer dizer atual, pois nenhum discurso gera a si próprio de forma autônoma; ele sempre remeterá a algum que foi tecido em outro lugar sob outras circunstâncias. O conceito de interdiscursividade diz respeito às formas como os discursos apontam a esses outros que o entornam ou precedem. Charaudeau & Maingueneau (2008, p.286) definem interdiscurso como "o conjunto de unidades discursivas (que pertencem a discursos anteriores do mesmo gênero, de discursos contemporâneos de outros gêneros, etc.) com os quais um *discurso particular* entra em relação implícita ou explícita" [grifo no original].

O inter-relacionamento entre diferentes discursos afeta, de maneira constitutiva, como um dizer consegue produzir sentido. Orlandi (2007, p.31) afirma que o interdiscurso "disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada", de modo que a compreensão de sentidos atuais requer a análise dos discursos que os precederam e como suas significações se cristalizaram.

Chamamos de Memória Discursiva (MD) esse conjunto de construções antecedentes que são disponibilizadas ao sujeito discursivo no presente. Analisando-a, pode-se resgatar sentidos que foram consolidados através de um processo histórico e que atuam como "já-ditos" no presente. Esses sentidos historicamente determinados, vale destacar, escapam do controle ou vontade do indivíduo que os emprega, pois este já se depara com eles consolidados.

Ademais, os "já-ditos" passam por um processo de "apagamento autoral", em decorrência do qual é impossível localizar conscientemente quem é autor específico de um discurso amplamente difundido e naturalizado. Ao mobilizarem discursos cujos autores não são mais identificáveis — e assim tornam-se supostamente impessoais — os sujeitos reforçam sua ilusão de não atribuírem seus dizeres a um outro que não eles próprios. Trata-se, por assim dizer, de um esquecimento ideológico que leva o indivíduo a inconscientemente esquecer que ele é um portador e perpetuador de uma ideologia anterior a si mesmo. A própria conversão do *indivíduo* em um *sujeito* se dá mediante a interpelação do primeiro pela ideologia, sendo essa a via pela qual a linguagem passa a fazer sentido. O sujeito resultante não tem, todavia, consciência desse processo que o assujeita à linguagem e à história;

enxerga, pelo contrário, a linguagem como transparente e fiel mensageira de seus pensamentos²³.

4.1.3 Formação Discursiva

Tendo em mente a condição do sujeito face às forças que incidem sobre ele no ato discursivo, é propício passar agora para o último conceito analisado nesta seção, a Formação Discursiva (FD). De forma resumida, pode-se dizer que as FDs determinam o que pode ser dito, onde e como. Elas são, segundo Mussalim (2003), o ponto de conjunção entre discurso e ideologia, sendo regidas por formações ideológicas.

Orlandi (2007) chama a atenção para o fato de que as palavras não possuem sentido em si, mas o adquirem apenas quando inscritas em determinada FD que as imbuirá do matiz ideológico que a determina. Os sentidos, segundo a autora, seriam sempre determinados ideologicamente. É por essa razão que um mesmo dizer pode adquirir diferentes sentidos a depender da FD que o recobre: cada uma mobilizará diferentes referências e "já-ditos". Essa potencialidade para recombinações e múltiplas ligações evidenciam o vínculo entre a FD e o interdiscurso.

O conjunto de dizeres prévios e referências presentes em determinada FD constitui uma "regionalização do interdiscurso" (ORLANDI, 2007, p.43). Através de recursos como a paráfrase, opera-se uma delimitação dos enunciados que podem ser proferidos em dada circunstância, objetivando uma preservação identitária (BRANDÃO, 2004). Isso não implica, entretanto, que as FDs chegam a cristalizar em definitivo os sentidos que podem ser gerados nelas. Do contrário, não haveria atualização possível dos sentidos através da história.

Em seus primórdios, o conceito de FD, por sua estreita conexão com a ideologia e o papel totalizante e sistêmico desta, foi concebido como um espaço sólido e excluente (i.e.: a presença de um elemento numa FD o exclui das demais). Contudo, essa definição foi nuançada, levando em conta a ação do interdiscurso, que constantemente invade o perímetro das FDs estabelecidas trazendo elementos de outras origens que tornam o seu conteúdo mais cambiante (CHARAUDEAU & MAINGUENEAU, 2008).

²³ Essa relação de determinação entre sujeito e estrutura será revisitada de forma mais crítica na Seção 4.2.2, visto que diverge pontualmente dos pressupostos construtivistas.

A linguagem, bem como os sujeitos, é incompleta e permite que o simbólico atue em suas lacunas, introduzindo novos elementos e associações. A dinâmica entre uma FD e a prática discursiva pode ser vista como a instável articulação entre uma estrutura que tenta se fixar e as contingências do acontecimento. O interdiscurso é central na formação de todo discurso, pois este não é fechado, coeso e portador de sentido unívoco, mas poroso, mutável e heterogêneo, sempre remetendo a um Outro e atravessado por diferentes FDs. Não seria possível, ademais, conceber uma FD autônoma, que não apontasse a uma outra e interagisse com ela na sua construção dos sentidos. Semelhantemente, a especificidade de qualquer discurso só é adquirida mediante comparação com outros discursos. Desse modo, o esforço de contenção não consegue superar o caráter polissêmico da língua, que insiste em "embaralhar" as fronteiras entre as FDs (MUSSALIM, 2003).

4.2 Construtivismo e Análise do Discurso: aproximações e diferenças

Para investigar mais detidamente a compatibilidade entre referencial teórico, metodologia e objeto, esta seção compara alguns pressupostos do construtivismo e da AD. Através deste contraste, serão ressaltadas as semelhanças e divergências entre as duas abordagens, para assim identificar quais componentes de ambas melhor servirão a atual empreitada.

Especificamente, será comparado o tratamento dado pelo construtivismo e pela AD às questões de identidade, ontologia e produção de sentidos, por serem estes quesitos basilares deste trabalho. Esses três pontos, respectivamente, se refletem (1) na dinâmica entre identidade e alteridade na constituição do sujeito; (2) na relação entre agente, estrutura e capacidade de agência; (3) na existência de um repertório comum a partir do qual os sentidos podem ser produzidos.

4.2.1 Sujeito, identidade e alteridade

Construtivismo e AD possuem concepções próximas do que é o sujeito, embora com divergências salientes. O conceito de sujeito na AD evoluiu *pari passu* com a própria disciplina. Em sua gênese, como se viu em Althusser e nos primeiros trabalhos de Pêcheux, a escola concebia o sujeito como "assujeitado". Isto é, o indivíduo é interpelado em sujeito

discursivo por força da ideologia, a qual o informará dos dizeres e sentidos que são lícitos articular. Embora o indivíduo se imagine como uno e autor consciente de suas falas, esta percepção seria o resultado de um esquecimento ideológico. Na verdade, o sujeito é o suporte dos saberes prévios que a ideologia lhe empresta, possuindo portanto pouca autonomia ou originalidade na sua forma de significar. Como resume Indursky (2008, p.11), o sujeito original da AD é "duplamente afetado":

o sujeito que o fundador da Teoria da Análise do Discurso convoca é um sujeito que não está na origem do dizer, pois é duplamente afetado. Pessoalmente e socialmente. Na constituição de sua psiquê, este sujeito é dotado de inconsciente. E em sua constituição social ele é interpelado pela ideologia. É a partir deste laço entre inconsciente e ideologia que o sujeito da Análise do Discurso se constitui.

Em sua segunda fase, a AD foi marcada pela influência dos trabalhos de Foucault e sua concepção do discurso como práticas dispersas. As FDs que informam o discurso do sujeito não são blocos monolíticos, sendo na verdade atravessadas por elementos externos. Migrou-se assim de uma visão totalizante e sistêmica do papel da ideologia sobre a constituição do sujeito para uma compreensão mais difusa, em que se admite que as próprias ideologias que operam sobre o indivíduo possuem fronteiras porosas. Esta "contaminação", por assim dizer, é constitutiva de qualquer FD. Assim, nesta fase, o sujeito "assujeitado" dá lugar ao sujeito "disperso".

Na terceira e última fase da AD, influenciada pelos trabalhos de Bakhtin e Lacan, postula-se um sujeito polifônico, formado dialogicamente e atravessado por relações interdiscursivas. Propõe-se que o Outro está sempre presente no discurso do sujeito, sendo este portanto o sujeito "heterogêneo".

Dessa trajetória resulta que o sujeito em AD, atualmente, é concebido de forma inextrincável do Outro. Não se pode conceber a existência de um *self* pensante, reflexivo e consciente de si sem a consciência do Outro. Charaudeau & Maingueneau (2008) afirmam que o conceito de identidade em AD está intimamente atrelado aos conceitos de sujeito e alteridade.

A AD precisa contemplar, em sua análise, além do sujeito psicológico ou empírico, o sujeito enquanto ente discursivo. Ou seja, ela deve levar em consideração a sua constituição e apresentação quando se engaja nos atos comunicativos. Assim, Charaudeau & Maingueneau

(2008) definem a identidade para a AD como um produto de fatos históricos, contextuais, situacionais e das estratégias comunicativas mobilizadas.

[A] identidade resulta, ao mesmo tempo, das condições de produção que exercem coerções sobre o sujeito, condições que estão inscritas na situação de comunicação e/ou no pré-construído discursivo, e das estratégias que ele põe em funcionamento de maneira mais ou menos consciente (CHARAUDEAU & MAINGUENEAU, 2008, p.267)

Para o construtivismo em RI, a identidade é um processo intersubjetivo e cognitivo, o que implica, semelhantemente, que o sujeito só se constitui na presença do Outro. A formação de sua identidade e interesses resulta de sua interação e aprendizado com um semelhante. Haveria mesmo um primado do Outro em muitos aspectos, dado que a identidade final do sujeito não é determinada por ele próprio, mas pela a rede compartilhada de entendimentos (HOPF, 1998).

Portanto, AD e construtivismo têm em comum a noção de um sujeito de alguma forma incompleto, ou indeterminado, cuja identidade é processual e está sujeita a influências externas a ele. Wendt (1992) criticara a forma como a teoria da escolha racional tornava a identidade um dado apriorístico, e portanto forjado fora do social. Da mesma forma, o componente dialógico da AD implica que o indivíduo não se constitui sem a presença do Outro, e que este estará sempre no discurso daquele. Não obstante, é preciso ressalvar que no construtivismo há uma preocupação maior com aspectos cognitivos e interacionais que confluem no desenvolvimento do ator. Já na AD o foco está principalmente à volta do ator; não se busca explicar os mecanismos sociais que conduzem à formação do sujeito (e.g.: como os indivíduos internalizam uma ideologia), mas sim estudar a manifestação dessa identidade no discurso, que carrega consigo traços das forças históricas e sociais que operam sobre o sujeito.

Por essa razão é que, neste estudo, o processo de atualização da identidade nacional é explicado principalmente em termos construtivistas, ao passo que a AD é empregada como método para analisar os produtos finais dessa dinâmica. Em outras palavras, as lentes do construtivismo serão usadas para enquadrar os momentos de crise que levaram a uma revisão crítica da identidade vigente, os atores que competiram para estabelecer uma nova leitura, as práticas de que eles lançam mão para tentar validá-la no cenário internacional, e a reação do Outro face a essa inovação. Em seguida, a perspectiva da AD é aplicada aos textos oficiais e

midiáticos que são, respectivamente, um produto desse esforço político e a reação da imprensa a ele.

Outra observação importante sobre a AD, que faz Possenti (2009) e é pertinente para este trabalho, diz respeito à tendência dos analistas de discurso em reduzir indivíduos a meros vetores através dos quais discursos prévios transitam, destituídos de agência ou inventividade. Como ele adverte, "a presença do outro não é suficiente para apagar a do eu, é apenas suficiente para mostrar que o eu não está só" (POSSENTI, 2009, p.50). O autor relembra que, ao lado da historicidade (que remete ao assujeitamento do indivíduo), a atividade (por exemplo, a atividade linguística) é uma das características que define o sujeito e portanto deve ser interpretada como um traço manifesto da sua subjetividade. Reside na atividade do sujeito a capacidade de desafiar e atualizar as estruturas que o entornam, como será analisado no próximo ponto.

4.2.2 Agência e estrutura: autonomia vs. determinação

A clássica questão da relação entre agente e estrutura é tratada, no construtivismo, de forma conciliadora. Por herança da teoria da estruturação de Giddens, o construtivismo postula que agente e estrutura são co-constituídos, sendo esta tanto o ambiente quanto o produto das ações daquele (ADLER, 1997).

Um dos desdobramentos dessa posição intermediária é a possibilidade que a agência individual venha a provocar mudanças estruturais. Por um lado, há estruturas que, uma vez sedimentadas e compartilhadas, operarão de modo a preservar-se, apresentando-se como fatos sociais objetivos e coagindo comportamentos (WENDT, 1992). Em se tratando de sentidos compartilhados, essa manutenção significa policiar e replicar certos entendimentos e visões de mundo (HOPF, 1998). Por outro lado, os atores não são completamente sobredeterminados pela estrutura. As normas e sentidos constituem um plano de fundo contra o qual eles desenvolverão estratégias para agir (HAY, 2006), podendo inclusive desafiar em alguma medida a rede normativa de sentidos vigentes. Pode-se dizer então que há uma tensão entre a preservação da estrutura e a variação introduzida pela ação dos atores.

Já a AD atribui uma influência maior à estrutura do que ao indivíduo em sua ontologia. Em função de sua filiação estruturalista, marxista e psicanalítica, há uma nítida primazia dos fatores sociais e históricos como explicações causais, em detrimento da intenção

individual. Como se mostrou, ao longo das três fases da disciplina, a conceituação do sujeito e suas faculdades foram tornando-se mais ricas e complexas. Inicialmente, restava ao sujeito identificar-se com uma FD ou rejeitá-la, sendo essa própria rejeição não um sinal de liberdade ou autonomia, mas da cooptação por outra FD. Nas fases seguintes da AD, em que a FD não encerrava mais tudo em si mesma, mas era atravessada por várias outras, as possibilidades para o sujeito dentro de uma FD não são mais binárias (aceitar/recusar), mas fragmentadas. Ele não adere ou contesta a FD em bloco, mas a componentes específicos. Uma vez que essa inovação conceitual se deu com respeito à FD e portanto, no domínio da estrutura, podemos argumentar que a evolução teórica da AD não significou um predomínio, em suas explicações causais, das estratégias individuais. Trata-se, ao invés, de uma noção mais matizada das formas difusas em que o Outro opera sobre o indivíduo²⁴. Embora por si só esse detalhamento não dote o sujeito de mais coesão e agência, reduz o determinismo da estrutura que o envolve. Caso esse determinismo fosse completo, não haveria mudança possível na empresa humana, como afirma Possenti (1993, p.2):

A ideia básica mobilizada para postular uma noção não ingênua de sujeito é opor a ideia de sujeito à de estrutura: se as estruturas fossem acabadas, sem frinhas, se igualassem efetivamente em todos os sentidos os elementos a que se referem (indivíduos numa sociedade, átomos linguísticos numa língua), a única definição possível de sujeito seria pela sujeição. Mas, então, as sociedades e as línguas não mudariam. Os sistemas são instáveis, e o são pela ação dos indivíduos. E é, portanto, pela ação, ação diferenciada, que o sujeito será definido.

Face a isso, percebe-se que há algumas divergências entre AD e construtivismo sobre a natureza da relação entre uma estrutura determinante e um sujeito capaz de agência. Não obstante, encontra-se em ambos a mesma tensão entre preservação e desestabilização. FDs e redes compartilhadas de sentidos são ambos sistemas semânticos que buscam preservar-se, reproduzir-se e delimitar os limites do legítimo. Nos dois casos, há a preocupação em traçar as fronteiras do inteligível, contra as tensões centrífugas que as querem fragmentar.

²⁴ Nos estudos linguísticos, a pragmática é a vertente que se preocupa mais com a intenção e as capacidades do sujeito falante. Há uma diferença marcada entre a pragmática e a AD no que tange sua concepção do sujeito e como este age discursivamente. Um dos pressupostos basilares da AD é que o sujeito heterogêneo, dialógico e afetado pelo inconsciente possui pouco conhecimento ou acesso às condições de produção e a autoria dos "já-ditos" que o afetam. Já para a pragmática, o sujeito é um utilizador consciente e intencional da língua, o que pressupõe que ele é capaz de acessar conhecimentos e competências discursivas para agir de maneira calculada. Possenti (1993, 2009) advoga um maior diálogo entre AD e pragmática pois julga que o fato de se considerar o sujeito como um ser social não deveria implicar, automaticamente, um esquecimento ou não-intencionalidade da parte dele.

Pode-se ainda destacar que em ambas as abordagens concebe-se um agente que se constitui socialmente, sobredeterminado por uma estrutura, mas a quem é possível alguma autonomia na sua ação consciente. A estrutura não é totalizante e determinista: cada disciplina prevê um espaço para variação através da ação individual. No construtivismo, essa variação decorre da possibilidade de aprendizado, mudança, cálculo estratégico e formação de novos consensos. Em AD, enxerga-se a variabilidade mais como fenômeno inato ao discurso, por força de sua polissemia e perpétua mutabilidade. Aqui novamente nos parece útil a crítica de Possenti (2009) à AD, para que a mudança no universo dos sentidos possa ser atribuída ao intento individual e não apenas à indeterminação. Articulando os conceitos de usuário de De Certeau e de competência discursiva de Maingueneau, Possenti defende que embora o discurso seja constitutivo do sujeito e anterior a este, o sujeito também é capaz de utilizá-lo racionalmente para consecução de objetivos. Por não ser um produto, e sim um processo, o discurso resultante não será uma reprodução automática dos já ditos, pois está passível de intervenções e atualizações enquanto se processa.

4.2.3 Repertório compartilhado

No construtivismo, argumenta-se que a realidade social é construída por uma dimensão material e simbólica. Esta última comporta as crenças e valores que são compartilhadas pelos agentes, constituindo-se portanto como uma camada ideacional do mundo social, dentro da qual os agentes operarão. Ela oferece um repertório comum de valores, crenças, interpretações, ideias, etc., que garante a inteligibilidade das práticas para os agentes e a partir do qual eles extrairão sentidos. Assim, tentativas de articular uma nova interpretação da realidade precisarão necessariamente referir-se a esse repertório compartilhado (ADLER, 1997; BARNETT, 1999; RISSE, 2000). A identidade internacional de um país, entendida em termos de ideias compartilhadas, também observa essa lógica. Novas narrativas precisarão recorrer a um inventário comum de eventos, línguas, histórias e práticas da nação (ainda que para ressignificá-lo) se quiserem que suas novas leituras sejam aceitas (BARNETT, 1999; GUILLAUME, 2002; MARCUSSEN et al., 1999; HALL, 2006).

Em AD, encontramos esse repertório comum em conceitos como interdiscursividade, dialogismo e MD. Todo discurso presente se assenta sobre um pré-construído anterior. Assim sendo, a referência a dizeres prévios é incontornável para o interlocutor na sua construção de sentidos. Tal alusão pode ser explícita (por exemplo, através da citação, paráfrase, etc.) ou

não; em ambos os casos, a intertextualidade ocorre por ser constitutiva da própria prática discursiva. A MD é este espaço onde são armazenados os eventos passados que são mobilizados, segundo a conjuntura, para produzir sentidos no presente.

A noção de FD também é instrutiva, pois, assim como no construtivismo se prevê que pode haver leituras concorrentes sobre a realidade e uma disputa pela hegemonia (ADLER, 1997), em AD afirma-se que um mesmo termo pode ter significados distintos a depender da FD dentro da qual ele se inscreve. Assim, por exemplo, duas visões de mundo distintas podem aludir a um mesmo conceito como central na definição da identidade nacional (por exemplo, "autonomia"), porém cada ideologia mobilizará seus próprios sentidos para definir o termo.

A comparação entre construtivismo e AD nestes três quesitos está sumarizada no Quadro 1 abaixo.

Quadro 1: Comparativo teórico das premissas do construtivismo e da AD

	Construtivismo	AD
1. Identidade e alteridade	<ul style="list-style-type: none"> - O sujeito se constitui mediante interação e aprendizado com o Outro; - O sentido do agente para os demais (sua identidade) não depende dele próprio, mas da rede compartilhada de sentidos 	<ul style="list-style-type: none"> - Sujeito heterogêneo: o Outro presente no inconsciente e na ideologia
2. Agente e estrutura	<ul style="list-style-type: none"> - Agente e estrutura são co-constituídos; - Estruturas tenderão a preservar-se através das práticas sociais; - Atores poderão agir para mudar a estrutura também através de práticas 	<ul style="list-style-type: none"> - FDs buscam estabilizar sentidos, porém são constitutivamente heterogêneas; - O agente é sobre determinado pela estrutura, porém há espaço para inovação (seja pela indeterminação da língua ou — na crítica de Possenti (1993, 2009) — por atividade individual)
3. Repertório comum	<ul style="list-style-type: none"> - Novas leituras da realidade precisam remeter-se a conhecimentos compartilhados; - Um mesmo fato do repertório comum pode ter múltiplas interpretações 	<ul style="list-style-type: none"> - Os dizeres atuais estão sempre atravessados por já ditos (intertextualidade, MD e dialogismo); - Os dizeres não têm sentido em si. Um mesmo dizer pode ser significado diferentemente dependendo da FD

Fonte: Elaborado pelo autor

PARTE II
ESTUDOS DE CASOS

5 APRESENTAÇÃO DO CORPUS

Neste estudo, busca-se analisar qual a identidade construída pelo discurso governamental para o país enquanto potência emergente, para então contrastá-la com a imagem proposta pela imprensa nacional e estrangeira, sendo a AD a metodologia escolhida para tanto. Neste capítulo, será apresentado o corpus que foi submetido à análise, composto por comunicações oficiais e por artigos da mídia. Tratam-se de textos que avançam interpretações específicas sobre a identidade brasileira no cenário internacional ao abordarem os dois episódios diplomáticos selecionados: a Minustah e o Acordo Nuclear entre Brasil, Turquia e Irã.

Serão expostos, primeiramente, os critérios de seleção dos textos da comunicação governamental, a metodologia utilizada para analisá-los, e quais são as principais características da identidade internacional do Brasil que estão presentes neles. Em seguida, o mesmo será feito para os artigos da imprensa, demonstrando os critérios empregados na seleção dos periódicos, apresentando os jornais escolhidos e suas características.

5.1 Discurso oficial

5.1.1 Critérios de seleção

Para ambos os episódios diplomáticos (Minustah e Acordo Nuclear), buscou-se identificar qual o discurso oficial do Estado brasileiro a seu respeito. Foram analisados os discursos, artigos e entrevistas²⁵ do Presidente da República e do Ministro das Relações Exteriores que evocavam especificamente estes episódios, ou abordavam, de forma mais geral, as relações entre o Brasil e o país contemplado pelo gesto (Haiti ou Irã).

O universo total do corpus compôs-se de 36 pronunciamentos oficiais, divididos em dois subgrupos: 17 documentos diziam respeito ao Haiti e 19 ao Irã. Como o primeiro evento ocorreu em 2004, e o segundo em 2010, recortes temporais diferentes foram usados para selecionar os documentos de cada subgrupo. Os critérios de seleção para cada subgrupo serão tratados pormenorizadamente nas seções deste trabalho reservadas a cada episódio diplomático.

²⁵ Todos os discursos, artigos e entrevistas foram obtidos do site do MRE (www.itamaraty.gov.br)

Quanto à metodologia de análise, convém destacar, preliminarmente, que pronunciamentos oficiais podem ser considerados indicadores do ideal de posição do país no mundo (FONSECA JR, 1998, p.311), de modo que tentou-se identificar neles quais características são atribuídas pelos interlocutores à nação com o intuito de legitimar um maior protagonismo brasileiro na arena global. Os pronunciamentos foram escrutinados com a expectativa de se extrair deles um conjunto bem definido de características ou traços identitários que definem o país na visão do presidente e do Ministro das Relações Exteriores.

Assim, foi utilizada a AD para compreensão de quais identidades estes interlocutores advogam para o Brasil emergente. Das muitas e dispersas asseverações que os pronunciamentos oficiais continham sobre o país, a análise buscou especificamente identificar (1) quais são as caracterizações imputadas à nação com mais frequência; (2) quais delas dialogam diretamente com a busca brasileira por um novo status internacional; e (3) que estratégias os interlocutores usaram para construir sentidos. Em outras palavras, trata-se de identificar não apenas *quais* atribuições são evocadas mas também *como* o são. Atentou-se, em particular, para duas estratégias possíveis de criação de sentidos identitários. Primeiramente, a produção de alteridade. Considerando que identidades são relacionais e que todo discurso se constitui em diálogo com algum outro, a análise buscou identificar quais os Outros com que interage o discurso oficial. No caso da construção de uma nova identidade para o Brasil no mundo, isto significa que é necessária alguma representação particular do que é "o mundo", ou seja, dos demais atores que entornam a nação. Em segundo lugar, tendo em vista que identidades estão articuladas em narrativas, e que os discursos se assentam sobre uma MD, também foi analisada a maneira como o passado e a memória são invocados e reorganizados pelos interlocutores.

5.1.2 Os nove temas da identidade internacional do Brasil

Analizando os dois subgrupos de pronunciamentos governamentais, identificou-se neles um conjunto estável de características que o presidente Lula e o ministro Celso Amorim atribuíam ao país. Para diferenciar as características evocadas por idiossincrasias do orador ou pela força da situação enunciativa daquelas mais perenes e representativas da visão governamental, foram considerados apenas os atributos que ressurgiram em mais de um texto ou mencionados por ambos os interlocutores em momentos diferentes. Os enunciados com

esses atributos recorrentes foram organizados em grupos, chamados doravante de "Temas" da identidade internacional do Brasil.

O agrupamento das passagens pertinentes em temas foi adotado por atender a diversos desafios metodológicos deste trabalho. São eles:

(1) Categorização: a literatura a respeito da PEB lista "forças profundas" ou grandes traços em torno dos quais é possível desmembrar o conceito da identidade nacional em diferentes facetas (geografia, população, etc). No Capítulo 2 desta dissertação, foram elencadas cinco "dimensões" que refletem tal metodologia: Socioeconômica, Política, Étnico-Cultural, Geográfica, e dos Valores. Construir categorias para os discursos do corpus permitem compará-las diretamente com essas dimensões, permitindo uma visão clara sobre os pontos de contato entre o discurso acadêmico acerca da identidade brasileira e os discursos oficiais.

(2) Quantificação: embora métodos como a lexicometria e contagem de expressões sejam mais comuns na Análise de Conteúdo e na Análise Crítica do Discurso que na AD²⁶, avaliou-se que seria pertinente para esta investigação quantificar o quanto frequentes são certas caracterizações. Trata-se de um dado importante para que se alcance uma noção mais concreta da relevância e recorrência de determinadas formulações em comparações com outras²⁷.

(3) Comparação interna: o fato de haver dois subgrupos separados de textos constitui um desafio pois cada um pertence a um momento histórico determinado (e portanto responde a interlocutores específicos, mobilizando saberes específicos). Isso poderia significar que a identidade apresentada em um momento difere substancialmente da apresentada sob outras circunstâncias. Tal variância, inclusive, é um dado de interesse para pesquisa, pois permite entender como certos aspectos da identidade brasileira foram enfatizados e outros negligenciados segundo a conjuntura. Contudo, convinha assegurar que as imagens extraídas de cada subgrupo fossem comparáveis, para que ao final não tivéssemos duas identidades (ex.: o "Brasil emergente liderando a Minustah" e o "Brasil emergente negociando com o Irã"), mas sim uma única imagem do Brasil enquanto potência emergente, ainda que apresentando variações. Os temas empregados ofereceram pontos nodais de sentido, ou

²⁶ Vide Gomes (2011)

²⁷ Sobre o método de quantificação: foi contado o número de passagens em um texto que se referiam a cada tema. Assim, um mesmo texto poderia ter enunciados que contribuíram para duas ou mais temáticas distintas. Ademais, como algumas frases podiam articular duas categorias independentes num mesmo enunciado (ex.: desenvolvimento e autonomia), alguns enunciados foram computados mais de uma vez, atrelados a mais de um tema.

agregadores de conceitos, que se mostraram estáveis em todo o discurso oficial apesar da distância dos episódios, e permitiram assim uma comparação da importância relativa de cada tema em cada momento. Por essa razão, os temas foram pensados de modo que pudessem acomodar enunciados em ambas as situações. Embora as imagens evocadas durante Minustah difiram das mobilizadas pelo Acordo Nuclear, os temas finais foram elaborados de modo a que pudessem ser aplicados em ambos os contextos.

(4) Comparação externa: o discurso oficial deve ser comparado ao da imprensa, no intuito de descobrir se esta compartilha ou não das interpretações governamentais sobre a identidade internacional do Brasil. Os temas servem como categorias discretas pelas quais se pode analisar a convergência (ou divergência) entre mídia e governo. Ao invés de mensurar essa proximidade em termos absolutos, com diferentes temas é possível verificar se os jornais se aproximam em alguns pontos e se afastam em outros, dando uma visão mais nuançada de seu posicionamento.

A análise dos dois subgrupos resultou em nove grandes temas: (1) Autonomia, (2) Desenvolvimento Socioeconômico, (3) Relações Regionais, (4) Relações Sul-Sul/Universalismo, (5) Credenciais Multiculturais, (6) Reforma das Instituições Internacionais, (7) Promoção da Paz, (8) Solidariedade/Não-indiferença, (9) Exemplo para o Mundo Desenvolvido.

Apresenta-se abaixo um resumo do conteúdo de cada um. Como há variação neste conteúdo em cada subgrupo de pronunciamentos, as seções sobre os episódios específicos desenvolverão em mais detalhe as singularidades de cada tema para cada conjuntura.

1. Autonomia: A autonomia é uma bandeira sempiterna da PEB, tendo sido buscada e compreendida historicamente de formas distintas²⁸. Nos discursos de Lula e Amorim, a autonomia adquire principalmente sentidos de capacidade assertiva do país no sistema internacional. Antecipa-se que a assertividade e o protagonismo do Brasil podem contrariar interesses de parceiros tradicionais (principalmente potências hegemônicas, como os EUA), porém são justificados por fatores como o aumento do prestígio do país no cenário mundial e

²⁸ No período Guerra Fria, a autonomia era entendida como distância de ambos os pólos do confronto; no pós-Guerra Fria, como participação da ordem internacional com o intuito de influenciá-la a partir das perspectivas nacionais (FONSECA JR, 1998)

de sua própria autoestima. Trata-se da temática em que o posicionamento hierárquico do Brasil no sistema internacional é mais evidenciado.

2. Desenvolvimento Socioeconômico: O crescimento da economia é um dos aspectos mais salientes da ascensão brasileira. Afinal, a própria noção de um país "emergente" é originária do mundo da imprensa econômica e das agências de notação (THIOLLET, 2012). Em seus discursos, Lula e Amorim não se restringem a quantificar o crescimento, apresentando resultados brutos das políticas econômicas, porém o atrelam principalmente a noções de redução da desigualdade. Imagens de modernização, progresso e melhora do país em comparação com sua condição prévia também são evocadas.

3. Relações Regionais: A região é um dos componentes duradouros na definição da identidade do país. Nos casos estudados, ao evocar as relações regionais, os interlocutores asseveram repetidamente a prioridade da região para a PEB, valendo-se por vezes de contrastes com governos passados. Por ser o Brasil a maior economia da região, encontramos também nesta temática menções à aptidão brasileira em ser líder (ou candidato a líder) regional e esforços argumentativos para caracterizar essa liderança em termos positivos.

4. Relações Sul-Sul/Universalismo: Uma das principais características da PEB no governo Lula foi sua aposta na diplomacia Sul-Sul e uma busca por envolvimento em questões menos paroquiais e mais universais. Em ambos os episódios estudados, esta temática foi uma das mais evocadas na justificação da ação brasileira e caracterização da identidade e interesses do país no cenário global. O tema acomodou três tipos complementares de discursividade: um espaço para apresentação e justificação desta diversificação, seja pelos valores esposados pelo Brasil (ex.: multilateralismo), seja pelos benefícios das novas parcerias; a apresentação do país como um porta voz do Sul Global; e a resposta à oposição interna.

5. Credenciais multiculturais: A diversidade étnica, cultural e religiosa do país é um ativo valorizado sucessivas vezes pela diplomacia brasileira (vide ABDENUR, 1999; LAFER, 2009). Em ambos os episódios estudados, ela foi um recurso simbólico repetidamente resgatado pelo discurso oficial. O pluralismo e miscigenação que caracterizam a demografia brasileira são interpretados aqui como uma herança de diferentes civilizações e países, legada ao Brasil ao longo dos anos. Em terra brasileiras, as diferentes culturas teriam conseguido coexistir de modo pacífico, de modo que este exemplo é usado como uma credencial para a aproximação do Brasil de novos parceiros (África e Oriente Médio) e para seu envolvimento

em questões globais que digam respeito à paz e tolerância — mesmo que fora de seu raio geopolítico imediato.

6. Reforma das Instituições Internacionais: Ao caracterizar o Brasil em ascensão, os representantes da PEB também precisam caracterizar o contexto no qual ele ascende, em outras palavras, significar a alteridade diante da qual a identidade do país se afirma. Neste caso, o contexto corresponde à ordem internacional liberal pós-Guerra Fria, materializada em instituições transnacionais como a Organização das Nações Unidas (ONU), o Fundo Monetário Internacional (FMI) e outras. A necessidade de reforma na ordem internacional é um tópico constante nos discursos, que ora denunciam o quanto ela é obsoleta, ora indicam como o Brasil já tem agido para reformá-la. Nos discursos analisados, isso se manifesta principalmente nos pedidos de reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), alegando que este atualmente não mais representa a realidade da distribuição de poder no mundo. Mesmo sendo o Brasil candidato a uma vaga permanente nesse colegiado, sua candidatura e qualificações são menos explícitos nos pronunciamentos do que os diagnósticos realizados por Lula e Amorim sobre o CSNU e o que seria a realidade internacional hoje. Outros pedidos de reforma, como por exemplo a revisão periódica universal de direitos humanos, também são uma forma de criticar o *status quo* das instituições internacionais.

7. Promoção da paz: O pacifismo e a busca de solução multilaterais e diplomáticas são características duradouras da PEB. Esses valores se fundem com a identidade brasileira, na medida em que esse estilo diplomático é apresentado como reflexo espontâneo da natureza conciliadora do país. Em ambos os episódios estudados, a temática da promoção da paz foi relevante, pois justificava, por um lado, a liderança brasileira da missão de paz no Haiti, e, por outro, reafirmava a boa índole brasileira em firmar um acordo com um *rogue state* como o Irã.

8. Solidariedade/Não-Indiferença: Assim como a promoção da paz, a temática da solidariedade, ou não-indiferença, ou ainda generosidade, é uma das que compõe a caracterização da identidade brasileira como um país essencialmente benévolos, disposto a valer-se de sua relevância e capacidades para promover mudanças positivas. Este tema dialoga com a noção arraigada de que o Brasil é um país ainda em desenvolvimento, portanto sem abundância de riquezas que possa compartilhar. Lula e Amorim buscam assinalar, em contraponto, que o país é capaz (e portanto tem a responsabilidade) de ajudar, ainda que em

menor grau ou de formas não financeiras. Em especial, o conceito de não-indiferença é relevante, na medida em que assinala uma mudança de paradigma na PEB no que tange intervenções humanitárias. O Brasil tem se mostrado historicamente reticente quanto à prática, pelas nações hegemônicas, de intervenções militares em defesa dos direitos humanos²⁹. Contudo, percebe-se aqui um esforço argumentativo para matizar o paradigma original de não-intervenção por um conjunto de princípios que legitima uma intervenção mais ativa em situações de necessidade.

9. Exemplo para o mundo desenvolvido: Esta temática reúne enunciados de campos diferentes, da economia à cultura, nos quais Lula e Amorim levantaram o Brasil como um exemplo a ser seguido pelo restante do mundo, especialmente pelos países mais ricos. Os casos citados pelos interlocutores se concentravam principalmente no bom exemplo de tolerância étnica que o Brasil exibe, e no seu modelo econômico como uma alternativa ao neoliberalismo.

É possível comparar os nove temas presentes no discurso oficial com as cinco dimensões recolhidas da literatura acadêmica sobre a identidade internacional do Brasil. Ao contrastá-las, percebe-se que há correspondências bastante exatas entre elas, revelando que tais categorias constituem, de fato, forças profundas em torno dos quais a identidade brasileira se organiza, referenciais sem os quais novos discursos sobre o lugar do país no mundo dificilmente seriam reconhecíveis ou assimiláveis. Algumas das temáticas encontram equivalência exata com uma dimensão identitária, como é, por exemplo, o caso do tema das Relações Regionais, que se remete diretamente à dimensão geográfica da identidade do Estado brasileiro, ou ainda da temática da Autonomia e a dimensão política. Outros temas, por sua vez, não se remetem a apenas uma dimensão, mas mobilizam elementos variados, de modo que perpassam mais de uma dimensão. A correspondência entre cada dimensão identitária elencada na literatura e os temas presentes no discurso oficial está apresentada no Quadro 2 abaixo.

²⁹ Em artigo recente, Ribeiro & Lacerda (2014) comentam o que eles afirmam ser um descompasso entre os BRICS e as potências ocidentais na questão de intervenções humanitárias. Segundo os autores, "os BRICS estão freando a emergência normativa do uso da força para a proteção dos direitos humanos e da democracia em situações críticas políticas estatais. Sobretudo, esse posicionamento dar-se por não partilharem do mesmo entendimento de promoção e de defesa dos direitos humanos" (Ibid., p. 4-5), sendo um dos principais pontos dessa discordância "sua oposição no que tange à ideia de mudança de regime" e "uma objeção particular ao uso de solidarismo coercitivo, ou seja, o uso da força como meio para a imposição de valores liberais." (Ibid., p.19)

Quadro 2: Correspondência entre as dimensões da identidade brasileira na literatura acadêmica e os temas da identidade brasileira no discurso oficial

Dimensão identitária (literatura)	Temática identitária (discurso oficial)
Socioeconômica	Desenvolvimento Socioeconômico; Exemplo para o Mundo Desenvolvido
Política	Autonomia; Reforma das Instituições Internacionais
Geográfica	Relações Regionais
Étnico-Cultural	Credenciais Multiculturais Exemplo para o mundo desenvolvido
Valores (Pacifismo, Direito Internacional, Multilateralismo)	Relações Sul-Sul/Universalismo; Solidariedade/Não-indiferença; Promoção da Paz

Fonte: Elaborado pelo autor

5.2 Imprensa

5.2.1 Critérios de seleção

O repertório do discurso oficial foi contrastado com o da imprensa nacional e estrangeira. Para escolha do corpus jornalístico, foram levados em conta critérios relativos à nacionalidade e à ideologia. Essa seleção se inspira na literatura sobre *newsmaking*, isto é, o processo subjetivo, organizacional e social através dos quais os jornalistas e suas empresas produzem as notícias. As investigações sobre essa atividade, em especial as de cunho comparativo e internacional, se preocupam em apontar fatores que podem influenciar os jornalistas na forma como eles confeccionam seus textos.

Archetti (2010) propõe um modelo abrangente (por ela batizado de "Modelo de Notícias Global"), em que ela estabelece que o *newsmaking* é influenciado por três fatores. Primeiro, o interesse nacional, que pode ser entendido como o conjunto de prioridades regulando as relações de um país com o resto do mundo, envolvendo valores compartilhados e

importantes para a população (NYE, 1999, p.23, *apud* ARCHETTI, 2010, p.574). Tais valores tenderão a ser compartilhados por todos os jornais, especialmente em situações excepcionais, por exemplo ameaças externas, que promovem maior coesão doméstica. Contudo, em situações normais, governo e imprensa podem ter concepções divergentes sobre o que viria a ser o interesse nacional (NOVAIS, 2010).

O segundo fator, de acordo com Archetti (2010, p.576), é a cultura jornalística nacional, que é definida pela autora como

o conjunto de ideais morais, assim como práticas de reportagem e edição, que caracterizam os jornalistas em um país. A cultura jornalística define as percepções dos profissionais da mídia sobre seu próprio papel na sociedade e afeta a forma como eles coletam notícias, gerenciam fontes, e escrevem suas histórias³⁰.

As percepções dos jornalistas sobre sua função na sociedade variam entre cada cultura. Por exemplo, enquanto nos EUA a cultura de objetividade está profundamente enraizada na identidade do comunicador, na Europa o papel dos jornalistas se cristalizou mais como um comentador de formação cosmopolita. Mellado et al. (2012), comparando as percepções de jornalistas chilenos, brasileiros e mexicanos sobre sua função na sociedade, indicaram que jornalistas brasileiros são mais passivos que chilenos e mexicanos no que tange acreditar que eles deveriam influenciar a opinião e agenda pública, e que nos três países os jornalistas estão mais próximos do pólo adversário do poder, corroborando trabalhos prévios, que diziam ser os jornalistas latinoamericanos mais críticos do governo. O papel da mídia como sentinela do poder foi mais saliente entre jornalistas brasileiros.

A terceira e última influência provém da política editorial, que variará de jornal a jornal. Isto influí não somente na ideologia professada pelo veículo, mas também posicionamento de mercado, i.e.: quais tipos de reportagens são preferidos, quais fontes, formatos, etc. No modelo de Archetti (2010), esses três fatores podem ser considerados como círculos concêntricos, indo do mais influente para os jornais de um país (interesse nacional) até o mais particular (a política de cada jornal específico).

³⁰ No original: "*the set of moral ideals, as well as reporting and editing practices, which characterize journalists in a country. Journalistic culture defines media professionals' perceptions of their own role within society and affects the way they gather news, handle sources, and write their stories.*" (ARCHETTI, 2010, p.576)

Para este estudo, interessa detectar variações tanto entre jornais de diferentes países quanto entre jornais em um mesmo país. Destarte, a análise da mídia se baseará apenas em dois desses determinantes: o interesse nacional, para explicar variações entre países, e política editorial, que aqui será chamada de "ideologia editorial"³¹, para explicar variações num mesmo país.

Para a imprensa estrangeira, buscou-se primeiramente um jornal dos EUA cujo leitorado fosse predominantemente norte-americano. Em seguida, buscou-se um jornal de outro país estrangeiro, com leitorado geograficamente disperso. Espera-se encontrar em um jornal norte-americano, dirigido ao público doméstico, preocupações próprias deste país, do "interesse nacional" estadunidense. Sendo o episódio em questão interpretado negativamente pelo Estado norte-americano, é de se esperar que essa interpretação seja compartilhada pelo jornalismo nacional. Já um periódico voltado principalmente a uma audiência internacional não tem semelhante repertório a recorrer, precisando aludir a valores mais amplos e compartilhados pelo leitorado em todo o mundo, oferecendo portanto um ponto de vista menos local e mais cosmopolita. Reese (2008) aponta que a globalização desterritorializou e acelerou o campo jornalístico. Por conseguinte, para periódicos de alcance mundial, a comunidade nacional deixa de ser a referência mais imediata e o público internacional passa a ser o alvo principal. Assim sendo, foram escolhidos o jornal norte-americano *New York Times* (NYT) e o britânico *Financial Times* (FT). Dos 2,1 milhões de exemplares do NYT que circulam no mundo, 90% são nos EUA; 6% na África, Oriente Médio e Europa combinados; e 5% na Ásia. Já o FT possui 1,5 milhão de leitores no mundo do seu jornal impresso, sendo 38% na Europa Central, África e Oriente Médio; 33% nos EUA e Américas; 21% no Reino Unido e 8% na Ásia-Pacífico³².

Para a imprensa brasileira, foram escolhidos periódicos que, primeiramente, tivessem cobertura nacional, para garantir que suas opiniões seriam influentes em todo o país; e, em segundo, que tivessem ideologias editoriais distintas. Assim, foram escolhidos o jornal de centro-direita *O Estado de S. Paulo* (OESP) e a revista de centro-esquerda *IstoÉ*. O fato de um ser um jornal diário e o outro uma revista semanal representa um problema significativo para o corpus. Isso pois a comparação entre ambos se torna consideravelmente assimétrica, visto

³¹ Optou-se pelo termo "ideologia" e não "política" pois o foco da análise não contemplará questões de preferência por formato ou público, mas se aterá ao componente ideológico das organizações.

³² Dados sobre o NYT e FT extraídos dos media kits "International Rates and Information 2014" e "Financial Times' Average Daily Global Audience (ADGA): Methodology January 2013 – December 2013", respectivamente.

que, para um mesmo fato, haverá para o OESP um número muito maior de artigos publicados e de jornalistas envolvidos (tornando seu discurso mais abrangente, complexo e ao mesmo tempo plural), enquanto a IstoÉ deverá ter uma quantidade inferior de material redigido. Esta limitação foi levada em conta quando da escolha dos periódicos. Optou-se por preservar, assim mesmo, ambos os veículos, pois a principal variável mobilizada para explicar as características do discurso jornalístico foi a ideologia editorial. Torna-se, por conseguinte, mais importante encontrar organizações midiáticas que professem ideologias distintas, pois em havendo divergências em seus discursos essas poderão ser atribuídas à diferença ideológica. A substituição da IstoÉ por algum outro jornal de grande circulação, comparável ao OESP, não permitira tal contraste ideológico, visto que os principais diários de cobertura nacional (O Globo e a Folha de São Paulo) pertencem ao mesmo espectro ideológico do OESP.

Convém também frisar que neste trabalho a AD foi aplicada a diferentes gêneros jornalísticos: notícias, reportagens, entrevistas, editoriais e colunas. Embora esses gêneros divirjam substancialmente em sua forma e estilo, julgou-se apropriado analisá-los todos para se obter uma imagem mais representativa do discurso de cada jornal sobre a identidade internacional do Brasil. A cobertura dos jornais foi heterogênea, de modo que alguns publicaram formatos que outros não exploraram para dado fenômeno, impedindo a escolha de apenas um tipo de gênero textual para análise, pelo risco de assim excluir por inteiro a produção de um dos jornais sobre o tema. Esta escolha metodológica acarreta algumas dificuldades em termos analíticos, pois significa a comparação entre unidades diferentes (ex.: comparar um editorial e uma reportagem). Ademais, o principal conceito da AD para a análise dos textos é a ideologia, e esta se materializa de formas diferentes segundo o gênero: enquanto uma coluna assevera claramente a visão do jornal sobre um tema, uma notícia tentará apresentar os fatos de forma imparcial, dirimindo possíveis marcadores ideológicos. O estudo levou em conta esse problema e buscou analisar cada gênero de acordo com as formas próprias em que a FD do jornal se manifestaria textualmente. Os únicos textos que não foram considerados para análise em nenhum momento foram aqueles publicados pelos jornais porém originalmente escritos por um autor não vinculado à empresa. Nesta categoria entram os artigos da imprensa estrangeira traduzidos integralmente por um jornal brasileiro e discursos publicados sem alterações. Matérias em que artigos estrangeiros ou discursos eram comentados e editados foram consideradas, por haver aí espaço para a ação subjetiva do jornalista.

5.2.2 Periódicos selecionados

1. Financial Times: Tradicional periódico britânico, fundado em 1884 e desde 1957 anos sob o conglomerado Person, o jornal é publicado em mais de 100 países, destina-se ao público de negócios e decisores, sendo o líder do segmento no mercado europeu. Por ser um jornal financeiro, tem demonstrado interesse pioneiro por mercados emergentes, publicando por exemplo no site FT.com o blog *beyondbrics*, destinado a análise de países em ascensão, e dossiês especializados sobre o Brasil e sua economia. Semelhantemente a outras publicações econômicas especializadas, um de seus principais propósitos editoriais é munir investidores e *decision makers* de informações sobre oportunidades de investimento, de modo que seu discurso é marcadamente pró-mercado.

2. New York Times: O jornal nova-iorquino, fundado em 1851, é o maior ganhador de Prêmios Pulitzer da história, computando 114 condecorações. É o segundo jornal mais lido nos EUA, atrás apenas do *Wall Street Journal*³³. O jornal é considerado pela opinião pública norte-americana e manifestamente por seus editores como sendo de centro-esquerda, que se manifesta principalmente em suas posições progressistas (OKRENT, 2004). O periódico esteve no centro de um episódio de grande repercussão midiática e política para o Brasil após um de seus correspondentes, o jornalista Larry Rohter (que publicou posteriormente dois livros com reportagens suas sobre o Brasil), ter escrito uma matéria sobre o gosto do presidente Lula pela bebida e sugerindo que isto poderia estar comprometendo sua capacidade decisória.

3. IstoÉ: O periódico nacional da Editora Três se posiciona como "a mais combativa revista semanal do país" (ISTOÉ, 2014). Tem uma tiragem superior a 415.000 exemplares semanais e público leitor estimado de mais de 1.040.000 leitores, 60% deles situados no Sudeste do país. Devido ao formato da publicação, que é uma revista semanal, o volume de reportagens publicadas foi consideravelmente inferior se comparado aos demais periódicos; todavia, os poucos artigos redigidos sobre o episódio se provam satisfatórios por portarem marcas discursivas reveladoras sobre a visão de mundo defendida pela revista. A IstoÉ apresentou uma postura editorial favorável a Lula e seu partido. Daí deriva-se também uma

³³ Alliance for Audited Media. Disponível em: <<http://auditedmedia.com/news/research-and-data/top-25-us-newspapers-for-march-2013.aspx>>. Data de acesso: 19 Jan. 2015

condenação à direita brasileira, que governou o país previamente, e um grau perceptível de oposição aos desígnios americanos ao longo de todo o período estudado.

4. O Estado de São Paulo: O OESP é o jornal que está há mais tempo em circulação em São Paulo, tendo completado 135 anos em 2010. Diferentes gerações da família Mesquita presidiram a diretoria do veículo de 1902 a 2003, quando uma crise financeira no grupo provocou uma purga dos membros mais antigos, afastando muito dos familiares de suas funções de direção. Atualmente, o jornal é o 1º em São Paulo e um dos primeiros no Brasil, com uma tiragem superior a 215 mil exemplares diários. Embora oficialmente livre de afiliações partidárias, demonstra marcada orientação de centro-direita, neoliberal em economia e conservadora em política.

A Tabela 1 abaixo compara os quatro periódicos quanto à sua tiragem, à abrangência do seu leitorado e ao seu posicionamento editorial.

Tabela 1: Comparativo da tiragem, alcance e ideologia editorial dos quatro periódicos estudados

	FT	NYT	IstoÉ	OESP
Tiragem	Global: 1.502.105/dia Américas: 475.000/dia (2013)	Global: 2.136.683/dia EUA: 691.676/dia (2014)	Brasil: 353.737/semana (2014)	Brasil: 168.613/dia (2014)
Alcance	Global	Global	Nacional	Nacional
Ideologia editorial	Centro-direita	Centro-esquerda	Centro-esquerda	Centro-direita

Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos media kits Financial Times (2014), New York Times (2014), IstoÉ (2014) e O Estado de S. Paulo (2014)

6 MINUSTAH

Neste capítulo serão estudados os discursos acerca da liderança brasileira da Minustah e como a identidade internacional do Brasil é definida neles. Antes de analisar os pronunciamentos governamentais e as matérias da imprensa, será feita, a título de contextualização, uma apresentação dos fatores que motivaram a realização da missão em 2004 e das circunstâncias que levaram o Brasil a assumir, de forma inédita, o papel de liderança da iniciativa onusiana. A participação brasileira na Minustah será posta em perspectiva com outras contribuições do país para esforços de pacificação no mundo. A contextualização da missão será concluída com uma síntese das principais interpretações presentes na literatura sobre a motivação do Estado brasileiro em intervir no Haiti, listando quais os benefícios, custos e riscos envolvidos na empreitada, e consequentemente quais aprovações e críticas a decisão inspirou.

6.1 Contextualização

6.1.1 A crise política haitiana de 2004

País mais pobre do hemisfério ocidental, acometido de problemas políticos e humanitários crônicos, o Haiti já foi alvo de numerosas intervenções. Entre 1990 e 2004, sete missões internacionais diferentes se sucederam até a instauração da Minustah pela ONU. A crise institucional que levou à falência da ordem política no ano 2004 e motivou a instauração desta última missão teve início diante de protestos pela deposição do então presidente, Jean-Bertrand Aristide. Ex-padre ligado à Teologia da Libertação, Aristide foi o primeiro líder eleito democraticamente no Haiti, em 1990, após a ditadura de 30 anos sob a família Duvalier. Contudo, um ano após sua eleição, é deposto em um golpe militar e se exila nos EUA. Ele volta ao poder três anos depois, reconduzido graças a uma intervenção norte-americana. No ano 2000, foi reeleito à presidência da ilha, apesar das acusações internas e externas de manipulação eleitoral. Em 2003, partidos opositores e sociedade aumentaram a pressão pela destituição de Aristide, deflagrando confrontos violentos no país. No início de 2004, grupos insurgentes armados tomam o controle de partes do território, ameaçando marchar em direção à capital, exigindo a renúncia do governante. Este estava determinado a cumprir seu mandato até o fim (2006), porém acabou deixando o país em 29 de fevereiro de 2004 e refugiando-se na África.

Face à crise na ilha caribenha, em 29 de fevereiro de 2004, o CSNU aprovou a Resolução 1529 que autorizava o envio de tropas ao local, criando a Força Multinacional Provisória (FMP), composta principalmente por EUA e França. Em março de 2004, representantes de diversos grupos políticos e organizações da sociedade civil assinaram um pacto de transição política e estabeleceram um governo provisório composto por 13 membros, que seriam substituídos mediante eleições em 2005. O período entre 2003 e 2004, desde a falência institucional haitiana até a intervenção da FMP, é definido por Hirst (2007) como a fase inicial da missão de manutenção da paz da ONU no país. Etapa encabeçada principalmente por EUA e França, esse primeiro momento contou com pouco envolvimento dos países sul-americanos.

O quadro mudaria na segunda etapa da intervenção, que se estendeu de 2004 a 2006 e caracterizou-se pela implementação da Minustah. Em 30 de abril de 2004, o CSNU aprovou a Resolução 1542 que estabeleceu a missão, destinada a substituir a FMP a partir de 1º de junho de 2004, com uso moderado da força, emprego da dissuasão política e militar, e busca da estabilidade para viabilizar a transição para uma ordem democrática com eleições regulares.

Ainda em março de 2004, em meio aos esforços de estabilização do país, França, EUA, Chile e a própria ONU manifestaram o desejo que o Brasil assumisse o comando da força tarefa que substituiria a FMP. O presidente Lula se mostrou favorável ao convite imediatamente, porém, por esta ser uma medida envolvendo as Forças Armadas, necessitava da aprovação parlamentar. Ao tramitar pelo Congresso, a matéria suscitou interpretações controversas, explicitando visões divergentes sobre a legitimidade e benefício da liderança brasileira da missão. Tais posições refletem, em alguma medida, visões correntes na sociedade brasileira sobre que tipo de ação externa é pertinente para o país, dadas suas capacidades e interesses. Essas objeções serão analisadas mais detidamente nas próximas seções. Apesar das resistências iniciais de alguns setores, o envio das tropas foi aprovado no Congresso em 19 de maio de 2004 através do Decreto Legislativo n.207 e, em 28 de maio, as tropas deixaram o Brasil em direção ao Haiti.

6.1.2 A participação brasileira em missões de paz

Como outros poderes intermediários, o Brasil é um país que transformou a participação em missões de paz numa tradição de sua política externa. Uma recapitulação do

envolvimento brasileiro nessas expedições ao longo do séc. XX pode ser encontrado em Seitenfus (2006). Entre 1957 e 1967, o país participou de seis missões de paz da ONU. Uma das contribuições mais significativas foi à Força de Emergência das Nações Unidas (UNEF I), enviada ao Sinai e à Faixa de Gaza durante aquela década, sendo o Brasil o único país sul-americano a manter seu apoio ao longo de toda a missão. O envolvimento em outras missões no período foi mais modesto, porém importante por possibilitar a diversificação das competências dos contingentes brasileiros, executando não somente objetivos militares mas também humanitários.

O autor aponta que, após 1967, a participação brasileira em tais missões foi interrompida em virtude da tomada do poder pelos militares. Diniz (2007 *apud* BRACEY, 2009, p.319) afirma que essa atitude se devia à rejeição dos militares das organizações internacionais como a ONU, vistas como figurantes na rivalidade entre as duas superpotências durante a Guerra Fria. Apenas com o retorno do governo civil o país retomou sua participação nas missões de paz internacionais. Entre 1986 e 2006, o país envolveu-se em 20 missões, nas quais pôde desenvolver ainda mais as faculdades de assistência para além do componente militar³⁴.

Souza & Zaccaron (2006) acrescentam que as participações nos anos da redemocratização brasileira também obedeceram uma lógica de atualização da agenda e repositionamento do país no cenário internacional. Tratava-se, dentre outras coisas, de "construir uma agenda positiva com os Estados Unidos e descharacterizar o perfil terceiro-mundista do Brasil." (SOUZA & ZACCARON, 2006, p.212)

A Tabela 2 abaixo resume a participação brasileira em missões de paz da ONU de 1957 a 2006, especificando os contingentes enviados para cada uma.

³⁴ "Adicionamos às operações militares clássicas de separação de combatentes e de controle securitário, outros ingredientes tais como o apoio à população civil, o diálogo político, medidas para aumentar o nível de confiança entre as partes envolvidas no conflito, a reconstrução da infraestrutura de comunicações e a distribuição de víveres e de medicamentos." (SEITENFUS, 2006, p.5)

Tabela 2: Participação brasileira em missões de paz da ONU de 1957 a 2006

Missão	Localização	Militares	Policiais	Civis	Período
UNEF I	Sinai e Faixa de Gaza	6.300	-	-	1957-1967
ONUC	Congo	179	-	-	1960-1964
UNSF	Nova Guiné Ocidental	2	-	-	1962
DOMREP	República Dominicana	1	-	-	1965-1966
UNIPOM	Índia/Paquistão	10	-	-	1965-1966
UNFICYP	Chipre	20	-	1	1964-1967
UNAVEM I	Angola	16	-	-	1989-1991
ONUCA	América Central	34	-	-	1990-1992
UNAVEM II	Angola	77	39	4	1991-1995
ONUSAL	El Salvador	63	16	5	1991-1995
ONUMOZ	Moçambique	218	66	16	1993-1994
ONUMUR	Ruanda/Uganda	13	-	-	1993-1994
UNPROFOR	ex-Iugoslávia	90	23	-	1992-1995
UNTAC	Camboja	-	-	19	1993
UNOMIL	Libéria	3	-	-	1993
MINUGUA	Guatemala	39	37	-	1994-2001
UNOMSA	África do Sul	-	-	12	1994
UNAVEM III	Angola	4.174	48	-	1995-1997
UNCRO	Croácia	2	1	-	1995-1996
UNPREDEP	Macedônia	5	-	-	1995
UNTAES	Eslovênia Oriental	9	2	-	1996-1998
UNMOP	Península de Prevlaka	5	-	-	1996-2006
MONUA	Angola	35	39	-	1997-1999
UNAMET/UNTAET	Timor Leste	62	18	19	1999-2006
MINUSTAH	Haiti	1.872	-	-	2004-

Fonte: Seitenfus (2006) e Exército Brasileiro (2014)

A Minustah pode ser entendida dentro da tendência da PEB de envolvimento em missões de paz que extrapolam o componente meramente militar e buscam contemplar objetivos civis e humanitários. Por essa razão, Hirst (2007) afirma que a Minustah é norteada por três aspectos, cada um referindo-se à estabilização de um setor do tecido social haitiano: (1) Manutenção da ordem e segurança; (2) Incentivo ao diálogo político visando a reconciliação nacional; (3) Promoção do desenvolvimento econômico e social. A cooperação técnica é um exemplo disto.

Alguns fatores que tornam a Minustah peculiar se comparada a empreitadas precedentes é, primeiramente, sua escala, e, em segundo lugar, a composição predominantemente sul-americana de seu contingente. Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Uruguai, Paraguai, Peru e Equador são os países sul-americanos que contribuíram, dando a

essa intervenção um caráter marcado de cooperação regional. Como afirmam Souza & Zaccaron (2006, p.224) "Pela primeira vez, a América do Sul tem a maioria da tropa e o Brasil tem o comando de uma força de paz internacional".

6.1.3 Liderando a Minustah: interesses e interpretações

Há na literatura acerca da PEB diversas interpretações sobre os motivos que levaram o Brasil a aceitar liderar a Minustah, bem como uma relação das principais críticas vociferadas contra a empreitada. Os interesses nacionais mais comumente associados à participação são quatro: (a) Projeção internacional/Assento permanente no CSNU; (b) Princípio da não-indiferença; (c) Treinamento das Forças Armadas; e (d) Liderança regional. Por sua vez, as críticas também podem ser resumidas a quatro: (e) Custos e benefícios para o país; (f) Desconexão com o interesse nacional; (g) Violação do princípio da não-intervenção/Imperialismo; (h) Impossibilidade de cumprir a missão.

a) Projeção internacional/Assento permanente no CSNU

A liderança da missão onusiana promete, para o Brasil, ser fonte de reconhecimento em escala global e fortalecimento de suas credenciais (SOARES DE LIMA & HIRST, 2009). Souza & Zaccaron (2006) inscrevem a participação brasileira em missões de paz ao longo de sua história como um componente central da política de prestígio que o país vem tentando construir.

Ramalho & Goes (2010) e Bracey (2011) destacam que a busca por prestígio e projeção internacional é empreendida com um objetivo específico em mente: fortalecer a candidatura brasileira ao assento permanente no CSNU. É interessante notar que essa associação, a depender do interlocutor no panorama político brasileiro, é ora mais explícita, ora mais velada.

O governo brasileiro tem claramente a intenção de obter um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas e, embora as autoridades brasileiras relutem em publicamente ligar a participação brasileira na Missão e o objetivo do assento permanente no Conselho, há relatos na imprensa de declarações de diplomatas de outros países que afirmam ser essa participação a "prova de fogo" da candidatura do Brasil ao assento permanente. Autoridades militares e membros do Ministério da Defesa, por sua vez, têm menos relutância em associar os dois temas. Também, no

Congresso Nacional, a associação entre as duas questões é clara e feita explicitamente por lideranças governistas (DINIZ, 2007, p.91-92, *apud* VERENHITACH, 2008, p. 69).

b) Princípio da "não-indiferença"

Hirst (2007, p.6) aponta que, no discurso da PEB, a presença no Haiti esteve fundamentada "na substituição da política de não-intervenção pela da não-indiferença". O conceito de "não-indiferença" começou a se formar no contexto africano da descolonização, nos anos 1960, tentando aliar as preocupações tradicionais da soberania estatal nas RI com a consideração pelas necessidades humanitárias. Pode ser entendido, de forma sumária, como "defender os direitos à vida e dignidade da pessoa humana com mais intensidade do que os direitos do Estado" (VERENHITACH, DEITOS, SEITENFUS, 2007, p.4).

Na visão do Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim (2010i), o princípio da não-indiferença não sacrifica ou contradiz a busca dos interesses nacionais.

O governo brasileiro não esteve indiferente às necessidades dos países afetados pela pobreza, conflito armado e desastres naturais. Tal atitude de não-indiferença não é contraditória com a defesa de nossos próprios interesses. Nós estamos convencidos que no longo praz uma atitude baseada em um senso de humanidade que favorece a promoção do desenvolvimento dos mais pobres e mais vulneráveis irá não somente ser boa para paz e prosperidade ao redor do mundo. Ela trará benefícios para o próprio Brasil, em termos políticas assim como econômicos. A relação dialética entre interesse nacional e o exercício da solidariedade tem sido um aspecto fundamental da política externa do Presidente Lula (AMORIM, 2010, p.225)³⁵

Essa "inovação conceitual" permitiu ao governo Lula

diferenciar-se da prática da "intervenção humanitária" adicionando à solidariedade ao povo do Haiti a suposição de que o Brasil, como outros países da região, dispõe de maior sensibilidade e experiência para apoiar esse país em seus esforços por lograr melhores condições de paz, desenvolvimento e democracia (SOARES DE LIMA & HIRST, 2009, p.4)

³⁵ No original: *"The Brazilian Government has not been indifferent to the necessities of countries stricken by poverty, armed conflict and natural disasters. Such attitude of non-indifference is not contradictory with the defence of our own interests. We are convinced that in the long run an attitude based on a sense of humanity that favours the promotion of development of the poorest and most vulnerable will not only be good to peace and prosperity around the world. It will bring benefits to Brazil herself, in political as well as economic terms. This dialectic relation between national interest and the exercise of solidarity has been a fundamental aspect of President Lula's foreign policy"* (AMORIM, 2010i, p.225)

Seitenfus (2006, p.12) insere a ação brasileira nas missões de paz dentro da lógica de uma "diplomacia solidária", que pode ser definida como

a concepção e a aplicação de uma ação coletiva internacional, sob os auspícios do CS, feita por terceiros Estados intervenientes num conflito interno ou internacional, desprovidos de motivações decorrentes de seu interesse nacional e movidos unicamente por um dever de consciência ou por interesses difusos. Não há ganho real na intervenção. Há somente a ideia que esta fortalece o sistema multilateral, moldando-o segundo percepções dos Estados intervenientes na medida em que da própria intervenção decorre uma maior autoridade moral e política.

c) Treinamento das Forças Armadas

Hirst (2007) identifica que a participação sul-americana em missões de paz após a redemocratização tendeu a ser motivada por uma preocupação em remodelar o papel e percepção das Forças Armadas nacionais. Argentina, Chile e Brasil, tendo vivido longos anos sob ditaduras militares, enxergaram nas missões de paz na retomada do governo civil uma oportunidade para a redefinição da mentalidade militar. A partir dos anos 2000, segundo a autora, a motivação para a participação em missões de paz deixa de ser interna e passa a ser externa, isto é, identificou-se uma capacidade de "exportação" da estabilidade e democracia que os países do Cone Sul demonstravam para outras partes do mundo, notadamente através da presença dos contingentes militares.

O Brasil também espera que a estada em solo haitiano torne as Forças Armadas mais aptas para o cumprimento de suas missões nas grandes cidades brasileiras, visto que ambas as localidades partilham — guardadas as devidas proporções — de problemas similares em matérias de segurança: grupos armados hostis, grandes conjuntos de favelas, miséria extrema, alta criminalidade e outras.

d) Liderança regional

Embora o Haiti já tenha sido alvo de diversas intervenções, uma característica que diferencia a Minustah é seu forte componente sul-americano. Trata-se de uma missão em que, pela primeira vez, a América do Sul contribuía com o maior contingente, e na qual o Brasil se viu na liderança de uma força de paz internacional (SOUZA & ZACCARON, 2006, p.224)

Hirst (2007) indica que, por contar uma presença expressiva do contingente sul-americano, a Minustah possui um caráter de cooperação sub-regional. Ela também enxerga na concertação das forças de Argentina, Brasil e Chile um tipo de articulação que sempre se esperou que se formasse no Cone Sul entre os países do ABC, porém nunca se materializou de fato. Para o Brasil, tratou-se de uma oportunidade de demonstrar de forma mais concreta sua disposição em arcar com os custos de ser um líder regional.

Ademais, a autora afirma que a participação sul-americana no Haiti está revestida de uma dimensão simbólica, de solidariedade e identidade regional. Isso pois o Haiti ocupa um lugar peculiar no imaginário continental por ter conquistado sua independência através de uma revolta de escravos que expulsou os colonos europeus. Escravidão e luta pela independência são *leitmotifs* da narrativa nacional de praticamente todos os Estados latinoamericanos, de modo que nestes símbolos reside um ponto de comunhão entre toda a região e o Haiti. O elemento regional e simbólico acrescentaria algo além do discurso político e humanitário que geralmente justifica missões de paz: haveria um sentimento de dever e reciprocidade latinoamericana em auxiliar a república negra que primeiro se emancipou da Europa a superar seus problemas presentes.

A Minustah comprehende uma dimensão simbólica e histórica na qual se reúnem elementos de memória coletiva latino-americana, referências ideológicas comuns e antecedentes políticos e diplomáticos. A peculiaridade desta sobreposição contribuiu enormemente para a construção do discurso oficial dos países sul-americanos, no qual se buscou somar um sentido identitário regional às motivações políticas e humanitárias normalmente presentes na participação em operações de paz. A presença da Missão no Haiti revolve o passado trazendo à superfície o valor simbólico da história deste país, especialmente sua independência e sua luta contra a escravidão. [...] O reconhecimento desse passado tornou-se uma tecla repetida no discurso da intervenção, tanto dos funcionários da ONU, como dos representantes diplomáticos da América do Sul. Ao reconhecer-se a contribuição da história do Haiti para a emancipação da região se reforçou a participação na Missão com um sentido de dever e reciprocidade (HIRST, 2007, p.8)

e) Custos e benefícios para o país

A preocupação com os custos e a viabilidade da empreitada é uma das críticas mais salientes à liderança brasileira na Minustah. A condenação do gasto em terras estrangeiras põe em relevo, por um lado, que os recursos necessários para reestruturar o Haiti excedem as disponibilidades brasileiras e, por outro, a maior urgência dos problemas domésticos brasileiros. Como explicam Soares de Lima & Hirst (2006, p.38)

A decisão de assumir a liderança militar da Minustah abriu um interessante debate na opinião pública brasileira em que as consequências de longo prazo de assumir tais responsabilidades têm sido questionadas — especialmente dadas as dificuldades de manter a efetividade da missão, os riscos encontrados pelo uso da força para manter a ordem no Haiti e a justificação para adotar tal política, dada a gravidade dos problemas sociais em casa.³⁶

Hirst (2007) afirma que essa crítica é própria das classes conservadoras dos países envolvidos, que avaliam que a promessa de prestígio internacional não justifica o dispêndio dos escassos recursos nacionais no vizinho caribenho. Condena-se, portanto, o desperdício do erário e o deslocamento das Forças Armadas e policiais que deveriam estar atuando "em situações de insegurança doméstica no lugar de despenderem esforços numa realidade distante cujo futuro pouco ou nada interessaria." (HIRST, 2007, p.5)

A preocupação financeira certamente pauta a atuação brasileira. Indícios disto podem ser vistos no fato que, como outros países menos desenvolvidos, o Brasil é um dos participantes das missões de paz que privilegia contribuir com tropas ao invés de doações monetárias (RAMALHO & GOES, 2010).

f) Desconexão com o interesse nacional

Uma das críticas apontadas pelos parlamentares brasileiros à participação na Minustah baseou-se no fato que, historicamente, o Haiti nunca esteve no raio de influência externa do Brasil, nem chegou a adentrar o perímetro de seu interesse nacional. Em parecer, um dos congressistas da oposição, José Thomaz Nonô (PFL) afirmou que:

Considerado sob o prisma geopolítico, o Haiti é um país da área caribenha, sob influência dos norte-americanos. Com ele temos, sim, laços de solidariedade, mas não tão amplos nem tão intensos que justifiquem o envio de 1.200 homens e equipamentos [...] De negativo, entretanto, existe, digamos assim, a dificuldade de justificar essa operação no atual momento de crise vivida pelo Brasil, no atual momento de absoluta escassez de recursos, [...] É nesse contexto que vamos enviar tropas ao Haiti, repito, país que não está diretamente ligado à nossa área geopolítica de influência. (NONÔ, 2004)

³⁶ No original: "The decision to assume the military lead of MINUSTAH has opened up an interesting debate within Brazilian public opinion in which the long-term consequences of assuming such responsibilities have been questioned—especially given the difficulties of maintaining the effectiveness of the mission, the risks encountered by the use of force to maintain order in Haiti and the justification for undertaking such a policy, given the seriousness of social problems at home." (SOARES DE LIMA & HIRST, 2006, p. 38)

g) Violação do princípio da não-intervenção/Imperialismo

A relativização do princípio da não-intervenção em prol da não-indiferença não se deu sem atritos no plano normativo. Afinal, o primeiro está inscrito, junto com "a autodeterminação dos povos", como um dos princípios norteadores das relações internacionais do Brasil (CF/88, Art.4º, III e IV). No âmbito ideológico, alguns dos congressistas brasileiros opuseram-se ao envolvimento brasileiro afirmado que ele significaria, de fato, um apoio à política intervencionista norte-americana no Caribe (FELIU & MIRANDA, 2011). Hirst (2007) afirma que essa atitude decorre de uma suspeita de "terceirização" de intervenções militares manejadas pela Casa Branca em situações de colapso institucional, nas quais o envolvimento de países sul-americanos seria bem vindo. A autora complementa que a marca deixada nos países do Cone Sul pelos golpes militares "reforçaram a percepção de segmentos de esquerda de que a interrupção do governo eleito de Bertrand Aristide foi consequência da ação externa, incluindo a ONU" (HIRST, 2007, p.4). O parlamentar Fernando Gabeira (político à esquerda, embora à época sem partido) ilustrou em detalhe esse sentimento antiamericano ao se pronunciar no Congresso contra o envio de tropas brasileiras à missão.

Era necessário que o Presidente tivesse uma idéia mínima da história do Haiti, uma idéia mínima do que foi o golpe de Estado no Haiti, que soubesse que os americanos financiam a Oposição e financiaram o golpe, que o Secretário Colin Powell já foi ao Haiti articular o processo de reconstrução nacional do país. Nossas forças vão dar segurança a processo político a ser conduzido pelos americanos. Seremos os seguranças à porta, enquanto eles realizam as reuniões políticas e tomam decisões. É isso o que vai acontecer no Haiti (GABEIRA, 2004).

h) Impossibilidade de cumprir a missão

Por fim, a situação calamitosa do país mais pobre do hemisfério, seu histórico de crises e anomia política fazem alguns dos observadores julgarem o país uma causa perdida. A ilha já foi alvo de repetidas intervenções externas e, no entanto, não se conseguiu reverter efetivamente a situação endêmica de pobreza e instabilidade no país. Como explica Seitenfus (2006), a tentativa de estabelecer uma ordem democrática no país caribenho vai de encontro à norma política nacional.

Não existe tradição democrática no Haiti [...] a crise recorrente que afeta o país desde 1986 deve ser considerada como uma norma pois o contrário dela, ou seja, a estabilidade política somente é alcançada com a ditadura. Frente ao

emaranhado confuso que caracteriza a vida política haitiana – resultante de uma ruptura e não de um pacto – o poder sempre foi concebido como total e absoluto. (SEITENFUS, 2006, p.8)

Mesmo entre oficiais das Forças Armadas brasileiras, haveria o sentimento que a situação no Haiti é demasiado trágica para poder ser sanada pelas tropas brasileiras (BRACEY, 2009). Viola (2005, p.114) também avalia a decisão de participar como "pouco elaborada" pois não levou em conta "o caráter extremamente difícil da missão, nem a baixa disposição da sociedade brasileira de arcar com os custos materiais e humanos da empreitada".

Concluída esta contextualização das circunstâncias sob as quais o Brasil assumiu a liderança da Minustah, e as principais visões dos atores nacionais sobre a legitimidade da participação brasileira, será realizada agora a análise do discurso oficial sobre a missão. A seção seguinte estudará como o discurso proferido pelos executores da PEB dialoga com os argumentos e críticas ora elencadas, bem como com os componentes mais profundos da identidade internacional do país.

6.2. Discurso oficial

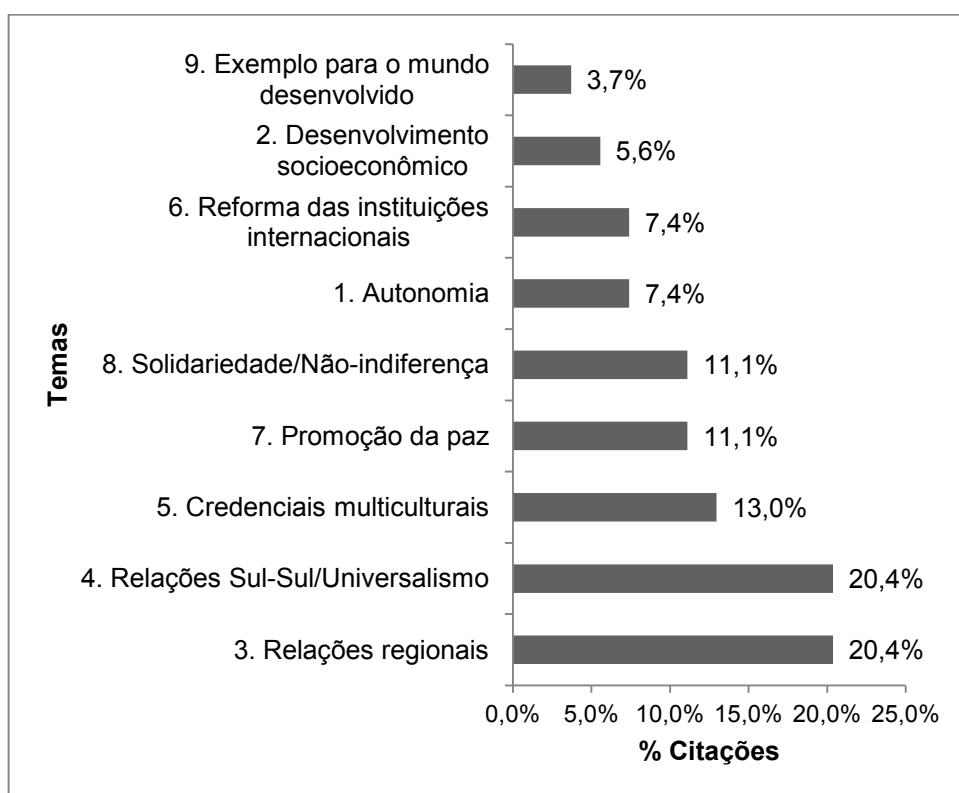
No primeiro subgrupo de pronunciamentos oficiais, foram analisados 17 documentos, sendo 14 de Lula e três de Amorim. Foram escolhidos apenas pronunciamentos proferidos em 2004, por ser este o ano em que o Brasil passou a liderar a Minustah. Todos eles foram extraídos do site do MRE e da PR³⁷. Quanto às circunstâncias de sua produção, os discursos analisados foram proferidos em solenidades, visitas oficiais a países estrangeiros, na Assembleia Geral e no Conselho de Segurança da ONU, cúpulas presidenciais, aulas-magnas e entrevistas à imprensa.

Como explicado anteriormente, a identidade do Brasil como potência emergente está organizada em torno de nove temas: (1) Autonomia, (2) Desenvolvimento Socioeconômico, (3) Relações Regionais, (4) Relações Sul-Sul/Universalismo, (5) Credenciais Multiculturais, (6) Reforma das Instituições Internacionais, (7) Promoção da Paz, (8) Solidariedade/Não-Indiferença, (9) Exemplo para o Mundo Desenvolvido. Para verificar a relevância relativa de

³⁷ Site do MRE (<http://www.itamaraty.gov.br/>) e da PR (<http://www2.planalto.gov.br/>)

cada tema na composição da identidade internacional brasileira, comparamos o número de vezes que determinada temática era mencionada nos discursos com o total de menções a todas as temáticas. O resultado, expresso em percentual, indica a parcela que cada temática ocupa do total de enunciados do discurso oficial que se referem à identidade nacional. Os resultados estão apresentados na Figura 3 abaixo.

Figura 3: Importância dos temas da identidade internacional brasileira nos pronunciamentos da Minustah



Fonte: Elaborado pelo autor

Como se pode observar, neste subgrupo, as temáticas Relações Regionais e Relação Sul-Sul/Universalismo são as mais frequentes na caracterização do país, tendo a mesma recorrência. Uma possível razão para a prevalência da primeira categoria é o fato que o Haiti é um país caribenho e que o contingente da Minustah foi sobretudo latinoamericano. Assim, os pronunciamentos do presidente e do ministro das Relações Exteriores, forçosamente, precisaram referenciar a região em múltiplas ocasiões.

Já a relevância da temática Relação Sul-Sul/Universalismo pode ser explicada pelo fato que ela captura um dos principais elementos de ruptura da PEB sob o governo Lula, que é a diversificação das relações externas. Por conta de sua inovação face ao paradigma anterior, trata-se de uma temática que necessita de um maior esforço persuasivo de argumentação, explicação e legitimação, justificando assim sua recorrência nesses pronunciamentos dos primeiros anos da diplomacia de Lula e Amorim.

Apresenta-se abaixo o conteúdo detalhado de cada tema identitário. Onde pertinente, foram reproduzidos trechos dos pronunciamentos, com o uso do sublinhado como forma de chamar a atenção para seções de interesse.

1. Autonomia: O tema da autonomia é enquadrado principalmente em termo das relações entre países menos desenvolvidos e mais desenvolvidos, e como é preciso reequilíbrio nesta interação para garantir àqueles maior independência na elaboração e condução de suas políticas. Como Lula exprime em um momento, a aspiração de países periféricos como o Brasil é não "depender de arranjos privilegiados com países desenvolvidos que distorcem o sistema internacional e nos condenam à eterna dependência de concessões desiguais e incertas"³⁸.

Dessa forma, o discurso sobre autonomia tangencia o debate sobre reforma das instituições internacionais, ou, de modo mais amplo, sobre uma mudança nas relações Norte-Sul de modo a compensar assimetrias existentes. Em particular, o discurso oficial busca legitimar as ações brasileiras que, almejando esse reequilíbrio, poderiam contrariar os interesses de atores mais poderosos (a Europa e, principalmente, os EUA são mencionados diretamente). Algumas das características da PEB atual, em comparação com a anterior, são o não-alinhamento automático aos centros de poder, busca da autonomia através de novas parcerias, e militância em órgãos multilaterais em favor do reequilíbrio Norte-Sul. Os inevitáveis atritos entre Brasil e países hegemônicos que resultarão dessas atitudes são previstos e contextualizados pelo discurso oficial, como nos exemplos abaixo.

Vocês sabem que o Brasil, muitas vezes, não teve coragem de brigar. Muitas vezes, as pessoas tinham medo de se sentar, porque não dá para brigar com os Estados Unidos, não dá para brigar não sei com quem. Vejam, nós não queremos brigar com ninguém. [...] Acontece que nós temos direito. E acontece que eu tenho uma convicção que nenhum interlocutor respeita um

³⁸ Lula da Silva (2004b)

interlocutor que não se respeita. Portanto, se nós não nos respeitarmos, ninguém nos respeita. Então, o que nós queremos? Nós queremos para o Brasil o que os americanos querem para eles. Nós queremos para o Brasil o que os europeus querem para eles, ou seja, nós queremos ter uma participação, nós queremos ser respeitados, nós queremos que os nossos direitos sejam levados em conta. E, por conta disso, nós resolvemos comprar as brigas que estamos comprando.³⁹

Nós não estávamos fazendo nada contra os americanos, estávamos fazendo a nosso favor. Nós não queremos para nós nada que os americanos não queiram para eles. Nós queremos crescer, queremos ser um país competitivo, queremos gerar riqueza, distribuir renda, melhorar a vida do nosso povo. Não é isso que os americanos querem? Então, se nós quisermos isso, nós temos que brigar, porque não são eles que vão nos dar isso.⁴⁰

Pelos excertos, é interessante notar a forma como são articulados os sentidos de combatividade, reciprocidade, e respeito (ou autoestima). Em ambas as passagens reproduzidas acima, a expressão "brigar" é usada exaustivamente, referindo-se aos embates que são travados entre o Brasil e outros países com interesses possivelmente contrários. Isso é relevante uma vez que o pacifismo, a cordialidade e o diálogo são tidos como componentes basilares e profundos da identidade internacional brasileira. Dessa forma, mesmo sendo essas "brigas" principalmente comerciais e não militares, seria em alguma medida incongruente para uma nação tão ordeira tornar-se combativa e antagônica. Como alertam Marcussen et al. (1999), novos entendimentos sobre a identidade e interesse do país não devem distanciar-se muito do familiar. Por essa razão, vê-se no discurso presidencial um esforço de apresentar tais conflitos em termos que não contrariem esse traço permanente da identidade nacional. Lula insiste que, na verdade, o Brasil "não quer brigar com ninguém", permanecendo portanto um país sereno. Não obstante, em outra ocasião ele alerta que o país precisará "brigar" para conseguir seus objetivos. A noção de respeito (refletida em frases como "se nós não nos respeitarmos, ninguém nos respeita" e, em outra passagem, "ninguém respeita quem negocia de cabeça baixa") é trazida à tona também para justificar esse confronto, tornando-o uma ação necessária para um país como o Brasil, que busca se afirmar e fazer valer seus direitos na arena internacional.

Outro recurso utilizado para legitimar tal combatividade é a noção de reciprocidade. Nas duas passagens, há enunciados quase idênticos afirmando que o Brasil busca para si o que

³⁹ Id. (2004d)

⁴⁰ Id. (2004h)

outros também buscariam em seu lugar. Desse modo, a ação brasileira se torna justa, comensurada e razoável, um reflexo da razão e do desejo de melhorar suas condições, e não da pulsão ideológica de antagonizar os mais fortes.

Por fim, a noção de autonomia é revestida de um componente normativo e motivacional quando o presidente fala que um dos efeitos desse respeito recobrado é um aumento na autoestima nacional. Assim, ao executar uma política externa altiva, o Brasil não estaria desempenhando meramente um papel grandiloquente mas sem consequências materiais efetivas. Sua atitude altaneira se traduziria, na interpretação do presidente, em ganhos para o país como negociador na cena mundial.

[O] Brasil está vivendo um momento bom, um momento de autoestima elevada, um momento de crença no país, um momento em que nós estamos aprendendo a gostar de nós mesmos. Estamos aprendendo a nos respeitar porque, no mundo, ninguém respeita quem não se respeita. No mundo, ninguém respeita quem negocia de cabeça baixa⁴¹

2. Desenvolvimento Socioeconômico: Ao longo dos anos 2000, os bons números do crescimento econômico brasileiro fizeram com que este fosse um fator importante na definição da identidade internacional do Brasil como mercado emergente. No início da Minustah, em 2004, contudo, os números do PIB ainda não eram tão robustos como viriam a ser na segunda metade da década. Assim, na temática Desenvolvimento Socioeconômico, há uma caracterização do Brasil como um país que está em ascensão e tendo bons resultado econômicos, um país que "encontrou a rota do crescimento"⁴². O principal conteúdo desta temática, contudo, não é o crescimento por si só, mas a redução interna da pobreza. No mesmo texto, Lula afirma que "Os resultados econômicos atuais só fazem sentido se servirem para restituir a milhões de homens e mulheres os elementos básicos da cidadania."⁴³

Em outras ocasiões, o presidente usa um mesmo referencial histórico para enfatizar a importância da redução das desigualdades econômicas. Em dois discursos, proferidos no mesmo mês, ele menciona que, dos anos 1970 até os dias de hoje, a população brasileira dobrou porém a economia não acompanhou este crescimento. Esses 30 anos foram "décadas perdidas" em que se acumulou uma "dívida social" para com a sociedade que precisaria ser

⁴¹ Lula da Silva (2004h)

⁴² Id. (2004b)

⁴³ Id. Ibid.

paga⁴⁴. É interessante notar que nesta temática há uma penetração mais clara do discurso partidário no discurso governamental. Lula menciona o fato que todos os governantes até então afirmaram querer corrigir essa injustiça, porém que com o passar dos anos essa promessa não se cumpriu. Ele conclui afirmando que cabe ao seu governo corrigir essa injustiça histórica.

O grave é que exatamente nesses 34 anos teve vários anos que nós tivemos décadas perdidas, como a década de 80 e parte da década de 90, em que a população cresceu e a economia não cresceu. Isso significa o quê? Que nós temos um déficit muito grande com a sociedade brasileira, que nós precisamos preparar a economia brasileira para resgatar essa dívida social que todo mundo fala em pagar. Eu era criança e já ouvia falar em pagar, já estou ficando com os meus 60 anos e ainda não se pagou. Mas nós vamos ter que pagar. E se nós não pagarmos, eu me pergunto: quem pagará? Bem, então nós temos esse compromisso.⁴⁵

Por fim, nessa temática encontramos também referências ao desejo do país em atualizar sua imagem no mundo. Isto é, tentar substituir as imagens prevalentes do país tropical e subdesenvolvido por outras de uma nação moderna, competitiva e dinâmica no mercado mundial⁴⁶.

3. Relações regionais: A região é central na definição da identidade brasileira no caso haitiano. Ao lado da temática Relações Sul-Sul/Universalismo, é o componente mais frequente no conjunto de pronunciamentos oficiais. América Latina, América do Sul e Caribe são evocados como forma de se inscrever o Haiti no raio geográfico das preocupações brasileiras. Isto pode ser entendido como uma resposta às críticas citadas anteriormente, segundo as quais a ilha caribenha estaria fora da esfera de influência do Brasil. Ao trazer o

⁴⁴ "Nos últimos 30 anos [...] o Brasil dobrou a sua população. De 1970; está lembrado da Copa do Mundo de 70?. Noventa milhões em ação. Ou seja, hoje nós somos 180 milhões. Significa que nós dobramos a população em 34 anos. Acontece que foram exatamente nesses 34 anos que nós tivemos períodos que nós chamamos de década perdida, de década não sei das quantas. Ou seja, nós tivemos muitos anos de crescimento quase zero, até menos que zero. Então, o que aconteceu agora? Foi acumulando essa dívida social que tem que se pagar para a sociedade." (LULA DA SILVA, 2004g)

⁴⁵ Id. (2004h)

⁴⁶ "Nós partimos do pressuposto que a imagem do Brasil, o país do carnaval, o país do futebol, o país da miséria, das favelas, da criança de rua, continua sendo verdadeiro. Mas nós temos que mostrar que existem outras coisas, no Brasil, e coisas extraordinárias. Quando nós fazemos parceria com a China, nós não estamos apenas exportando soja para a China ou comprando carvão. Nós estamos dizendo para a China que nós queremos a tecnologia deles para lançar os foguetes brasileiros, e ao mesmo tempo estamos dando para eles tecnologia de como produzir aviões via Embraer. Nós temos que mostrar que nós temos tecnologia; que nós temos uma base intelectual; que nós temos produtos de qualidade; que os nossos trabalhadores, no Brasil, são capazes de produzir coisas de qualidade mais do que qualquer outro trabalhador do mundo." (Id. Ibid.)

dado regional, o discurso oficial mostra em termos geopolíticos que o Haiti pode ser considerado naturalmente um país pertinente para a PEB. Uma vez que a ilha é enquadrada como alvo lógico da atenção brasileira, conceitos corolários são aplicados a ela para qualificar a atenção que o Brasil lhe estende. Usa-se principalmente a noção de responsabilidade (ancorada no fato de o Brasil ser o maior poder regional e portanto ter um dever de se envolver, dialogando portanto com a ideia de liderança regional) e de compromisso com a estabilidade regional.

Ao nos manifestarmos diante de uma crise como a que está acontecendo no Haiti, estamos exercendo nossa responsabilidade no cenário internacional. No caso do Haiti, consideramos que foram preenchidas as condições para uma operação da ONU. Como membro do Conselho de Segurança, o Brasil buscou refletir as preocupações de nossa região e interpretar os interesses do povo haitiano e da comunidade internacional. (LULA DA SILVA, 2004a)

Nossa participação na Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti – a MINUSTAH – reflete o compromisso brasileiro com a ONU, com o multilateralismo e com a estabilidade regional.⁴⁷

Minha presença em Porto Príncipe reflete o compromisso brasileiro com a promoção da democracia e do desenvolvimento econômico e social do Haiti. [...] o Brasil procurou - desde o início do tratamento do tema - refletir as preocupações da região caribenha e latinoamericana e assegurar o encaminhamento pacífico da crise. [...] Esta presença reflete a importância que atribuímos à manutenção da paz e da estabilidade em nossa região.⁴⁸

As menções diretas ao Haiti na região só se dão nos pronunciamentos feitos neste país. Nos discursos proferidos em outros locais e para outros públicos, o regional adquire significados distintos. Notadamente, há uma valorização dos mecanismos de integração regional existentes: o Mercosul e a Unasul (na época ainda Comunidade Sul-Americana de Nações). Também há uma alternância na ênfase entre apontar a região como uma prioridade política para o Brasil, e em apresentar o Brasil como, se não um líder, um representante natural da América do Sul.

De modo geral, os interlocutores destacam que a América do Sul é uma prioridade política para o governo. A MD opera um papel importante nessa dinâmica, evidenciando novamente características da ideologia partidária na produção do discurso oficial.

⁴⁷ Id. (2004f)

⁴⁸ Id. (2004e)

Semelhantemente ao praticado na temática do Desenvolvimento Socioeconômico, Lula e Amorim apontam que todos os governantes brasileiros reiteraram o mesmo compromisso prioritário com a região, porém se diferenciam destes afirmando que seu governo ou foi o primeiro a sair da retórica e tomar atitudes concretas neste sentido, ou, mais moderadamente, que ele o fez com mais intensidade que os anteriores. Para substanciar essas proposições, são listados os progressos feitos nas relações regionais, principalmente em termos de acordos assinados, ou então são apontados os esforços insuficientes de gestões pregressas.

Vocês sabem que dificilmente tem um candidato de algum país da América do Sul que não tenha utilizado o discurso da integração latino-americana ou da integração sul-americana. O dado concreto é que essa integração não pode ser uma frase de efeito ou uma coisa eminentemente teórica. É preciso transformar essa integração numa coisa concreta e objetiva. E nós começamos a fazer.⁴⁹

Então, quando afirmam que "a América do Sul já era prioridade", digo que era, mas não levada adiante com a intensidade com que tem sido levada. [...] Quando o Presidente Lula tomou posse, o MERCOSUL estava em um processo, se não de dissolução, de grande debilitação. (AMORIM, 2004a)

A integração da América do Sul, por exemplo. Desde o governo de Itamar Franco se fala em área de livre comércio sul-americana. Depois, Fernando Henrique deixou cair e retomou. Mas concretamente havia muito pouco a respeito da unidade andina-Mercosul. Hoje, a determinação é muito maior.⁵⁰

A liderança regional é outro tópico relevante dentro desta temática. Como visto anteriormente, a identidade do Brasil como potência emergente envolve sua preponderância regional (HURRELL, 2006). Todavia, como a ambição brasileira desperta o receio ou mesmo resistência de alguns vizinhos, torna-se necessário para o discurso oficial apresentar esse ímpeto em termos aceitáveis e legítimos aos pares sul-americanos. Desse modo, a liderança brasileira é apresentada por Lula em termos marcadamente benévolos. O termo "liderança" não é sequer empregado explicitamente, porém se fala na obrigação do país, como maior economia do continente, em "fazer gestos de generosidade para com aqueles que são mais pobres ou menores que nós" (LULA DA SILVA, 2004d). Busca-se desconstruir a imagem do Brasil como um hegemôn predatório e "imperialista" que desperte "medo". O país seria, ao invés, um "parceiro" e "companheiro" interessado em "ajudar":

⁴⁹ Id. (2004h)

⁵⁰ Id. (2004c)

[Q]ueremos que essa auto-estima seja disseminada para toda a América do Sul, queremos fazer com que cada país da América do Sul acredite que o Brasil é um parceiro de verdade, porque muita gente tem medo do Brasil, muita gente achava que o Brasil era imperialista. Nós estamos mostrando que nós não queremos ter uma relação de hegemonia com ninguém. Nós queremos ter uma relação de parceria, nós queremos ser companheiros, fazer políticas de complementaridade, definindo em que o Brasil pode ajudar e em que o Brasil pode ser ajudado.⁵¹

4. Relações Sul-Sul/Universalismo: Sendo a diplomacia Sul-Sul um dos principais componentes da PEB sob o governo Lula, esta temática foi, ao lado das Relações Regionais, a mais frequente na caracterização do Brasil como potência emergente. Dentro dessa categoria, os discursos se dividem entre aqueles que explicavam e justificavam a opção brasileira em buscar novos parceiros comerciais (em sintonia com as características da autonomia pela diversificação; vide VIGEVANI & CEPALUNI, 2007), entre os que apresentavam o Brasil como um porta voz do Sul Global, e aqueles que respondiam às críticas (principalmente domésticas) sobre a pertinência desse novo paradigma.

Os pronunciamentos que apresentam e detalham as novas parcerias, traçando, por assim dizer, um mapa das novas rotas comerciais do Brasil, são os mais frequentes nesta temática e citam principalmente a expansão do intercâmbio com países na África, Ásia e Oriente Médio. Além dos números absolutos do comércio com esses Estados, enumeram-se também ações de empresas brasileiras em solo estrangeiro. Há ainda um uso interessante da história na medida em que se apresenta essa diversificação e reorientação como algo praticamente inédito na história brasileira. Cita-se, em mais de uma ocasião, que Lula foi o único governante brasileiro desde D. Pedro I, em 1870, a visitar o Oriente Médio. A história também é evocada para afirmar que tradicionalmente o Brasil tem privilegiado relações com EUA e Europa, negligenciando outros parceiros como a África, com a qual compartilha uma história comum. A relação entre Brasil e África, como veremos mais adiante, é um dos componentes identitários mais evocados neste subgrupo de textos. O universalismo, ao invés de ser representado como algo recente na PEB, é inscrito na identidade internacional brasileira como um elemento seminal, atrelado à própria formação do país. Na MD do discurso oficial, enfatiza-se o passado colonial como nexo que justifica, presentemente, a mudança no quadro de parceiros diplomáticos em direção à África. A diversificação comercial adquire, neste registro, um sentido de resgate de um elemento do passado brasileiro

⁵¹ Id. (2004h)

que não foi perseguido por governos anteriores. Estes são apresentados como privilegiando o contato com o mundo desenvolvido (EUA e Europa).

[estabelecemos] uma relação muito forte com os países árabes, porque o último governante brasileiro a ter uma relação mais forte e visitar um país árabe, o Líbano, foi D. Pedro, em 1870. [...] Depois que nós consolidamos a América do Sul, nós resolvemos dar um outro passo importante, que foi recuperar um pouco os nossos compromissos históricos com a África. Porque vocês sabem que, no Brasil, sempre se fez política olhando para a Europa e olhando para os Estados Unidos, ou seja, muita gente, no Brasil, olha para a Europa sem perceber que ali tem o continente africano, um continente que durante 300 anos cedeu homens livres que viraram escravos no Brasil; homens e mulheres, e que são responsáveis pela cor do nosso povo, pela cultura do nosso povo, pela nossa sabedoria, pela nossa beleza, por tudo que nós somos hoje.⁵²

Os benefícios da diversificação são apresentados não só em termos econômicos mas também políticos. Amorim afirma que um dos resultados do ativismo diplomático Sul-Sul foi tornar o Brasil um ator mais querido e respeitado em diversas questões regionais e globais⁵³.

O tema Sul-Sul também é uma plataforma para o Brasil posicionar-se como um líder emergente na cena global. Assim como na temática Relações Regionais, em que se aborda a liderança regional brasileira, o discurso oficial tem a cautela de representar benignamente o Brasil como um líder dos emergentes. Há um esforço de Lula e Amorim em apresentar as ações do Itamaraty (principalmente a militância na Organização Mundial do Comércio (OMC) e articulação entre os países do G20 Agrícola) como visando benefícios para todos os países subdesenvolvidos. Dessa forma, o Brasil é entendido como um ator que não age apenas em interesse próprio, mas em nome do Sul Global.

A diplomacia Sul-Sul representa um ponto de ruptura relevante em comparação com a política externa anterior, que buscava um maior alinhamento com a ordem liberal internacional. Por este motivo, uma de suas consequências foi despertar ceticismo e críticas domésticas. Para responder a esses interlocutores, Lula propõe um curioso conceito: os críticos seriam indivíduos de "cabeça colonizada" (LULA DA SILVA, 2004d). A expressão mobiliza sentidos de dependência, sujeição e falta de autonomia intelectual. A resistência à busca por novos parceiros no Sul Global e a preferência por relações privilegiadas com EUA

⁵² Id. Ibid.

⁵³ "Tudo isso se reflete, a meu ver, em um respeito crescente pelo Brasil na área internacional [...] Atualmente, o Brasil é ouvido e chamado a opinar diretamente, e não apenas em questões hemisféricas [...] mas mesmo em relação a temas da agenda internacional." (AMORIM, 2004a)

e Europa seriam, dessa forma, reflexo de uma mentalidade que capitolou diante dos poderes hegemônicos. As críticas de Lula se dirigem principalmente à incapacidade destes em pensar em alternativas diplomáticas para o país, ou em seguirem acreditando que o que é bom para EUA e Europa também é bom para o Brasil.

5. Credenciais multiculturais: A matriz racial miscigenada da nação brasileira é um dado repetidamente valorizado pelo Itamaraty. No episódio haitiano, este recurso é mobilizado por uma faceta específica: os laços brasileiros com a África negra (que já foram mobilizados no tema Relações Sul-Sul/Universalismo para justificar a aproximação brasileira deste continente) são aqui usados para legitimar e contextualizar a Minustah. A África negra surge como ponto de comunhão entre Brasil e Haiti, um elo fraternal entre países que compartilham da mesma história. "O Haiti é um país irmão, com o qual o Brasil compartilha uma herança africana de enorme importância para nossa identidade nacional"⁵⁴. Nota-se que há uma vinculação explícita entre a identidade nacional brasileira e a África, continente ao qual devemos "muito de nossa história, de nossa cultura e de nossa identidade"⁵⁵. Sobreposta à esse plano de fundo, a Minustah deixa de ser apenas uma missão de paz como outras em que o Brasil atuou e passa a ser um gesto fraternal. O país não "poderia ficar indiferente diante dos problemas que o povo haitiano está enfrentando", visto sua irmandade.⁵⁶

Menos saliente, porém ainda presente, é a menção às comunidades judaica e árabe em território brasileiro. Este exemplo, citado apenas uma vez, é apresentado como uma credencial da capacidade brasileira em promover a convivência pacífica entre comunidades divididas pelo conflito em outros locais do mundo⁵⁷.

6. Reforma das Instituições Internacionais: No episódio haitiano, a temática da reforma das instituições que hoje regem o sistema internacional refere-se especificamente a mudanças no CSNU. Os pedidos de reforma pelo Brasil apontam que a configuração atual do Conselho não mais reflete a realidade internacional, e portanto "sua composição deve adequar-se à realidade de hoje, e não perpetuar aquela do pós-Segunda Guerra ou da Guerra

⁵⁴ Id. (2004e)

⁵⁵ Id. (2004b)

⁵⁶ Id. (2004a)

⁵⁷ "O Brasil é um exemplo de bom convívio entre as comunidades árabe e judaica" (AMORIM, 2004c)

Fria." (LULA DA SILVA, 2004i). Em termos normativos, afirma-se que o CSNU deve incluir mais países em desenvolvimento para alcançar legitimidade, pois assim iria tornar-se mais representativo e também mais eficaz em suas decisões⁵⁸. Reformas que não visassem essa expansão específica são tidas como "uma nova roupagem para uma velha estrutura" e portanto "insuficientes"⁵⁹. É interessante notar também que, como a intervenção brasileira no Haiti se dá no quadro de uma missão da ONU, o discurso oficial também busca apresentar essa participação como demonstração concreta do compromisso brasileiro com a renovação da ordem internacional⁶⁰.

7. Promoção da Paz: A promoção da paz é um dos temas mais evocados na caracterização do Brasil no cenário internacional. Sua recorrência no caso haitiano é compreensível dado que a Minustah se trata de uma missão de manutenção da paz, e portanto menções a esse ideal seriam necessariamente abundantes. A forma como essas evocações são feitas, contudo, mostram algumas facetas peculiares sobre a identidade internacional do Brasil na visão de Lula e Amorim. Em primeiro lugar, a promoção da paz é representada como um valor perene do Estado e a intervenção militar no Haiti seria, portanto, uma materialização desse traço brasileiro^{61,62}. Em segundo lugar, é constante nos pronunciamentos oficiais a conjugação entre os conceitos de paz e "justiça social". Por esta, entende-se a criação de condições socioeconômicas que reduzam as desigualdades sociais. Em seus discursos, Lula e Amorim afirmam que paz e justiça social estão causalmente ligadas, pois uma sociedade desigual estará perpetuamente inserida no conflito e desordem.

Nosso objetivo é convocar a comunidade internacional a engajar-se na reconstrução das instituições políticas e na promoção do desenvolvimento econômico e social daquele país. Lá, como em todo o mundo, o nome da paz é

⁵⁸ "O Brasil acredita na necessidade de renovação e fortalecimento do Conselho de Segurança da ONU. A presença de países em desenvolvimento entre seus membros permanentes é fundamental para assegurar a legitimidade e representatividade dos órgãos dedicados à segurança coletiva" (Id. 2004k); "Para isso, as Nações Unidas e seu Conselho de Segurança devem tornar-se mais representativos e eficazes. Os países em desenvolvimento já se fazem ouvir nas negociações comerciais multilaterais." (Id. 2004n)

⁵⁹ Id. (2004i)

⁶⁰ "Precisamos desenvolver estratégias que combinem solidariedade e firmeza, mas com estrito respeito ao Direito Internacional. Foi assim que atendemos, o Brasil e outros países da América Latina, à convocação da ONU para contribuir na estabilização do Haiti. Quem defende novos paradigmas nas relações internacionais, não poderia se omitir diante de uma situação concreta." (Id. Ibid.)

⁶¹ "Estamos seguros que cada um de vocês, inspirados em nossas melhores tradições, será capaz de manter alto, em terras haitianas, o nome do Brasil e os valores da paz e da solidariedade que tanto inspiram o nosso povo." (Id., 2004a)

⁶² "No Haiti, não estamos levando a estabilização na ponta das baionetas." (Id. 2004n)

justiça social. A democracia jamais poderá florescer em meio à desesperança de um povo condenado à pobreza e à violência.⁶³

A política externa brasileira, em todas as suas frentes, busca somar esforços com outras nações em iniciativas que nos levem a um mundo de justiça e paz.⁶⁴

8. Solidariedade/Não-Indiferença: Como se viu, uma das inovações conceituais que legitimou a Minustah foi a substituição do conceito de não-interferência pelo de não-indiferença. Consciente da sensibilidade em articular esses dois valores, o presidente Lula afirma que "[n]ão acreditamos na interferência em assuntos internos de outros países, mas tampouco nos refugiamos na omissão e na indiferença diante de problemas que afetam nossos vizinhos."⁶⁵

A participação brasileira no Haiti é justificada principalmente em termos da impossibilidade moral da indiferença. Ademais, é apresentada como refletindo um rol de valores inatos à nação brasileira: o compromisso com a democracia, desenvolvimento, estabilidade e multilateralismo.

Minha presença em Porto Príncipe reflete o compromisso brasileiro com a promoção da democracia e do desenvolvimento econômico e social do Haiti. O Brasil não podia ficar indiferente a uma crise política e humanitária no Haiti que ameaçava mergulhar o país em um banho de sangue.⁶⁶

Nossa participação na Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti – a MINUSTAH - reflete o compromisso brasileiro com a ONU, com o multilateralismo e com a estabilidade regional.⁶⁷

Outra peculiaridade na forma como a não-indiferença é apresentada diz respeito ao fato que a manutenção da paz na ordem internacional e apoio a países miseráveis são vistos, geralmente, como práticas próprias de países desenvolvidos. Foi demonstrado anteriormente que uma das críticas domésticas à participação brasileira era a condenação do gasto dos escassos recursos nacionais em um país vizinho. Assim, nota-se que nos discursos oficiais há

⁶³ Id. (2004b)

⁶⁴ Id. (2004i)

⁶⁵ Id. Ibid.

⁶⁶ Id. (2004e)

⁶⁷ Id. (2004f)

uma tentativa de apresentar a prática mais geral da "solidariedade" ou da "generosidade" como um imperativo a todos os países dotados de algum recurso, e não apenas dos mais ricos.

Sempre que chamado, e na medida de nossas possibilidades, o Brasil tem contribuído para a superação de crises que ameaçam a ordem constitucional e a estabilidade de países amigos.⁶⁸

o Brasil precisa, como o maior país do continente, fazer gestos de generosidade para com aqueles que são mais pobres ou menores que nós.⁶⁹

temos a chance de colocar a América Latina para ajudar, mesmo na sua pobreza. E eu digo o seguinte: a gente, mesmo sendo pobre, pode ajudar.⁷⁰

um presidente da República há de se convencer que o mundo desenvolvido e, mesmo nós brasileiros, que temos muita gente pobre, temos a obrigação de ajudar os países mais pobres do que nós.⁷¹

9. Exemplo para o Mundo Desenvolvido: Este é o tema menos citado na caracterização da identidade internacional do Brasil no caso haitiano. As duas únicas passagens em que esse tipo de proposição é feita referem-se ao tema da paz. Primeiramente, o Brasil, falando em nome da América do Sul, afirma que em "um contexto internacional marcado pelo acirramento dos conflitos e dos fundamentalismos de toda ordem, nossa região dá um exemplo de convivência democrática"⁷². Em entrevista, o ministro Celso Amorim cita a convivência pacífica entre as comunidades judaica e árabe em território nacional como exemplo para o restante do mundo. Na mesma entrevista, quando perguntado sobre os desembolsos que o Brasil já tinha feito para a reconstrução do Haiti, o ministro Celso Amorim usa esse gesto como exemplo moral de Brasília para o resto do mundo.

CORREIO - O Brasil foi o único país até agora que colocou a mão no bolso para ajudar na reconstrução do Haiti. Como fazer para mobilizar países e organismos a liberarem o US\$ 1,08 bilhão que prometeram?

AMORIM - Não podemos fazer uma ameaça, dizer que vamos sair do BID ou do Banco Mundial. O Brasil não tem os meios que outros países talvez tivessem para isso. Nós fazemos pressão moral. [...] estamos fazendo várias

⁶⁸ Id. (2004i)

⁶⁹ Id. (2004d)

⁷⁰ Id. (2004h)

⁷¹ Id. (2004j)

⁷² Id. (2004n)

operações de cooperação técnica, algumas individualmente, outras com organismos como o Banco Mundial. São os exemplos morais do Brasil para o mundo. (AMORIM, 2004c)

6.3. Discurso da imprensa

A identidade internacional do Brasil conforme articulada pelo discurso oficial foi contrastada com o discurso da imprensa. Considerando os quatro periódicos selecionados, foi analisado um total de 65 textos jornalísticos no período de janeiro a outubro de 2004. Diferentemente do discurso oficial, que registrou pronunciamentos até dezembro, na mídia não foram publicados mais artigos a respeito da Minustah após o mês de outubro. A única exceção dentre os quatro periódicos foi o OESP. Visto que a essa data o OESP já possuía um número de notícias muito superior aos demais jornais, julgou-se que não seria proveitoso incluir os artigos publicados por ele em novembro e dezembro, com o fim de evitar um alargamento ainda maior da diferença no total de notícias entre ele e os demais periódicos.

A Tabela 3 abaixo apresenta a comparação entre o número de notícias publicadas e de profissionais mobilizados pelos quatro jornais para o período em questão.

Tabela 3: Comparação do número de artigos e de autores dos quatro periódicos para a cobertura da Minustah

	FT	NYT	IstoÉ	OESP
N. de artigos	7 (6 notícias, 1 reportagem)	7 (6 notícias, 1 reportagem)	5 (4 notícias, 1 entrevista)	46 (39 notícias, 2 editoriais, 1 coluna, 2 entrevistas, 2 notas)
N. de autores	4	7	6	18

Fonte: Elaborador pelo autor

6.3.1 Financial Times

Entre junho e agosto de 2004, o FT publicou sete matérias sobre o Brasil mencionando o Haiti. Destas, três tratam exclusivamente da Minustah, e quatro a mencionam como um

dentre outros fatos que caracterizam a ascensão do Brasil no cenário mundial. Por ser um periódico econômico, as matérias sobre a missão de paz são resumidas e seguem o estilo *hard news*. Elas destacam, por exemplo, o fato de o contingente da Minustah ser essencialmente sul-americano, sua falta de experiência internacional, e insucessos na contenção de escaladas de violência⁷³. Já as matérias que versam sobre o desenvolvimento do país no cenário internacional são mais detalhadas. Elas se atêm especialmente aos aspectos econômicos deste crescimento sem, contudo, negligenciar as consequências políticas. A única reportagem especial do periódico, escrita a quatro mãos, dedica-se à desenvoltura do país como potência exportadora.

Das temáticas identitárias presentes no discurso oficial, estiveram presentes no discurso do FT principalmente aquelas que remetiam aos elementos relacionais da identidade internacional do Brasil enquanto nova potência. Ou seja, o periódico atentou principalmente para os atributos da identidade brasileira que de algum modo redefiniam o conjunto de suas relações externas no sistema internacional.

A temática da autonomia, que no discurso oficial se definiu principalmente em termos de uma modificação da postura nacional face aos países hegemônicos, esteve presente no discurso do FT. A matéria "Powell apoia a busca do Brasil por um assento no Conselho de Segurança" ("Powell backs Brazil's quest for seat on Security Council", COLLIT, 2004b) repercute o discurso proferido pelo então Secretário do Departamento de Estado dos EUA, Colin Powell, em visita a São Paulo, no qual manifestou apoio à candidatura do Brasil ao assento permanente no CSNU, além de elogiar diversas outras iniciativas do país no cenário mundial. O jornalista aponta para o contraste entre esses louvores e a atitude do Brasil sob o governo Lula, em que os atritos com os EUA em variados campos se tornaram frequentes⁷⁴.

A matéria também traz à tona o programa nuclear brasileiro, que foi à época um ponto sensível aos olhos da comunidade internacional. Em 2004, o Brasil barrara o acesso de inspetores da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) às unidades de

⁷³ "Aids teams in Haiti precede peacekeepers: Brazil, Argentina and Chile are sending 2,350 men to Haiti to replace an interim emergency force of US, French and Canadian troops, who went to the Caribbean country after rebel forces toppled former President Jean-Bertrand Aristide in February. The incoming troops, who lack significant experience abroad, face the task of disarming thousands of rebels." (FIRN, 2004); "Violence returns to flood-stricken Haiti: Troops under Brazilian command have restored security in some parts of the country, but have made little progress in disarming the Chimères and other paramilitary gangs that dominate slum areas such Belair and Cité Soleil" (LAPPER, 2004b)

⁷⁴ "The statement was part of a broader endorsement of Brazil's growing role on the world stage and will be celebrated by the leftwing government of President Luiz Inácio Lula da Silva, which has often challenged Washington on issues ranging from trade to intellectual property rights." (COLLIT, 2004b)

enriquecimento de urânio em Resende, Rio de Janeiro. Nos meses que se seguiram, dois periódicos publicaram artigos sobre o programa nuclear brasileiro (o jornal *Washington Post* e o periódico acadêmico *Science*). Ambos insinuavam que o Brasil impedira o acesso dos técnicos por estar desenvolvendo um programa nuclear que poderia facilmente ser convertido num programa bélico. Destacava-se que leniência da parte do governo norte-americano poderia minar sua credibilidade para opor-se aos programas do Irã e Coreia do Norte, e ainda que o Brasil deveria estar escondendo algo da comunidade internacional, que não somente segredos comerciais como oficialmente declarado (VALENTE, 2007).

Na matéria do FT, o crispamento das relações entre o Brasil e a AIEA é minorado por meio dos comentários do Powell, que afirma não suspeitar que o país é um proliferador — conquanto devesse preparar-se para receber devidamente a próxima visita dos inspetores da agência e assinar o protocolo adicional do TNP⁷⁵.

Os atritos das relações bilaterais entre Brasil e EUA ficam mais evidentes em outra matéria, "Vendendo o Brasil: o eterno país do futuro cresce no cenário global" ("*Selling Brazil: the eternal country of the future comes of age on the global stage*", COLLIT & LAPPER, 2004), em que mencionam-se as vitórias do Brasil na OMC contra subsídios agrícolas como se fossem derrotas para os EUA. Nela também há uma comparação entre México e Brasil, em que se argumenta que este se mostra melhor preparado para suportar momentos de crise no comércio internacional, pois suas relações são mais diversificadas e não tão dependentes dos EUA, como no caso mexicano. Assim, a ascensão brasileira aparenta dar-se às custas dos interesses norte-americanos.

Em outro artigo, "Lula fala pelos pobres do mundo" ("*Lula speaks up for the world's poor*", TURNER, 2004), o jornalista argumenta que o discurso de Lula na Assembleia Geral da ONU, convocando os países desenvolvidos a apoiarem uma luta transacional contra a fome e pobreza, era uma tentativa de reorientação da agenda internacional. Em suas palavras, as demandas do presidente "marcaram uma pressão crescente pelos países em desenvolvimento para colocar a redução da pobreza novamente no centro do debate internacional numa época em que os países desenvolvidos estão crescentemente concentrados nas ameaças

⁷⁵ "[Powell] played down concern over Brazil's uranium enrichment programme. 'We know for sure that Brazil is not thinking about nuclear weapons in any sense, it is not a potential proliferator, I am not worried about that.' Yet the minister suggested Brazil ought to work out its differences with the International Atomic Energy Agency, whose team is due to visit on October 18 to discuss inspections of a uranium enrichment facility. Mr Powell also hoped Brazil would sign the additional protocol to the non-proliferation treaty." (COLLIT, 2004b)

securitárias"⁷⁶. Uma tentativa que ecoa, em certos aspectos, o estilo diplomático do país na época da Guerra Fria e dos Não Alinhados, quando o Brasil se empenhava em avançar agendas que escapassesem da rigidez bipolar e contemplassem seus interesses.

A temática das Relações Regionais também está presente no discurso do FT. Ela se conecta à temática da Autonomia pela via da liderança regional, que é aqui abordada pelo prisma dos interesses norte-americanos. Powell, na matéria "Powell apoia a busca do Brasil por um assento no Conselho de Segurança" (COLLIT, 2004b), é citado elogiando a participação brasileira na Minustah e em crises na Venezuela e Bolívia. O jornalista complementa este comentário com a opinião de observadores (não especificados), segundo os quais os EUA veem positivamente a liderança brasileira na região, pois, devido às características institucionais do país, ele pode desempenhar um papel estabilizador em uma região "historicamente tumultuosa"⁷⁷. Os elogios precedentes ("o tamanho, população, poder econômico mas, sobretudo, sua democracia vibrante, tornam dele um líder natural"⁷⁸) corroboram a ideia que a proeminência brasileira na região é valorizada pelos EUA devido à natureza pacífica do país, o que é compreensível face às instabilidades, tensões e sentimento antiamericano que proliferam na região. Ademais, aqui cita-se o Haiti como uma atitude do âmbito regional, que é forma de enquadramento adotada pelo próprio Itamaraty.

O mesmo artigo traz de peculiar a percepção externa da potência hemisférica, os EUA, sobre a liderança regional brasileira. Sua visão se aproxima do discurso oficial em que este também caracteriza a liderança brasileira como benigna e pacificadora. Embora essa seja a interpretação do Departamento de Estado dos EUA e não propriamente do FT, o jornalista não a contesta, contendo-se a destacar o fato que o governo brasileiro a receber elogios é o mesmo que desafia Washington em vários âmbitos.

Estes excertos abordam dois componentes importantes da identidade do Brasil como potência emergente: o aumento de suas capacidades materiais (programa nuclear) e sua

⁷⁶ No original: "Mr Lula da Silva's demands marked growing pressure by developing countries to place poverty reduction back at the centre of international debate concern at a time when developed countries are increasingly focused on security threats." (TURNER, 2004)

⁷⁷ "Brazil's size, population, economic power but, above all, its vibrant democracy, make it a natural leader." As a large, non-nuclear democracy, Brazil was playing "a responsible role on the world stage," Mr Powell added. [...] Mr Powell praised Brazil's peacekeeping forces in Haiti, its mediation efforts in Venezuela and support for constitutional rule in Bolivia. Some observers here suggested the US had recognised the stabilising role Brazil could play in a historically tumultuous region. 'The US welcomes [Brazil's] growing leadership in the Americas and on the world stage,' Mr Powell said." (COLLIT, 2004b)

⁷⁸ No original: "Brazil's size, population, economic power but, above all, its vibrant democracy, make it a natural leader." (Id. Ibid.)

liderança regional. Os pronunciamentos de Powell recobrem essas novidades políticas em tons positivos, de modo que o Brasil emergente não é caracterizado como uma ameaça, mas como um ator responsável.

As relações regionais do país também são abordadas no artigo "Vendendo o Brasil: o eterno país do futuro cresce no cenário global" (COLLIT & LAPPER, 2004). Citam-se os esforços da PEB sob Lula em fazer avançar os planos de integração regional, que incluem acordos comerciais e projetos de infraestrutura. Este regionalismo é o primeiro de uma série de exemplos diplomáticos que definem a nova PEB, adjetivada como "ativa e assertiva" ("active and assertive").

Ao lado das Relações Sul-Sul/Universalismo, as Relações Regionais do Brasil foram a principal temática do discurso oficial. Contudo, a região não foi um assunto abordado em profundidade pelo FT, ao passo que a temática das Relações Sul-Sul/Universalismo recebeu ampla atenção. É possível afirmar que a nova identidade internacional do Brasil, para este periódico econômico, é principalmente a identidade de uma potência exportadora que diversifica seus parceiros comerciais. Por esta razão, muito do discurso mobilizado versando sobre as Relações Sul-Sul também dialoga com a temática do Desenvolvimento Socioeconômico.

A reportagem supracitada aborda a emergência do país no cenário mundial pelo ângulo do seu novo *boom* de exportações. Em sua introdução, o texto descreve empresas brasileiras espalhadas pelo território nacional que estão exportando para mercados em todo o mundo. Ao cobrir estabelecimentos em estados do Norte a Sul do país, os autores do artigo criam a impressão de que o país como um todo está capturado pelo frenesi do comércio exterior. As empresas nacionais pegaram a "febre da exportação" ("export fever") — termo que denota ideias de contágio e rapidez. Nos mesmos parágrafos de abertura também se enumera a diversidade dos mercados para o qual exportam: Cuba, África do Sul, Austrália, França e China. Transmite-se assim a ideia de que as companhias brasileiras estão exportando para todos os cantos do planeta — embora se enfatize que o empresariado brasileiro está mais ávido em explorar novos mercados do que redescobrir os tradicionais, como os EUA.

Nesta reportagem, a MD do periódico se mostra bastante aprofundada no que tange a trajetória comercial brasileira, e também desempenha funções discursivas nítidas. Fala-se que o Brasil era "tradicionalmente uma das economias mais isoladas do mundo" (COLLIT & LAPPER, 2004). Esta colocação possivelmente remonta aos anos da substituição de

importações, que produziram uma introspecção política e econômica na nação⁷⁹. Citando-se os números do crescimento das exportações (de 6,5% em 1998 para 17% em 2004), visa-se demonstrar objetivamente como o país superou esta condição introvertida.

O contraste com um passado negativo e o presente promissor também é abordado por meio de um pré-construído célebre. Logo no título se afirma que "o eterno país do futuro cresce no cenário global" (*"the eternal country of the future comes of age on the global stage"*; a expressão *"comes of age"* está associada ao crescimento da infância à fase adulta). O "eterno país do futuro" é uma alcunha que há longa data se associa à identidade do Estado brasileiro: um país dotado de rico potencial porém cujo apogeu sempre acaba se postergando⁸⁰. Os autores demonstram conhecimento deste já-dito e afirmam que "o maior país da América Latina finalmente parece estar se portando de acordo com seu peso no mercado mundial"⁸¹. Expressões como "finalmente" e "se portando de acordo com seu peso" (no original *"punching its weight"*) reforçam, respectivamente, essas noções de postergação e de ser dotado de um potencial até então subutilizado. Outra estratégia utilizada que dá mais substância a essa afirmação são os depoimentos de especialistas embasados em suas experiências pessoais. Cita-se um industrial brasileiro de renome, Jorge Gerdau, que testifica que o eterno país do futuro já tentara tornar-se uma potência exportadora antes, porém a investida presente era a mais promissora de todas. Menciona-se sua idade avançada e longa experiência na indústria para dar mais peso ao seu depoimento. Há ainda um depoimento de Celso Amorim, em que se cita o fato que ele foi Ministro das Relações Exteriores na década de 1990 e agora, e que por sua experiência ele era capaz de afirmar que, diferentemente da década passada, o momento atual era oportuno para que o país exercesse um papel de destaque no cenário internacional⁸².

A questão da modernização, pertencente também à temática do Desenvolvimento Socioeconômico, é evocada pelo jornal quando ele fala que a imagem internacional do país

⁷⁹ Lafer (2009) e Fonseca Jr (1998) também comentam que o período de substituição de importações levou o Brasil a passar longos anos voltados para dentro de si (vide a Seção 3.1).

⁸⁰ Esta crença na realização futura dos potenciais da nação brasileira é um dos vértices da "trindade do sentimento nacional brasileiro" proposto por Corrêa (2000, vide Seção 2.1.4)

⁸¹ No original: *"Latin America's largest country appears finally on the way to punching its weight in the global market"* (COLLIT & LAPPER, 2004)

⁸² *"After half a century of experience at the heart of Brazilian industry, Jorge Gerdau, the 67-year old president of the Gerdau steel company, is more confident than ever. "This is not Brazil's first attempt to become an export power," he says. "But it is the most promising" [...] Celso Amorim, Brazil's foreign minister, who held the same job a decade ago, is in no doubt about the change in the national mood. "There is a new self-awareness that just wasn't there before. Brazil was then in a fragile position and the conditions weren't ripe for Brazil to play a big role. Now we have a quality seal: a credible economic policy and stable politics."* (Id. Ibid.)

está mudando: "a imagem internacional do Brasil dominante pela década passada de futebol, carnaval e bossa nova está lentamente mudando. Muitas companhias brasileiras estão agora tendo sucesso no mercado global usando design local original apoiado por marketing agressivo, administração inovadora e uma base de baixo custo"⁸³. O periódico atende assim um dos anseios do discurso oficial: que o Brasil não seja conhecido primariamente por esses estereótipos tropicais, mas por seu dinamismo econômico⁸⁴.

A caracterização positiva do Brasil neste momento atual, contudo, não ignora as fragilidades nacionais. Por se tratar de um periódico financeiro, ele enfatiza principalmente as limitações de sua capacidade produtiva: subutilização de seus recursos, juros altos e infraestrutura precária para um país de grandes dimensões. Não obstante, os autores da matéria afirmam que o Brasil está mais preparado hoje para ter um crescimento sustentável por abastecer grandes mercados internacionais, por diversificar seus parceiros, por ainda dispor de uma riqueza de recursos naturais e pela melhora na governança de suas organizações.

Um ponto de marcada divergência entre o discurso oficial e o discurso do FT diz respeito à caracterização dos anos anteriores ao governo Lula. Enquanto o discurso presidencial retrata negativamente os governos anteriores (em termos do que eles fizeram de errado e do que não fizeram⁸⁵), o jornal retrata de maneira positiva os anos pré-Lula, possivelmente em virtude de sua orientação liberal e portanto preocupação com investimentos e liberalização da economia. A reportagem afirma que Lula merece "algum crédito pela bonança da exportações. Contudo, seu predecessor como presidente, Fernando Henrique Cardoso, pôs no lugar muito da estrutura econômica e política"⁸⁶. Cita-se a importância do

⁸³ No original: "Brazil's dominant international image for the past decade of football, carnival and bossa nova is slowly changing. Many Brazilian companies are now succeeding in the global marketplace using original local design backed by aggressive marketing, innovative management and a low cost base" (Id. Ibid.)

⁸⁴ Vide por exemplo o discurso de Lula na temática Desenvolvimento Socioeconômico: "Nós partimos do pressuposto que a imagem do Brasil, o país do carnaval, o país do futebol, o país da miséria, das favelas, da criança de rua, continua sendo verdadeiro. Mas nós temos que mostrar que existem outras coisas, no Brasil, e coisas extraordinárias. Quando nós fazemos parceria com a China, nós não estamos apenas exportando soja para a China ou comprando carvão. Nós estamos dizendo para a China que nós queremos a tecnologia deles para lançar os foguetes brasileiros" (LULA DA SILVA, 2004h)

⁸⁵ "O grave é que exatamente nesses 34 anos teve vários anos que nós tivemos décadas perdidas, como a década de 80 e parte da década de 90, em que a população cresceu e a economia não cresceu. Isso significa o quê? Que nós temos um déficit muito grande com a sociedade brasileira, que nós precisamos preparar a economia brasileira para resgatar essa dívida social que todo mundo fala em pagar. Eu era criança e já ouvia falar em pagar, já estou ficando com os meus 60 anos e ainda não se pagou. Mas nós vamos ter que pagar. E se nós não pagarmos, eu me pergunto: quem pagará? Bem, então nós temos esse compromisso." (Id. Ibid.)

⁸⁶ No original: "Mr Lula da Silva - who has stabilised the economy since his landslide election victory in October 2002 - deserves some credit for the export bonanza. Yet his predecessor as president, Fernando Henrique Cardoso, put much of the economic and political framework in place." (COLLIT & LAPPER, 2004)

Plano Real em estabilizar a inflação e, antes de FHC, da liberalização comercial nos anos 1990. As privatizações daqueles anos — maior traição ao patrimônio nacional na FD da esquerda brasileira — são valorizadas por terem acabado com a ineficiência de firmas estatais e por aumentar a competitividade. A Embraer é apresentada como um caso exemplar. Antes da privatização uma empresa estatal deficitária e lenta ("*sluggish*"), ela é hoje uma das campeãs da internacionalização da economia uma vez que a "gestão profissional liberou seu potencial"⁸⁷. Mesmo a crise financeira de 1999 é avaliada positivamente por seus efeitos na melhora da competitividade e internacionalização das empresas.

Na mesma reportagem, também se aborda o papel do Brasil enquanto um líder do Sul Global. Cita-se que o país está assumindo "um papel de liderança para nações mais pobres", listando alguns gestos neste sentido, como a campanha mundial contra a fome, a Minustah (citada diretamente relacionada ao assento no CSNU), o perdão da dívida de países africanos, o G20 Agrícola e as vitórias contra subsídios agrícolas na OMC.

A liderança brasileira do Sul Global é apresentada em termos ainda mais próximos ao discurso oficial na matéria "Lula fala pelos pobres do mundo" (TURNER, 2004). Já no título, apresenta-se o país, ou mais especificamente a figura do presidente Lula, como porta voz dos "pobres do mundo". A matéria cita extensivamente o discurso do presidente na abertura da Assembleia Geral na ONU, vinculando-o não aos interesses de um país apenas, mas ao do grupo dos subdesenvolvidos. É interessante notar que o jornalista qualifica a atitude brasileira como uma "liderança moral"⁸⁸. Esta terminologia situa a ação brasileira no rol de comportamentos diplomáticos atribuídos aos *middle powers*, que, na ausência de grandes recursos de poder, buscam a proeminência internacional em matérias morais e humanitárias (NOLTE, 2010). É também a leitura que o discurso oficial mantém sobre as capacidades brasileira, como exemplificado pela temática identitária do Exemplo para o Mundo Desenvolvido.

A última temática do discurso governamental que encontra eco nas páginas do FT é a da Reforma das Instituições Internacionais. A ascensão brasileira no cenário mundial é associada repetidamente ao intento do Itamaraty de buscar prestígio para o Brasil e garantir-

⁸⁷ No original: "Embraer, the world's fourth largest aircraft manufacturer, was until its privatisation in 1994 a lossmaking, sluggish state company. Professional management unleashed its potential." (Id. Ibid.)

⁸⁸ "Brazil's bid for moral leadership of the developing world appears to be progressing. More than 60 heads of state attended the financing meeting at Mr Lula da Silva's personal invitation, and 110 nations signed a declaration insisting that tackling poverty was essential to global peace." (TURNER, 2004)

lhe um assento permanente no CSNU. A liderança da Minustah, ao lado de outros gestos como a campanha contra a fome, é sempre citada vinculada a este objetivo.

A matéria "Powell apoio a busca do Brasil por um assento no Conselho de Segurança" (COLLIT, 2004b) comenta o discurso favorável do oficial dos EUA ao desígnio brasileiro. A liderança da Minustah é citada como uma dentre outras iniciativas que evidenciam o potencial de liderança positiva que o Brasil possui. No artigo "Lula fala pelos pobres do mundo" (TURNER, 2004), não há alusão à Minustah, porém também se evoca a candidatura do país ao CSNU ao mencionar que o pedido de Lula na Assembleia Geral da ONU por apoio internacional no combate às desigualdades econômicas é representativo de um interesse comum do mundo em desenvolvimento por uma reorientação da agenda global que volte a atentar para a pobreza — e não só para questões securitárias.

Na reportagem "Vendendo o Brasil: o eterno país do futuro cresce no cenário global" (COLLIT & LAPPER, 2004), menciona-se a campanha ao CSNU em associação à Minustah e ao perdão da dívida de países africanos. Por fim, na matéria "Lula leva o time do Brasil para dar o pontapé no plano de paz no Haiti" ("Lula takes Brazil team to kick off Haiti peace plan", COLLIT, 2004a), que detalha os preparativos para o jogo da seleção brasileira de futebol em Porto Príncipe como uma estratégia para desarmar os grupos rebeldes, a missão é associada à ambição do assento permanente e ao desejo por um maior protagonismo internacional⁸⁹.

6.3.2 New York Times

As primeiras três matérias do periódico nova-iorquino, que foram publicadas entre fevereiro e junho, mal fazem menção do Brasil. Seu foco está principalmente na crise política haitiana iniciada em fevereiro e nos movimentos da ONU nesta época para o envio da primeira força tarefa à ilha. Por essa razão, as matérias se atêm à situação calamitosa no Haiti e às atitudes e interesses dos EUA na situação. Os artigos deste período pré-Minustah mencionam o Brasil uma única vez cada, sem abordar de forma significativa sua política externa ou identidade internacional.

Já em agosto, uma matéria do correspondente no Rio de Janeiro, Larry Rohter, tenta decifrar a liderança brasileira da Minustah e para tanto dialoga com algumas das temáticas

⁸⁹ "Brazil hopes its football diplomacy will showcase its ambitions for a larger role in the international community and buttress its bid for a seat on the UN Security Council." (COLLIT, 2004a)

presentes no discurso oficial, como as relações regionais, a promoção da paz, a solidariedade e o assento permanente no CSNU. O título do artigo, "O Brasil está liderando uma missão principalmente sul-americana para o Haiti" ("Brazil Is Leading a Largely South American Mission to Haiti", ROHTER, 2004), resume a informação mais importante do texto na visão do autor: o caráter regional da Minustah e suas implicações para o Brasil. Essa primazia da região é compatível com o discurso oficial, no qual as relações regionais eram o quesito mais importante.

A matéria inicia relembrando que sucessivos governos norte-americanos tentaram estabilizar o Haiti sem sucesso, e que agora o Brasil assumia a liderança com o apoio entusiástico de Washington. O autor resgata o fato que o Brasil possui uma "longa tradição em participar de forças de paz da ONU, da América Central ao Timor Leste"⁹⁰, porém a Minustah possui uma característica em especial que a diferencia de missões anteriores: é a primeira vez que uma força de paz onusiana é liderada e formada majoritariamente por efetivos sul-americanos. Esta constatação não parte do jornalista, mas do próprio Ministro da Defesa do Brasil, José Viegas, em depoimento.

Como ocorreu no discurso oficial, a temática das Relações Regionais também envolve aqui reflexões sobre o papel do Brasil enquanto líder da América do Sul. O autor cita um oficial sênior norte-americano (não identificado) que afirma que o Brasil assumiu "um papel de liderança num momento crucial, e isto é algo grande" e que o país "não apenas se apresentou à frente, mas também trouxe consigo o resto do Mercosul"⁹¹. Neste depoimento, temos o Brasil alçado à posição de líder regional, com ênfase em sua capacidade de influência e mobilização junto aos países do Cone Sul.

O repórter constata que um dos benefícios esperados pelo Brasil ao liderar a Minustah é ganhar "credibilidade e prestígio, para si e para o bloco Sul-Americano que ele lidera"⁹². Através do depoimento de um acadêmico brasileiro de renome, Hélio Jaguaribe, menciona-se o Mercosul e a expectativa brasileira de que o bloco seja mais que uma união comercial e se torne um sistema capaz de protagonismo internacional. A ação no Haiti, no discurso de Jaguaribe, ofereceria ao grupo "uma chance de agir em conjunto de forma unificada e

⁹⁰ No original: "Brazil has a long tradition of taking part in United Nations peacekeeping forces, from Central America to East Timor" (Id. Ibid.)

⁹¹ No original: "Brazil really did take a leadership role at a crucial moment, and that's a big deal," a senior American official said in an interview in Washington in June. "[...] Brazil not only put itself forward, it also brought along the rest of Mercosur" (Id. Ibid.)

⁹² No original: "[Brazil] seems to be looking for credibility and prestige, for itself and for the South American bloc that it leads." (Id. Ibid.)

articulada em defesa de valores democráticos, multilateralismo e o princípio da resolução pacífica de conflitos"⁹³. Essa tríade envolvendo democracia, multilateralismo e pacifismo encerra atributos estáveis da identidade internacional brasileira (como foi exposto na Seção 2.1.5), aludindo assim à temática da promoção da paz. Desse modo, a liderança da Minustah pelo Brasil seria uma manifestação natural de valores próprios ao país, com apoio regional.

Convém notar que o artigo é, em certa medida, original ao ver a região (e não o Brasil individualmente) como beneficiário da política de prestígio perseguida pelo Itamaraty. Tradicionalmente, se restringem os ganhos do protagonismo internacional a um único ator, porém aqui a América do Sul e seu principal bloco, o Mercosul, são postos em evidência. O autor é menos original e mais previsível quando associa, mais adiante no texto, a política de prestígio do Brasil com sua busca por um assento permanente no CSNU. Rohter não ignora este intento diplomático e atrela explicitamente a identidade do país enquanto potência regional emergente ao desejo pelo assento. Ele afirma "como um poder regional emergente, o Brasil tem há muito aspirado a um assento permanente no CSNU, e intensificou sua campanha desde que o Sr. da Silva assumiu o cargo em janeiro de 2003"⁹⁴. Como a busca pelo assento precede o governo Lula, seria equivocado da parte do repórter associar esse intento à política externa reformista deste governante apenas. Porém, a identidade do Brasil enquanto "poder regional emergente" é uma construção recente e fortemente vinculada à política externa de Lula, de modo que é preciso deixar claro, no texto, que trata-se de uma estratégia nova para a consecução de um objetivo antigo. O autor resolve este problema afirmando que houve, sob Lula, uma intensificação desta campanha.

O jornalista logo após contrasta essa motivação individualista da política prestígio brasileira com o discurso oficial, na pessoa do Ministro da Defesa, que reitera que o Brasil "absolutamente de forma nenhuma vê a operação no Haiti como um trampolim' para um assento permanente no CSNU"⁹⁵. O ministro aponta, não obstante, que esta missão indica uma capacidade de coesão regional que motiva uma nova reflexão sobre a necessidade de um assento permanente latinoamericano. Já se comentou anteriormente sobre a reserva do discurso oficial em encarar a Minustah como uma tentativa de obter o assento no CSNU (vide

⁹³ No original: *"Haiti offers a chance for them to act together in a unified, articulated way in defense of democratic values, multilateralism and the principle of peaceful resolution of conflicts."* (Id. Ibid.)

⁹⁴ No original: *"As an emerging regional power, Brazil has also long aspired to a permanent seat on the United Nations Security Council, and has stepped up its campaign since Mr. da Silva assumed office in January 2003."* (Id. Ibid.)

⁹⁵ No original: *"We absolutely do not in any way see the operation in Haiti as a trampoline' to a permanent Security Council seat, Mr. Viegas said in the interview."* (Id. Ibid.)

Seção 6.1.3). Vemos aqui que uma das estratégias para ocultar esta associação é revesti-la com o caráter regional: trata-se de um assento permanente latinoamericano, e não simplesmente brasileiro.

Além da temática das Relações Regionais, outros componentes identitários também estão presentes no mesmo artigo. O jornalista classifica de "diplomacia não convencional" as iniciativas brasileiras que ocorrem em paralelo à intervenção militar propriamente dita, sendo a partida de futebol entre as seleções do Brasil e do Haiti o principal exemplo. O jogo é apresentado como uma estratégia para ganhar a confiança da população, que historicamente é hostil aos estrangeiros. O correspondente cita o presidente Lula afirmando que o jogo "é um símbolo, um sinal que nós queremos que o mundo viva em paz, não em guerra"⁹⁶, e novamente Hélio Jaguaribe, que relembra que o Brasil foi, desde o princípio, "um crítico aberto da invasão americana do Iraque, e espera usar o Haiti para 'estabelecer sua credibilidade como mediador'"⁹⁷. Destas citações é importante destacar que elas apresentam o propósito do jogo (ganhar a confiança local e construir a paz) em termos que o atrelam a preferências estáveis da diplomacia brasileira, como o pacifismo e a não-intervenção. Dessa forma, este gesto se torna um reflexo de quem o Brasil é no cenário internacional: um país pacífico e avesso às intervenções violentas, remetendo assim à temática da Promoção da Paz.

O artigo tangencia ainda a temática da solidariedade, que no discurso oficial assinalava a responsabilidade brasileira em ajudar na crise haitiana, mesmo sem ter recursos abundantes. O jornalista cita o ministro Viegas, que apresenta a imagem do Brasil como um país com disponibilidades limitadas e, por isso, a quem cabe uma função específica na tarefa de estabilização, valendo-se do conceito de "divisão de trabalho".

"Estamos conscientes de nossas limitações", disse o Sr. Viegas. "Dado que a assistência financeira não é o ponto forte dos países sul-americanos, a divisão de trabalho é clara. Nós provemos a estabilidade através da força da ONU, e as nações desenvolvidas fornecem o auxílio necessário para o desenvolvimento social e econômico."⁹⁸

⁹⁶ No original: "It is a symbol, a gesture to show that we want the world to live in peace, not at war" (Id. Ibid.)

⁹⁷ No original: "From the beginning, Brazil has been an outspoken critic of the American invasion and occupation of Iraq, and hopes to use Haiti 'to establish its credibility as a mediator'" (Id. Ibid.)

⁹⁸ No original: "We are aware of our limitations," Mr. Viegas said. "Given that financial assistance is not the strong point of South American countries, the division of labor is clear. We furnish stability through a U.N. force, and the developed nations supply the financial aid needed for economic and social development." (Id. Ibid.)

Como Lula no discurso oficial⁹⁹, Viegas coletiviza a paupéria para toda a América do Sul, que passa a compartilhar tanto a limitação de recursos quanto a responsabilidade em ajudar apesar dela.

Por fim, ainda sobre esta matéria, é interessante destacar a relação que o autor propõe entre ideologia, o partido do presidente e as relações bilaterais Brasil-EUA. Rohter destaca que Lula e Bush possuem divergências ideológicas, mas que mesmo assim os EUA apoiaram "entusiasticamente" a liderança brasileira da missão. O jornalista repercute o discurso de dissidentes internos do Partido dos Trabalhadores (PT), que acusam o governo Lula de estar atendendo os interesses imperialistas de Washington ao intervir em um país soberano (cf. Seção 6.1.3).

Mas [a intervenção do Brasil] é precisamente o que preocupa algumas vozes dissidentes da esquerda do Partido dos Trabalhadores governando Brasil. "A atual missão corre o risco de se tornar parte da política militar internacional dos EUA de encontrar policiais regionais para exercer um papel tutorial em países que Washington considera incapazes de governar a si mesmos", Emir Sader, um líder do partido, reclamou recentemente e "legitima uma operação militar que depôs um governo eleito legitimamente"¹⁰⁰

É interessante notar que o jornalista aponta esta voz interna do partido como um exemplo de resistência doméstica à nova PEB. O discurso governamental, como foi demonstrado, apresenta apenas as falas oriundas do outro extremo do espectro partidário como sendo a oposição doméstica (as "cabeças colonizadas" céticas quanto aos novos rumos da PEB), enquanto as críticas vindas do próprio PT não são assinaladas. Tal silenciamento pode ser devido, por um lado, à avaliação do interlocutor que não convinha nas situações dos pronunciamentos tratar de questões internas ao seu partido, e, por outro, à estratégia de construir um *ethos* de coesão partidária e inscrever as forças contrárias ao seu projeto reformista apenas no campo dos partidos da oposição, tornando mais simples e dicotômica a compreensão dos atores e de suas visões de mundo.

⁹⁹ "temos a chance de colocar a América Latina para ajudar, mesmo na sua pobreza. E eu digo o seguinte: a gente, mesmo sendo pobre, pode ajudar." (LULA DA SILVA, 2004h)

¹⁰⁰ No original: "But that [Brazil's intervention] is precisely what worries some left-wing dissident voices in Brazil's governing Workers Party. "The current mission runs the risk of becoming part of the U.S.'s international military policy of finding regional gendarmes to play a tutorial role in countries Washington considers incapable of governing themselves," Emir Sader, a party leader, complained recently and "legitimizes a military operation that overthrew a legitimately elected government." (ROHTER, 2004)

A partida de futebol idealizada por Lula em Porto Príncipe, classificada na reportagem do Rohter como "diplomacia não convencional", motivou uma matéria sobre a relação que o esporte estabelece entre os povos brasileiro e haitiano. No artigo "A estranha união do futebol: quando o Brasil faz gol, o Haiti ruge" ("Soccer's Odd Bonding: When Brazil Scores, Haiti Roars", KAMBER, 2004), as temáticas da Promoção da Paz e, principalmente, das Credenciais Multiculturais são abordadas. O vocabulário do título, que fala sobre "união" ("bonding"), deixa claro que se pretende demonstrar que o esporte cria um vínculo entre sociedades. O jornalista qualifica a partida em concordância com o discurso presidencial, para quem o evento é um gesto de paz e fraternidade, reforçando a temática da Promoção da Paz.

Mais adiante, no mesmo artigo, diferentes haitianos são citados compartilhando o porquê de sua admiração pelo futebol brasileiro. Um aspecto apontado por eles é o fato que as estrelas da seleção em sua maioria são negros e oriundos de lares pobres — um dado étnico e social com os quais os haitianos podem se identificar. Isto dialoga com a temática das Credenciais Multiculturais, que foi uma das mais relevantes no discurso oficial para este subgrupo de pronunciamentos. Lula e Amorim reforçavam a herança racial legada ao Brasil e ao Haiti pela África negra, enfatizando que esse elemento se tornara seminal da cultura brasileira. O depoimento dos haitianos dá mais concretude a esse vínculo e aponta um *locus* claro de materialização desse traço: o futebol.

Por fim, as últimas matérias publicadas pelo NYT no ano, semelhantemente às primeiras, não mencionaram o Brasil de forma relevante. Por terem sido escritas em setembro e outubro, logo após uma tempestade tropical que matou milhares de pessoas e lançou a cidade de Gonaïves no caos, seu principal foco era a magnitude da catástrofe. As menções ao Brasil foram marginais, perdidas em meio à escala épica da tragédia humana.

6.3.3 IstoÉ

De todas as publicações analisadas para este período, a IstoÉ publicou menos matérias. Isso se deve principalmente ao fato desta ser uma revista semanal, e não um jornal diário como os outros três. Ao todo, contabilizaram-se apenas cinco artigos no ano, sendo quatro notícias e uma entrevista.

Em sua maioria, as matérias não abordaram diretamente a identidade internacional do Brasil. Com correspondentes no solo, a revista privilegiou as descrições vívidas da situação

calamitosa do Haiti. Foram investigadas as motivações e interesses do Estado brasileiro na missão, bem como as interpretações acerca desta, levando a alguns pontos de contato com as temáticas da identidade do país.

A memória da participação brasileira em missões de paz é resgatada em detalhe ao longo das matérias. A notícia "Ai de ti, Haiti" (FREITAS JR, 2004) lista os países em que forças brasileiras já atuaram em missões de paz. A própria ONU é citada acerca do profissionalismo desses efetivos para construir uma imagem de competência¹⁰¹.

A IstoÉ publicou uma entrevista com o então Ministro da Defesa, José Viegas ("A nova missão dos militares", CAMARGO & SIMAS FILHO, 2004), em que os jornalistas abordavam a compra de novos equipamentos para os militares e também a liderança da Minustah. A análise da entrevista é útil, pois, se por um lado a maior parte do seu conteúdo é o depoimento do entrevistado (e portanto não representa integralmente o discurso midiático), a linha de questionamento proposta pelos entrevistadores é reveladora sobre a ideologia do veículo.

A temática das Relações Regionais é a mais presente no texto. Os entrevistadores formulam uma pergunta que parafraseia uma das críticas comuns à liderança brasileira da Minustah: o fato de o Haiti não pertencer ao raio de interesse do Brasil.

ISTOÉ – Embora esteja localizado na América Latina, o Haiti não se insere, tradicionalmente, na área de preocupações geopolíticas do Brasil. No entanto, o País deve liderar a Força de Paz da ONU para o Haiti, enviando um contingente de 1.100 militares, que é o maior desde a nossa participação na Força de Paz de Angola, nos anos 90. Como se explica essa proeminência?¹⁰²

A pergunta resgata quase integralmente as questões levantadas por um dos congressistas contrários à missão¹⁰³. Assim como no discurso do parlamentar, a indagação dos jornalistas reconhece que a ilha pertence à América Latina, porém, como o restante da frase deixa claro, sugere que sua localização geográfica não é condição suficiente para que o país esteja na área de "preocupações geopolíticas do Brasil". Logo após constatar a tradicional irrelevância do Haiti para Brasília, os autores apontam que o destacamento destinado à ilha é

¹⁰¹ "O mandatário francês demonstrou estar ciente do reconhecimento pela ONU do desempenho dos militares brasileiros nas Forças de Paz de Angola, Moçambique, Bósnia e Timor Leste – onde ainda estão 64 militares brasileiros. A ONU mencionou, especialmente, 'a habilidade dos soldados no trato com a população de países em crises agudas'" (FREITAS JR, 2004)

¹⁰² Id. Ibid.

¹⁰³ Cf. Nonô (2004)

o maior na história recente. A relação entre as duas frases é adversativa, mostrando que na avaliação deles é um contrassenso que um país estranho ao interesse nacional receba subitamente tamanha atenção. A resposta dada por Viegas conduz à questão da tradição de participação brasileira em missões de paz da ONU, que é o mote para outro questionamento importante da parte dos jornalistas.

Viegas - [...] Quanto ao desejo do Brasil de participar, não é a primeira vez que isso se manifesta. Temos uma razoável história de participação em Forças de Paz da ONU, desde o Batalhão de Suez, nos anos 50, até o Timor Leste, que teve início em 1999.

ISTOÉ – Mandamos para o Timor Leste, por exemplo – que é um país com o qual o Brasil tem laços bem mais fortes –, apenas um pelotão de 70 soldados da Polícia do Exército...

Viegas – No Timor, a participação do Brasil é menor porque a própria Força de Paz é menor. O Haiti fica na América Latina, uma das prioridades de atuação diplomática do Brasil, ao lado da comunidade dos países de língua portuguesa.

Resgata-se a participação brasileira no Timor Leste para problematizar novamente a relação entre laços internacionais, interesses geopolíticos e quantitativos militares. Os jornalistas relembram que a ilha lusófona, onde se desenrolou a Unamet/Untaet entre 1999 e 2006, recebeu um destacamento muito inferior que o destinado para o Haiti, apesar de o Brasil ter "laços bem mais fortes" com os timorenses. Embora os entrevistadores não entrem em detalhes sobre a natureza destes laços mais vigorosos, um dos elementos do repertório compartilhado que dá sentido a essa afirmação é o fato de Brasil e Timor Leste serem países lusófonos de colonização portuguesa. A resposta do ministro Viegas deixa mais nítido que esse é o vínculo pretendido, ao afirmar que o "Haiti fica na América Latina, uma das prioridades de atuação diplomática do Brasil, ao lado da comunidade dos países de língua portuguesa". Vemos nesta resposta que o discurso oficial identifica duas comunidades distintas, a América Latina e a comunidade de países lusófonos, sendo ambas de interesse diplomático para o Brasil.

Este diálogo é o único momento saliente de confronto entre os discursos da IstoÉ e o governamental. Ao relativizar a importância da localização latinoamericana do Haiti e mencionar a missão no Timor Leste, o repórter questiona as temáticas identitárias das Relações Regionais e das Credenciais Multiculturais — duas das mais relevantes dentro do discurso oficial. Enquanto Lula e Amorim ressaltam que a América Latina é uma prioridade

diplomática (e portanto se o Haiti está na região também será prioritário), o jornalista aponta que, apesar de sua localização, a ilha não pertence ao raio de interesses brasileiros. Ao invés de resgatar a herança africana, enfatiza-se uma herança lusitana "bem mais forte" para a identidade brasileira e suas relações externas.

No restante de sua cobertura, a IstoÉ mostra convergência com o discurso oficial. Na mesma entrevista há uma ênfase no papel social das Forças Armadas brasileiras. Como apontado anteriormente, a participação de militares sul-americanos em missões de paz após a redemocratização visou a reeducação das forças armadas em tempos de governo civil (HIRST, 2007). É interessante notar que os entrevistadores convergem com esta leitura, porém não a apresentam como um fato novo, mas uma atualização de competências que já faziam parte da corporação. Seria uma "volta às origens" o fato que "Exército, Marinha e Aeronáutica estão redescobrindo sua função social, como nos tempos do marechal Rondon, atuando cada vez mais em meio às populações desassistidas dos rincões do País"¹⁰⁴. Esta frase também reforça o vínculo entre as Forças Armadas brasileiras e a paz entendida como justiça social — outra associação presente no discurso oficial. Assim, a intervenção do Brasil em outro Estado para trazer a pacificação seria ao mesmo tempo uma intervenção pela promoção do desenvolvimento social.

A temática da Promoção da Paz via intervenção militar também está presente na notícia "O inferno é no Caribe" (CAMARGO, 2004). Nela, o jornalista cita um acadêmico haitiano e uma fonte oficial brasileira que têm um discurso idêntico sobre a relação entre paz e desenvolvimento social.

Já o padre Pierre Toussaint Roy, que estudou no seminário junto com Aristide, diz que "não existem instituições democráticas que resistam num país em que impera a miséria". Ele é haitiano, mas mora no Rio de Janeiro, e é o coordenador regional da Plataforma Interamericana de Derechos Humanos, Democracia y Desarrollo. Para Roy, o Brasil precisa se diferenciar dos americanos, ligando a missão militar a um plano de reconstrução econômica. "Não adianta desarmar os paramilitares e depois organizar eleições. Depois que as Forças de Paz saírem, volta tudo como era antes. Por isso, o Brasil deveria fazer um chamado internacional para sensibilizar os países ricos a participar da reconstrução do Haiti", prega Toussaint Roy.

O governo brasileiro, por sua vez, tem um discurso semelhante ao do padre haitiano. "O desarmamento será consequência do crescimento do país", diz o general Heleno. Mas, enquanto a diplomacia não produz seus efeitos, o Brasil parece vislumbrar, na atuação de soldados em forças de paz da ONU, uma nova e nobre missão para as suas Forças Armadas. [...] "Queremos ser

¹⁰⁴ Camargo & Simas Filho (2004)

profissionais das forças de paz. Pretendo formar uma brigada específica para atuar em forças da ONU", disse a ISTOÉ o general-de-Exército Francisco Roberto de Albuquerque, comandante do Exército brasileiro. Nada a ver com soldados do Exército subindo os morros do Rio à caça de bandidos. Afinal, o Haiti não é aqui.

Neste excerto vê-se, primeiramente, a semelhança entre o discurso oficial e o acadêmico. A figura do especialista haitiano é duplamente relevante pois, por ser seminarista, coordenador de um grupo regional e natural do Haiti, ele pode falar como um sujeito que comprehende a situação do país tanto por conhecimento analítico quanto por experiência pessoal. Ao destacar a semelhança do discurso do Estado brasileiro com o diagnóstico do padre haitiano, o jornalista indica que os responsáveis da missão possivelmente estão adotando o curso correto de ação.

A vinculação entre paz e justiça social se torna um marcador identitário mais saliente quando se sugere que, através dela, é possível que o Brasil delineie para si um perfil próprio na comunidade internacional. Ao afirmar que "o Brasil precisa se diferenciar dos americanos, ligando a missão militar a um plano de reconstrução econômica"¹⁰⁵ pressupõe-se uma certa forma dos EUA (país que até então enviara forças tarefa ao Haiti) lidarem com missões de paz, envolvendo noções de militarismo, imposição pela força e unilateralismo. Como esta imagem está bem assentada no repertório comum (a invasão ao Iraque ocorreu no ano anterior), é possível ao jornalista contrastá-la com o papel que o Brasil poderá desempenhar: um que alie a ação militar ao desenvolvimento. Neste registro, a abordagem do Estado brasileiro se torna mais que uma solução correta para o problema, mas um marcador que diferencia a presença brasileira na comunidade internacional daquela das potências hegemônicas e militaristas.

Por fim, é interessante destacar que o jornalista não ignora a fragilidade dessa associação entre o exército e a paz. Como um periódico brasileiro, está a par do papel do exército no combate a criminalidade dentro das fronteiras nacionais em momentos de crise, nos quais a repressão violenta é o instrumento à mão. Por essa razão, fala dos "soldados do Exército subindo os morros do Rio à caça de bandidos"¹⁰⁶ — uma cena recorrente na memória coletiva nacional. A evocação desta imagem demonstra a consciência do autor que as Forças Armadas desempenham papéis que põem em dúvida a associação entre exército e o

¹⁰⁵ Camargo (2004)

¹⁰⁶ Id. Ibid.

desenvolvimento sadio de populações carentes. Não obstante, a citação aparentemente não objetiva a desconstrução dessa diáde, pois ele próprio afirma que a atuação no Caribe não tem "nada a ver" com este papel exercido nas cidades brasileiras. Assim, pode-se dizer que o jornalista optou por não ignorar este exemplo que poderia desestabilizar a associação proposta pelo discurso oficial; ao invés, o explicitou com o intuito de poder dissociá-lo da Minustah e, assim, salvaguardar o discurso governamental.

Encontramos uma segunda vez nas matérias da IstoÉ este movimento de reconhecer argumentos contrários ao discurso governamental para, sem embargo, preservá-lo em seguida. Ainda na temática da Promoção da Paz, no artigo "Um fenômeno de paixão" (MARINI, 2004) — cujo chapéu do título é "Jogo da paz" —, o jornalista sinaliza logo de início que a decisão do presidente em fazer um jogo da seleção brasileira no Haiti não produziu unanimidade.

A decisão do governo e da CBF de promover o Jogo da Paz entre o Brasil e Haiti gerou reações polêmicas. A atitude foi considerada positiva e encarada como um gesto de solidariedade pela maioria dos brasileiros, mas não faltaram os que se posicionaram contra a idéia. “É a expressão da política externa como política de espetáculo”, alfinetou Celso Lafer, ex-ministro das Relações Exteriores nos governos de Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso. Mas quem acompanhou a visita do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Ronaldo Fenômeno, Ronaldinho Gaúcho e companhia à capital do país, Porto Príncipe, na quarta-feira 18, constatou que a alegria e o furacão de emoções levados pelos craques ao povo do Haiti, o país mais miserável da América e um dos mais carentes do planeta, compensaram o desgaste físico, os riscos e até o desgaste para enfrentar as críticas.¹⁰⁷

O autor cita diretamente o ex-ministro das Relações Exteriores, Celso Lafer, que se posiciona contra o ato. Porém, pelo restante o artigo celebra a iniciativa do governo e adota algumas estratégias para desconsiderar a crítica. Primeiramente, a inscreve no campo da minoria, ao passo que "a maioria dos brasileiros" tem a mesma interpretação que o governo sobre o jogo: trata-se de "um gesto de solidariedade". Em seguida, o jornalista se vale de sua própria posição como testemunha ocular. Este artigo é fartamente ilustrado por trechos em que o autor descreve seu deslocamento pelas ruas haitianas e a reação que viu das pessoas, enfatizando assim a validade de sua experiência como observador de primeira mão da realidade local. Por essa razão, o vocabulário empregado após a frase de Lafer ("Mas quem acompanhou a visita", "constatou") se vale do peso dessa observação pessoal como indício da

¹⁰⁷ Marini (2004)

verdade¹⁰⁸. Ele termina o parágrafo descrevendo a condição miserável do Haiti e que, portanto, o esforço de levar até lá "alegria" e um "furacão de emoções" "compensaram" os desgastes e críticas. Essa ideia é reforçada na última frase da matéria, em que o jornalista explicitamente louva a empreitada, valendo-se de termos muito próximos ao discurso oficial¹⁰⁹.

6.3.4 O Estado de S. Paulo

Por ser um jornal diário de abrangência nacional, o OESP teve a cobertura mais abundante de todos os periódicos. Ao todo, 102 artigos sobre a Minustah foram publicados entre fevereiro e outubro de 2014. Para tornar este montante mais compatível e portanto passível de comparação com os demais, a análise se ateve apenas às notícias que, versando sobre a Minustah, abordavam diretamente alguma das temáticas identitárias presentes no discurso oficial. Este recorte eliminou os artigos telegráficos feitos somente por agências de notícias (que se limitavam a reportar sobre confrontos no Haiti, movimentação de tropas, e outras matérias *hard news*) e reduziu o número de textos analisados para 46, sendo 39 notícias, dois editoriais, uma coluna, duas entrevistas e duas notas.

Quanto à equipe envolvida, o OESP também mobilizou o maior número de jornalistas: 18 profissionais ao todo. Destes, a maioria contribuiu com poucos ou somente um artigo; os contribuidores mais ativos foram correspondentes internacionais baseados nos EUA, Suíça, Haiti e Argentina, juntamente com os repórteres em Brasília. Mais da metade dos artigos selecionados foram redigidos por eles.

A cobertura do OESP apresentou a seguinte trajetória para o período estudado. Nos meses anteriores à Minustah, o foco das reportagens esteve na crise política haitiana

¹⁰⁸ A ênfase dada pelos correspondentes da IstoÉ à sua condição de testemunha ocular diferencia seu discurso em comparação aos outros. Seus jornalistas falam que "A reportagem de IstoÉ acompanhou a festa num caminhão colocado no início da fila." (MARINI, 2004) e que "a reportagem de IstoÉ integrou a comitiva do ministro da Defesa, José Viegas Filho" e "viajaram ao Haiti a convite do Ministério da Defesa" (CAMARGO, 2004). Isto merece destaque pelos efeitos que produz no discurso dos repórteres. Por um lado, como já mencionado, ao escolher indicar no texto sua presença física no local da notícia, o repórter enfatiza o valor autoritativo do seu próprio discurso como testemunha de primeira mão dos acontecimentos. Contudo, nesta última matéria, os autores julgaram necessário mencionar que sua presença no país se deu à convite dos responsáveis pela Minustah. Tal decisão segue as melhores práticas do jornalismo pois científica o leitor que o correspondente, tendo viajado com recursos um terceiro, possivelmente terá menos autonomia na feitura do artigo do que se tivesse ido com recursos da empresa midiática.

¹⁰⁹ "Por tudo isso, o grande ponto positivo da missão, que merece ser reconhecido, foi o de levar alegria a um país carente de tudo e a um povo que precisa recomeçar do zero." (Id. Ibid.)

deflagrada em fevereiro, nas reações dos que primeiro interviram (ONU, EUA e França) e, no Brasil, nos primeiros diálogos travados entre Brasília e seus pares internacionais sobre uma possível liderança. Quando a liderança brasileira é publicamente assumida e as Forças Armadas partem para a nação caribenha, há uma cobertura intensa da missão propriamente dita, da rotina das tropas no solo, e de outros eventos importantes que marcaram a expedição: o jogo de futebol entre Brasil e Haiti organizado pela Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e a visita oficial de Lula. Nos meses de setembro e outubro, as matérias se voltam à escalada da violência política no Haiti; é quando surgem as primeiras matérias questionando de forma contundente a validade da missão.

Devido ao grande número de artigos, a cobertura do OESP se mostra a mais completa, dialogando portanto com quase todas as temáticas identitárias do discurso oficial. É também a mais variada, pois o grande número de autores produz um discurso necessariamente plural.

Na temática da Autonomia, o OESP aborda a busca brasileira por maior protagonismo na cena internacional, porém o faz enfatizando a relação bilateral entre Brasil e EUA. O discurso oficial, como foi visto, já antecipava alguma combatividade entre o Brasil e os países hegemônicos em defesa dos interesses nacionais. Para o jornal, a atitude dos EUA é um importante critério para avaliação da pertinência da nova PEB. Algumas matérias reproduzem discursos favoráveis a uma maior autonomia do Brasil. Em " 'Onde está o Brasil?'" (SOTERO, 2004a), o jornal cita trechos de artigo do periódico norte-americano *Christian Science Monitor* (CSM), que propõe a seguinte associação: o Brasil assumir seu real poder implica em agir independentemente das potências hegemônicas, por exemplo enviado por conta própria tropas ao Haiti¹¹⁰. Há também três artigos¹¹¹ publicados durante a controvérsia sobre a visita de inspetores da AIEA à usina nuclear em Resende, que defendem a legalidade do programa brasileiro, apresentando o Brasil como um ator internacional que busca suas metas de desenvolvimento de forma responsável.

Já o artigo "Lula é aconselhado a 'calibrar' críticas aos EUA" (SOTERO, 2004c) é mais intermediário, apresentando pontos positivos e negativos da nova PEB. A matéria cita comentários da então embaixadora dos EUA no Brasil, Donna Hrinak, proferidos em palestra

¹¹⁰ "Segundo o CSM, Lula 'não deveria esperar pela França, os EUA ou mesmo as Nações Unidas para mandar uma força para proteger o presidente Jean-Bertrand Aristide', mas tomar a iniciativa de organizar tal força na própria região [...] O CSM afirma que 'a Doutrina Monroe, que deixou os EUA tratarem a América Latina como seu quintal', poderia agora ser mudada. 'Será que o Brasil aceitará esse desafio?'" (SOTERO, 2004a)

¹¹¹ "Programa do país respeita acordos mundiais" (GODOY, 2004a), "Almirante diz que fim da crise com AIEA depende de ajustes" (Id. 2004b), "País nada tem a esconder, diz Blix" (CHADE, 2004c)

na Universidade de Miami sobre as relações Brasil-EUA. Analisa-se a PEB à luz dos interesses de Washington na região e, por essa razão, menciona-se além do Haiti questões como Cuba e direitos humanos. A embaixadora afirma que não houve mudança na substância da PEB do governo anterior para o atual, qualificando a atual com termos que denotam alarde e ruído. Ela identifica, porém, o comportamento recente com relação aos direitos humanos como destoante do que seria propriamente brasileiro em política externa.

Embora só veja diferenças de estilo entre a diplomacia de Lula e a de FHC - "a política externa é a mesma, mas agora têm anabolizantes, é barulhenta" -, acha "difícil entender o silêncio do Brasil diante das recentes violações dos direitos humanos em Cuba", posição que considera "não-brasileira", dada a seriedade e o empenho com que a sociedade e líderes como Lula enfrentam o problema no Brasil.¹¹²

Tal afirmação é reveladora, pois demonstra que haveria na visão norte-americana um conjunto de características, uma identidade, tidas como "brasileiras", que incluiriam a promoção dos direitos humanos. A embaixadora também se manifesta de forma inconclusiva quanto à presença brasileira no CSNU, sem qualificar como necessariamente positiva ou negativa¹¹³.

As matérias que divergem do discurso oficial na temática da Autonomia tenderam a ressaltar a indiferença, ou mesmo o atrito, que a Minustah, ou a nova PEB de modo geral, despertam nos EUA. O pressuposto é que por mais inovadores e relevantes que sejam os novos gestos, não conseguiram o aval (*feedback* positivo, no referencial teórico desta dissertação) do ator mais importante do cenário mundial. A notícia "Bush aplaude posições do Brasil, mas só na teoria" (SOTERO, 2004d), como o título deixa claro, aponta que a nova identidade internacional buscada pelo Itamaraty não consegue apoio real de Washington, que demonstra desinteresse e uma condescendência protocolar. A falta de gestos concretos é sinalizada como indício que a aprovação norte-americana é puramente retórica.

O genérico apoio à iniciativa de combate à fome e a pobreza não significa que os EUA concordem com as propostas [...] [Anne Veneman, ministra americana da agricultura, afirma que] 'Do nosso ponto de vista, o grau com que o Brasil decidiu assumir abertamente um papel de liderança é positivo.'

MILÊNIO - A avaliação não quer dizer que Washington fará contribuições concretas à iniciativa contra a fome e a pobreza [...] A simpatia americana ao

¹¹² Id. Ibid.

¹¹³ "Donna observa que a presença do Brasil no CSNU aumenta as chances tanto de cooperação como de desentendimento com os EUA" (Id. Ibid.)

protagonismo internacional de Lula tampouco se traduzirá em apoio à sua grande ambição, de assegurar uma vaga permanente para o Brasil numa reforma do CSNU¹¹⁴

Contudo, um artigo posterior sobre a visita do secretário de Estado dos EUA, Colin Powell¹¹⁵, irá diminuir um pouco esta gélida indiferença.

O artigo "General brasileiro irrita democratas"¹¹⁶ relata um episódio desagradável que ocorreu entre Brasil e EUA. O general responsável pela Minustah, Augusto Heleno, declarara que os conflitos violentos que irromperam no Haiti nos meses de setembro e outubro foram causados por declarações do então candidato à presidência dos EUA, John Kerry, que deram a entender que Aristide poderia voltar a Porto Príncipe se a administração americana mudasse. No calor da corrida pela Casa Branca, esta constatação foi interpretada como apoio oficial de Brasília ao incumbente, George W. Bush. O artigo relata que, embora o Itamaraty tenha buscado reparar o mal entendido, ficou o desgaste entre os países — que poderia ser prejudicial ao Brasil se Kerry eventualmente vencesse.

A explicação não parece ter satisfeito a campanha democrata e o episódio pode ser um prenúncio de complicações no diálogo entre Brasília e Washington, se Kerry vencer as eleições. [Para um dos coordenadores da campanha de Kerry] "é difícil compreender que, mesmo por descuido, o governo Lula envolva-se numa disputa eleitoral em outro país e, mais ainda, que mostre preferência por Bush", acrescentou.¹¹⁷

Em artigo no dia seguinte, um novo membro da campanha do candidato democrata é citado e releva novamente as afirmações do general brasileiro, neutralizando na prática os receios que a jornalista antecipava¹¹⁸. Não obstante, o depoimento colhido na matéria anterior (em que um dos coordenadores da campanha manifestava perplexidade face à possibilidade que Lula preferisse Bush a Kerry) anima um novo artigo pelo mesmo autor, em que a tese principal é a inconsistência ideológica do governo manifesta durante o envolvimento na Minustah.

¹¹⁴ Id. Ibid.

¹¹⁵ "Powell inicia visita que reflete interesse pelo Brasil" (SOTERO, 2004e)

¹¹⁶ Id. (2004f)

¹¹⁷ Id. Ibid.

¹¹⁸ "Sei que o governo Lula não escolhe lados (na eleição americana) e estou certo de que as relações bilaterais serão excelentes sob uma administração Kerry", concluiu [o conselheiro da campanha de Kerry]" (Id. 2004g)

Uma das consequências do envolvimento brasileiro provavelmente não pesadas pelo governo petista e pela ala ideológica que hoje dá as cartas no Itamaraty é que, querendo ou não, o Brasil se tornou, no Haiti, um aliado vital e defensor dos interesses dos Estados Unidos no Caribe¹¹⁹

O jornalista supõe que o governo não calculou bem os riscos envolvidos na missão e terminou arcando com consequências não planejadas. Ao indicar os responsáveis pelo envolvimento brasileiro como "governo petista" e "ala ideológica que hoje dá as cartas no Itamaraty", ele resgata a crítica recorrente da partidarização da política externa após a chegada de Lula ao poder. Assinalando também a cronologia desta mudança (a ala ideológica "hoje dá as cartas"), o enunciado constrói a ideia que em gestões anteriores a PEB era livre das interferências partidárias. Baseada nesta avaliação, ele argumenta que o governo Lula, não tendo planejado suas ações, incorreu numa contradição: querendo realizar uma diplomacia de ideologia petista, tornou-se aliado dos interesses dos EUA. O depoimento de um especialista é invocado para respaldar a imprevista aliança¹²⁰. Desse modo, o autor conjuga duas críticas vindas de campos distintos do espectro ideológico: a condenação pela esquerda do envolvimento brasileiro, por acreditar que se tratava da "terceirização" de um golpe da Casa Branca (vide Seção 6.1.3), e a crítica da direita que denunciava a PEB do governo Lula como ideológica e partidária.

A temática das Relações Regionais ocupa um lugar de destaque no discurso do OESP. Sua cobertura se aproxima deste quesito pelos ângulos da liderança regional brasileira, do pertencimento do Haiti à zona de influência geopolítica do país, e, em especial, sobre a cooperação entre os países do Mercosul para a Minustah, com ênfase na relação bilateral entre Brasil e Argentina. O periódico valida a afirmação do discurso oficial que o Haiti pertence ao raio de interesses brasileiros por ser um país da América Latina. Ainda antes da decisão pela liderança brasileira, uma matéria rememora que o Brasil já demonstrou em outras oportunidades interesse por aquele país e sua vizinhança, sugerindo portanto elementos de continuidade na possibilidade de intervenção¹²¹. Quanto à liderança regional brasileira, ela é

¹¹⁹ "Missão de paz no Haiti fica incerta" (Id. 2004h)

¹²⁰ "o Haiti estará cada vez mais entre as questões cruciais para o relacionamento entre o Brasil e os EUA, ao lado de questões como comércio, segurança e não-proliferação", disse ao Estado o professor Thomaz Guedes da Costa, brasileiro que ensina no Centro de Estudos Hemisféricos de Defesa da Universidade Nacional de Defesa - uma instituição acadêmica do Pentágono" (Id. Ibid.)

¹²¹ A matéria "Itamaraty: sem comentários" (AFP, 2004) aponta articulações bilaterais e regionais que comprovam o interesse brasileiro. "Amorim, segundo a agência noticiosa francesa, admitiu que Brasil e França têm interesse comum naquelas regiões [...] O G-Rio, instância de consulta política exclusivamente latinoamericana, expressou na ocasião preocupação com a evolução do problema haitiano".

defendida pela matéria " 'Onde está o Brasil?' " (SOTERO, 2004a). O artigo enfatiza que a liderança regional brasileira, na visão do jornal norte-americano CSM, requer um envolvimento ativo na crise haitiana, e que fazê-lo é desafiar a hegemonia hemisférica dos EUA¹²². No editorial "A queda de Aristide" (O ESTADO DE S. PAULO, 2004a), o jornal afirma que este "é o momento de o governo brasileiro demonstrar à comunidade internacional que pode assumir as responsabilidades que diz estar pronto a ter como eventual membro permanente do Conselho de Segurança e como líder regional, que de fato é."

Após o anúncio que a Argentina também enviaria tropas à missão liderada pelo Brasil, a cooperação entre os dois países se tornou o tema majoritário dentro da temática das Relações Regionais para o OESP. Dispondo de um correspondente em Buenos Aires, o jornal publicou um número considerável de artigos, enfatizando o campo da Defesa, com um tom predominantemente positivo. O jornal rememora que a cooperação militar entre Brasil e Argentina já existe há vários anos¹²³, que a imagem da década de 1960, quando os dois eram inimigos potenciais, hoje seria "um delírio"¹²⁴, confirmado assim a noção de benevolência brasileira, e que o país é o "principal aliado militar" da Argentina¹²⁵. A Minustah é caracterizada em vários artigos como um primeiro passo para maior cooperação de defesa entre os países latinoamericanos e entre os do Mercosul mais especificamente^{126,127,128}.

Houve uma matéria que retratou negativamente a relação entre os dois países. O artigo "Kirchner recusa convite de Lula para o Haiti"¹²⁹ comenta a decisão do presidente argentino em não comparecer ao jogo do Brasil no Haiti, enviando em seu lugar o ministro da Defesa. Associa-se a essa decisão a noção de que a relação entre Brasil e Argentina está tensa há algum tempo, fragilizando assim a imagem construída nas matérias anteriores.

O dirigente argentino, que no último mês e meio dedicou-se a disparar críticas contra o Brasil, não aceitou o convite feito pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva para participar da festa pela paz. [...] Analistas sustentam que a ausência de Kirchner pretende ser um sinal de autonomia do presidente argentino em relação a seu colega brasileiro. O jornal *Ambito Financeiro*, tradicionalmente

¹²² "Se o país quer verdadeiramente desafiar o domínio dos EUA no hemisfério e criar uma nova ordem regional tendo a si mesmo como líder, não pode esconder-se passivamente atrás da fraca diplomacia da OEA [...] O CSM afirma que "a Doutrina Monroe, que deixou os EUA tratarem a América Latina como seu quintal", poderia agora ser mudada. "Será que o Brasil aceitará esse desafio?", pergunta o jornal." (Id. Ibid.)

¹²³ "Argentina vai participar de força liderada pelo Brasil" (CHRISPIM, 2004)

¹²⁴ "Argentina quer intensificar parceria militar com o Brasil" (PAMPURUO, 2004)

¹²⁵ "Câmara argentina aprova envio de soldados ao Haiti" (PALÁCIOS, 2004c)

¹²⁶ "No Haiti poderíamos dar o primeiro passo no caminho de uma eventual integração da presença brasileira e argentina." (PAMPURUO, op. cit.)

¹²⁷ "Argentina também envia tropas ao Haiti" (PALÁCIOS, 2004a)

¹²⁸ "Brasil quer maior participação em missões da ONU" (Id. 2004b)

¹²⁹ Id. (2004d)

crítico com o principal parceiro do Mercosul, lembrou que o Brasil possui o privilégio de comandar as forças de paz da ONU no Haiti — onde as tropas argentinas, mais de 600 homens, são suas virtuais subordinadas. Por isso o diário pergunta. "Para que alimentar o ego dos brasileiros acompanhando seu presidente, ainda mais em jogo de time que venceu a Argentina na Copa América?"¹³⁰

O texto demonstra que a liderança brasileira na região é posta em dúvida, visto que há um desejo do Kichner de afirmar sua independência, e repercute as qualificações negativas acerca da liderança brasileira que circulam na imprensa argentina. Fala-se em "privilégio" e não mérito em comandar as forças; o orgulho nacional argentino é atiçado pela afirmação que as tropas argentinas são "virtuais subordinadas"; a pretensão regional brasileira é tida como "ego" e não uma cooperação benéfica, e recorre-se por fim à clássica rivalidade futebolística entre os dois.

No mês seguinte a este artigo, é publicado "Ministros discutem segurança da América do Sul"¹³¹ que redime a relação entre Brasil e Argentina. A notícia dá um tratamento comprehensivo à discussão aberta pela recusa do Kirchner acerca da cooperação ou competição entre os vizinhos. O texto detalha que embora em alguns campos, como o comercial, haja rivalidade entre ambos, em outros, como a cooperação militar, os dois são "o principal exemplo de integração na região"¹³².

A temática das Relações Sul-Sul/Universalismo foi diretamente evocada por apenas dois artigos, ambos marcadamente contrários ao discurso governamental sobre as motivações e benefícios da diversificação. O editorial "Os métodos do Caraça, no Itamaraty" (O ESTADO DE S. PAULO, 2004b) condena as reformas promovidas no Itamaraty pelo seu então secretário-geral, Samuel Pinheiro Guimarães, como ineficientes para melhorar o serviço diplomático e afetadas por carga ideológica petista.

A redução dos interstícios para promoção, que beneficiarão os diplomatas que servirem em postos do Terceiro Mundo — América Latina, África e Oriente Médio —, acelerará a carreira de uns poucos diplomatas, justamente aqueles que se afinarem com a vocação ideológica inerente ao espírito da reforma. Ora, a diplomacia é uma carreira de Estado, a serviço dos interesses permanentes do país, e não um instrumento de promoção de causas ideológicas e partidárias. Mas não é assim, infelizmente, que o secretário-geral

¹³⁰ Id. Ibid.

¹³¹ Id. (2004e)

¹³² "Os oficiais afirmam que as divergências existentes no plano comercial do Mercosul não se repetem na área militar. Nesse campo, as Forças Armadas do Brasil e Argentina são o principal exemplo de integração na região. Ao longo dos próximos meses, a Argentina realizará seis exercícios militares com o Brasil." (Id.Ibid.)

do Itamaraty entende que deva ser a função do serviço diplomático. E ele conta com o apoio do Palácio do Planalto para impor suas teses e métodos, pouco importando o que isso custe em termos de perda de eficiência de um dos mais bem capacitados corpos diplomáticos do mundo.

Seu discurso se assemelha com o da notícia já apresentada, "Missão de paz no Haiti fica incerta"¹³³, porém traz alguns elementos novos importantes. Trata-se de uma crítica interna aos rumos da PEB durante o governo Lula, principalmente em sua predileção pelos países do Sul Global. O rótulo dado a este grupo de nações é "Terceiro Mundo", termo que reforça o caráter subdesenvolvido e retrógrado deles. Apresenta-se a diplomacia como uma carreira de Estado, porém se afirma que o atual governo desconsidera esta natureza e se vale do Itamaraty para promover causas ideológicas e partidárias. Denota-se também um teor totalitário ao doutrinamento que é feito: fala-se em "imposição" de teses e dos "métodos do Caraça" (referência a colégio religioso mineiro extremamente rígido). A ideologização dos quadros diplomáticos estaria sendo executada com apoio presidencial e, argumenta-se, implicará na perda de qualificação dos diplomatas brasileiros, tidos pelo autor como até então extremamente bem capacitados. Esta crítica reproduz quase integralmente algumas das teses avançadas pelos opositores à PEB do governo Lula, que veem os diplomatas brasileiros como um dos grandes ativos da política externa e que, portanto, mudanças na composição e formação destes quadros trariam danos à imagem do país (cf. ALMEIDA, 2010).

A notícia "Após perdoar dívidas, Lula dá avião ao Senegal" (SOTERO, 2004d) relata a aprovação de uma medida provisória pelo governo para doar um avião pulverizador para o Senegal. Este acontecimento é o mote para discutir outras ações do governo para com países pobres, como o perdão de dívidas e envio de tropas em missão de paz. Os gestos de generosidade do Brasil para com os países do Sul Global são classificados como "parte da campanha por vaga no CSNU". O texto não menciona o fato que a busca pelo assento é anterior ao governo Lula; ao invés, a personaliza afirmando que "[d]esde que assumiu, Lula está em campanha por uma vaga permanente na ONU para o Brasil". Além do CSNU, há outra personalização no tocante à disposição dos diferentes governos em apoiar países pobres. Embora haja um box que demonstre que desde FHC o Brasil tem sido solidário com países em crise (perdão de dívida da Nicarágua em 2002 e missão ao Timor Leste em 2003), o texto da matéria associa repetidamente o aumento desta inclinação à pessoa de Lula.

¹³³ Sotero (2004h)

Isola-se a África como principal destinatário da ajuda, ao lado de alguns vizinhos latino-americanos. O artigo é visivelmente crítico à liberalidade do Itamaraty e a contesta por vários ângulos. Há uma indicação que essa generosidade seria retórica e não prática. Ao mencionar em sequência o perdão do Gabão (US\$ 36 mi) e de Cabo Verde (US\$ 2,7 mi), fala-se que Lula anunciou o perdão, mas o processo de negociação e os protocolos ainda não foram concluídos.

A temática das Credenciais Multiculturais não é abordada com frequência. Há uma breve citação do Ministro da Defesa que associa a liderança do Brasil com a receptividade que sua composição racial miscigenada desperta ("Segundo Viegas, a posição de comando do Brasil se deve ao seu caráter 'multiétnico, que não inspira reações contrárias' ", MONTEIRO & ALLEN, 2004). O tema ressurge no decurso da missão, quando um correspondente entrevista o então ministro da cultura, Gilberto Gil, que muitos anos antes compusera a canção "Haiti". A música afirmava que "o Haiti é aqui", referindo-se à sociedade brasileira, e caracterizou-se, neste episódio, como um referencial recorrente no imaginário comum. De forma mais significativa, a canção propunha uma equivalência entre Brasil e Haiti por suas situações de miséria. Algumas das críticas tecidas antes e ao longo da operação aludiam ao refrão para asseverar que o Brasil padecia das mesmas mazelas que o país caribenho e portanto deveria resolver seus próprios problemas e não o dos vizinhos. A matéria "Para Gil, o Haiti ainda é aqui" (CHADE, 2004b) reproduz o discurso do músico/ministro, que se mostra crítico à questão das credenciais multiculturais. Internamente, ele problematiza a suposta harmonia racial que o discurso oficial exalta, mas externamente reitera o elo étnico e cultural que une o Brasil ao Haiti, e portanto legitima a liderança da Minustah em termos iguais aos governamentais¹³⁴.

A temática da Reforma das Instituições Internacionais foi uma das mais abordadas pelo discurso do OESP. Por sua recorrência, computou tanto menções favoráveis quanto contrárias ao discurso oficial. Em quase todos os artigos, associou-se automaticamente a liderança da Minustah com o objetivo de se conseguir um assento permanente no CSNU. Convém ressaltar que essa associação não pode ser completamente igualada ao discurso

¹³⁴ "Apesar de o presidente Lula não ter pouparado adjetivos sobre a situação crítica que vive o Haiti, o ministro da Cultura, Gilberto Gil, afirmou que o conteúdo de sua canção Haiti ainda é válido quanto à discriminação racial no Brasil [...] Para ele, ainda há "o apartheid social, os negros sofrendo os rescaldos da escravidão e da abolição mal tratada, do preconceito e da exclusão social". O ministro, no entanto, acha que a situação começa a mudar e a sociedade está indo em direção a melhorias "Estamos trabalhando, mas é uma dívida histórica ainda por pagar". [...] No caso do Haiti, o ministro afirma que as razões para o apoio brasileiro ao país caribenho são óbvias. "O Haiti está no mesmo hemisfério, na mesma linhagem histórica, cultural, racial, étnica." (Id.Ibid.)

governamental, pois, embora este tenha afirmado que a missão era demonstração concreta do compromisso brasileiro com a segurança mundial, preferiu apontar as limitações do CSNU e o clamor por reforma da parte do mundo emergente. Apenas no artigo "Em NY, Amorim defende ONU mais forte" (ALVES, 2004), que cita trechos do pronunciamento do Amorim na ONU, o discurso governamental é reproduzido mais fielmente pelo jornal. Cita-se a afirmação do ministro que a reforma do CSNU é uma forma de restaurar a credibilidade da ONU após a mácula da invasão unilateral do Iraque pelos EUA. O artigo também reproduz as falas que mostram ser a reforma um anseio de várias nações intermediárias, e não um interesse particular brasileiro. No restante, as matérias simplesmente associam a missão ao assento permanente, classificando-a como um exemplo da capacidade de assertividade brasileira¹³⁵, a "prova de fogo" da candidatura¹³⁶, uma tentativa de "somar pontos"¹³⁷ e "valorizar a candidatura brasileira" ao CSNU¹³⁸. Alguns artigos preveem que o sucesso na missão aumentará as chances do assento¹³⁹, ao passo que, citando fontes governamentais, advertem que o êxito no Haiti "não assegura" o ingresso no Conselho¹⁴⁰, e mesmo que seria inapropriado insistir na associação entre ambos¹⁴¹.

A matéria " 'Brasil não é Coréia nem Irã', diz Powell sobre programa nuclear" (MELLO, 2004) repercute declarações do Secretário de Estado dos EUA em visita ao Brasil sobre a PEB. É relevante que, em comparação com a cobertura de outros jornais (cf. FT), este artigo minora o apoio dos EUA à candidatura brasileira ao CSNU. Nota-se, por exemplo, alguma relutância no subtítulo: "Em São Paulo, secretário de Estado também admite que Brasil pode ir para o CSNU". O vocabulário empregado retrata a entrada brasileira no colegiado mais como fruto da força dos fatos, da probabilidade, do que do endosso norte-americano intencional (a expressão "apoio" não é usada). Este efeito de sentido está nítido mais à frente no texto:

O secretário de Estado [...] também reagiu com simpatia à candidatura do Brasil ao CSNU. "Sendo uma grande democracia não-nuclear, que tem um papel responsável no cenário mundial, disposta a mandar tropas para outros lugares do mundo em missões de paz e com uma atuação responsável em

¹³⁵ "A queda de Aristide" (O ESTADO DE S. PAULO, 2004a)

¹³⁶ "Missão no Haiti pode ajudar país no CS da ONU" (CHADE, 2004a)

¹³⁷ " 'Aos poucos, eles se aproximam de nós' " (NUNOMURA, 2004f)

¹³⁸ "Brasil reavalia missão no Haiti" (KRAMER, 2004)

¹³⁹ "Comandante da missão no Haiti vê risco de confronto" (MONTEIRO, 2004b)

¹⁴⁰ "Batalhão gaúcho comandará missão no Haiti" (MONTEIRO, 2004a)

¹⁴¹ "O chanceler [...] deixou claro que o governo brasileiro está decidido a continuar cooperando, sem outros interesses, como criar condições para ocupar uma cadeira no CSNU na futura reforma da instituição. Para Amorim, não se pode medir cada ação diplomática brasileira em função de sua pretensão de vir a ocupar uma cadeira no CS" (REALLI JR, 2004)

negociações comerciais, certamente o Brasil seria um candidato sólido ao conselho", comentou. Mas fez uma ressalva: "Enquanto não soubermos qual é a decisão (sobre a ampliação do CS), acho melhor não escolhermos um candidato específico". Em Brasília, o governo recebeu com satisfação a frase de Powell, que classificou o país como um candidato "bom, sério e competente".¹⁴²

É possível que a opção do OESP em mostrar a ressalva dos EUA objetive demonstrar que o conjunto da PEB atual não está conseguindo todo o apoio pretendido junto à Casa Branca. Isto é relevante dentro da linha discursiva adotada pelo jornal, visto que ele associa fortemente a campanha pelo assento permanente com a pessoa Lula, a quem também se atribui um desgaste das relações bilaterais. Outro indício que o periódico busca colocar um bemol na atitude dos EUA face às pretensões brasileiras é que, hierarquicamente, a questão das inspeções nucleares em Resende tiveram precedência sobre a questão do CSNU (vide o título, " 'Brasil não é Coréia nem Irã' ", em que se compara o Brasil a dois países tidos como ameaças nucleares ao mundo ocidental).

Os artigos contrários ao discurso oficial sobre o CSNU surgem mais tarde, no desenrolar da missão. Dois deles versam mais especificamente sobre a diplomacia Sul-Sul e sua relação com a campanha brasileira pelo assento permanente. Eles denunciam particularmente que a obtenção do apoio à candidatura seria o real objetivo de boa parte da diplomacia empregada por Lula — ainda que oficialmente professando outros objetivos. Isso se vê na matéria " 'Fui ao Gabão aprender como se fica no poder' " (MONTEIRO, 2004c) que acompanha a viagem presidencial ao Caribe e comenta a Declaração de São Domingo — um documento produzido na cúpula organizada por Lula entre presidentes e representantes da América Latina e Caribe. O jornalista destaca que os dez signatários afirmam-se favoráveis a uma reforma do CSNU pela incorporação de países em desenvolvimento. Ao constatar que o nome do Brasil, país organizador do evento, não está explicitado no documento, ele conclui que se trata de uma estratégia "indireta"¹⁴³.

Posteriormente, na matéria "Após perdoar dívidas, Lula dá avião ao Senegal"¹⁴⁴, as motivações oficiais do governo também são postas em dúvida. O jornalista associa as várias ações da PEB de generosidade para com países menos desenvolvidos com a campanha pelo

¹⁴² Id. Ibid.

¹⁴³ "Esta [declaração de São Domingos] é uma forma indireta de apoiar o Brasil no pleito de conseguir um assento permanente na ONU, mas o nome do Brasil não é citado." (Id. Ibid.)

¹⁴⁴ Id. (2004d)

CSNU. A recorrente estratégia discursiva de apontar as ambições subjacentes à PEB, que não são professadas pelo discurso oficial, demonstra que a mídia possui uma sensibilidade às reservas do discurso governamental quanto à forma como apresentar a candidatura brasileira ao Conselho. Dentro da FD da mídia, em que opera uma concepção publicista, isto pode servir como uma base para desqualificar iniciativas políticas, vendo em sua reticência falta de transparência.

As críticas à campanha pelo CSNU só se tornam menos inferidas e mais abertas no mês de outubro, quando aumenta a violência nas ruas haitianas e o Brasil se vê diante da possibilidade de baixas humanas, já que a comunidade internacional ainda não enviou o contingente prometido para apoiá-lo. Na coluna "Brasil reavalia missão no Haiti"¹⁴⁵, questiona-se a validade de continuar com a empreitada diante das adversidades. De modo geral, a constatação da colunista é que o governo não avaliou os custos da missão e hoje se encontra numa situação difícil do qual pouco bem resultará.

O que era uma ideia concebida para valorizar a candidatura brasileira ao CSNU já virou um problema e agora ameaça se transformar num desastre [...] o governo brasileiro começou a reavaliar as consequências dessa ação inicialmente considerada extremamente positiva e com consequências apenas benéficas. Pela concepção original, o governo obteria vantagens internas e externas. Aqui, estimularia o sentimento nacionalista, dando a sensação de que o país bem ou mal é protagonista de um episódio de repercussão internacional. Sob o aspecto externo, a ideia era acumular cacife para a consecução do plano de obter vaga cativa no CSNU quando os atuais membros aceitarem aumentar o número de países permanentes [...] ¹⁴⁶

Há uma outra contestação mais direta do discurso oficial. Enquanto este afirmara que o conflito haitiano era pertinente para o Brasil (principalmente por questões regionais, de não-indiferença e de uma herança africana comum), a autora afirma que se trata de uma crise com a qual o país "não tem nada a ver e a respeito da qual muito pouco pode fazer". Refuta, assim, a pertinência do caso para o Brasil e seu poder de contribuir para resolvê-lo, o que dialoga também com a questão da capacidade de intervir presente no tema Solidariedade/Não-Indiferença.

¹⁴⁵ Kramer, op. cit.

¹⁴⁶ Id. Ibid.

A denúncia do mau planejamento governamental foi reiterada mais tarde no artigo "Missão de paz no Haiti fica incerta"¹⁴⁷. Ele contrasta os benefícios originalmente esperados (acrescenta que eram "immediatos") com os custos mal calculados. Essa tese é apresentada de forma enfática, estando exposta logo no subtítulo: "País engajou-se na operação pensando apenas em benefícios imediatos, mas não calculou bem os riscos"

O tema da Promoção da Paz, no discurso oficial, apresentava o pacifismo como traço inato da identidade internacional brasileira, e associava a paz com a justiça social. No discurso do OESP, esta temática esteve centrada na associação entre paz e justiça social, no jogo organizado pela CBF, e na contraposição entre a intervenção brasileira e o militarismo dos EUA. Em diversos artigos, o jornal reproduziu a associação proposta pelo governo entre paz e justiça social sem problematizá-la. A visão brasileira seria que somente um "um forte componente sócio-econômico" pode "criar condições para o retorno da governabilidade e da paz ao país"¹⁴⁸ e que "[s]e não houver melhoria dessas condições [sociais], o êxito da força de paz fica muito difícil"¹⁴⁹. Algumas das matérias produzidas em Porto Príncipe por correspondente corroboram o discurso oficial pois agem como comprovações fáticas da tese governamental que a miséria é a principal causa da desordem no país. Isso se vê logo no título do artigo "Haitianos pedem emprego aos brasileiros no primeiro contato" (NUNOMURA, 2004c), que relata a busca de empregos pelos haitianos junto às recém-chegadas forças de paz.

No discurso oficial, o jogo entre as seleções do Brasil e Haiti também foi apresentado como demonstração do desejo brasileiro pela concórdia e paz. As matérias do correspondente do OESP em Porto Príncipe inicialmente desmereceram o intuito, tachando a ideia de "visão folclórica"¹⁵⁰ sobre como resolver o problema do desarmamento. Mas sua posição mudou radicalmente ao constatar que, para o povo haitiano, os jogadores da seleção, mais que o Lula, são os genuínos representantes da identidade internacional do Brasil¹⁵¹. Na matéria "Haiti pára para ver Lula, Ronaldo e companhia"¹⁵², sobre a reação da população haitiana à chegada da comitiva presidencial e da seleção brasileira, o autor exalta entusiasticamente a iniciativa do governo. O subtítulo, que aponta que a "festa" foi para os atletas ("Na visita presidencial,

¹⁴⁷ Sotero (2004h)

¹⁴⁸ "EUA e França enviam tropas para estabilizar país" (SOTERO, 2004b)

¹⁴⁹ "Comandante da missão no Haiti vê risco de confronto" (MONTEIRO, 2004b)

¹⁵⁰ "Desarmar 'quimeras', o desafio para brasileiros" (Id. 2004b)

¹⁵¹ "[A] recomendação será para que [Lula] volte ao Brasil no mesmo dia. Mas isso parece fazer pouca diferença.

Quem deveria ficar mais tempo são os jogadores da seleção, diz Prosper [prefeito de Petionville]" (Id. 2004e)

¹⁵² Id. (2004g)

festa foi para jogadores brasileiros, recebidos como heróis"), sugere que o futebol brasileiro é uma credencial mais importante que a política junto ao povo haitiano. O primeiro parágrafo é muito semelhante ao discurso oficial por classificar a partida como mais um gesto no esforço pela pacificação e sendo seu principal benefício a melhora da estima local.

[A seleção] Provou que ações simples como um jogo podem fazer o que quase nenhum governante fez até agora pelo miserável Haiti: devolveu a alegria ao povo haitiano. E fez isso antes mesmo do início do jogo contra a seleção local. A partida, amistosa, foi pedida à seleção pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, dentro do esforço que o governo tem feito para a manutenção da paz na região¹⁵³

Convém notar que o artigo, em que Lula e Ronaldo dividem o título, opera uma junção entre política e futebol. Já para os jornalistas nacionais, a mesma sobreposição é motivo de crítica. Sugere-se, na matéria "Parreira garante a Lula: força total no Haiti", que embora o presidente negue querer associar política e futebol, sua viagem junto com o time brasileiro logrou "reforçar ainda mais a sua imagem à da seleção"¹⁵⁴.

Ainda no tema da Promoção da Paz, notou-se uma tentativa de conceituar uma forma própria do Brasil de intervir militarmente em outros países, na qual se valorizaria a cooperação, o diálogo e desenvolvimento, delineando-se portanto em oposição ao estilo militarista e unilateral dos EUA. A matéria "Presidente cobra responsabilidade de países ricos" (CAETANO & BRESSAN, 2004) cita trechos de discurso do Lula sobre o caráter pacífico da PEB, nos quais o jornalista enxerga uma "crítica indireta" ao militarismo norte-americano de Bush¹⁵⁵.

No discurso oficial, a temática da Solidariedade/Não-indiferença ocupou-se, primeiramente, de justificar a intervenção num país soberano em crise e, em segundo lugar, de propor que mesmo não sendo um país abastado o Brasil tinha condições, e mesmo a responsabilidade, de ajudar. No discurso do OESP, esta temática foi tangenciada pelas

¹⁵³ Id. Ibid.

¹⁵⁴ "Com isso [concordância do técnico que a seleção treine na República Dominicana, que é parte do itinerário do Lula], Lula conseguiu reforçar ainda mais sua imagem à da seleção na viagem à América Central, pois estará na República Dominicana para a posse do novo presidente do país, Leonel Fernandez, dia 16. Lula disse que vai convidar o secretário-geral da ONU, Kofi Annan, para assistir o jogo." (NOSSA, 2004)

¹⁵⁵ "Em nova crítica indireta à política militarista do presidente norte-americano, Luiz Inácio Lula da Silva disse que levará a seleção brasileira de futebol ao Haiti, no próximo domingo, como "um gesto para o mundo": "De que nem tudo precisa de canhão, nem tudo precisa de metralhadora, de arma de destruição em massa. Às vezes um gesto de carinho vale muito mais do que determinadas guerras que nós temos assistido e acompanhado pela imprensa mundial". (Id. Ibid.)

matérias que lidaram com as críticas ao gasto de recursos públicos na crise caribenha, e que apontavam a cooperação técnica como uma forma viável e econômica de contribuir com a recuperação do Haiti.

As matérias "Serviços públicos no Haiti, outra desgraça"¹⁵⁶ e " 'Aos poucos, eles se aproximam de nós' "¹⁵⁷, escritas em solo haitiano com vivos retratos do caos local, elencam setores em que a cooperação técnica entre Brasil e Haiti é desejável e viável¹⁵⁸.

Os artigos críticos desta temática desafiaram, sobretudo, as credenciais e a capacidade do país para solucionar a crise haitiana. Na matéria "Câmara rejeita urgência sobre envio de tropas" (MADUEÑO, 2004), a repórter aponta que uma das críticas tecidas pelo parlamentar Fernando Gabeira ao envio dos militares é que "o Haiti é uma área de influência dos EUA, da França e do Canadá. E o dinheiro a ser gasto pelo Brasil (US\$ 300 milhões) é fundamental para ser usado no próprio país.". Trata-se tanto de uma questão de Relações Regionais (o Haiti não está na área de influência do Brasil: grandes potências já se ocupam dele) mas também da Solidariedade/Não-Indiferença, pois, se grandes potências já se ocupam da pequena ilha, não convém ao Brasil emergente gastar seus recursos nela.

A já mencionada matéria "Após perdoar dívidas, Lula dá avião ao Senegal"¹⁵⁹ é a mais crítica do discurso oficial neste tema. Primeiramente, o autor desconsidera as nobres motivações que o discurso oficial alega para os atos de perdão da dívida de países mais pobres. No lugar desses ideais magnânicos, ele usa um vocabulário ligeiramente irônico que remete à familiaridade, informalidade e inocência: "Depois de perdoar as dívidas de Moçambique, Gabão, Cabo Verde e Bolívia, o governo brasileiro volta a atuar como primo rico dos países pobres". O título do box da matéria repete esta preferência, ao chamar os gestos diplomáticos de "bondades políticas do Brasil". O jornalista também refuta o discurso oficial ao afirmar que a generosidade brasileira é motivada pela busca do assento permanente no CSNU. Por fim, ele critica o gesto que motivou a notícia (a doação de um avião ao Senegal) antecipando o mau uso nas mãos dos senegalenses.

¹⁵⁶ Nunomura (2004d)

¹⁵⁷ Id. (2004f)

¹⁵⁸ "O ministro da Defesa, José Viegas, e o secretário nacional de direitos humanos, Nilmário Miranda, voltaram [do Haiti] acreditando que há soluções brasileiras capazes de fazer a diferença e transcender o papel do Brasil previsto na resolução da ONU. Foram pedidos feitos pelo primeiro-ministro Gérard Latortue. "São ideias muito convergentes e factíveis" disse Viegas. Por exemplo: exportar o conhecimento das casas de farinha, as fábricas de rapadura, dos poços artesianos, dos remédios genéricos e da construção de estradas. Promover ainda intercâmbios com pesquisadores da Embrapa e membros do Judiciário. (Id. Ibid.)

¹⁵⁹ Monteiro (2004c)

EMPRESTADO - [...] A medida provisória de empréstimo, com futura transformação em doação, já está pronta e espera a assinatura do presidente. O empréstimo precisa ser tratado como doação porque o avião ficará 6 meses no Senegal, voando o tempo todo, sem qualquer tipo de manutenção e, ao fim do período, certamente estará acabado.¹⁶⁰

O alerta para o desperdício está em sintonia com preocupação que perpassa o artigo, de sinalizar o montante de dinheiro perdido nessas prodigalidades presidenciais. O somatório apresentado pelo repórter chega a R\$ 1,5 bi, e o título da matéria também dá uma ideia de acúmulo e excesso ao pôr em sequência dois gestos: o perdão de dívidas e a doação do avião.

Nos meses do ressurgimento da violência no Haiti, as críticas ao envolvimento brasileiro deixam de se focar na questão financeira e se prendem à inaptidão organizacional e aos questionamentos da pertinência do envolvimento do Brasil¹⁶¹. Em coluna de opinião, os opositores se tornam as "cabeças mais lúcidas da diplomacia" enquanto o governo é acusado de tratar a crise em termos eufêmicos.

Para conforto das cabeças mais lúcidas da diplomacia, que sempre foram contra o envolvimento do Brasil nessa história, o processo de reavaliação das consequências da decisão (aprovada pelo Congresso, diga-se) está em andamento. [...] Oficialmente, o ministro sustenta a tese de que o quadro é "delicado", mas manifesta "confiança" na capacidade de o contingente que está hoje no país "controlar a situação". A realidade, porém, não corresponde a isso. O governo brasileiro não confia em coisa alguma simplesmente porque [...] sabe que a situação é grave, mas não sabe qual o rumo que as coisas tomarão, não tem como se antecipar aos acontecimentos e muito menos controlá-los.¹⁶²

Por fim, a mesma coluna foi o único registro encontrado no discurso do OESP sobre a temática Exemplo para o Mundo Desenvolvido. Enquanto Amorim falara, no discurso oficial, que o Brasil exercia um peso moral junto à comunidade internacional pelo envio das tropas ao Haiti, a autora dá a esse gesto a conotação de impotência quando assevera que "o Brasil carece de peso internacional para obrigar, na pressão, o envio de ajuda"¹⁶³ num momento crítico da missão, apesar dos apelos de Brasília.

¹⁶⁰ Id. Ibid.

¹⁶¹ "Todas essas iniciativas ocorrem no momento em que a decisão do governo de liderar a força da ONU no Haiti começa a ser questionada." (OTTA, 2004)

¹⁶² Kramer, op. cit.

¹⁶³ Id. Ibid.

6.4 Discussão dos resultados

O contraste entre os discursos governamental e midiático está resumido no Quadro 3 abaixo. Os nove temas da identidade internacional do Brasil ocupam as linhas horizontais, enquanto os agentes discursivos estudados (Disc. Oficial, FT, NYT, IstoÉ e OESP) estão distribuídos nas colunas verticais. Cada célula contém uma ou mais frases que resumem as ideias centrais do discurso proferido pelo agente daquela coluna em relação à temática da respectiva linha. Como o interesse deste trabalho é contrastar o quanto os discursos midiáticos se aproximam ou afastam do discurso governamental, foi adotada uma codificação por cores: células verdes indicam que o discurso do periódico foi predominantemente convergente com o governamental; vermelho, que foi predominantemente divergente; amarelo representa situações intermediárias, em que as aproximações e divergências tiveram a intensidade similar; e cinza quando não houve pronunciamento.

Quadro 3: Convergência entre os discursos oficial e midiático sobre os temas da identidade internacional brasileira no caso da Minustah

Tema	Disc. Oficial	FT	NYT	IstoÉ	OESP
1. Autonomia	<ul style="list-style-type: none"> - Reequilíbrio das relações Norte-Sul - Reciprocidade - Combatividade, respeito e autoestima 	<ul style="list-style-type: none"> - Vitórias comerciais foram derrotas para o Norte - Mudança na relação bilateral com os EUA: apoio apesar de atritos - Mudança de agenda internacional 	--	--	<ul style="list-style-type: none"> - Indiferença dos EUA à nova identidade - Atritos na Minustah podem comprometer relação bilateral futuramente - Ideologização da PEB
2. Desenvolvimento socioeconômico	<ul style="list-style-type: none"> - Crescimento econômico com redução da desigualdade interna - Pagamento da dívida social - Modernização 	<ul style="list-style-type: none"> - Modernização/ Mudança na imagem internacional - Caracterização positiva dos governos liberais da década de 1990 	--	--	--
3. Relações regionais	<ul style="list-style-type: none"> - Inscrição do Haiti no raio de ação brasileira - Compromisso com a estabilidade regional - A prioridade atual da integração regional - Liderança regional benévolas 	<ul style="list-style-type: none"> - Interesse norte-americano no potencial estabilizador da liderança brasileira - Integração regional 	<ul style="list-style-type: none"> - Minustah é uma demonstração da liderança regional brasileira - Brasil e aliados agem em defesa de valores da região (democracia, paz, multilateralismo) 	<ul style="list-style-type: none"> - Haiti não está no raio de preocupações brasileiras, apesar de pertencer à América Latina 	<ul style="list-style-type: none"> - Haiti está no raio de interesses geopolíticos brasileiros - Minustah como ponto de partida para maior cooperação de defesa sul-americana - Apesar de rivalidades comerciais, Brasil e Argentina têm cooperação militar exemplar
4. Relações Sul-Sul/Universalismo	<ul style="list-style-type: none"> - Diversificação - Porta voz do Sul Global - Críticas internas são de "cabeças colonizadas" 	<ul style="list-style-type: none"> - Diversificação atual pode tornar o país a potência que ele vem tentando ser - Porta voz do Sul Global 	--	--	<ul style="list-style-type: none"> - Foco no "Terceiro Mundo" é fruto de uma ideologização da PEB - Depreciação do prestigioso corpo diplomático brasileiro - Críticas ao perdão de dívida e doações à África
5. Credenciais multiculturais	<ul style="list-style-type: none"> - Herança africana - Haiti como uma nação irmã - Coexistência pacífica entre judeus e árabes 	--	<ul style="list-style-type: none"> - Jogadores da Seleção admirados pelos haitianos por sua cor negra e origem humilde 	<ul style="list-style-type: none"> - Laços com outras nações (ex.: comunidade lusófona) são mais fortes que a herança africana 	<ul style="list-style-type: none"> - Caráter multiétnico torna liderança bem aceita - Internamente, continua o preconceito racial; externamente, o Haiti tem elos culturais e étnicos com o Brasil

6. Reforma das instituições internacionais	<ul style="list-style-type: none"> - Reforma do CSNU (obsoleto e pouco representativo) - Liderança da Minustah como gesto concreto do compromisso brasileiro 	<ul style="list-style-type: none"> - Minustah e outros gestos (perdão de dívidas africanas, campanha contra fome) como parte da campanha por prestígio e um assento permanente no CSNU 	<ul style="list-style-type: none"> - Brasil como potência regional emergente busca o assento permanente - Minustah é parte de esforços para o assento permanente, ainda que negado pelo discurso oficial 	--	<ul style="list-style-type: none"> - Minustah como parte da campanha para o CSNU - Diplomacia Sul-Sul atrelada ao CSNU (embora não se confesse) - Governo previu benefícios mas não custos da Minustah
7. Promoção da paz	<ul style="list-style-type: none"> - Paz é traço perene do Brasil materializado na Minustah - Justiça social como requisito da paz 	--	<ul style="list-style-type: none"> - País crítico de intervenções unilaterais violentas (Iraque) - Diplomacia "não convencional" de gestos que demonstram desejo pela paz (ex.: futebol) 	<ul style="list-style-type: none"> - Promoção da paz através do desenvolvimento é um dos diferenciais da atuação brasileira no exterior 	<ul style="list-style-type: none"> - Éxito da missão de paz depende da justiça social - Miséria no Haiti comprova essa associação - Partida de futebol como gesto pela paz - Intervenção brasileira oposta ao militarismo dos EUA - Defesa do rograma nuclear brasileiro
8. Solidariedade/ Não-indiferença	<ul style="list-style-type: none"> - Impossibilidade moral da indiferença - Mesmo não sendo desenvolvido/rico, o Brasil deve ser solidário 	--	<ul style="list-style-type: none"> - Brasil tem limitações financeiras, mas na "divisão do trabalho" pode ajudar de outras formas - Mas há críticas internas no próprio PT (imperialismo/não-intervenção) 	--	<ul style="list-style-type: none"> - Brasil pode ajudar Haiti com cooperação técnica - Generosidade com o Sul ambiciona o assento no CSNU - Os recursos prodigalizados são mal empregados
9. Exemplo para o mundo desenvolvido	<ul style="list-style-type: none"> - Convivência democrática dos países latinoamericanos - Coexistência pacífica das comunidades árabe e judaica no Brasil - Investimentos no Haiti são exemplos morais 	--	--	--	<ul style="list-style-type: none"> - Brasil carece de relevância para obrigar outros países a apoiá-lo

Fonte: Elaborado pelo autor.

Como o quadro mostra, a temática das Relações Regionais, a mais importante no discurso oficial, também foi a que gerou maior consenso. Apenas a revista IstoÉ se posicionou de forma contrária. Os jornais estrangeiros interpretaram a ação brasileira como exemplo de coordenação entre países sul-americanos, e uma demonstração concreta da liderança regional brasileira e do seu compromisso com a estabilidade e desenvolvimento da região. Ambos abrangeram a perspectiva dos EUA sobre a liderança brasileira e, destes, o NYT foi o que deu maior ênfase aos aspectos regionais. Isso se deve possivelmente ao fato de ser este um periódico norte-americano e portanto mais atento a questões hemisféricas. O Haiti, como várias das notícias pontuaram, está na zona de interesse imediato dos EUA. Já o FT, londrino e com um leitorado mais disperso pelo globo, não demonstra preocupação semelhante.

A Promoção da Paz, que, após as Relações Regionais e as Relações Sul-Sul/Universalismo, é um dos principais temas no discurso oficial, também gerou consenso entre os jornais. Os periódicos nacionais legitimaram a conjugação entre paz e justiça social e a apresentaram como um traço que distingue a concepção brasileira da promoção de paz daquela de outros países. A diferenciação da atuação brasileira no exterior não se baseou somente em características inerentes ao Brasil (i.e.: um país em desenvolvimento é sensível à importância da justiça social na manutenção da paz de outro país pobre) mas também se valeu da referência a algum Outro. Neste caso, o militarismo norte-americano esteve presente como referencial negativo. Tanto o NYT e quanto o OESP assinalaram o intento brasileiro de demonstrar sua diferença em comparação aos EUA. O jogo de futebol promovido em Porto Príncipe, por exemplo, foi interpretado por eles sob este prisma.

Nenhum dos temas foi contestado por todos os jornais, nem houve (com exceção da Promoção da Paz) um tema que não foi problematizado por pelo menos um veículo. Em especial, as Credenciais Multiculturais e a Reforma das Instituições Internacionais aparentaram gerar menos consenso. Quanto às Credenciais Multiculturais, o NYT as abordou positivamente, porém de forma quase marginal, ao falar sobre os jogadores da seleção. A IstoÉ foi mais direta em desafiar o discurso sobre a herança africana que une Brasil e Haiti, resgatando ao invés uma herança lusa mais forte. Já o OESP se mostrou bastante favorável, repetindo discursos que apontavam a multietnicidade como fator facilitador da liderança e a herança comum entre Haiti e Brasil, porém que também denunciavam os mitos domésticos de democracia racial.

A Reforma das Instituições Internacionais tampouco foi consensual. Enquanto esta temática não foi propriamente contrariada pelos periódicos, pode-se dizer que a abordagem midiática elegeu um outro ângulo para retratá-la. Enquanto o discurso oficial versou mais sobre a representatividade do CSNU e a necessidade de reformá-lo em prol dos emergentes, dedicando menos atenção à candidatura brasileira em si, o discurso midiático não teceu comentários sobre se a instituição precisava ou não de reformas. Ao invés, seu foco esteve sempre na candidatura brasileira ao assento permanente. O periódico mais crítico foi o OESP, que afirmou que a campanha pela nova posição estava tendo mais custos do que benefícios para o Brasil.

A temática da Solidariedade/Não-Indiferença também foi desafiada. O NYT ecoou o discurso oficial ao assinalar que, mesmo sem recursos abundantes, o Brasil poderia ajudar na missão de paz de alguma forma. Ele o contrariou, contudo, ao dar voz às críticas internas do PT, opostas à intervenção num país soberano, as quais o próprio discurso governamental omitira. Já as matérias do OESP redigidas em solo haitiano respaldaram a tese do Itamaraty que o Brasil poderia ajudar os haitianos de outras formas e elencou a cooperação técnica como possibilidade. Em contraste, as matérias redigidas fora do Haiti analisavam e comentavam a atitude brasileira em auxiliar países mais pobres. Estas foram notadamente mais críticas, tanto em sua caracterização do tema da Solidariedade/Não-Indiferença quanto das Relações Sul-Sul/Universalismo. Investia-se na ideia de prodigalidade, o que enfatiza a noção de que os recursos do Brasil, além de serem poucos, se prestam a mau uso nestes projetos.

Notou-se uma variação pertinente nos discursos de cada periódico ao longo dos meses analisados. Os jornais estrangeiros se mostraram majoritariamente convergentes com o discurso oficial. No entanto, o FT contestou o governo de forma clara na temática do Desenvolvimento Socioeconômico. Embora o jornal londrino tenha afirmado que a imagem do Brasil no mundo começava a mudar, de país tropical a potência comercial (em sintonia com as expectativas de Lula), sua interpretação sobre os anos antes do PT foi dissonante. Enquanto o discurso oficial caracterizou negativamente as gestões liberais, apontando principalmente sua omissão em pagar a dívida social que se acumulou ao longo dos anos, o FT fez uma avaliação muito favorável dos governos FHC e seus antecessores. Visto que o jornal se interessa, em reportagem especial, pela maior competitividade das empresas brasileiras no mercado mundial, episódios passados como a liberalização dos mercados e as privatizações são interpretados positivamente pelo legado que deixaram ao empresariado.

Quanto aos dois periódicos nacionais, suas coberturas foram semelhantes para a temática da Promoção da Paz, à qual foram favoráveis, mas distintas quanto às demais. A IstoÉ, embora tenha abordado a Minustah de forma positiva, contrariou o discurso governamental em questões importantes, como o pertencimento do Haiti ao raio de interesse geopolítico do Brasil, e a relevância da herança africana que unia ambos os países. O OESP, por sua vez, teve um discurso semelhante ao governamental em ambas as temáticas. Em particular, ele explorou de forma comprehensiva a questão das relações regionais, versando sobre a cooperação com a Argentina e entre os países do Mercosul, respaldando a ideia de integração avançada pelo discurso oficial.

Em outros temas, porém, o discurso do OESP foi nitidamente antagônico ao presidencial. A temática da Autonomia, que neste subgrupo envolveu os atritos entre o Brasil as potências mundiais (EUA e Europa), não repetiu as noções de respeito, autoestima e garantia dos próprios interesses que o discurso oficial invocou para justificar eventuais embates. Pelo contrário, a cobertura do jornal paulista tentou indicar uma indiferença dos EUA às novas atitudes brasileiras. Comparando os títulos que o OESP e o FT deram aos seus artigos sobre as declarações de Powell em sua visita ao Brasil (OESP: "Powell inicia visita que reflete interesse pelo Brasil"¹⁶⁴, FT: "Powell apoia a busca do Brasil por um assento no Conselho de Segurança"¹⁶⁵), vê-se que sua principal tese é que a nova identidade internacional buscada pelo Brasil não foi reconhecida por Washington. A comparação entre esses dois periódicos é reveladora, pois nas temáticas da Autonomia e Relações Sul-Sul/Universalismo ambos tiveram atitudes opostas. Enquanto o FT enxerga na diversificação dos parceiros comerciais brasileiros a redução de suas vulnerabilidades e a possibilidade de que o país enfim adquira o status de potência que há muito ambiciona, o OESP denuncia a diplomacia Sul-Sul como fruto da ideologização da diplomacia brasileira e possível ameaça à qualidade dos quadros do Itamaraty. Por fim, na temática Exemplo para o Mundo Desenvolvido, o que para o discurso oficial é "exemplo moral", para o OESP é demonstração que "na prática" o Brasil não tem recursos para construir liderança.

¹⁶⁴ Sotero (2004e)

¹⁶⁵ "Powell backs Brazil's quest for seat on Security Council" (COLLIT, 2004b)

7 O ACORDO NUCLEAR ENTRE BRASIL, TURQUIA E IRÃ

Assim como a Minustah, o Acordo Nuclear selado entre Brasil, Turquia e Irã suscitou interpretações diversas sobre as motivações e a pertinência do envolvimento brasileiro. Contudo, naquela o governo brasileira agia dentro dos quadros da ONU, sob os aplausos da comunidade internacional por sua capacidade de liderança e promoção da paz, e (segundo uma das leituras de então) alinhado com os interesses norte-americanos. Já em sua incursão pelo Oriente Médio, o Itamaraty se viu em aguda oposição aos EUA, fragilizando as possibilidades de ação coordenada dentro do CSNU e sob a suspeita da comunidade internacional, perplexa diante da inaudita aproximação entre o plácido Brasil e o perigoso Irã.

Para esclarecer este episódio, neste capítulo será feita uma contextualização dos fatos que levaram até a mediação turco-brasileira em Teerã, das visões que circulavam à época sobre o programa nuclear iraniano e quais soluções eram advogadas e por quais países para por fim aos temores de uma escalada armamentista. Esta apresentação será útil para esclarecer a sequência dos acontecimentos, desde a mobilização do Itamaraty até a assinatura do acordo e sua posterior desconsideração pelo CSNU, a respeito dos quais a imprensa reportou ao longo do mês de maio de 2010.

7.1 Contextualização

7.1.1 A Declaração de Teerã

Em 17 de maio de 2010, os líderes do Brasil, Turquia e Irã celebraram um acordo que objetivou aumentar a confiança da comunidade internacional quanto ao programa nuclear iraniano e impedir que novas sanções fossem impostas ao país. A "Declaração de Teerã", como foi batizado o documento, fora redigida pelo então ministro das Relações Exteriores Celso Amorim e seu homólogo turco, Ahmet Davutoglu, e defendia os direitos do Irã de "desenvolver pesquisa, produção e uso de energia nuclear (assim como o ciclo do combustível nuclear, inclusive atividades de enriquecimento) para fins pacíficos, sem discriminação", nas palavras do documento¹⁶⁶, propondo a troca de combustível nuclear como um ponto de partida para a construção de uma atmosfera internacional de cooperação, diálogo e garantia dos direitos do país na área nuclear.

¹⁶⁶ Amorim, C.; Davutoglu, A.; Mottaki, M. (2010)

Sob os termos do acordo, o Irã se comprometia a enviar 1.200 kg de urânio levemente enriquecido (LEU), para território turco dentro de um mês após a assinatura do pacto. Em troca, o país receberia, em prazo não superior a um ano, 120 kg de combustível para alimentar o Reator de Pesquisa de Teerã. Esse combustível seria proveniente de um dos países do Grupo de Viena (P5+1) — possivelmente França ou Rússia —, caso o grupo aceitasse o acordo. O não cumprimento da entrega daria ao Irã direito de reaver imediatamente o material depositado na Turquia. O documento previa também o envio, dentro de sete dias, de uma notificação por escrito de Teerã para a AIEA, expressando a concordância da república islâmica com a Declaração.

O acordo assinado pelos três países seguiu os moldes de uma proposta apresentada ao Irã pelo Grupo de Viena, composto pelos EUA, França, Grã-Bretanha, Rússia, China e Alemanha e a AIEA, em outubro de 2009. Ambas as iniciativas partilhavam os mesmos pontos centrais. A versão de outubro também propôs a troca de 1.200 kg de LEU por 120 kg de combustível para o reator iraniano; o material ficaria sob a custódia da Rússia e o combustível viria da França. O regime islâmico, em um primeiro momento, aceitou o acordo, mas pouco depois o rejeitou apontando discordâncias quanto ao volume, local e momento da troca, exigindo que ela fosse feita simultaneamente e em território iraniano (AMORIM, 2010, p.222).

Esse retrocesso contribuiu para agravar o isolamento político da República Islâmica do Irã, que cada vez mais suscitava dúvidas da comunidade internacional quanto ao caráter de seu programa nuclear.

7.1.2 O programa nuclear iraniano: pacífico ou bélico?

Há quase uma década as ambições nucleares iranianas despertam a suspeita dos órgãos reguladores internacionais e aumentam os temores quanto à estabilidade da região. Os dirigentes da nação — signatária do TNP — defendem seu direito de desenvolver pesquisas na área nuclear, alegando possuir fins estritamente pacíficos, a saber, de pesquisa e energéticos. Outros observadores, todavia, enxergam no comportamento esquivo do país um sinal de que o real objetivo do programa é a obtenção de uma arma nuclear para assegurar sua liderança regional e fazer face à única outra nação nuclearizada da região, Israel.

O programa nuclear do país passou a chamar atenção a partir da década de 1990, quando empreitadas bilaterais com a Rússia permitiram ao Irã retomar seus investimentos no setor, escamoteado desde a Revolução de 1979 (OGANOV, 2006). A comunidade internacional ficou mais apreensiva a partir de 2005, com a saída do relativamente moderado Mohammad Khatami e eleição do extremado Mahmoud Ahmadinejad para presidente. Nos primeiros meses de seu mandato, o novo governante anunciou que o Irã ambicionava dominar a tecnologia de enriquecimento de urânio, e em abril de 2006 o regime notificou ter enriquecido urânio com sucesso pela primeira vez. Desde então, o CSNU exorta o país a interromper o enriquecimento de urânio nas instalações nucleares do país, receoso quanto aos seus intentos (ARJOMAND, 2009, p.200).

O enriquecimento de urânio é permitido aos países signatários do TNP, na condição de que se verifique que seu objetivo é a produção de material com finalidades estritamente civis (o LEU, que não ultrapassa os 20% de enriquecimento). Para assegurar que os países signatários do TNP não estão ultrapassando o limiar estabelecido, suas usinas nucleares devem estar sujeitas a inspeções constantes e criteriosas pela AIEA, o órgão da ONU responsável pela verificação do cumprimento dos termos do Tratado. Pelo declarado no artigo XII do estatuto da instituição, os países membros reconhecem, dentre outras coisas, o direito da Agência de:

Examinar o projeto de equipamentos e centros especializados, incluindo reatores nucleares, e aprová-los, se assegurado que estes não permitirão a consecução de propósitos militares, [...] Aprovar os meios a serem usados para processamento químico dos materiais irradiados para assegurar que esse processamento químico não permitirá extravio de material para propósitos militares, [...] Enviar ao território do país ou países inspetores designados pela agência, após consulta com o estado ou estados em questão, os quais gozarão de acesso em todo momento a todos os locais, todas as informações e todas as pessoas que, decorrente de sua ocupação, lidem com materiais, equipamentos ou estabelecimentos que requerem, pelo determinado neste Estatuto, salvaguardas.¹⁶⁷

Embora signatário do TNP, o Irã tem negado acesso completo de inspetores da AIEA às suas instalações e às informações concernentes ao seu programa, além de executar por

¹⁶⁷ *Statute of the AIEA*. Tradução de trechos do artigo XII, parágrafos A-1, 5 e 6 a partir do original em inglês disponível em <http://www.iaea.org/About/statute_text.html#A1.12>. Data de acesso: 27 Mar. 2011

algum tempo atividades de enriquecimento de urânio em sigilo¹⁶⁸. Semelhantemente, os esforços do CSNU em persuadir o Irã a abandonar seu programa têm se deparado com sistemática oposição pelo regime, que responde expandido suas atividades de enriquecimento de urânio e aumentando o número de demonstrações e exercícios militares, elevando a tensão na região. Face a isso, a Agência e os membros permanentes do CSNU acusaram o Irã de buscar secretamente se dotar da arma nuclear e aplicaram, entre 2006 e 2009, três rodadas de sanções destinadas a dissuadir o país de sua empreitada.

A pressão por sanções contra o regime islâmico tem partido também de Israel (MATEO, 2010, p.5), que advoga junto a seus aliados ocidentais soluções mais drásticas para a questão iraniana, como intervenções militares. A busca pela proeminência nuclear regional de um país cujo líder tornou-se notório por suas declarações polêmicas acerca do povo hebreu — que fizeram manchete por seu antisemitismo, negação do Holocausto e exterminacionismo — é preocupante para Israel, que teme as consequências do Irã adquirir um arsenal atômico. O caso israelense, não obstante, também é singular e digno de detalhamento, visto que o país é um dos poucos que não aderiu ao TNP e, suspeita-se, seria o único na região dotado de um arsenal nuclear efetivo — fato a respeito do qual o país não se pronuncia — sem, contudo, despertar semelhante apreensão internacional.

Esse tratamento díspar da comunidade global quanto a Israel e seus vizinhos árabes tem despertado indignação na região. Erdogan, primeiro-ministro da Turquia — país co-autor do acordo de troca de combustível —, chegou a afirmar que Israel é "a principal ameaça hoje à paz regional", denunciando o que ele considera leniência internacional na questão das armas nucleares e também da construção de assentamentos (NOUGAYRÈDE, 2010a).

7.1.3 Sanções x Diálogo

Com o fracasso das negociações entre o Grupo de Viena e o regime islâmico no final de 2009, as potências globais passaram a investir na aplicação de uma nova rodada de sanções como outra forma de arrefecer o enriquecimento de urânio no Irã. Se o país não ia interromper seu programa através de um ato de boa fé internacional, o faria sob a pressão em incidida em sua Guarda Revolucionária, detentora de numerosos empreendimentos no governo e

¹⁶⁸ Caso da planta Fordo, próxima a Qom, ao sul da capital Teerã, cuja existência só foi admitida por oficiais iranianos após denúncia pela inteligência americana. ("Iran admits secret uranium enrichment plant", THE GUARDIAN, 2011)

economia nacionais. Essa via foi defendida principalmente por Washington, que simultaneamente fazia avançar um projeto por sanções unilaterais no Congresso. Os EUA buscaram, durante os meses seguintes, obter apoio dos demais membros do CSNU para a aplicação de um quarto pacote de sanções econômicas, preocupando-se, em particular, em convencer Rússia e China, dados os laços estreitos que ambos países mantêm com o Irã.

Moscou e Teerã nutrem uma política amistosa há 30 anos e computam diversas empreitadas bilaterais (OGANOV, 2006). A China, por sua vez, tem grande dependência das reservas energéticas iranianas para abastecer seu mercado. Diferentemente dos países ocidentais, Rússia e China não tinham razão para considerar o Irã como uma ameaça, sendo, ao invés, um parceiro comercial importante.

Apesar disso, os esforços diplomáticos da Casa Branca lograram êxito e, no início de abril de 2010, todos os membros permanentes do CSNU declararam ser a favor de novas sanções, incluindo os dois países. Esse consenso tornou-se evidente durante os dois dias do *Nuclear Security Summit* em Washington, evento destinado a alertar os mais de 40 países convidados sobre a ameaça do terrorismo nuclear, definir medidas para conter a proliferação de material nuclear, e evitar o contrabando de material nuclear. Na ocasião, o presidente Obama externou sua satisfação com o avanço na posição dos dois países e seu desejo que as sanções fossem votadas no mais breve possível (NOUGAYRÈDE, 2010b). O apoio de todos os cinco membros permanentes garantia que as sanções não seriam vetadas; porém, para sua aprovação, era necessário obter 9 dos 15 votos no CSNU.

Foi em meio a esse cenário que Brasil e Turquia se posicionaram como defensores da resolução diplomática do assunto, insistindo na necessidade de continuar o diálogo com Teerã para que este adotasse as propostas da AIEA e continuasse com seu programa nuclear — estritamente pacífico aos olhos das duas nações.

Os dois países apresentam singularidades geográficas, culturais e políticas que deram, além de objetivos partilhados, motivações próprias a cada um para envolver-se no episódio. A Turquia é considerada um dos poucos regimes islâmicos moderados da região, tendo por boa parte de sua história moderna buscado uma relação estreita com o Ocidente, e em anos recentes redirecionando suas atenções para sua vizinhança árabe.

As elites políticas que construíram o Estado turco moderno na primeira metade do séc.XX buscaram a "ocidentalização" do país. Externamente, essa redefinição da Turquia se

expressou na entrada em instituições como a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) na Guerra Fria. A participação nesse bloco não foi motivada exclusivamente por questões securitárias, mas simbolizava a opção por aderir a valores ocidentais como democracia, direitos humanos e estado de direito (YILMAZ E BILGIN, 2006). Em âmbito regional, as atenções da Turquia estiveram voltadas por muito tempo para a União Europeia (UE), da qual espera, há longa data, tornar-se membro. A reticência da comunidade europeia diante do novo candidato o fez redirecionar seus esforços para a consolidação de sua influência regional, investindo em áreas sensíveis do Oriente Médio, Balcãs, Cáucaso e Ásia Central.

O Partido da Justiça e Desenvolvimento, que atingiu proeminência na virada do milênio, reorientou as relações da Turquia com seus vizinhos, aproximando-se de nações das quais antes buscava distância: Síria e Irã. Da mesma forma, a Turquia tem adotado um discurso mais vigoroso ao condenar as ações de Israel e se posicionar em favor dos Palestinos na questão de Gaza. Sob o primeiro-ministro Erdogan e o ministro das Relações Exteriores Davutoglu, a Turquia tem buscado se consolidar como um importante *player* regional (REYNOLDS, 2012, p.iii) A solução pacífica da questão nuclear iraniana estaria, assim, inserida dentro das preocupações turcas por estabilidade e prestígio regional.

O Brasil, embora também goze de uma posição de potência regional e de relações sãs com as potências globais, difere da Turquia em que ele não possui interesses estratégicos e tampouco tem um histórico de influência na região. Contudo, as diretrizes da diplomacia Sul-Sul aumentaram o interesse nacional pelo Oriente Médio. Nesse contexto, o Irã tem despontado como parceiro importante em anos recentes, havendo uma intensificação dos fluxos de negócios entre os dois países que registrou, em 2010, uma cifra de US\$ 1,2 bi, com destaque para as áreas de *agrobusiness* e energia (LULA DA SILVA, 2010c). O Brasil também é um membro ativo do G15, grupo que reúne países em desenvolvimento da América Latina, África e Ásia, e cuja cúpula o Irã sediou naquele ano.

Para além das agendas particulares de cada país, nota-se que o alinhamento do Brasil e da Turquia sobre a questão iraniana se fundamentou na visão que essas duas potências médias partilham sobre governança global. Ambos se enquadram como economias emergentes e têm buscado consolidar sua influência global através dos mesmos foros, como o G20 Agrícola e o G20 Financeiro. Os dois países detêm assentos temporários no CSNU e têm pleiteado, junto com outras nações como Japão e Índia, por sua revisão para harmonizá-lo com a realidade

geopolítica atual. Ademais, ambos se consideravam investidos de mais legitimidade para resolver a questão nuclear iraniana, dado que são Estados desprovidos de armamentos nucleares, diferentemente do P5+1 — em que todos os países, exceto um, possuem ogivas em seus arsenais.

A empreitada turco-brasileira, como esta análise indicará, foi encarada com uma mistura de otimismo e ceticismo. Os membros permanentes do CSNU França, Rússia e China felicitaram a tomada de iniciativa dos emergentes, na expectativa de que a situação pudesse se resolver através do diálogo. Em contraste, os EUA declararam ter poucas expectativas quanto ao encontro entre Lula, Erdogan e Ahmadinejad, alegando que o Irã não tinha intenção real de aceitar os compromissos internacionais e, se aceitasse um novo acordo, seria apenas no intuito de ganhar tempo e seguir com sua atividade de enriquecimento sob cobertura diplomática.

Da mesma forma, quando os líderes dos três países anunciaram que o Irã aceitara as condições do novo acordo, as reações internacionais foram diversas. Os protagonistas saudaram o fato como um triunfo da diplomacia, afirmando que sanções não eram mais necessárias. França, Rússia e China também expressaram satisfação com o feito, embora não tenham chegado a mudar de posição quanto à necessidade de sanções. Os EUA, por sua vez, acrescentaram ao ceticismo irritação, uma vez que a ação turco-brasileira ia na contramão de seus esforços, ameaçando romper o consenso obtido no CSNU em prol de sanções.

O Departamento de Estado dos EUA apontou prontamente que o pacto firmado era insuficiente por não exigir do Irã a interrupção de suas atividades de enriquecimento de urânio. Essa fraqueza ficou evidente com a declaração, feita pouco após por um porta voz do regime, que o Irã seguiria com seu projeto de enriquecer urânio a 20% independentemente do acordo. Os protagonistas do pacto trilateral responderam que o ato visava demonstrar a boa-fé do Irã e aumentar a confiança internacional ao redor do seu programa nuclear, sendo, portanto, apenas uma "porta para negociações mais amplas sobre o programa" (AMORIM, 2010i, p.223) ao invés de uma solução definitiva. Em resposta, os EUA apresentaram à ONU, um dia depois da assinatura do acordo, o esboço da quarta rodada de sanções.

7.1.4 Os EUA, o CSNU e as sanções

O Irã inquieta os EUA por sua instabilidade e pouca confiabilidade. A retórica islâmica intolerante e antioccidental de seus dirigentes é particularmente preocupante para o

país e seus aliados, à medida que alimenta um clima de insegurança tanto regional — em especial para Israel — quanto internacionalmente. Ademais, o país é acusado de financiar atividades terroristas, sendo o Hezbollah um dos grupos que contariam com apoio direto do governo de Ahmadinejad¹⁶⁹. Destarte, a suposta busca pelo país de dotar-se de uma arma atômica é motivo de preocupação dado que criaria um pólo de poder militar em torno do regime e estimularia a proliferação atômica no Oriente Médio, aumentando o risco de uma corrida armamentista nos outros Estados islâmicos e a probabilidade de que grupos terroristas obtenham bombas nucleares.

Os argumentos norte-americanos em defesa de sanções ressaltam que a empreitada iraniana deve ser interrompida, pois infringe resoluções da ONU e não tem fins pacíficos, como indicam o comportamento suspeito do regime e evidências da AIEA e da inteligência americana. Como sua preocupação maior é que o Irã seja capaz de produzir urânio altamente enriquecido (HEU) em quantidade o bastante para fabricar uma bomba, toda proposta que não interrompa ou retarde esse enriquecimento não elimina a ameaça potencial.

Vale destacar, entretanto, que nem o acordo apresentado pelos próprios EUA e o restante do P5+1 em outubro, nem o turco-brasileiro um semestre depois, versavam especificamente sobre a interrupção do enriquecimento, limitando-se a exigir a entrega de 1.200 kg de urânio. A rejeição dos EUA da solução proposta pelos dois países emergentes foi, portanto, encarada como contraditória. Em tese, o acordo atendia às exigências norte-americanas, sendo um reacionarismo velado uma das justificativas possíveis para o comportamento do país¹⁷⁰. Em resposta, os EUA afirmam que em outubro 1.200 kg correspondiam a 75% dos estoques iranianos, volume expressivo para retardar o progresso dos reatores de Teerã; o aumento dos estoques nos seis meses seguintes tornava a proposta obsoleta.

O acordo trilateral foi visto como sem valor também devido ao fato do Irã ter o hábito de aceitar para em seguida descumprir resoluções internacionais. Isso levou a opinião norte-

¹⁶⁹ “Iran Gives Weapons to Re-Arm Hezbollah, Pentagon Says”, Bloomberg-Businessweek, (BLOOMBERG-BUSINESSWEEK, 2010). Disponível em: <<http://www.businessweek.com/news/2010-04-20/iran-gives-weapons-funds-to-help-lebanese-hezbollah-re-arm.html>>. Data de acesso 27 Jan. 2011

¹⁷⁰ Amorim, em retrospecto, elenca três razões possíveis para o descaso com a Declaração: (i) uma expectativa de que também essa negociação falhasse, para provar verdadeiras suas afirmações sobre o Irã; (ii) uma mudança nas prioridades das potências, que queriam aplicar logo as sanções antes que o “frágil consenso” obtido se desfizesse; (iii) o desprazer das potências em ver dois países emergentes desempenharem um papel crucial em uma questão de paz no Oriente Médio, especialmente uma onde elas falharam. “Parece que eles não poderiam aceitar um *sim* como resposta”, lhe confidenciou a respeito disso um antigo diretor da AIEA (AMORIM, 2010i, p.224).

americana a considerar que este seria apenas mais uma manobra do regime para ganhar tempo e continuar aumentando seus estoques. O país não estaria disposto a firmar compromissos, mas apenas se esquivar das sanções ao reduzir as chances de consenso no CSNU — e se aproveitou dos inexperientes Brasil e Turquia para cumprir seu desígnio (NEW YORK TIMES, 2010). A razão para Ahmadinejad assinar o acordo não seria, ademais, reflexo da aceitação autêntica dos termos — já que eles eram praticamente idênticos aos apresentados pelo Grupo de Viena — mas apenas uma preocupação com sua imagem política: era menos comprometedor para o dirigente se passar por aliado das nações emergentes Brasil e Turquia do que acatar as ordens dos EUA e seus aliados.

A insistência por sanções, todavia, não implica a descrença dos EUA na diplomacia como instrumento de resolução de tensões no Oriente Médio. Após a mácula de unilateralismo deixada na política externa norte-americana pela administração Bush com a invasão do Iraque, o presidente Obama deixou claro que sua administração buscaria outras vias mais multilaterais e diplomáticas, "estendendo a mão para os que estivessem dispostos a descerrar o punho" (OBAMA, 2009). Todavia, essa reorientação diplomática logrou raros sucessos, fazendo crescer a oposição política à diplomacia Obama, tida como passiva e ineficaz. Face ao aumento da pressão interna, a diplomacia cedeu lugar às sanções. Essas tiveram de ser abrandadas em alguns pontos para que Rússia e China aderissem, de modo que sua aprovação, embora louvada pelos seus defensores, foi julgada insuficiente e incompleta (SEIB, 2010).

Pode-se afirmar, por fim, que subjacentes à impulsão pelas sanções estão o temor securitário do país e a preocupação com a manutenção de sua influência global, reflexos da guerra contra o terrorismo no mundo pós-11 de Setembro. O atentado que traumatizou os EUA teve implicações não só nas prioridades de sua política externa, mas também uma marcada reverberação na produção de identidades e leituras das relações internacionais. Mídia e governo articularam discursivamente identidades bem nítidas e antagônicas para o Ocidente e o mundo islâmico, frequentemente recuperando dicotomias Bem vs. Mal que produzem uma nova bipolaridade simbólica no mundo (STEINBERGER, 2005; GOMES, 2011; KASSIMERIS & JACKSON, 2011). Esse maniqueísmo também foi alvo de críticas da parte da diplomacia brasileira¹⁷¹.

¹⁷¹ “[...] Os EUA não podem violentar nossa consciência, e violentar o que obtivermos”, disse Amorim. “Você não pode adotar uma política de ‘quem não está comigo é contra mim.’” (MELLO, 2010i)

7.1.5 Brasil, Irã e proliferação nuclear

EUA e Brasil encontravam-se em grave dissensão. A busca por maior assertividade pelo MRE, até então, não havia deflagrado um embate como foi o da questão iraniana. O episódio motivou diversas reflexões sobre quais seriam as razões do país para se imiscuir nesse assunto sensível e que poderia colocar em risco o prestígio que a nação vinha construindo no restante do planeta.

Oficialmente, o Brasil acreditava nos fins pacíficos do programa e objetivou promover maior confiança da comunidade internacional para com o país através do acordo. Durante a visita de Ahmadinejad ao Brasil, Lula reiterou que defendia o direito do Irã de desenvolver pesquisa para fins pacíficos e em benefício de seu povo, "tanto quanto o Brasil está desenvolvendo" (LULA DA SILVA, 2009b).

Carlo Patti (2010, p.190) nota, ainda, que a solidariedade entre os países na questão nuclear passa pelo fato de que ambos sentiram "pressões análogas da comunidade internacional a renunciarem suas ambições nucleares". O Brasil aderiu ao TNP apenas em 1998, sendo o último grande Estado a fazê-lo. Por muito tempo ele preferiu buscar o desarmamento por vias bilaterais e regionais — como a criação da Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares e assinatura do Tratado de Tlatelolco —, pois acusava o TNP de assimetrias no tratamento de países nuclearizados e desnuclearizados (GARCIA, 1998).

Apesar de suas críticas ao tratado continuarem válidas no momento da adesão, a atitude foi necessária para criar credibilidade internacional. Mesmo assim, o Brasil é um dos poucos signatários que ainda se opõe ao protocolo adicional (*AIEA Additional Protocol to the Safeguards Agreement*) que expande os direitos de inspeção da AIEA além do já disposto no TNP, afirmando que ele compromete a preservação dos seus segredos industriais (PATTI, 2010, p.186). Como revelaram as notícias analisadas no capítulo anterior¹⁷², acerca da conturbada visita de inspetores da AIEA à usina nuclear em Resende em 2004, a comunidade internacional já olhou suspeita para o sigilo do programa nuclear brasileiro.

¹⁷² "Programa do país respeita acordos mundiais" (GODOY, 2004a), "Almirante diz que fim da crise com AIEA depende de ajustes" (Id. 2004b), "País nada tem a esconder, diz Blix" (CHADE, 2004c)

Essa desconfiança, contudo, foi sendo dirimida diante da reputação do país como uma nação comprometida com o desarmamento, a não-proliferação e a promoção da paz. O ex-chanceler Celso Amorim desempenhou um papel ativo na adesão do Brasil ao TNP, bem como sua revisão e expansão anos depois, refletindo no conjunto de sua carreira diplomática consistência e comprometimento com o desarmamento e desnuclearização (PATTI, 2010, p.186-188). O envolvimento na tensão iraniana seria mais uma forma de promover o multilateralismo e a resolução pacífica de conflitos, seguindo a tradição brasileira.

Todavia, a aproximação entre Brasília e Teerã foi o alvo de diversas críticas interna e externamente. A falta de interesses e influência no Oriente Médio, principalmente em questões securitárias, configurava a intervenção brasileira como inócua e inconsequente, sendo seu real objetivo apenas a projeção pessoal do presidente e uma demonstração de força da nação em sua campanha pelo assento permanente no CSNU. Outra crítica se delineava do ponto de vista moral, reprovando a fraternidade entre Lula e Ahmadinejad, dirigente de um regime condenado pela opinião internacional por sua repressão violenta a opositores e reiteradas violações aos direitos humanos. Lula, que se afirmava defensor da vida, da democracia e dos direitos humanos, se contradizia ao considerar a república islâmica uma nação amiga. Por fim, tal atitude seria uma evidência que o partido do presidente seguiria uma "agenda cubana" que faz pouco caso de direitos humanos e democracia, logrando assim "sujar a boa imagem que o Brasil tinha previamente" (ALMEIDA, 2010, p.174).

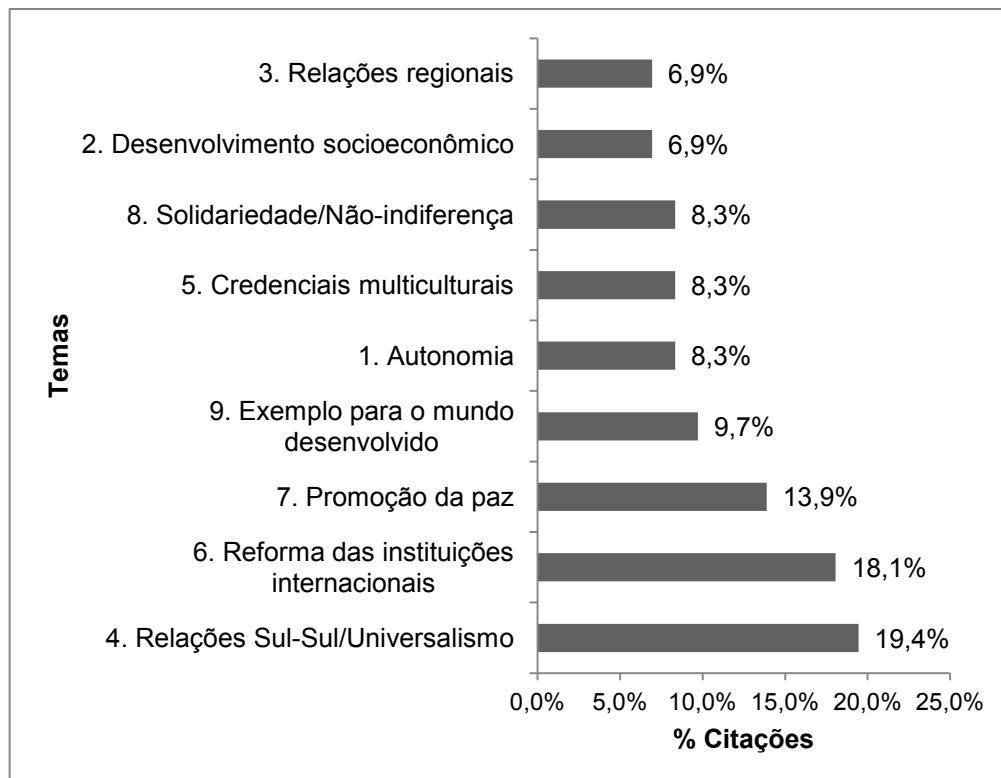
7.2 Discurso oficial

Foram analisados 19 pronunciamentos oficiais, sendo dez de Lula e nove de Amorim. Todos foram proferidos entre 2009 e 2011. Este intervalo temporal foi escolhido pois, embora o acordo entre Brasil, Turquia e Irã tenha sido assinado em maio de 2010, ainda em novembro de 2009 Lula recebeu Ahmadinejad oficialmente no Planalto e manifestara publicamente sua posição quanto ao programa nuclear iraniano, e verificou-se até meados de 2011 comentários sobre a empreitada diplomática. Os discursos analisados foram proferidos em sua maioria em cerimônias e solenidades compostas por um público misto de brasileiros e estrangeiros, políticos, diplomatas, empresários e imprensa¹⁷³.

¹⁷³ À exceção de uma entrevista e artigo de opinião redigido pelo Ministro Celso Amorim, que foram veiculadas na mídia internacional e nacional, respectivamente.

A frequência relativa de cada uma das nove temáticas identitárias no total dos discursos analisados para este subgrupo está demonstrada na Figura 4 abaixo.

Figura 4: Importância dos temas da identidade internacional brasileira nos pronunciamentos do Acordo Nuclear



Fonte: Elaborado pelo autor

A temática Relações Sul-Sul/Universalismo foi a mais recorrente neste subgrupo. Isto se deve, possivelmente, ao fato que se tratou de um acordo assinado entre o Brasil e dois países do Oriente Médio. Como a aproximação com os países dessa região do mundo se deu, desde o princípio, respaldada pela lógica da diplomacia Sul-Sul, é natural que esta tenha sido a categoria mais invocada nos discursos oficiais para justificar a empreitada, bem como reforçar as características identitárias brasileiras que legitimam o gesto. Reforma das Instituições Internacionais foi a segunda temática mais relevante, pelo fato que o episódio, além de ter sido interpretado como mais uma tentativa brasileira de se gabaritar para um assento permanente no CSNU, envolveu diversas outras instituições, como o TNP e

convenções sobre direitos humanos, visto que o Irã é acusado de violar ambos. Detalharemos abaixo o conteúdo de cada temática neste subgrupo.

1. Autonomia: Neste subgrupo de pronunciamentos, "autonomia" significa poder conduzir uma política externa sem tutela dos grandes poderes estabelecidos. O contraste com o passado é utilizado por Lula e Amorim para sinalizar que a PEB atual é qualitativamente diferente da anterior — caracterizada recorrentemente pelo termo "submissão" — e rompe com paradigmas sobre as capacidades brasileiras. O país "aprendeu a tomar conta do seu nariz"¹⁷⁴, desenvolveu uma "diplomacia independente, sem subserviências e respeitosa de seus vizinhos e parceiros"¹⁷⁵.

Passamos, claramente, de uma submissão aos desígnios de uma ordem internacional alegadamente inexorável para uma inserção ativa em um contexto internacional marcado por grandes transformações. (AMORIM, 2010c)

Nossa política externa enfrentou "aquela velha opinião" de que exercer, na cena internacional, o protagonismo compatível com a nossa grandeza - não só econômica, mas também política e cultural - seria inútil ou, mesmo perigoso. O Brasil soube desafiar o falso paradigma de que nossa política externa deveria pautar-se pela noção da "limitação de poder". Esta, por sua vez, se baseava numa contabilidade falsa, que deixava de lado o exemplo das nossas transformações sociais, a natureza vibrante da nossa democracia e - por que não? - a nossa capacidade de buscar soluções inovadoras e criativas para velhos problemas. [...] Finalmente, nossa política externa derrubou "aquela velha opinião" de que o Brasil precisa pedir licença para agir nas relações internacionais.¹⁷⁶

Além da já mencionada tentativa de apresentar a PEB atual, ativa e inovadora, como distinta da anterior, submissa e antiquada, estas passagens também mostram que essa diferenciação se dá falsificando o paradigma precedente. Expressões como "alegadamente inexorável", "falso paradigma", "contabilidade falsa" visam apresentar a abordagem precedente, da autonomia pela participação, como equivocada por calcular erroneamente o quanto inescapável era a ordem internacional e quais eram as reais capacidades do país. Assim, a legitimidade da nova PEB se ergue também sobre o contraste entre verdadeiro e falso.

¹⁷⁴ Lula da Silva (2010f)

¹⁷⁵ Amorim (2010f)

¹⁷⁶ Id. (2010b)

2. Desenvolvimento Socioeconômico: Estes discursos, proferidos já no final dos anos 2000, apresentam tanto uma contabilização dos êxitos econômicos conquistados pelo governo na década como também uma associação entre os conceitos de crescimento e outros correlatos. Em seus discursos, Lula atrela o crescimento econômico com um resgate da autoestima nacional, valendo-se aqui também de uma diferenciação entre o momento do governo atual e o do precedente. Anteriormente, o país se achava "muito pobre", "sem nada a oferecer" e vivia "pedindo dinheiro a ONGs" (LULA DA SILVA, 2010g), acrescentando que esses dias haviam chegado ao fim.

Pois isso acabou, isso acabou. Eu posso olhar na cara dos empresários brasileiros, na cara do empresário francês e dizer: isso acabou. Este país aprendeu a tomar conta do seu nariz, este país aprendeu a gostar de si próprio, este país aprendeu a gostar de estabilidade econômica, este país aprendeu a gostar do controle da inflação, este país aprendeu a gostar de fazer distribuição de renda. Este país aprendeu a gostar de acabar com o PIB potencial, que era uma imbecilidade de alguns economistas, que achavam que a economia brasileira não poderia crescer acima de 3%, que a casa caía. Nós, agora, experimentamos que é gostoso crescer mais de 3%, é gostoso crescer 4%, é gostoso crescer 5%, é gostoso crescer 6%.¹⁷⁷

A passagem mostra como o conceito de crescimento econômico está atrelado a noção de autoestima e orgulho nacional diante do mundo. Também, nota-se a proximidade entre os ideários de desenvolvimento e de autonomia — uma correlação presente na literatura sobre a identidade internacional do Brasil (vide Seção 2.1).

Por sua vez, Amorim dá os números do desenvolvimento sempre em termos dos benefícios à população. Ele afirma que "[m]ilhões de brasileiros conquistaram dignidade e cidadania"¹⁷⁸. Esse crescimento econômico é dito "legítimo" pois acompanhado de uma "queda dos níveis históricos de concentração de renda e de riqueza."¹⁷⁹

3. Relações Regionais: Compreensivelmente, este tema é pouco evocado, em virtude do episódio se desenrolar no Oriente Médio e não na América Latina. Não obstante, algumas menções são feitas para destacar como a região é uma prioridade para o governo Lula, ao

¹⁷⁷ Id. (2010f)

¹⁷⁸ Amorim (2010f)

¹⁷⁹ Id. (2010c)

passo que não o era em governos anteriores, ("Voltamos a fazer do Mercosul e da América do Sul uma prioridade efetiva", AMORIM, 2011), e também da urgência dessa união.

É preciso que América do Sul e a América Latina e Caribe estejam juntas. Do contrário, em primeiro lugar, ninguém vai nem prestar atenção em nós, e, em segundo lugar, se prestar atenção, vai fazê-lo para tirar as concessões e não dar nada em troca, porque nós não teremos poder de barganha.¹⁸⁰

Nota-se que a maioria das menções desta temática responde a oposições internas sobre o foco da PEB na região^{181,182,183}.

4. Relações Sul-Sul/Universalismo: O foco brasileiro nas relações com novos parceiros comerciais na África, Ásia e Oriente Médio, e sua participação em blocos de países emergentes (BRICS, IBAS) são o tema predominante neste subgrupo. Os discursos acerca da diplomacia Sul-Sul dividem-se em três vertentes: os que apresentam e legitimam esse novo paradigma; os que sugerem que o Brasil é um representante natural deste grupo de nações; e, por fim, os que respondem a críticas internas.

A maior parte das menções à diplomacia Sul-Sul busca apresentar os resultados desse novo paradigma. A reorientação da PEB é exemplificada ora pelo fluxo comercial ascendente¹⁸⁴, ora pela atenção diplomática^{185,186}. O recurso a comentadores externos também é mobilizado para legitimar essa diplomacia¹⁸⁷.

¹⁸⁰ Id. (2010c)

¹⁸¹ "lá no meu país tem gente falando contra o Mercosul, lá no meu país tem gente falando contra o Mercosul" (LULA DA SILVA, 2010h)

¹⁸² "Actually, when we were creating UNASUL, many critics in Brazil even asked me: "why do you worry so much with South America?" " (AMORIM, 2010g)

¹⁸³ "A política externa do seu Governo também escolheu, desde a primeira hora, rebater, com atos, "aquela velha opinião formada sobre tudo": opinião de que a integração sul-americana e latino-americana era um ideal inatingível" (Id. 2010b)

¹⁸⁴ "Fizemos uma nova geografia econômica e comercial. Há 20 anos, quase 70% do comércio exterior brasileiro se voltavam para os países da OCDE. Hoje, 55% das trocas são com o mundo em desenvolvimento. Essa diversificação foi possível graças aos avanços na integração latino-americana e ao reforço de parcerias no Oriente Médio, África e Ásia. Sem abrir mão de nossos parceiros tradicionais, fizemos das relações Sul-Sul um grande ativo de nossa política externa." (LULA DA SILVA, 2010c)

¹⁸⁵ "[E]u terei visitado 27 países africanos em oito anos de mandato, o que é mais que todos os presidentes do Brasil [visitaram], em toda a história do Brasil" (LULA DA SILVA, 2010g)

¹⁸⁶ "Fui mais vezes a Porto Príncipe do que a Londres, e estive em São Tomé e Príncipe tanto quanto em Washington." (AMORIM, 2011)

¹⁸⁷ "Não é à toa, aliás, que o Presidente do Banco Mundial, Bob Zoellick, meu amigo e companheiro de algumas negociações importantes, que já foi grande defensor de um livre-cambismo à outrance no tempo da ALCA, agora reconhece que a receita para sair da crise [...] é o mercado interno e o comércio Sul-Sul. Na opinião dele,

Citando principalmente a postura do país em rodadas de negociações internacionais marcadas por clivagens Norte-Sul, os interlocutores alegam que o Brasil teve o "desassombro de enfrentar os poderosos e desafiar os paradigmas estabelecidos"¹⁸⁸, para assim "proteger países africanos" e outros "mais pobres"¹⁸⁹, buscando fazer convergir "as posições dos países em desenvolvimento". Por isso o país estaria "em posição privilegiada para fazer ouvir a voz dos países emergentes".¹⁹⁰

Por fim, as menções a esta temática buscam deslegitimar as críticas contrárias a um relacionamento mais intenso com o Sul Global. Segundo os interlocutores, o paradigma anterior postulava que investir fora do mundo desenvolvido era "desperdício de tempo e de energia", que investir na integração latinoamericana era apenas "juntar a pobreza" do Brasil com a dos vizinhos, e caracterizada por um "'pré-conceito', de que as questões globais só podem ser decididas entre os países ricos"¹⁹¹. Amorim (como Lula nos discursos do episódio haitiano) recorre à imagem da "mente colonizada" para explicar o por quê desse apego ao mundo desenvolvido e menosprezo do Sul Global.

Creio que em muitas outras coisas, a coisa mais difícil é quebrar barreiras mentais. E isso também é verdade em relação à cooperação Sul-Sul. [...] Eu me lembro quando, talvez 20, 25 anos atrás, nós demos os primeiros passos em direção ao MERCOSUL, muitas pessoas no Brasil, incluindo, eu diria, pessoas de distinção diziam: "por que você está perdendo seu tempo com países pobres? Você deveria estar lidando com os EUA ou Europa. O que o Brasil e a Argentina vão fazer juntos?" Quer dizer, você está apenas juntando a pobreza de ambos os países [...] Na verdade, quando nós estávamos criando a UNASUL, muitos críticos no Brasil até me perguntaram: "por que você se preocupa tanto com a América do Sul?" Então, levou, talvez, muito tempo para as pessoas se acostumarem e talvez infelizmente — eu digo infelizmente porque isso ainda mostra que nós ainda temos uma mentalidade colonial muito forte [...] Então, você sabe, isso mostra muito claramente que as maiores barreiras que nós temos de superar são as barreiras mentais. E a mesma coisa aconteceu em relação à África. Então, todo mundo, quando o Presidente Lula começou suas visitas à África, novamente, a mesma questão foi feita, claro que em outro nível, sobre integração sul-americana, ela foi feita novamente: "mas por que o presidente Lula está perdendo seu tempo com a África? Ele deveria ir a Washington DC, ou Bruxelas, ou Paris"¹⁹²

são esses fatores que têm ajudado os países em desenvolvimento a sair da crise. Mais do que isso, recentemente Zoellick disse que os países desenvolvidos devem mirar-se nos exemplos dos BRIC. Mesmo do ângulo de quem via a economia por uma visão mais tradicional, não é preciso ir mais longe para ver que estamos seguramente no caminho certo." (Id., 2010c)

¹⁸⁸ Amorim (2010b)

¹⁸⁹ Lula da Silva (2010g)

¹⁹⁰ Id. (2010d)

¹⁹¹ Amorim (2010b)

¹⁹² No original: "*I think in so many other things, the most difficult thing is to break mental barriers. And this is true, also, in relation to South-South cooperation. [...] I remember when, maybe 20, 25 years ago, we started the first steps towards MERCOSUL, many people in Brazil, including, I'd say, distinguished people would say:*

É também interessante notar que Amorim, fazendo uma digressão histórica, busca apresentar o multilateralismo como um traço centenário da diplomacia brasileira. Assim, a atual reorientação da PEB torna-se compatível com o legado do Itamaraty, apesar de ter como consequência minorar o destaque de parceiros tradicionais, como os EUA, em favor dos novos. Inclusive, a própria relação com os EUA, como argumenta Amorim, seria produto do espírito multipolar da diplomacia brasileira¹⁹³.

É possível rastrear no pensamento de Nabuco raízes de aspectos relevantes da diplomacia brasileira. Junto com o Barão do Rio Branco, o nosso primeiro Embaixador em Washington ajudou a forjar uma forte relação com os Estados Unidos - naquela época ainda uma potência em ascensão. [...] trabalhar junto com os Estados Unidos da virada do século passado equivalia, de certo modo, a buscar fortalecer o que hoje chamaríamos de multipolaridade.¹⁹⁴

5. Credenciais Multiculturais: O tema das Credenciais Multiculturais brasileiras é utilizado para naturalizar a diplomacia Sul-Sul. A matriz étnica diversificada brasileira é representada como constitutiva da civilização brasileira e que a conecta com várias nações mundo afora, de modo que o universalismo seria uma prática natural para o país.

Nossa adesão a esse projeto está em sintonia com os princípios universalistas que regem o Estado brasileiro e sua política externa, mas também reflete o que foi a construção de nossa identidade nacional. Somos multiétnicos, acolhemos distintas religiões e culturas. [...] O Brasil tem uma enorme dívida para com os povos de quase todo o mundo, que ajudaram a construir nossa riqueza material, mas, sobretudo, são responsáveis pela construção de nosso patrimônio cultural.

"why are you losing your time with poor countries? You should be dealing with the United States or with Europe. What will Argentina and Brazil do together?" I mean, you are just joining the poverty of both countries [...] Actually, when we were creating UNASUL, many critics in Brazil even asked me: "why do you worry so much with South America?" [...] So, it took, maybe, a long time for people to get accustomed and maybe unfortunately - I say unfortunately because it still shows that we still have a very strong colonial mindset [...] So, you know, this shows very clearly that the biggest barriers that we have to overcome are the mental barriers. And the same thing happened in relation to Africa. So, everyone, when President Lula started his visits to Africa, again, the same question that was posed, of course on a different level, about South-American integration, it was put again: "but why is president Lula losing his time with Africa? He should go to Washington DC, or Brussels, or Paris" (AMORIM, 2010g)

¹⁹³ Santos (2010) faz um pertinente comentário sobre como tradições, tais como as de Joaquim Nabuco e do Barão de Rio Branco, são ao mesmo tempo incontornáveis e plásticas. Para o autor, as diretrizes imprimidas à PEB pelo Barão se tornaram "uma espécie de evangelho: uma verdade revelada, cuja discussão só se podia dar sobre suas interpretações (às vezes, muito elásticas, é verdade) e não sobre sua essência. O consenso formado na política externa só seria desafiado muitas décadas após a morte de Rio Branco e, mesmo assim, de forma velada. Ainda hoje, a referência ao que seriam as diretrizes do Barão permanece um dos eixos inevitáveis da retórica sobre a política externa do país. A legitimação de muitas escolhas políticas continua a passar pela sacralização que lhe confere uma suposta origem nas ideias e práticas do Rio Branco" (SANTOS, 2010, p.261)

¹⁹⁴ Id. (2010b)

Todos eles, sem exceção, fazem parte do que chamamos de civilização brasileira (LULA DA SILVA, 2010e)

É interessante notar que, embora a matriz étnica seja um componente da sociedade civil, é refletida na capacidade estatal de dialogar com interlocutores diversos de forma harmônica.

O IBAS respondeu aos anseios de concertação entre três grandes democracias multi-étnicas e multiculturais, que têm muito a dizer ao mundo em termos de afirmação da tolerância e de conciliação entre desenvolvimento e democracia. (AMORIM, 2010e)

O Brasil também é um país grande com uma economia grande, uma multidão de culturas [...] Então, o Brasil tem essa característica única que é muito útil nas negociações internacionais: ser capaz de se colocar na posição do outro, o que é essencial se você está procurando uma solução¹⁹⁵

Neste tema, há tantas menções à África quanto ao mundo árabe. A evocação à primeira menciona sua importância, por conta da escravatura, para a formação da identidade brasileira; a menção ao segundo é articulada com a promoção da paz. Cita-se que a "experiência brasileira de abrigar grandes comunidades árabe e judaica em convivência harmoniosa desmente o mito de que o Oriente Médio está condenado aos conflitos e sofrimentos que tem vivido por décadas"¹⁹⁶ e que portanto poderá contribuir com a paz na região.

6. Reforma das Instituições Internacionais: Esta foi a segunda temática mais recorrente neste subgrupo de pronunciamentos, estando majoritariamente concentrada na reforma do CSNU. Lula e Amorim afirmam que este colegiado não poderia continuar "representado pelos interesses geopolíticos da Segunda Guerra Mundial", do "mundo político de 1948" e não levar em conta "todas as mudanças que aconteceram no mundo"¹⁹⁷, fomentando "métodos de trabalho pouco transparentes, que permitem aos membros permanentes discutirem, a portas fechadas e pelo tempo que desejarem, assuntos que

¹⁹⁵ No original: "Brazil is also a big country with a big economy, a multitude of cultures [...] So, Brazil has this unique characteristic which is very useful in international negotiations: to be able to put itself in someone else's shoes, which is essential if you are looking for a solution." (Id. 2010h)

¹⁹⁶ Lula da Silva (2009a)

¹⁹⁷ Id. (2010a)

interessam a toda a Humanidade"¹⁹⁸. Assim, a crítica à configuração atual do CSNU se dirige à sua representatividade, tanto em termos cronológicos (já está obsoleto), de transparência ("a portas fechadas") e democráticos ("o mundo não pode ser dirigido por um clube de autointitulados tomadores de decisão")¹⁹⁹.

Diferentemente do subgrupo anterior, aqui as menções à reforma das instituições internacionais não se limitam ao CSNU. Há algumas citações da temática dos direitos humanos, voltadas principalmente para explicitar a atitude brasileira de promover uma revisão periódica universal que seja imparcial. Essa evocação pode ser compreendida se levarmos em consideração a necessidade do Estado brasileiro, que sempre buscou primar neste tópico, de salvaguardar moralmente sua aproximação com Ahmadinejad. Observamos que isso se deu ao apontar a parcialidade na supervisão dos direitos humanos no sistema internacional atual.

Mas nós não achamos que simplesmente apontar seu dedo para alguém vai melhorar os direitos humanos no solo. Então, você sabe, é uma visão diferente. E nós somos um proponente muito forte, como você sabe, da Revisão Periódica Universal, na qual todo mundo será analisado: Brasil, Sudão, os EUA, Alemanha, todo mundo. O que nós não gostamos é de isolar um país.²⁰⁰

Temos um compromisso inabalável com a promoção dos Direitos Humanos. Favorecemos um tratamento não-seletivo, objetivo e multilateral dos direitos humanos. Um tratamento sem politização ou parcialidade, em que todos – ricos ou pobres, poderosos ou fracos – estejam sujeitos ao mesmo escrutínio.²⁰¹

7. Promoção da Paz: Tanto Lula quanto Amorim são enfáticos em repetir o compromisso do país com um conjunto de valores necessários para a ordem e paz internacional. O Brasil é um dos poucos países que "pode se gabar de ter 10 vizinhos e não ter tido uma guerra nos últimos 140 anos"²⁰², cuja grande qualidade é seu "real e profundo desejo por paz e soluções pacíficas"²⁰³, que "aposta no entendimento que faz calar as armas, investe

¹⁹⁸ Amorim (2010f)

¹⁹⁹ Id. (2010a)

²⁰⁰ No original: *"But we don't think that just pointing your finger at someone will actually improve human rights on the ground. So, you know, it's a different view. And we are a very strong proponent, as you know, of the Universal Periodic Review, in which everyone will be analyzed: Brazil, Sudan, the United States, Germany, everyone. What we don't like is singling out one country."* (AMORIM, 2010h)

²⁰¹ Id. (2010f)

²⁰² Amorim (2010h)

²⁰³ No original: *"So I think that if we Brazilians have any quality [...] this is the one: our real deep desire for peace and for peaceful solutions."* (Id. Ibid.)

na esperança que supera o medo"²⁰⁴, e cuja própria história de miscigenação é um exemplo bem sucedido de tolerância. A convivência pacífica de comunidades árabes e judias em solo nacional, por exemplo, seria legitimadora da contribuição brasileira no Oriente Médio²⁰⁵. Merece destaque a qualificação feita quanto à proliferação nuclear, visto que alvos de críticas em virtude da aproximação com o Irã. Os interlocutores afirmam que Brasil tem "autoridade moral" em se tratando do TNP, por conta de suas iniciativas passadas e compromisso firmado na Constituição; contudo, eles denunciam que os detentores de ogivas deveriam se empenhar pelo desarmamento assim como o Brasil se compromete com a não-proliferação. Desprende-se dessa argumentação uma postura que ao mesmo tempo adere aos valores cobrados pela comunidade internacional, porém aponta para a parcialidade da mesma em implementá-los.

[N]a Conferência de 2000 do TNP [...] o Brasil desempenhou um papel crucial na elaboração de um plano de ação realista e inovador, negociado com os Estados detentores de armamentos nucleares. [...] É vital que não seja negado a nenhum país, o direito de desenvolver energia nuclear com fins pacíficos, incluído o enriquecimento, desde que de acordo com os requisitos da AIEA. O equilíbrio entre o desarmamento e a não-proliferação é particularmente importante. Quarenta anos após a entrada em vigor do Tratado, os Estados não-nucleares - com uma notável exceção - mantiveram sua promessa de não adquirir armas nucleares. Os cinco Estados que detêm armas nucleares, no entanto, ainda estão longe de cumprir sua parte da barganha. [...] Se há crise no TNP, é principalmente em função da falta de desarmamento, muito mais do que da tendência à proliferação. [...] O desarmamento e a não-proliferação reforçam-se um ao outro. Ignorar aquele e enfatizar este - como se minhas armas nucleares fossem aceitáveis, mas as suas ou as deles, não - é uma lógica que o Brasil e muitos outros países não podem aceitar.²⁰⁶

8. Solidariedade/Não-indiferença: Este tópico está presente principalmente no discurso de Amorim, que afirma o "sentido de solidariedade" impulsionou o Brasil a "fazer política externa com humanismo"²⁰⁷. A depender da plateia, esse gesto é apresentado com mais exaltação ou sobriedade ("ações bilaterais despojadas de egoísmo imediatista, [...] reparando injustiças do passado e corrigindo assimetrias do presente"²⁰⁸; "eu não diria 'generosidade' ou 'altruísmo' porque todos dirão que isso é ingênuo e não existe generosidade ou altruísmo em política externa – visão de longo prazo"²⁰⁹).

²⁰⁴ Lula da Silva (2010e)

²⁰⁵ "Aprendemos com nossa própria história que a tolerância e a igualdade de oportunidades são fundamentais para um ambiente de concórdia e de paz." (Id., Ibid.)

²⁰⁶ Amorim (2010a)

²⁰⁷ Id. (2010f)

²⁰⁸ Id. (2010b)

²⁰⁹ Id. (2010c)

Retorna neste subgrupo a preocupação em apresentar a solidariedade como apropriada para um país como o Brasil, apesar de este não ser um Estado rico. A generosidade é apresentada como uma prática viável e desejável também para os países periféricos ("o IBAS tornou-se um modelo em projetos em favor dos países mais pobres, demonstrando, na prática, que a solidariedade não é um apanágio dos ricos"²¹⁰; "Nossa política externa questionou 'aquelha velha opinião' de que é preciso ser rico para ser solidário"²¹¹).

9. Exemplo para o Mundo Desenvolvido: Por diferentes estratégias argumentativas, Lula e Amorim afirmam que o êxito brasileiro, especificamente nos campos econômicos e de governança, serve de exemplo para as potências mundiais, que causaram uma crise financeira internacional e mantêm as instituições internacionais pouco democráticas. O ex-sindicalista o fala com um tom de revanche

que se o mundo desenvolvido tem dúvida do que fazer em função da crise econômica, poderia humildemente - eles, que tanto vieram aqui nos dar lição de moral -, vir aqui humildemente aprender como é que se faz política econômica com seriedade (LULA DA SILVA, 2010f)

O diplomata, por sua vez, recorre ao parecer credenciado dos especialistas: "É a "legitimidade do exemplo". [...] recentemente Zoellick [então presidente do Banco Mundial] disse que os países desenvolvidos devem mirar-se nos exemplos dos BRIC"²¹². Ambos exaltam o modelo econômico brasileiro, que teria superado "aquele mito de que o Estado era um dinossauro"²¹³, pois "na hora em que o mercado quebrou, o Estado [...] resolveu o problema"²¹⁴. Esse paradigma alternativo é louvado tanto por sua justiça social quanto por ser original do Brasil, e não um "modelo preconcebido — ou ditado fora da nossa região"²¹⁵.

²¹⁰ Id. (2010e)

²¹¹ Id. (2010b)

²¹² Amorim (2010c)

²¹³ Lula da Silva (2010g)

²¹⁴ Lula da Silva (2010f)

²¹⁵ "vê-se a importância do papel do Estado na redução da desigualdade econômica e social, chegando aonde o mercado não alcança" (AMORIM, 2010c)

7.3 Discurso da imprensa

A cobertura do Acordo Nuclear nos quatro periódicos selecionados é comparada na Tabela 4 abaixo. Novamente, o OESP foi o diário com o maior número de autores e artigos, e a IstoÉ a com menos. É interessante destacar que para este episódio houve uma proporção maior de textos de opinião. Enquanto no caso haitiano apenas o OESP publicou artigos opinativos, para este acontecimento todos os periódicos redigiram pelo menos um texto com declaração clara de sua opinião.

Tabela 4: Comparação do número de artigos e de autores dos quatro periódicos para a cobertura do Acordo Nuclear

	FT	NYT	IstoÉ	OESP
N. de artigos	13 (11 notícias, 2 de opinião)	9 (6 notícias, 1 editorial, 2 colunas)	3 (1 notícia, 1 reportagem, 1 editorial)	46 (33 notícias, 4 reportagens, 6 de opinião, 3 entrevistas)
N. de autores	8	9	6	12

Fonte: Elaborador pelo autor

7.3.1 Financial Times

O periódico reconhece que na ação brasileira há "esforços diplomáticos crescentes" e que reflete uma política externa de maior autonomia, uma "rota diplomática própria"²¹⁶ diferente da anterior — de onde se poderia concluir que o Brasil não era necessariamente o autor de sua rota diplomática precedente. Sugere-se o comércio como uma motivação da empreitada brasileira e razão para sua oposição às sanções, como nos permite concluir uma matéria publicada que detalha o fluxo de negócios entre Irã e Brasil²¹⁷. Isso é enfatizado quando o repórter relembra que os dois países não têm interesses geopolíticos comuns, nem tensões, o que deixa o livre comércio como justificativa possível. O fato de constar, ao término da matéria, que a possibilidade de sanções pelo CSNU não foi trazida à tona no

²¹⁶ "Brazil asserts role on Iran" (DOMBEY & WHEATLEY, 2010a)

²¹⁷ "Iranian leaders praise Lula for role as mediator" (BOZORGMEHR, 2010a)

encontro empresarial entre os países dá a entender que há uma expectativa de ininterrupção do fluxo de bens entre os dois.

O acordo é visto como possível solução: ele supera "entraves" e imperfeições da versão de outubro e, portanto, tem mais chances de funcionar. Não se ignora a imprevisibilidade do regime iraniano, porém ela é contrastada com as razões pelas quais seria mais estrategicamente vantajoso para o país se comprometer. O protagonismo é partilhado entre os emergentes e uma terminologia similar à do discurso governamental é usada para qualificar sua ação conjunta.

Teerã promete saída do labirinto:

A oferta do Irã de depositar urânio enriquecido na Turquia, negociada por este país e pelo Brasil, pode provar ser uma saída do labirinto de becos sem saída que é o jogo de negociação nuclear com Teerã. [...] o novo plano tem uma chance maior de dar certo [...] Ele superou os entraves da complicada transferência de urânio da versão anterior [...] Mais importante é o papel desempenhado pela Turquia e, em menor grau, pelo Brasil. [...] Ambos estão se posicionando como atores independentes construindo pontes por cima da desconfiança entre o Ocidente e o mundo islâmico (no caso de Ancara) e o mundo em desenvolvimento em geral (no caso de Brasília).²¹⁸

O início do editorial implica que os esforços até agora empregados pelas potências globais têm sido infrutíferos, como ilustra a imagem do "labirinto de becos sem saída". O potencial do acordo, contudo, não é superestimado; as limitações deste não deixam de ser tratadas em artigo posterior, que dá algum crédito as "questões legítimas" e "suspeita justificada" das nações hegemônicas quanto ao programa iraniano²¹⁹.

O avanço da negociação por sanções contra o Irã leva eventualmente a uma redução das expectativas quanto à solução negociada. No editorial "Diplomacia Sul-Sul posta à prova" ("South-South' diplomacy put to the test", GARDNER, 2010) feito no dia seguinte ao anúncio de novas sanções, o tom muda ligeiramente da cautela para a descrença.

O acordo alardeado pelo Brasil e Turquia na segunda como possível solução para a controvérsia sobre as ambições nucleares do Irã pode revelar-se mais

²¹⁸ No original: "Tehran promises exit from labyrinth. Iran's offer to deposit enriched uranium in Turkey, brokered by that country and Brazil, may just prove to be a way out of the labyrinth of dead ends that is the nuclear negotiating game with Tehran. [...] the new plan has a greater chance of sticking [...] it overcomes the snags of the earlier deal's roundabout uranium transfer [...] Most important is the role played by Turkey and to a lesser degree Brazil. [...] Both are positioning themselves as independent players bridging the mistrust between the west and the Muslim world (in Ankara's case) and the developing world generally (in Brasília's). (FINANCIAL TIMES, 2010)

²¹⁹ "Rising powers do not want to play by the West's rules" (STEPHENS, 2010)

uma falsa alvorada diplomática. Mas qualquer que seja seu destino, ele reflete uma nova disposição da parte dos poderes regionais emergentes para tentarem sua vez na chamada diplomacia “Sul-Sul” – e em questões tensas nas quais os diplomatas ocidentais terminaram encalhados. A história sugere que poderes emergentes são geralmente fracassos diplomáticos. O velho movimento não-alinhado [...] pereceu [...] a Associação das Nações do Sudeste Asiático parece tão incapaz – ou indisposta – para fazer algo a respeito de Burma quanto a União Africana sobre o Zimbábue. A Liga Árabe é impotente [...] O Tratado de Tlatelolco [...] foi um raro sucesso²²⁰.

Logo no primeiro parágrafo, vê-se que o "pode provar ser uma saída" do dia anterior converteu-se em "alardeado como possível solução", o que gera sentidos de aumento ou exagero dos méritos do evento. A essa distinção entre promessa anunciada e resultados possíveis, ele contrasta uma cautela mesclada com desapontamento, afirmando que o acordo "pode ser mais uma falsa alvorada diplomática". A alvorada é uma ilustração comum para o início de algo novo. O autor, contudo, usa outro fenômeno: a "falsa alvorada" — luz zodiacal fraca que lembra a do nascer do sol — para gerar um efeito de alarme falso ou promessa não cumprida. O uso do "mais uma" é pertinente uma vez que o repórter compara o recente episódio com uma série de outros similares que não vingaram. Ele traz à tona exemplos históricos (Movimento dos Países Não-Alinhados, ASEAN, União Africana, Liga Árabe) para indicar que empreitadas diplomáticas dos emergentes dificilmente têm sucesso. A apresentação de quatro episódios mal-sucedidos (e um "raro sucesso", o Tratado de Tlatelolco de 1967) serve para justificar sua incerteza quanto ao sucesso da atual, além de ser um cuidado de comparação e contextualização que outros jornais não tiveram tão cedo. Os termos usados para tratar dessas iniciativas passadas são fortes — como "perecer", "indisposta" e "impotência" — e sua proximidade e sequencialidade no texto sugerem ser esse insucesso uma constante. Tal discurso pode ser interpretado como um questionamento da visão do governo brasileiro, que investe a diplomacia Sul-Sul de um grande poder transformativo da ordem mundial.

A competência dos diplomatas ocidentais também é posta em dúvida, como ilustra a cena de encalhamento proposta pelo editorialista. Com o anúncio das sanções, o jornal traz

²²⁰ No original: *"The agreement touted by Brazil and Turkey on Monday as a possible solution to the controversy over Iran's nuclear ambitions may yet turn out to be another diplomatic false dawn. But whatever its fate, it reflects a new willingness on the part of emerging regional powers to chance their arm in so-called "south-south" diplomacy – and on intractable issues where western diplomats have run aground. History suggests emerging powers are often diplomatic failures. The old non-aligned movement [...] perished [...] the Association of South-east Asian Nations appears as little able – or willing – to do anything about Burma as the African Union can about Zimbabwe. The Arab League is impotent [...] The Tlatelolco Treaty [...] was a rare success.* (Id. Ibid.)

para debate a tensão entre os poderes em ascensão e potências estabelecidas, e o desenvolve, valendo-se de imagens que evidenciam o reacionarismo e corporativismo das nações hegemônicas.

Clinton ataca acordo da Turquia e do Brasil com Teerã

Hillary Clinton nesta terça acusou Turquia e Brasil de tudo menos de serem ingénues internacionais, que caíram em uma operação de sabotagem do Irã. As críticas da Sra. Clinton [...] foram um sinal de tensão entre os poderes estabelecidos e em ascensão no palco mundial. Vieram conforme os países com os ornamentos do poder tradicional – mais notadamente o assento permanente no Conselho de Segurança da ONU – aparentaram reafirmar sua autoridade²²¹.

O autor iguala o assento permanente no CSNU a um "ornamento do poder tradicional" (*"the trappings of traditional power"*), produzindo efeitos de tradicionalismo e exclusão com evocações históricas; afinal, ornamentos como símbolos do poder implicam uma superioridade mistificada em descompasso com o que está ocorrendo no resto do globo. O leitor pode ser remetido, por exemplo, a tempos monárquicos em que a autoridade real estava corporificada nos simbolismos do cetro e da coroa, alegorias que legitimavam os conceitos subjacentes àquela ordem política. Semelhantemente, os detentores dos assentos permanentes do CSNU estariam se investindo de uma superioridade simbólica, inscrita no ornamento (o assento) e por consequência alienada da realidade atual das relações internacionais. Essa sugestão é reforçada pela escolha do termo "poder tradicional", que, além de resgatar a ideia de tradicionalismo e defesa reacionária dos interesses de grupo, implica que há outros poderes em atuação no palco mundial. Ele também afirma que o movimento dessas potências para "reafirmar sua autoridade" ocorreu "a despeito do desenvolvimento em Teerã", constatando, de uma só vez, progresso para o movimento turco-brasileiro e reacionarismo infundado para as potências.

É também curioso observar os momentos em que o autor toma a voz dos países ocidentais e simula o que o discurso dele quer expressar de fato, pois isso nos revela qual a imagem que ele tem desses atores. O emprego de um tom de condenação e superioridade — visto talvez somente entre particulares — gera uma impressão de rudez e desrespeito quando

²²¹ No original: "Clinton attacks Turkey-Brazil deal with Tehran. Hillary Clinton on Tuesday all but accused Turkey and Brazil of being international *ingénues*, suckered into a spoiling operation by Iran. Mrs Clinton's criticism [...] was a sign of the tension between established and rising powers on the world stage. It came as those countries with the trappings of traditional power – most notably permanent membership of the United Nations Security Council – appeared to reassert their authority [...] (DOMBEY & WHEATLEY, 2010b)

transladado para a relação entre chefes de Estado. Ao dizer que Hillary acusou Brasil e Turquia de serem "*ingénues*" (termo usado para o papel da donzela sonhadora e inocente em produções teatrais), e que eles "caíram" na estratégia do Irã, o autor sugere que aos olhos americanos esses países estariam despreparados para o protagonismo no tabuleiro global, onde só potências gabaritadas e experientes como os EUA saberiam se haver propriamente. Alguns recursos linguísticos particulares, como afirmar que Hillary acusou "de tudo, menos de" (que é uma forma de se dizer que era exatamente disso que ela os acusava), também demonstram que o autor busca atingir um efeito de verdade ou de precisão usando uma linguagem franca, forte, que evita toda a sofisticação epistolar empregada pelos profissionais da diplomacia para — na concepção generalizada — expressar exatamente o que essas poucas palavras dizem.

A consistência dessa crítica com a de outros artigos mostra que a reprovação que o periódico expressa contra as potências está centrada não só nos poucos sucessos de sua diplomacia, mas principalmente na caducidade de sua geopolítica. Essa acusação não se restringe aos EUA, mas é estendida posteriormente ao restante dos membros permanentes do CSNU, colegiado "petulante", "míope" que "não chegou a lugar algum até agora" com suas atitudes.

Poderes em ascensão não querem jogar segundo as regras do Ocidente

Há duas formas de se ver os esforços da Turquia e do Brasil para resolver a disputa sobre o programa nuclear iraniano. Uma descarta a iniciativa como uma colusão com Teerã para descarrilar uma quarta rodada de sanções da ONU; outra saúda um reconhecimento em Ancara e Brasília que os poderes em ascensão têm parte na manutenção de uma ordem global baseada em regras. Sem surpresa, a resposta padrão no Ocidente tem sido a primeira. [...] EUA, França e Grã-Bretanha revelaram seus planos para as mais novas sanções [...] com óbvia satisfação. [...] detecto uma certa petulância aqui. Turquia e Brasil têm assentos temporários no CS, e é como se fosse uma afronta para os membros permanentes que as duas nações devam supor agir por si mesmas. A questão nuclear iraniana, você quase podia ouvir diplomatas dizendo, é uma disputa a ser resolvida pelos poderes estabelecidos. Se outros quiserem ajudar tudo bem — mas eles devem fazê-lo apoiando o plano do Ocidente ao invés de inventarem suas próprias ideias bizarras. Há várias razões pelas quais isso é míope. Mais obviamente, os cinco permanentes não chegaram a lugar algum até agora. [...] Se Teerã decidiu construir a bomba, um aperto na Guarda Revolucionária não vai mudar sua mente. [...] A ambição dos governos ocidentais é que os poderes em ascensão deveriam partilhar uma parte do fardo de assegurar a prosperidade e segurança internacional. [...] Visto de Ancara e Brasília, ou mesmo de Beijing ou Nova Delhi, há um defeito importante nesse argumento. Eles não estão sendo convidados a moldar uma nova ordem internacional mas ao invés a adotarem as velhas regras (ocidentais). [...] A administração de Barack Obama tem pensado muito

a respeito da nova geometria geopolítica, mesmo quando a Europa permanece aprisionada em sua ansiedade a agarrar-se à velha ordem Euroatlântica²²².

Ao evocar, logo no título, a imagem de regras, como em um jogo ou brincadeira ("jogar segundo as regras do Ocidente"), o autor alude ao caráter arbitrário dessas normas, que seriam particulares e não gerais, estabelecidas pelo restrito grupo detentor do poder para determiná-las. Para o repórter, essas regras não seriam só arbitrárias, mas defasadas; e em duas ocasiões ele vai além e sinaliza quem são os autores dessas regulamentações obsoletas ("as velhas regras (ocidentais)", "velha ordem Euroatlântica"). Quando ele afirma também que não há surpresa que a "resposta padrão" do Ocidente tenha sido de dispensar a iniciativa turco-brasileira como um estratagema iraniano, o autor sugere que os países poderosos se comportarão normalmente em defesa dos interesses de seu bloco hegemônico. Seria por isso que EUA, França e Inglaterra tiveram "óbvia satisfação" em revelar seus novos planos para sanções: seu comportamento não só era previsível ("óbvia") por causa dos interesses de grupo, mas também reconfortante ("satisfação") em que ele reafirmava sua autoridade no planeta. Esse sentimento grupal é reforçado quando o jornalista fala, ao invés do CSNU, dos "cinco permanentes" (*"the permanent five"*): mencionar o nome do colegiado direcionaria atenção para seu papel na ordem internacional, ao passo que falar dos "cinco" põe em destaque não a instituição, mas quais são os países que efetivamente exercem poder nela.

Em um outro nível, pode-se perceber que o autor sugere que, para os "cinco permanentes", mais importante do que determinar *como* resolver as grandes questões securitárias do mundo é determinar *quem* as resolve. Para avançar-se essa impressão de que a

²²² No original: "Rising powers do not want to play by the West's rules. There are two ways of looking at the efforts of Turkey and Brazil to resolve the dispute about Iran's nuclear programme. One dismisses the initiative as collusion with Tehran's attempt to derail a fourth round of United Nations sanctions; another welcomes a recognition in Ankara and Brasilia that rising powers have a stake in sustaining a rules-based global order. Unsurprisingly, the default response in the west has been the former. [...] US, France and Britain have unveiled their plans for the latest sanctions [...] with obvious satisfaction. [...] I detect a certain petulance here. Turkey and Brazil have temporary seats on the Security Council, and it is as if the permanent members are affronted the two nations should presume to strike out on their own. The Iranian nuclear issue, you could almost hear diplomats saying, is an argument that has to be settled by the established powers. If others want to help that is fine – but they should do so by backing the west's plan rather than coming up with crackpot ideas of their own. There are several reasons why this is short-sighted. Most obviously the permanent five have got just about nowhere so far. [...] If Tehran really has decided to build the bomb, a squeeze on the Revolutionary Guard will not change its mind. [...] The off-stated ambition of western governments is that the world's rising powers should bear some of the burden of safeguarding international security and prosperity. [...] Seen from Ankara or Brasilia, or indeed from Beijing or New Delhi, there is an important snag in this argument. They are not being invited to craft a new international order but rather to abide by the old (western) rules. [...] Barack Obama's administration has been thinking hard about the new geopolitical geometry, even as Europe remains trapped in its anxiety to cling on to the old Euro-atlantic order." (STEPHENS, 2010)

questão nuclear iraniana cabe aos poderes estabelecidos, faz-se uso do recurso do não-dito pelo dito ("você quase podia ouvir diplomatas dizendo"). Duas nações de assentos temporários agindo com esse grau de autonomia, "inventando suas próprias ideias bizarras" (*"coming up with their own crackpot ideas"*), constituiriam, assim, uma "afronta".

O autor também minora a eficiência das sanções anunciadas: elas se tornam apenas "um aperto" (*"a squeeze"*) e, portanto, insuficientes para dissuadir Teerã de fazer a bomba se ele "realmente quiser". O autor reserva críticas mais específicas à Europa (Obama é levemente poupadão ao afirmar-se que sua administração tem "pensado muito" sobre as mudanças), que é acusada de discriminação da Turquia — alude-se à antiga candidatura do país à UE — e de estar "aprisionada em sua ansiedade a agarrar-se à velha ordem Euroatlântica". Vê-se aí não apenas a ideia de desespero ("ansiedade a agarrar-se", *"anxiety to cling on to"*) — possivelmente face ao novo e ameaça de decadência — como também de obsolescência atrelada ao Ocidente.

Nisto, o FT se assemelha bastante ao discurso oficial, pois este também vê na sua ação diplomática, enquanto representante do mundo emergente, um caminho de atualização e democratização da ordem internacional. As potências estabelecidas e seus colegiados, como o CSNU, por sua vez, estariam em processo avançado de obsolescência pois não incorporaram os novos fatos geopolíticos, sendo uma delas a ascensão de novos atores relevantes e capazes de mediar situações de crise.

7.3.2 New York Times

O NYT contabiliza nove artigos para o período: seis notícias, um editorial e duas colunas (*Op-Ed Column*), produzidos por nove autores, sendo os mais profícuos os baseados em São Paulo e em Washington. Seu discurso é consistentemente desfavorável à iniciativa turco-brasileira. O acordo não é visto como um plano bem calculado pelos dois países, mas antes como um improviso iraniano, uma tentativa de "última hora" (*"last-ditch"*²²³; *"11th-hour agreement"*²²⁴), um "esforço frenético" (*"frantic effort"*²²⁵) para adiar ou evitar as sanções, possivelmente para dar à República Islâmica o tempo que lhe falta para construir sua

²²³ "Brazil's Iran Diplomacy Worries U.S. Officials" (BARRIONUEVO & THOMPSON, 2010)

²²⁴ "Iran, the Deal and the Council" (NEW YORK TIMES, 2010)

²²⁵ "Major powers have deal on sanctions for Iran" (SANGER & LANDLER, 2010)

arma nuclear²²⁶. Enfatiza-se o ceticismo da comunidade internacional, mais especificamente dos EUA e de seus aliados, sobre o sucesso da empreitada. O próprio jornal ecoa essa interpretação de forma clara quando afirma, em uma notícia, que "há razões para ser cético" em se tratando de um ator imprevisível como o Irã²²⁷ e se posiciona, em um editorial, contrário ao acordo tripartite e a favor de sanções²²⁸.

A temática da Autonomia é central para o NYT. Nela, o periódico aborda o intento do MRE de reverter as relações entre Norte e Sul, as relações bilaterais entre Brasil e EUA e a habilidade diplomática brasileira. Um dos quesitos resgatado mais vezes pelo jornal é o que a viagem de Lula a Teerã custará em termos das relações entre Brasília e Washington. Enfatiza-se que a administração Obama reprova o gesto brasileiro, como o título do artigo deixa claro

Diplomacia do Brasil com o Irã preocupa oficiais dos EUA:

O Sr. da Silva vê as conversas com o Irã como um meio de resistir à dominância americana e avançar a emergência do Brasil como um grande ator no cenário internacional. Nesse novo papel [...] o enormemente popular Sr. da Silva desafiou os EUA em tudo de comércio e clima até o golpe no ano passado em Honduras até o duradouro embargo de Washington contra Cuba. Mas a disputa sobre o Irã gerou uma quantidade incomum de fricção [...] Pondo de lado as diferenças sobre o Irã, os oficiais americanos e brasileiros disseram que a disputa não impediu os dois governos de alcançarem novos acordos em outras áreas.²²⁹

O excerto demonstra que a assertividade brasileira é definida como uma contestação frontal à Washington. Afirma-se que Lula "desafiou os EUA em tudo desde o comércio à mudança climática" e se listam outros pontos de divergência. Pode-se notar que, embora o jornalista sinalize que as divergências sob Lula se tornaram uma constante, ele próprio acrescenta que o caso iraniano foi excepcional por ter gerado "uma quantidade incomum de fricção". Não obstante, mais adiante no artigo ele faz a ressalva que isto não impede, segundo oficiais de ambos os países, que haja acordos futuros em outras áreas. A tendência

²²⁶ "Secretary of State Hillary Rodham Clinton has warned that Mr. Ahmadinejad might use his talks with Brazil to stall for time in order to move Iran closer to developing a nuclear weapon. " (BARRIONUEVO & THOMPSON, op. cit.)

²²⁷ "U.S. Is Skeptical on Iranian Deal for Nuclear Fuel" (SANGER & SLACKMAN, 2010)

²²⁸ New York Times, op. cit.

²²⁹ No original: "Brazil's Iran Diplomacy Worries U.S. Officials. Mr. da Silva sees the Iran talks as a way to stand against American dominance and advance Brazil's emergence as a major player on the international stage. In that new role [...] the enormously popular Mr. da Silva has challenged the United States on everything from trade and climate change to last year's coup in Honduras to Washington's longstanding embargo against Cuba. But the dispute over Iran has generated an unusual amount of friction [...] The differences over Iran aside, American and Brazilian officials said the dispute had not stopped their two governments from reaching new agreements in other areas" (Id. Ibid.)

predominante, porém, continua sendo apontar os danos bilaterais que podem advir da nova postura. Citam-se críticos internos para os quais a nova PEB corre o risco de "alienar os EUA". Se nesta matéria a diplomacia brasileira somente "preocupou" os oficiais norte-americanos, alguns dias depois eles "ficaram claramente irritados" com os líderes brasileiro e turco²³⁰.

Embora o discurso do jornal retrate em algumas ocasiões o gesto brasileiro como uma tentativa de asseverar um papel propositivo na comunidade internacional, há diversas passagens em que as motivações brasileiras são interpretadas negativamente. Em "A diplomacia do Brasil com o Irã preocupa oficiais dos EUA" ("Brazil's Iran Diplomacy Worries U.S. Officials"²³¹), cita-se um *policy research group* em Washington para quem essa maior assertividade da PEB é fruto apenas da autoconfiança do Lula e portanto, deduz-se, não adviria das capacidades reais do país. Com um vocabulário desdenhoso, o especialista entrevistado afirma que o presidente se crê um "mago que pode fazer milagres"²³². Diz-se resumidamente que o Brasil está "ansioso em mostrar os músculos na cena internacional"²³³. O editorial "Mais feio impossível" ("As ugly as it gets"²³⁴) é mais contundente e classifica o gesto brasileiro como exibicionismo inconsequente. O vocabulário sugere que sua única motivação da Turquia e Brasil foi "implicar com os EUA" e mostrar que "eles, também, podem jogar na mesa dos grandes poderes"²³⁵.

Ainda na temática da Autonomia, o jornal investe na ideia de despreparo da diplomacia presidencial. Isso se dá inicialmente pela afirmação que o acordo, antes de ser uma demonstração da habilidade brasileira, foi mais um truque no qual o Irã enganou o crédulo país. Brasil e Turquia, "como praticamente todo mundo mais, foram manipulados por Teerã"²³⁶. Na matéria "Acordo com o Irã visto como mancha no legado do líder brasileiro" ("

²³⁰"White House officials were clearly angered at the leaders of Turkey and Brazil, whom Mr. Obama had met personally in Washington during last month's Nuclear Security Summit to urge them to be careful not to give the Iranians a pretext to avoid complying with United Nations demands." (SANGER & SLACKMAN, op. cit.)

²³¹Barriomuevo & Thompson, op. cit.

²³² "There is a sense in Washington that a lot of this is a product of the tremendous confidence that Lula has in himself, that he believes he is a wizard that can perform miracles and accomplish what others have tried and failed to do," said Michael Shifter, the president of the Inter-American Dialogue, a policy research group in Washington." (Id. Ibid.)

²³³ "Major Powers Have Deal on Sanctions for Iran" (SANGER & LANDLER, op. cit.)

²³⁴ Friedman (2010)

²³⁵ "Is there anything uglier than watching democrats sell out other democrats to a Holocaust-denying, vote-stealing Iranian thug just to tweak the U.S. and show that they, too, can play at the big power table? No, that's about as ugly as it gets." (Id. Ibid.)

²³⁶ "Brazil and Turkey — both currently hold seats on the Security Council — are eager to play larger international roles. And they are eager to avoid a conflict with Iran. We respect those desires. But like pretty much everyone else, they got played by Tehran." (NEW YORK TIMES, op. cit.)

"Iran Deal Seen as Spot on Brazilian Leader's Legacy" BARRIONUEVO, 2010), o jornal se concentra na figura do Lula e analisa extensivamente por que o gesto pode ser interpretado como uma prova do despreparo diplomático do país e que causará grandes danos à imagem do presidente. Ele corrobora assim os discursos contrários que veem uma depreciação do serviço diplomático brasileiro sob Lula (cf. OESP).

O que poderia ter sido um dos maiores feitos do Sr. da Silva como presidente de um país ascendendo no cenário global estava sendo caracterizado como um tropeço que poderia arranhar o legado do presidente popular. [...] A interpretação mais caridosa foi que nós fomos ingênuos", disse Amaury de Souza, um analista política no Rio de Janeiro. Mas "em um jogo como este, ser rotulado ingênuo só mostra que você tem uma diplomacia de terceira classe. [...] Oficiais brasileiros afirmaram ter sido pegos de surpresa por essa afirmação [que as autoridades iranianas continuariam enriquecendo urânio], desconsiderando-a como um aceno para os constituintes domésticos do Irã.²³⁷

O autor contrasta as grandes expectativas que Lula tinha sobre os benefícios desta empreitada com os riscos que podem vir dela. A voz de um especialista é convocada, afirmindo que na "interpretação mais caridosa" o país foi "ingênuo" em achar que poderia resolver a questão iraniana. Porém, como ele detalha, a ingenuidade equivale a uma "diplomacia de terceira classe". A reação surpresa dos oficiais brasileiros à declaração iraniana, que o enriquecimento de urânio continuaria a despeito do acordo, desempenha a função de comprovar o despreparo dos MRE. Contudo, o jornal também indica, valendo-se de outro especialista, que há reações domésticas amplamente favoráveis à nova PEB "apesar das preocupações" com seus efeitos ruins²³⁸. O artigo se encerra com o mesmo especialista depondo que o legado de Lula não será danificado, mas o mesmo não pode ser dito das relações entre Brasil e EUA²³⁹.

O jornal não devota muita atenção à temática das Relações Sul-Sul/Universalismo, pois, além do comércio, não explora os vínculos entre Brasil e países do Oriente Médio. Ele

²³⁷ No original: "What could have been one of Mr. da Silva's crowning achievements as president of a country ascending on the global stage was being characterized as a misstep that could dent the legacy of the popular president. [...] The most charitable interpretation is that we were naïve," said Amaury de Souza, a political analyst in Rio de Janeiro. But "in a game like this, being labeled naïve just shows you have a third-rate diplomacy. [...] Brazilian officials claimed to be caught flat-footed by that statement, dismissing it as pandering to Iran's domestic constituency." (Id. Ibid.)

²³⁸ "President Lula ignored the critics and decided Brazil had as much right and legitimate interests to engage in this issue as the U.S. and other major players," said Paulo Sotero, director of the Brazil Institute at the Woodrow Wilson Center. [...] many Brazilians seem proud to see Mr. da Silva mixing with world leaders." (Id. Ibid.)

²³⁹ "Mr. Sotero said Mr. da Silva's legacy is most likely assured. But as for ties between Brazil and the United States, 'We won't know the extent of the damage to the bilateral relationship for a while!'" (Id. Ibid.)

tangencia o tema principalmente pelo ângulo do lugar do mundo emergente face ao Ocidente. A coluna "A América move a trave do gol" ("America Moves the Goalposts", COHEN, 2010) destoa do restante do discurso do jornal pois não vê as sanções contra o Irã como a solução. Na visão do autor, Brasil e Turquia agiram corretamente e a administração Obama não. O autor interpreta que os dois países "representam o emergente mundo pós-Ocidental" e deverão continuar ascendendo, de modo que a reação norte-americana deveria ser mais respeitosa. A capacidade do Ocidente, de modo geral, também é relativizada pelo colunista.

Brasil e Turquia representam o mundo emergente pós-ocidental. Ele vai continuar a emergir; a Secretária de Estado Hillary Clinton deveria então ser menos rápida no gatilho para matar com elogios fracos os "esforços sinceros" de Brasília e Ancara. A habilidade do Ocidente de impor soluções a questões globais como o programa nuclear do Irã se desgastou. [...] A primeira década do século 21 delineou os limites do poder dos EUA; ainda é grande, mas não é mais determinante.²⁴⁰

Fora este editorial, porém, o discurso predominante do jornal contesta a visão governamental. No tocante à Reforma da Instituições Internacionais, ao invés de interpretar positivamente o acordo com Teerã, que se bem sucedido poderá aumentar as chances do Brasil entrar no CSNU, o NYT alerta para a alta possibilidade que a tentativa falhe e que o Brasil pareça "amador", o que "naufragaria" sua campanha.²⁴¹ Mais significativamente, o discurso do periódico opõe-se ao oficial por não sugerir em nenhum momento que o CSNU necessite de reformas. Pelo contrário, ao posicionar-se como contrário ao acordo e ver as sanções do CSNU como única solução, o jornal reforça o *status quo* da instituição e de seus atuais membros permanentes. A verdadeira solução não virá dos emergentes mas dos "grandes poderes". Os emergentes, ao invés, devem se unir aos grandes.

Nós também estamos certos de que não há chance que refrear as ambições nucleares do Irã sem contínua pressão unificada pelos grandes poderes. [...]

²⁴⁰ No original: "Brazil and Turkey represent the emergent post-Western world. It will continue to emerge; Secretary of State Hillary Clinton should therefore be less trigger-happy in killing with faint praise the "sincere efforts" of Brasilia and Ankara. The West's ability to impose solutions to global issues like Iran's nuclear program has unraveled. America, engaged in two inconclusive wars in Muslim countries, cannot afford a third. The first decade of the 21st century has delineated the limits of U.S. power: It is great but no longer determinative." (Id. Ibid.)

²⁴¹ "Brazilian officials worried that failing to achieve progress in this weekend's talks could cast Mr. da Silva as an amateur and scuttle his country's pursuit of a permanent seat on the Security Council." (BARRIONUEVO & THOMPSON, op. cit.)

Brasil e Turquia deveriam unir-se aos outros grandes atores e votar a favor da resolução do Conselho de Segurança.²⁴²

A oposição mais marcada no NYT ao discurso governamental nesta temática se dá nos tópicos dos direitos humanos e da democracia. Lula e Amorim acusam a comunidade internacional de tratar os direitos humanos de forma parcial, e, quanto à democracia, afirmam que a ordem internacional liberal contemporânea e suas instituições chave (notadamente o CSNU) só serão mais democráticas se aumentarem a participação dos emergentes. O NYT reverte esse quadro e vê na aproximação com Ahmadinejad a prova que o Brasil não se importa nem com direitos humanos nem com democracia.

Na matéria "Acordo com o Irã visto como mancha no legado do líder brasileiro"²⁴³, o jornalista analisa a ideia de que a viagem à Teerã poderá, como diz o título, macular o legado de Lula. Ele cita fontes domésticas que foram contrárias à aproximação com Ahmadinejad, por exemplo, o colunista Clóvi Rossi. Este declarou, quando o presidente deu uma camisa da seleção para Ahmadinejad que "o uniforme estava 'coberto com o sangue' dos dissidentes iranianos mortos pelo governo islâmico"²⁴⁴. No editorial "Mais feio impossível"²⁴⁵, o autor condena moralmente o gesto, ancorado nos temas dos direitos humanos e da democracia. Ele se pergunta, retoricamente, se "há algo mais feio" que líderes de países democráticos apoiem e deem as mãos a um "bruto", "que nega o Holocausto" e "rouba votos". Sua resposta: "não, mais feio que isso impossível."

Há algo mais feio que assistir a democratas vendendo outros democratas para um bruto iraniano que rouba votos e nega o Holocausto apenas para implicar com os EUA e mostrar que eles, também, pode jogar na mesa dos grandes poderes? Não, mais feio que isso impossível.²⁴⁶

²⁴² No original: "We also are sure that there is no chance of reining in Iran's nuclear ambitions without sustained unified pressure by the major powers. [...] Brazil and Turkey should join the other major players and vote for the Security Council resolution." (THE NEW YORK TIMES, op. cit.)

²⁴³ Barrionuevo (op. cit.)

²⁴⁴ "Brazil's attempts to win over the Iranians have not always played well at home. After Brazil's minister of commerce jovially offered the yellow jersey of Brazil's national soccer team to President Mahmoud Ahmadinejad in Tehran last month, Clóvis Rossi, a respected columnist, wrote that the Brazilian jersey was "covered in blood" from Iranian dissidents killed by the Islamic government." (Id. Ibid.)

²⁴⁵ Friedman (op. cit.)

²⁴⁶ No original: "Is there anything uglier than watching democrats sell out other democrats to a Holocaust-denying, vote-stealing Iranian thug just to tweak the U.S. and show that they, too, can play at the big power table? No, that's about as ugly as it gets." (Id. Ibid.)

O jornal também critica o silêncio de Lula sobre direitos humanos em sua visita a um regime que há poucos dias assassinara dissidentes políticos. Enquanto no discurso oficial um dos contrastes mais recorrentes é entre o pacifismo brasileiro e o militarismo norte-americano, aqui o autor cita um especialista que vê na aproximação com Irã um gesto de ascensão política do Brasil, mas que mostra como ele também será transformarão naquilo que condena. O preço do potentado seria a conivência cínica com países violadores dos direitos humanos.

"[...] Por anos, países em desenvolvimento e não-alinhados culparam a América por cinicamente perseguir seus próprios interesses sem consideração pelos direitos humanos", observou Karim Sadjadpour do Carnegie Endowment. "Como Turquia e Brasil aspiram atuar no cenário global, eles vão encarar as mesmas críticas que eles distribuíram. A visita de Lula e Erdogan ao Irã foi apenas dias após o Irã ter executado cinco prisioneiros políticos que foram torturados até confessarem. Eles abraçaram abertamente Ahmadinejad como seu irmão, mas não mencionaram uma palavra sobre direitos humanos.²⁴⁷

Além dos direitos humanos, o autor investe na questão da democracia. Atendo-se ao Brasil, ele afirma que sua identidade como nação emergente tem na democracia um componente vital. Mas, se internamente Lula não fez nada contra ela, externamente ele teria sido contrário às premissas dessa identidade. O autor apresenta uma lista dos líderes antidemocráticos apoiados por ele — um comportamento "vergonhoso" na sua avaliação. Cita-se um especialista venezuelano que corrobora este diagnóstico. Mesmo o passado de Lula como líder sindical (um dos elementos mais centrais na identidade do presidente) teria sido traído com o gesto iraniano. Como o excerto abaixo demonstra, este também é um ponto de atrito com o discurso oficial no tema das Relações Regionais.

Turquia e Brasil são ambos democracias nascentes que superaram suas próprias histórias de governo militar. Que seus líderes abracem e fortaleçam um presidente iraniano que usa seu exército e polícia para esmagar e matar democratas iranianos — pessoas buscando a mesma liberdade de expressão e escolha política que turcos e brasileiros hoje aproveitam — é vergonhoso.

"Lula é um gigante político, mas moralmente ele tem sido um desapontamento", disse Moisés Naím, editor chefe da revista *Foreign Policy* e antigo ministro do comércio na Venezuela.

²⁴⁷ No original: "For years, nonaligned and developing countries have faulted America for cynically pursuing its own interests without regard for human rights," observed Karim Sadjadpour of the Carnegie Endowment. "As Turkey and Brazil aspire to play on the global stage, they're going to face the same criticisms they once doled out. Lula and Erdogan's visit to Iran came just days after Iran executed five political prisoners who were tortured into confessions. They warmly embraced Ahmadinejad as their brother, but didn't mention a word about human rights." (Id. Ibid.)

Lula, notou Náim, "apoiou a frustração da democracia em toda a América Latina". Ele regularmente louva o homem forte da Venezuela Hugo Chávez e Fidel Castro, o ditador cubano — e agora Ahmadinejad — enquanto denunciando a Colômbia, uma das grandes histórias de sucesso democrático, porque ele deixa os EUA usar os campos aéreos colombianos para combater narcotraficantes. "Lula tem sido ótimo para o Brasil mas terrível para seus vizinhos democráticos", disse Náim. Lula, que chegou à proeminência como um líder trabalhista progressista no Brasil, deu as costas aos trabalhadores violentamente reprimidos do Irã.²⁴⁸

Ainda enfatizando a questão da democracia, ele condena completamente o acordo nuclear, não somente por permitir continuidade ao programa iraniano, mas, em sua interpretação, por "legitimar" um governante que reprime violentamente sua população. O autor termina a coluna com um curioso maniqueísmo entre "anjos" e aqueles que irão "responder ao povo iraniano", colocando o Brasil no banco dos réus.

Então o que esse acordo realmente faz é o que o Irã queria que ele fizesse: enfraquecer a coalizão global para pressionar o Irã a abrir seus estabelecimentos nucleares para os inspetores da ONU, e, como um bônus especial, legitimar Ahmadinejad no aniversário de ele ter esmagado o movimento democrático iraniano que demandava uma recontagem das maculadas eleições do Irã de junho de 2009. [...] Quem estiver trabalhando para atrasar isto [a construção da bomba no Irã] e para apoiar verdadeira democracia no Irã está do lado dos anjos. Quem estiver favorecendo este regime tirânico e dando cobertura para a sua travessura nuclear terá um dia de responder ao povo iraniano.²⁴⁹

A temática da Promoção da Paz é o campo de maior divergência entre o NYT e o discurso governamental. Este apresenta o desejo pelo paz como a qualidade definidora da PEB, e aponta as relações regionais pacíficas há mais de 100 anos como prova concreta disto.

²⁴⁸ No original: "Turkey and Brazil are both nascent democracies that have overcome their own histories of military rule. For their leaders to embrace and strengthen an Iranian president who uses his army and police to crush and kill Iranian democrats — people seeking the same freedom of speech and political choice that Turks and Brazilians now enjoy — is shameful. "Lula is a political giant, but morally he has been a deep disappointment," said Moisés Naim, editor in chief of *Foreign Policy* magazine and a former trade minister in Venezuela. Lula, Naim noted, "has supported the thwarting of democracy across Latin America." He regularly praises Venezuela's strongman Hugo Chávez and Fidel Castro, the Cuban dictator — and now Ahmadinejad — while denouncing Colombia, one of the great democratic success stories, because it let U.S. planes use Colombian airfields to fight narco-traffickers. "Lula has been great for Brazil but terrible for his democratic neighbors," said Naim. Lula, who rose to prominence as a progressive labor leader in Brazil, has turned his back on the violently repressed labor leaders of Iran." (Id. Ibid.)

²⁴⁹ No original: "So what this deal really does is what Iran wanted it to do: weaken the global coalition to pressure Iran to open its nuclear facilities to U.N. inspectors, and, as a special bonus, legitimize Ahmadinejad on the anniversary of his crushing the Iranian democracy movement that was demanding a recount of Iran's tainted June 2009 elections. [...] Anyone working to delay that and to foster real democracy in Iran is on the side of the angels. Anyone who enables this tyrannical regime and gives cover for its nuclear mischief will one day have to answer to the Iranian people." (Id. Ibid.)

Já o NYT entende que a aproximação entre Lula e Ahmadinejad desestrói todo o *ethos* de pacifismo pretendido. A respeito da motivação do acordo, o jornal não vê nele o puro desejo de conciliação, mas elenca outros motivos (não declarados explicitamente) pelos quais Brasília se envolveria. Por exemplo, o jornal cita o ministro Celso Amorim, que afirma que a mediação brasileira é uma tentativa de evitar um novo Iraque (remetendo portanto a ideia já analisada de opor-se ao militarismo dos EUA), mas o desmente ao avaliar que, na opinião dos especialistas, esse "esforço dificilmente é desinteressado" e por trás dele estaria o desejo de "opor-se à dominação norte-americana e impulsionar a emergência do Brasil como um ator principal no cenário internacional"²⁵⁰. O jornal também fala que Brasília e Ancara agem por "seus próprios interesses econômicos" embora não desenvolva nos próximos parágrafos essa tese.²⁵¹

Também nesta temática, o jornal fala sobre o programa nuclear brasileiro. O discurso oficial afirma que o Brasil tem autoridade moral em matéria de desarmamento e não-proliferação. O jornal, por sua vez, iguala o Brasil ao Irã, apontando que uma das motivações brasileiras para o acordo foi uma identificação entre ambos. Um especialista afirma que "a não-proliferação nuclear foi uma questão particularmente delicada para o Brasil", que também sofreu "oposição americana" e estabeleceu "um esforço secreto" de enriquecimento. A matéria cita que o Brasil tardou a assinar o TNP, tendo hoje uma constituição que proíbe o uso de tecnologia nuclear para fins militares; mas, devido às pressões que sofreu da comunidade internacional, "quando o Brasil olha para o Irã ele não vê só o Irã, ele vê o Brasil também"²⁵².

Também se exploram receios domésticos sobre o destino do programa nuclear brasileiro após o acordo com o Irã. Uma das consequências negativas do gesto seria "incitar maior escrutínio" sobre o programa brasileiro. O jornalista cita o alto escalão da diplomacia brasileira (Felipe Lampreia), que critica o gesto em termos que denotam despreparo e incompetência

Mesmo antes do Sr. da Silva visitar Teerã, um antigo ministro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia, disse que os esforços diplomáticos com o Irã poderiam "causar perdas política e materiais incalculáveis" e despertar suspeita sobre o programa nuclear do próprio Brasil.

"É como a pessoa que atravessa a rua de propósito para pisar em uma casca de banana na outra calçada", o Sr. Lampreia escreveu no jornal O Globo.

²⁵⁰ Barrionuevo & Thompson (op. cit.)

²⁵¹ Sanger & Slackman (op. cit.)

²⁵² Barrionuevo & Thompson (op. cit.)

Não ajudou que depois de assinar em Teerã, o vice presidente do Brasil, José Alencar, reafirmou uma posição que ele defendera antes: que o Brasil deveria ter o direito de desenvolver uma arma nuclear como um "instrumento de dissuasão".²⁵³

7.3.3 IstoÉ

De todas as temáticas, a da Autonomia é a mais valorizada pela IstoÉ. Seu discurso é praticamente idêntico ao oficial, sendo às vezes até mais entusiástico que ele na defesa do governo. O protagonismo do acordo trilateral é atribuído quase exclusivamente ao Brasil (a co-autora Turquia é tida por descrente²⁵⁴, o que aumenta o prodígio do feito), que, por sua vez, confunde-se com a pessoa do ex-presidente, numa personalização da política externa.

A jogada global de Lula:

[..] Obama viu o presidente brasileiro aparecer realmente como o cara, no xadrez das negociações internacionais até então reservadas às grandes potências. Lula era a voz dos emergentes, fazendo-se ouvir na questão mais aguda do momento para a paz mundial. O Brasil não pediu licença para entrar no jogo que está tirando o sono dos poderosos. [...] Lula fez a sua mais ousada jogada internacional (VILLAMÉA, 2010)

A atuação de Lula é representada em termos que remetem à habilidade e inteligência ("xadrez das negociações internacionais", "jogada internacional"). O jornal contrasta as grandes potências e as nações emergentes, prevendo que há um espaço tradicionalmente reservado para cada uma (existem "negociações internacionais até então reservadas às grandes potências" e um "jogo [...] dos poderosos"). Diante desta segregação, há uma valoração positiva da "ousadia" brasileira em ir mais longe, acompanhada da ideia que o problema tratado inquietava "os poderoso" e escapava de seu controle.

O posicionamento atual do país é também espaço para tecerem-se críticas à política externa sob FHC nos mesmos termos que no discurso oficial. A voz de especialistas é mobilizada para condenar o perfil da última administração, que é igualada a uma "postura

²⁵³ No original: "Even before Mr. da Silva's visit to Tehran, a former foreign minister, Luiz Felipe Lampreia, said the efforts at diplomacy with Iran could "cause incalculable material and political losses" and raise suspicions about Brazil's own nuclear program. 'It is like the person who crosses the street on purpose to step on a banana peel on the opposite sidewalk' Mr. Lampreia wrote in the newspaper O Globo. It did not help that after the signing in Tehran, Brazil's vice president, José Alencar, restated a position he has taken before: that Brazil should have the right to develop a nuclear weapon as an 'instrument of dissuasion.' " (BARRIONUEVO, op. cit.)

²⁵⁴ "Nem mesmo o primeiro-ministro da Turquia [...] acreditava em um desenlace positivo" (VILLAMÉA, 2010)

subserviente", cujo "apogeu" se deu em um episódio considerado constrangedor, em que o ex-ministro das relações exteriores "sujou-se" a um tratamento indigno de um diplomata em um aeroporto nos EUA.

Segundo o historiador Luiz Alberto Moniz Bandeira, autor do livro *As Relações Perigosas: Brasil-Estados Unidos (de Collor a Lula, 1990-2004)*, a política externa regrediu ainda mais nos oito anos de FHC. O apogeu dessa postura subserviente se revelou de modo contundente, segundo Moniz Bandeira, num aeroporto dos EUA. Em 31 de janeiro de 2002, Celso Lafer, ministro das Relações Exteriores do Brasil, sujou-se a tirar os sapatos e ficar descalço, a fim de ser revistado por seguranças do aeroporto, ao desembarcar em Miami, lembrou o historiador²⁵⁵

No âmbito da vida política doméstica do Brasil, a revista aponta o governo FHC como ícone desta identidade internacional servil. Já externamente, os referenciais dessa postura subserviente se baseiam em instituições internacionais e na distribuição de poder internacional, apontando a tradicional posição dos países subdesenvolvidos.

A jogada global de Lula

esse protagonismo era tradicionalmente coisa para outra gente. O cara, em temas-chave do Conselho de Segurança da ONU, sempre foi o homem que, no momento, ocupava a cadeira presidencial dos EUA.²⁵⁶

Irã-Contras, parte 2

A comunidade internacional e a mídia, acostumadas a encarar os EUA como árbitro tradicional das pendengas na região, reagiram raivosas. Como emergentes, que até então pediam dinheiro no FMI e rastejavam comando para solucionar seus próprios conflitos, habilitavam-se a protagonizar uma solução desse tamanho? Quanta pretensão! O cara que acaba de ser incluído na lista dos mais influentes da revista Time parecia, aos olhos desses observadores, querer tirar a liderança daquele que é visto como o comandante do mundo livre. Assessores de Obama registraram que ele não podia permitir tal coisa (MARQUES, 2010)

É interessante notar que em ambos os textos — embora redigidos por autores distintos — há um recurso estilístico comum, que é bastante revelador sobre a visão de mundo do periódico e o papel da alteridade e autoimagem em seu discurso. A redação busca imitar o espanto dos observadores do fenômeno inesperado, o redator se imagina no meio desses

²⁵⁵ Id. Ibid.

²⁵⁶ Id. Ibid.

espectadores perplexos e revoltados com a nova situação e como ela diverge dos moldes tradicionais da governança global. As alusões a essa espécie de *ancien régime* estão presentes nos marcadores textuais que indicam hábito ou tradição ("tradicionalmente", "sempre foi", "acostumadas", "árbitro tradicional"). Nota-se que a imagem construída pelo editorialista — ocupando essa posição deslocada de observador atônito — de países como o (seu) Brasil é particularmente indigna e vergonhosa ("pediam dinheiro", "rastejavam"). Os espectadores, em adição, aparentam ser particularmente virulentos ("reagiram raivosas", "Quanta pretensão!"). Ambos os artigos ilustram a liderança global como cabendo a um país/governante só ("cadeira presidencial dos EUA", "comandante do mundo livre"), e este estaria sendo desafiado por esse ato singular do "cara" — uma apropriação irônica da alcunha dada por Obama a Lula, extensamente reaproveitada pela IstoÉ na cobertura do episódio.

Como estes trechos ilustram, a afirmação da nova identidade brasileira provocou reações adversas da comunidade internacional, mais especificamente das potências estabelecidas. A razão para tal não é atribuído a temor securitário palpável — ou mesmo às engrenagens da política interna norte-americana —, mas a um sentimento reacionário e excludente; à "inveja" com a "desenvoltura" nacional, como é resumido. A revista antecipa que um desgaste é inevitável e o valoriza positivamente em termos de autoestima. O novo prestígio sobrepuja os danos, a despeito do Acordo Nuclear ter êxito ou não.

A jogada global de Lula

A atuação do brasileiro e de seu colega turco o primeiro-ministro Recep Erdogan provocou ceticismo e uma ponta de inveja no Ocidente. Afinal, esse protagonismo era tradicionalmente coisa para outra gente. O cara, em temas-chave do Conselho de Segurança da ONU, sempre foi o homem que, no momento, ocupava a cadeira presidencial dos EUA. [...] incomodou a desenvoltura de Lula e a ameaça de uma guinada na relação de forças entre as novas potências mundiais²⁵⁷

Irã-Contras, parte 2

[...] o Brasil, sob o comando de Lula, deixou de lado a política de discrição diplomática e de alinhamento automático com os EUA para interpretar um papel de destaque no cenário externo, sublinhando uma inédita ascensão no tabuleiro das forças globais. Ao projetar o novo status brasileiro, Lula pode até ter contrariado os parceiros americanos, mas sacramenta a capacidade do País de agente influente entre as novas potências e o credita à tão esperada cadeira no Conselho de Segurança da ONU.²⁵⁸

²⁵⁷ Villaméa, op. cit.

²⁵⁸ Marques, op. cit.

E Hillary sentiu o golpe

[...] o acordo de Teerã passou a ser visto como um primeiro passo para desatar o explosivo impasse. [...] Seja qual for o rumo da crise iraniana, o fato é que o protagonismo brasileiro representa uma mudança na geopolítica internacional (GUEDES, 2010)

O discurso da IstoÉ sobre a temática das Relações Sul-Sul/Universalismo é praticamente igual ao oficial. Lula e Amorim elencam os blocos e coalizões alternativos, dos quais o Brasil seria um porta voz, insistindo que as novas relações não se davam necessariamente às expensas das tradicionais. A revista chama Lula de "a voz dos emergentes"²⁵⁹ e publica uma matéria com uma cronologia de diferentes ações da diplomacia do presidente que mostram sua atenção tanto ao Sul Global quanto aos países desenvolvidos. O acordo é colocado em perspectiva cronológica junto a outros marcos da política externa de Lula em uma linha do tempo, reforçando uma noção de trajetória, i.e., um planejamento e não um improviso. O intento fica claro no texto que abre esse roteiro internacional: "Lula consolida sua liderança [...] Nessa trajetória, coleciona vitórias e tropeços"²⁶⁰. Destaca-se que, para designar episódios menos admiráveis, optou-se pelo termo mais brando "tropeço", algo que atrapalha mas não interrompe uma caminhada. Para os nove eventos elencados na lista da revista, entre 2003 e 2010, há apenas um "tropeço" — a nacionalização do gás boliviano.

A jogada global de Lula

1 - DEZEMBRO DE 2003

[...] Lula participa de encontro da Liga Árabe, no Egito, e depois visita o ditador da Líbia, Muammar Kadafi. O presidente também mostra empenho em liderar um bloco de países pobres para conquistar uma vaga permanente no Conselho de Segurança da ONU

2 - MARÇO DE 2006

Durante três anos, concentra nos países pobres a maioria de suas 47 visitas ao Exterior. Lula volta, então, o interesse do governo brasileiro para as nações desenvolvidas.[...]

4 - MARÇO DE 2007

Lula torna-se o primeiro brasileiro a ser recebido para uma reunião de trabalho em Camp David, a base militar e casa de campo que serve de retiro aos presidentes americanos.[...]

²⁵⁹ Villaméa, op. cit.

²⁶⁰ Id. Ibid.

5 - ABRIL DE 2009

Além de festejado por ajudar a impulsionar a mudança de polo do poder do G-8 para o G-20, que inclui os países emergentes, Lula ganhou reconhecimento adicional. Esse é o cara, disse o presidente americano, Barack Obama, em Londres, em cena gravada por cinegrafistas. Ele é o político mais popular da Terra.²⁶¹

Quanto à temática da Promoção da Paz, o acordo entre os três países é tratado como uma possível solução e continuamente exaltado por sua escala e ineditismo. Ele é elevado a um paroxismo, expandindo-se o campo apenas da proliferação nuclear para a "questão mais aguda do momento para a paz mundial". Novamente a atuação de Lula é magnificada: ele preveniu uma catástrofe²⁶².

A grandiosidade do feito é aumentada pela depreciação da política externa dos EUA. O periódico adota uma estratégia peculiar: ele sabota a legitimidade moral norte-americana em tentar conter a escalada armamentista iraniana, resgatando um episódio ignóbil da política externa norte-americana: O Irã-Contras

Irã-Contras, parte 2

Em meados dos anos 80, o escândalo do tráfico de armas americanas para o Irã, batizado com o epíteto de Irã-Contras e pilotado pelo próprio chefe do Conselho de Segurança Nacional, o tenente-coronel Oliver North, marcou o grau de promiscuidade das relações dos EUA com aquele país. Hoje são os mesmos EUA que tentam conter a escalada armamentista iraniana. Histórica ironia! O Irã assusta o mundo enriquecendo urânio no estágio final de domínio da tecnologia nuclear e o presidente americano, Barack Obama, não tem sido feliz na missão de barrar a ameaça. Apelou a um último recurso antes de partir para a força. Propôs sanções, um embargo comercial.²⁶³

Esse questionamento da consistência diplomática norte-americana é reforçado pela escolha dos termos mais graves e reprovadores ("escândalo", "promiscuidade das relações"). Investe-se na ideia de incapacidade dos EUA para resolver pacificamente a questão, ("[Obama] Apelou a um último recurso antes de partir para a força"), sendo o ato de "apelar" comum a réus e outros indivíduos que estejam em situação cada vez mais desfavorável, face à derrota. Destaquemos, contudo, que o recurso à força não fora levantado como opção pelo

²⁶¹ Id. Ibid.

²⁶² "Quando não havia mais esperança de saída pacífica, o presidente Lula entrou no caminho" (MARQUES, op. cit.)

²⁶³ Id. Ibid.

presidente — razão inclusive pela qual este era criticado internamente por setores conservadores —, o que nos leva a questionar por que o jornalista supôs que esse seria o desfecho natural da questão para os EUA. Na visão de mundo do editorialista, o uso da força é a atitude esperada da Casa Branca — uma percepção característica daqueles que se consideram oprimidos pelo hegemon global²⁶⁴.

Em outros momentos, o discurso da revista mantém esta imagem agressiva dos EUA. O anúncio de uma nova rodada de sanções é julgado prematuro e destrutivo dos esforços brasileiros ("mal o sinal verde foi disparado [...] Hillary Clinton [...] torpedeou os resultados obtidos")²⁶⁵ e provoca no periódico uma alteração na significação dada à "comunidade internacional". Se nos artigos iniciais ela é associada ao reacionarismo e à exclusão, na última edição do mês ela se torna o local da aprovação do acordo trilateral ("Enquanto a americana critica a negociação do governo Lula no Irã, o Brasil ganha apoio internacional", "Consenso esboçado pela comunidade internacional")²⁶⁶. Cita-se na matéria um editorial jornal francês *Le Monde* — abertamente afeito a Luiz Inácio Lula da Silva — para reforçar essa impressão de aprovação das demais nações poderosas e, por conseguinte, ideia de isolamento político dos EUA e prestígio brasileiro.

No mesmo intuito, o documento recém-publicado sobre a política de Defesa dos EUA é alistado para fins de louvor do Brasil, uma postura oposta, por exemplo, ao OESP, que se vale do mesmo documento para indicar que o Brasil não está tão bem cotado nos EUA.

Hillary explicitou sua divergência com a política externa do governo Lula no momento em que divulgava a Nova Doutrina de Segurança dos Estados Unidos, em Washington. Curiosamente, no documento de 57 páginas o Brasil é citado de forma positiva várias vezes. Nós damos as boas-vindas à liderança do Brasil e procuramos ultrapassar as datadas divisões Norte-Sul para perseguir um progresso em questões bilaterais, hemisféricas e globais, diz um dos trechos.²⁶⁷

O uso do advérbio destacado nos leva a concluir que o autor buscou sugerir alguma inconsistência da parte dos EUA, visto que as declarações condenatórias partidas da

²⁶⁴ Hoffmann (2004) discute esse sentimento, afirmando que os “*underdogs*” do mundo enxergam nos EUA uma natureza imperialista em decorrência de seu expansionismo cultural, militar e político. O país seria um “*bully* pronto para usar todos os meios, incluindo a força, contra os que o resistissem” (HOFFMAN, 2004, p.38), uma visão compatível com a expressa pelo editorialista da IstoÉ.

²⁶⁵ Guedes (op. cit.)

²⁶⁶ Id. Ibid.

²⁶⁷ Id. Ibid.

Secretaria de Estado não estariam em consonância com o expresso na Nova Doutrina de Segurança do mesmo país.

Dá-se visivelmente pouco espaço para a análise das novas sanções dos EUA e sua repaginação objetivando consenso no CSNU. Todavia, cede-se um espaço considerável para a construção de uma imagem positiva do Irã. A linguagem usada preserva a presunção de inocência do país ("desconfianças generalizadas quanto ao programa nuclear iraniano", "possíveis pretensões atômicas")²⁶⁸, citando-se o propósito alegado do programa ("domínio da tecnologia nuclear", "abastecer seus quatro reatores de pesquisa médica"²⁶⁹). É reforçada a confiabilidade do regime quando se menciona que ele enviou a carta de concordância à AIEA dentro do prazo combinado. Um especialista aponta as assimetrias do TNP e retrata o caso do Estado de Israel em termos até mais belicosos que o Irã, ecoando assim algumas das assimetrias presentes no discurso oficial sobre não-proliferação ("Israel, arqui-inimigo do Irã, já tem a bomba nuclear, jamais assinou o tratado e não provoca o mesmo tipo de reação no Ocidente"²⁷⁰).

7.3.4 O Estado de S. Paulo

O jornal brasileiro constrói uma imagem de um Lula verborrágico e pouco instruído. Alude-se às origens do presidente, um "carbonário de outrora", e algumas falas são transcritas em violação da norma culta ("hoje não tô bom" (*sic*)), cujas declarações contraditórias refletem sua inconsistência ideológica²⁷¹. Essa limitação cultural se traduziria em despreparo diplomático no plano internacional. Esse foi o efeito buscado em uma reportagem na qual a repórter resume a estratégia do ex-presidente a uma citação direta: "[Lula] vai tentar 'convencer seu amigo' a aceitar a proposta"²⁷². Reproduzir a terminologia coloquial característica do ex-presidente para contrapô-la à complexidade geopolítica da situação é uma forma de implicar ingenuidade da parte do antigo torneiro mecânico. Levar um dos *rogue regimes* mais esquivos a se comprometer seria tão simples quanto "convencer um amigo".

²⁶⁸ Villaméa (op. cit.)

²⁶⁹ Id. Ibid.

²⁷⁰ Id. Ibid. Destaca-se que o termo "arqui-inimigo" acarreta belicosidade. Dessa forma, a vilania que não se declara de Teerã (o artigo não menciona questões de direitos humanos ou anti-semitismo) é esperada do Estado judeu.

²⁷¹ "A 'Multi-ideologia' de Lula" (O ESTADO DE S. PAULO, 2010a)

²⁷² "Lula ignora céticos e prevê convencer Irã" (MONTEIRO, 2010b)

Com a entrada do Irã em cena, o discurso do OESP contraria de forma clara o discurso governamental, em especial a temática da Reforma das Instituições Internacionais, ao pôr em relevo os direitos humanos. Lula passa a ser condenado, nos dias precedendo o acordo, por não se opor às violações comentidas da República Islâmica. No espaço de dois dias, dois dissidentes iranianos são entrevistados pelo jornal, e no decorrer da entrevista são interpelados à condenação da postura condescendente de Lula.

"Brasil não pode ignorar drama de dissidentes no Irã"

Para Akbar Ganji, um dos mais importantes dissidentes políticos do Irã, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva deve condenar o desrespeito aos direitos humanos em sua visita a Teerã no fim de semana. O Brasil não pode deixar seus interesses econômicos se sobreponem às violações sistemáticas cometidas pelo regime dos aiatolás, exortou Ganji [...] O apoio do governo brasileiro ao regime iraniano só trará prejuízo no longo prazo [...]. A aliança do Brasil com esse regime determinará o relacionamento com futuros governos [...] Ganji ficou preso de 2001 a 2006 no presídio de Evin, em Teerã, onde estão vários dissidentes. Ele foi preso após publicar uma série de reportagens sobre assassinatos de opositores. Em 2005, fez uma greve de fome de 50 dias e quase morreu. Depois de solto, o jornalista exilou-se na Europa e em Nova York. Ele esteve em Washington para receber o Prêmio da Liberdade Milton Friedman do Cato Institute (MELLO, 2010a)

"Os iranianos estão passando pelo período mais obscuro de sua história"

Repórter: Lula visitará Mahmoud Ahmadinejad no fim de semana. Se o sr. pudesse, o que diria ao presidente do Brasil?

Mahmoud Amiry-Moghaddam: [...] Gostaria de pedir a Lula que pergunte a Ahmadinejad sobre os trabalhadores que estão nas prisões, sobre a tortura e as sentenças de morte para menores de idade. [...]

R: O sr. crê ser moral manter relações econômicas com um país cujo regime viola os direitos humanos e oprime seu povo?

M: Investir no Irã vai contra os interesses dos iranianos. Todo o diálogo deveria estar centrado nos direitos humanos. Como qualquer indivíduo, membros de governo e empresários privados têm a responsabilidade moral de reagir diante de crimes contra outros seres humanos (CAVALCANTE, 2010)

Ambos os títulos — extraídos de citações diretas — trazem forte carga dramática ("drama de dissidentes", "período mais obscuro de sua história"). Na primeira entrevista, o jornal valoriza sua fonte ("um dos mais importantes dissidentes políticos") detalhando os martírios de sua trajetória contra o regime: aprisionamento, greve de fome, quase morte, ganhador de um prêmio internacional; o que lhe daria mais propriedade para julgar a retidão

da conduta brasileira. É curioso notar, ainda, que há nos dois casos uma orientação para o futuro, visto que todos os comentários têm no horizonte o encontro que se daria entre Lula e Ahmadinejad em alguns dias. Por isso, muitas das falas estão em tom exortativo — dizendo o que o Brasil "não pode", ou "deve" fazer — ou mesmo premonitório ("a aliança do Brasil com esse regime determinará o relacionamento com futuros governos"). A interpelação dos entrevistados em opositores à postura brasileira está mais nítida na segunda entrevista, em que a própria terminologia sobre a qual o jornal tece sua crítica ("O sr. crê ser moral") já é adianta pela repórter e retomada pelo entrevistado ("membros de governo e empresários privados têm a responsabilidade moral de reagir"). Não sem ignorar os efeitos dessa abordagem, o jornal transcreve, em artigo posterior, as declarações de Ahmadinejad que avizinham os "valores morais" de Teerã e Brasília²⁷³.

O Brasil é acusado, através da voz de vítimas do regime islâmico, de ignorar o fator humano em decorrência de seus interesses econômicos. Em dado momento, o jornal resume a três as motivações essenciais do Brasil ("Tem interesse comercial no Irã. Quer se posicionar como líder global e critica a pressão das nações com armas nucleares para aumentar as inspeções em países como Brasil")²⁷⁴. Dá-se ainda voz a comentaristas norte-americanos que afirmam que Lula "está de olho no Nobel da Paz"²⁷⁵. Todavia, o jornal se mostra mais propenso a interpretar o gesto como desejo de projeção pessoal do ex-presidente, fato que será analisado mais a frente.

Ao aprofundar o caráter tirânico e homicida do Irã, o OESP incorre na temática das Relações Regionais. Se explora uma faceta criminosa do regime quando o jornal traz à memória que um dos ministros iranianos é o suposto mentor de um atentado terrorista à Associação Mutual Israelita-Argentina que matou 85 argentinos.

Ministro do Irã é acusado por ação terrorista

Entre as autoridades iranianas que devem se encontrar hoje com presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em Teerã, está o suposto mentor do atentado contra a Associação Mutual Israelita-Argentina (Amia), em 1994. Nomeado ministro da Defesa no ano passado, Ahmad Vahidi é acusado pela Justiça argentina de ter ordenado o ataque em Buenos Aires. Atribuída ao Irã e ao grupo libanês Hezbollah, a ação matou 85 argentinos (SIMON & WILSON, 2010b)

²⁷³ "Valores morais: Qualificando Lula de "bom amigo" e "irmão", Ahmadinejad afirmou que Brasil e Irã compartilham "valores morais". "Somos contra a discriminação, o preconceito, a agressão e a tirania", disse o iraniano. (SIMON & WILSON, 2010d)

²⁷⁴ "Irã ameaça romper acordo com Brasil" (CHACRA, 2010d)

²⁷⁵ "EUA estão céticos sobre a visita de Lula ao Irã", (MELLO, 2010b)

O fato não é atualidade recente: a acusação data de três anos e o atentado ocorreu em 1994; no entanto, não deixaria de ser uma novidade ao leitorado, que obtém novas informações sobre o *entourage* de Ahmadinejad. Não haveria interesse jornalístico em reportá-lo ao público brasileiro não fosse a reunião entre Lula e os dirigentes iranianos, implicando que ele se sentará à mesa com aiatolás que estariam por trás de atentados ao país ao lado — um aliado histórico do Brasil. A aproximação poderia ser lida, destarte, como uma ameaça ao bem-estar das relações brasileiras em sua região de influência imediata.

A cobertura realizada pelo OESP também apresenta variações em seu tom no decorrer do tempo. Antes do acordo, gera-se uma expectativa quanto ao encontro ao mesmo tempo em que se emprega um tom de descrença ou ceticismo quanto ao sucesso da missão diplomática. No início da viagem da delegação brasileira, é ressaltada tanto a escala inédita da empreitada quanto sua fragilidade. Em um mesmo artigo, a mediação da questão iraniana é chamada de a "mais ousada cartada de política externa" do governo Lula, que deixou "o mundo todo de olho na sua iniciativa", enquanto aponta-se a cautela dos diplomatas brasileiros ("Amorim se diz 'otimista' [...] Chanceler brasileiro mostra cautela")²⁷⁶. Prepondera, contudo, um tom de descrença, como se vê no título de algumas matérias ("Para Hillary, missão do Brasil será árdua", MELLO, 2010c; "Brasileiro chega a Teerã sem novas propostas", SIMON & WILSON, 2010c).

É curioso constatar, entretanto, que após a assinatura do acordo, em 17 de maio, a magnitude do evento muda. O jornal minora a importância do ato, afirmando que o desafiador não é levar o Irã a assinar um papel, mas a cumprir o acordo "de fato", e que, ademais, este é inócuo por passar ao largo das questões mais relevantes em pauta. Isso é visível na matéria que repercute a assinatura pelos três países.

Mundo recebe com ceticismo acordo mediado por Brasil e Turquia com Irã

Lula e o premiê turco, Tayyip Erdogan, festejam pacto assinado com Teerã para que urânio iraniano seja trocado na Turquia e enriquecido fora do país, mas potências veem na ação uma armadilha dos aiatolás, que seguirão com seu programa nuclear. [...] Os EUA, a Grã-Bretanha e a União Europeia declararam que a pressão sobre o Irã não deve ser aliviada por causa do acordo. Rússia, França e Alemanha pediram para conhecer os detalhes do texto. [...] Limitações: Embora no seu último dia de visita a Teerã, Lula tenha declarado que "a diplomacia venceu no Irã", o próprio Itamaraty reconheceu o escopo limitado do acordo. Ele se refere especificamente ao caso do reator de pesquisa de Teerã, mas não menciona questões centrais da crise atômica iraniana. Amorim definiu o entendimento como "uma porta de entrada" para o

²⁷⁶ "Amorim se diz 'otimista' sobre resolução do impasse" (MONTEIRO, 2010a)

diálogo. Nos bastidores, diplomatas dizem que "agora começa a parte difícil". [...] Inspeções e garantias de que o programa nuclear é pacífico, por exemplo, não constaram nas discussões entre Lula, Ahmadinejad e Erdogan. Tampouco se falou sobre quanto urânio o Irã já tem - uma vez que apenas parte de seu estoque será enviado à Turquia. (SIMON & WILSON, 2010e)

O autor reverbera o sentimento de ceticismo manifesto por observadores internacionais, denunciando o caráter irrelevante da ação turco-brasileira. Aqui encontramos uma manobra redacional para atingir um efeito universalizante: o título afirma que o "Mundo recebe com ceticismo" o acordo, embora o número de países diretamente envolvidos na questão seja relativamente estrito — e ainda menor o que demonstrou descrença. A despeito disso, o jornalista iguala os poucos países implicados e céticos à totalidade da comunidade internacional espectadora, em um movimento generalizante que resulta em maior destaque para o pólo descrente. Mais adiante no artigo, o "mundo" do título é reduzido no lead a "potências", e eventualmente destrinchado em "EUA, Grã-Bretanha e União Europeia"²⁷⁷ alguns parágrafos depois.

O repórter também explora o caráter limitado do acordo — como se percebe no *intertítulo* escolhido ("Limitações") —, listando os tópicos não contemplados na Declaração. Ecoa-se a retórica do Departamento de Estado dos EUA e são citadas fontes dos próprios protagonistas que teriam expressado, à sua forma, descrença quanto à amplitude do tratado ("o próprio Itamaraty reconheceu o escopo limitado do acordo"). Embora a citação atribuída a Amorim não seja de todo conducente a essa interpretação ("uma porta de entrada' para o diálogo"), tê-la partindo de um dos responsáveis pelo acordo legitima ainda mais a visão deste como inoperante — pois, se nem os protagonistas creem no seu êxito, qual o sucesso que ele pode ter?

É também peculiar que o jornalista tenha incluído a uma citação de diplomatas "nos bastidores". Ao citar diplomatas não identificados, que fariam afirmações por trás das cenas — possivelmente para não contradizer a postura de triunfo dos dirigentes do país ou revelar publicamente as debilidades do acordo — o autor está sugerindo que há mais além da versão oficial dos fatos. O conteúdo da declaração ("agora começa a parte difícil") faz com que a relevância — e consequentemente a competência diplomática necessária — de se levar o Irã a concordar em assinar seja mitigada, pois a real dificuldade estaria em fazê-lo cumprir o

²⁷⁷ A presença da UE entre os céticos, todavia, é um tanto bizarra, visto que os dois países de maior peso do bloco (França e Alemanha) estão entre os que pediram para "conhecer os detalhes do texto".

acordo — uma distinção processual que não estava tão bem delineada em matérias anteriores, quando levar o inconstante Ahmadinejad à mesa de negociações era o maior desafio.

Toda essa exposição sobre as limitações do gesto conduzem à questão do despreparo da diplomacia brasileira, que remete à temática da Autonomia. A qualidade dos quadros do Itamaraty é revisitada em outro artigo, em que o país é surpreendido pela declaração iraniana de que o enriquecimento de urânio continuaria a despeito do acordo. O repórter cita dois diplomatas brasileiros e compara suas avaliações sobre o episódio inesperado ("Outro assessor próximo ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi mais claro. 'Fomos pegos de surpresa.' O governo brasileiro tentou improvisar uma reação")²⁷⁸, sendo a resposta "mais clara" aquela que admite o amadorismo do MRE. Um artigo posterior também alude à inexperiência nacional, apontando que a delegação brasileira "viveu na pele a dificuldade do diálogo com o Irã"²⁷⁹, implicando, pela figura de linguagem, o tipo de aprendizagem laboriosa reservada aos despreparados.

Usa-se seletivamente a imprensa internacional (*The New York Times*, *Le Monde*, *El País*, *The Guardian*, etc) para apontar o consenso global quanto à insuficiência do acordo e necessidade de sanções²⁸⁰. O jornal também dá destaque ao aspecto midiático do acordo, como se nota na reportagem que anuncia o sucesso das negociações em Teerã. Uma declaração do primeiro-ministro turco é usada como "furo" e, apesar de conter erros²⁸¹, recebe o destaque da primeira página.

Turquia diz que Irã aceitou acordo sobre combustível nuclear

Premiê rouba cena de Lula e afirma que país abriu mão de enriquecer urânio. O primeiro-ministro da Turquia, Recep Tayyip Erdogan, anunciou ontem que foi fechado um acordo sobre o programa nuclear do Irã, em negociações que também envolveram o Brasil. Segundo ele, os iranianos aceitaram trocar urânio por material nuclear, abrindo mão de enriquecê-lo no país. O anúncio atropelou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que não mencionou a questão em seu discurso. O pacto deve ser divulgado formalmente hoje. (SIMON & WILSON, 2010d)

A ênfase no fato que a declaração à imprensa saiu primeiro do líder turco e não do brasileiro sugere que um fato de grande importância — ou mesmo de maior importância —

²⁷⁸ "Anúncio iraniano pegou Brasil de surpresa" (NETTO, 2010e)

²⁷⁹ "Após pacto com Irã, Brasil reivindica condição de porta-voz dos emergentes" (SIMON & WILSON, 2010f)

²⁸⁰ "China elogia pacto sem desconsiderar novas sanções" (TREVISAN, 2010)

²⁸¹ Matéria afirma que o Irã renunciaria ao enriquecimento de urânio dentro do país, o que não ocorreu.

para os envolvidos seria quem iria aparecer fazendo o esperado anúncio. A terminologia usada ("rouba a cena de Lula", "atropela a delegação brasileira") implica que a viagem seria uma espécie de corrida em direção às câmeras, para declarar o feito diplomático. O destaque da matéria — reportagem de capa — nos indica que essa motivação publicitária seria talvez mais relevante do que a econômica, apontada em outras ocasiões.

Todavia, uma pequena concessão à tenacidade de Lula ("Se o futuro não o desmentir, a tenacidade de Lula vingou")²⁸² permite perceber que o editorialista não desmerece por completo o feito, dado seu ineditismo e escala. O mesmo se observa no editorial do dia seguinte à apresentação do esboço da quarta rodada de sanções pelos EUA; nele, se recorre a críticas nascidas no seio da política norte-americana para evidenciar as limitações e contradições das sanções, que também não são defendidas como única solução, já que a história mostra que o Irã pode contorná-las e a situação atual evidencia que ele não seria isolado politicamente. Pressões da política interna²⁸³ e "a delimitação dos espaços na arena mundial" são apontados como motivação real da ação americana.

O aparente paradoxo da insistência dos EUA é que os próprios americanos confidenciam duvidar da eficácia das sanções. As três anteriores não retardaram o programa nuclear iraniano. Por que seria diferente hoje? [...] A política interna americana é parte da resposta. Tudo que Obama não precisa neste ano eleitoral é ser execrado pelos republicanos como "frouxo com o Irã". Mas a razão principal parece ser outra - a clássica política de poder, a delimitação dos espaços na arena mundial. Na metáfora de um jornalista em Washington, os EUA, em nome do clube atômico, quiseram dizer ao Brasil e à Turquia: "Pronto, meninos. Agora saiam do tanque de areia para que nós, os grandes, possamos brincar." (O ESTADO DE S. PAULO, 2010c)

Essa é uma das raras aparições no periódico paulista da retórica do reacionarismo e exclusão praticados pelo "clube atômico". Da mesma forma, nota-se que ocasionalmente emerge a argumentação do Itamaraty quanto à assimetria do TNP e descompasso das relações internacionais.

Ação amplia tensão entre países sem bomba e potências

O anúncio da resolução contra o Irã exacerba as tensões entre os emergentes sem bomba e as potências nucleares. Como pano de fundo, está a irritação de nações emergentes com as potências nucleares dizendo quem pode e quem não

²⁸² "O Feito de Lula em Teerã" (O ESTADO DE S. PAULO, 2010b)

²⁸³ A dinâmica da política interna norte-americana é comprehensivamente explorada em uma análise ("Proposta não alivia pressão por sanções mais rigorosas", MELLO, 2010f) que indica os interesses dos conservadores, lobby judaico e a situação do Congresso naquele instante.

pode ter acesso à energia nuclear. [...] para as potências da velha guarda, como EUA e Rússia, trata-se de reafirmar seu poder na geopolítica mundial e pôr países como Brasil e Turquia em seu "devido lugar" [...] O Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP) é considerado injusto pelas nações sem bomba. Brasil e Turquia acusam EUA e outras potências nucleares de não cumprirem sua parte no TNP. [...] Ao defender o direito do Irã de enriquecer urânio, eles [Brasil e Turquia] estão defendendo o acesso à tecnologia nuclear. (MELLO, 2010e)

Essa análise, feita pouco antes do editorial citado acima, recupera a argumentação e terminologia do MRE ("acesso a tecnologia"), citando conceitos geopolíticos mais amplos e em sintonia com os projetos da PEB. O texto mostra proximidade ao discurso oficial sobre desarmamento, e portanto sobre a Reforma das Instituições Internacionais, ao afirmar que o Brasil interpreta que os países nuclearizados não estão cumprindo sua parte do TNP. Os ares de obsolescência e reacionarismo das potências são visíveis quando o autor as qualifica como "da velha guarda" e toma emprestada a expressão "pôr no 'devido lugar'".

Essa concessão, todavia, é sobrepujada pela oposição do jornal ao ex-presidente. Valendo-se novamente das paráfrases da imprensa estrangeira, o jornal publica uma matéria que comenta o "improvável afago" feito pelo FT à ação turco-brasileira. O jornalista insere críticas de "megalomania" ao governo Lula — partindo de "críticos" indefinidos — ao mesmo tempo em que esmorece a grandeza do feito. O jornal faz questão de relembrar que o presidente "reivindica" a condição de porta-voz dos emergentes, e não que a tem de fato; e também toma distância dos elogios tecidos pelo FT, destacando que são méritos que "o Financial Times viu" na atuação dos dois. Esse contraste entre o que se fez ver e o que aconteceu de fato, isto é, o caráter publicitário da empreitada, é explorado quanto o autor enfatiza que a diplomacia brasileira "fez questão de exaltar" suas credenciais de potência emergente, mesmo face às inescapáveis sanções.

Após pacto com Irã, Brasil reivindica condição de porta-voz dos emergentes

Para diplomatas brasileiros, entrar na questão iraniana foi mais uma maneira de reafirmar que o País é um ator global [...] críticos do governo Lula, porém, definem esse raciocínio com uma só palavra: megalomania.

Aos olhos de diplomatas brasileiros, o maior - e mais improvável - afago à atuação do País no Irã veio do jornal britânico Financial Times. Em editorial, o prestigiado diário liberal defendeu que o acordo nuclear turco-brasileiro com Teerã, independentemente de seu resultado, prova que o Brasil tornou-se uma "ponte" entre o Ocidente e "os emergentes". [...] No diálogo da semana passada com o Irã, a diplomacia brasileira fez questão de exaltar sua condição de potência emergente - "aliada ao Ocidente, mas com uma agenda

semiautônoma", segundo a definição do Financial Times. [...] as pontes com os "emergentes" e o "mundo islâmico", que o Financial Times viu no Brasil e na Turquia, não impediram a Casa Branca de anunciar que os votos necessários para aprovar uma quarta rodada de sanções contra o programa nuclear iraniano já foram angariados. (SIMON & WILSON, 2010f)

A classificação, pelo OESP, do editorial do FT como "o maior — e mais improvável — afago à atuação do País no Irã" levanta duas questões. É de se questionar porque o jornalista considera "improvável" que o jornal britânico louve e defenda a iniciativa turco-brasileira. O artigo não fornece muitas pistas a respeito desse juízo, exceto pela adjetivação empregada para definir o jornal ("o prestigiado diário liberal"), o que nos permitiria supor que, para o autor, um jornal liberal — portanto já na contramão da ideologia de Lula — e de prestígio — e não um folhetim terceiromundista — poderia ser a favor da atuação inusitada do ex-presidente Lula. Outro questionamento derivado da frase é a escolha do termo "afago". Este é indissociável de noções de docilidade e agrado, sendo dado a indivíduos inermes e carentes de cuidados. Ao optar por este termo — ao invés de "elogio" ou "apoio", por exemplo — para qualificar o teor do editorial britânico, o autor esmorece a seriedade do ato, reduzindo a gravidade da interpretação dos observadores ingleses a um mero agrado feito aos diplomatas brasileiros.

Em outro momento, uma entrevista com um diplomata experiente, Marcos Azambuja, é resumida pelo autor no seguinte parecer: o país "deveria conter seu excesso de protagonismo"²⁸⁴, reforçando a crítica de descabimento da atuação brasileira sob Lula.

O jornal finda por tomar para si a visão do acordo como um empecilho ou frustração dos desígnios americanos, sendo as sanções o caminho preferível. Explora-se extensivamente o dano que o ato representa para a relação EUA-Brasil, sinalizando toda a "irritação" e "desgaste" de Washington²⁸⁵, cujo esforço — igualado ao tempo gasto em negociação — poderá "cair por terra", com a aprovação de sanções tornado-se "bem difícil" ou "quase impossível" depois do acordo²⁸⁶.

A intensificação das críticas de Washington a Brasília serve de mote para, em uma reportagem de capa, uma expansão da discordância entre os países para outros assuntos (Cuba, Honduras e o TNP), sugerindo que a política externa brasileira em curso, no conjunto,

²⁸⁴ "Uma moldura pesada demais" (CRUZ, 2010)

²⁸⁵ "O Brasil está desperdiçando toda a boa vontade dos EUA" (MELLO, 2010d)

²⁸⁶ "Pacto põe em xeque 6 meses de trabalho de Washington" (CHACRA, 2010a)

está erodindo a interação com nosso vizinho. É interessante notar que, no mesmo artigo emprega-se, além das duras declarações de Hillary Clinton, um relatório sobre Estratégia de Segurança Nacional dos EUA como sinal de que as relações bilaterais estão decaíndo.

Hillary aponta “séries divergências” com Brasil no caso do Irã

No relatório sobre a Estratégia de Segurança Nacional dos EUA, divulgado ontem [...], o governo americano não vê o Brasil como participante do bloco Bric. Toda as vezes o documento se refere a Índia, Rússia e China, e não junta o Brasil ao grupo. China, Rússia e Índia são chamados de “centros de influência do século 21”. O Brasil é classificado apenas como “nação cada vez mais influente” – mesmo grupo de Indonésia e África do Sul. (MELLO, 2010h)

Embora este mesmo documento seja citado pela IstoÉ com fins de respaldar a atual PEB, para o OESP é indício dos reveses do novo paradigma. O parágrafo citado visa produzir os seguintes efeitos: indicar que o Brasil não é tão bem-visto pelos EUA como pensaríamos, e que essa queda no conceito teria alguma relação com as posições do Brasil em matéria de política externa. O primeiro efeito é visível quando a autora indica que o Brasil não se qualifica como um dos "centros de influência do século 21", mas estaria um grau abaixo na escala, no mesmo nível da Indonésia e África do Sul. Ao remover o país da mesma classificação da China, Rússia e Índia (países com os quais já nos habituamos a nos equiparar) e citar dois países vistos pelos brasileiros como menos pujantes, a autora demonstra que a nação não goza do prestígio que normalmente imagina, ao menos para os norte-americanos. Isso poderia implicar, inicialmente, que o Brasil não possui por natureza a relevância diplomática que julga ter para se envolver em questões sensíveis no Oriente Médio; ou ainda que a classificação dos EUA, mais do que um retrato da influência do Brasil, é um reflexo do grau de alinhamento com as políticas da Casa Branca, de modo que esse "rebaixamento" do país teria alguma relação com seus posicionamentos recentes em matéria de política externa. Essa impressão de desclassificação é reforçada pelo uso do termo BRIC: a não inclusão do Brasil entre os quatro (assim três) implica uma remoção, logo, atitude tomada que altera uma condição inicial. O uso do nome do bloco não é de todo apropriado (já que não é a mesma terminologia usada pelos EUA no documento, como a própria autora revela), mas tem um sentido na medida em que a sigla é bem conhecida do leitorado e aumenta neles o efeito de surpresa. O posicionamento do parágrafo (último, após a extensa série de reprovações da Hillary expostas no artigo) e outros elementos no artigo (relação de outros pontos de divergência consular) sugerem o segundo caso.

Essa reflexão sobre os custos de se pôr em risco o bem-estar das relações com os EUA por causa do acordo com Teerã é expandida para uma crítica, em um artigo de opinião, que enobrece a causa norte-americana e condena a empreitada de Lula, vista como eleitoreira, egocêntrica e inconsequente.

Lula desconsidera as consequências de sua diplomacia

Ao declarar que os EUA mantêm "divergência séria" com o Brasil, Hillary Clinton alertou para os custos da insistência do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em se opor à aprovação de novas sanções contra o Irã no Conselho de Segurança da ONU. Divergências não chegam a ser nocivas para as relações entre duas nações sensatas, mas desta vez o Brasil passou dos limites. [...] Enquanto Barack Obama busca um canal legítimo para tratar a questão, mesmo sob o risco de ver o Congresso aprovando sanções unilaterais e seu partido castigado nas eleições de novembro, a diplomacia presidencial de Lula avança com ambição de fazer história, com motivações eleitorais e despreendimento das consequências que trará ao País (MARIN & MONTEIRO, 2010f)

Nota-se que a "tenacidade" do ex-presidente, brevemente elogiada em editorial dez dias antes, converte-se em "insistência" — termo que, no mesmo editorial anterior, era aplicado aos EUA e suas sanções. Há uma reversão total, como indica o contraste entre a imagem heroica reservada a Obama e a de aventureiro inconsequente de Lula. Vê-se o enobrecimento do presidente americano por via do sacrifício, diplomacia e legitimidade ("busca um canal legítimo para tratar a questão", "mesmo sob o risco", "castigado"). Concomitantemente, a jornalista se vale de uma terminologia negativa ao qualificar o posicionamento do ex-presidente e aponta motivações menos nobres para a ação ("ambição de fazer história, com motivações eleitorais e despreendimento das consequências que trará ao País"), sendo interessante notar que a última frase sucede à que exalta o presidente Obama, criando assim um contraste entre as motivações dos dois líderes (sacrifício pelo bem vs. autopromoção a despeito dos custos). Nota-se, ainda, que a autora personaliza a PEB em Lula ("sua diplomacia", "a diplomacia presidencial"). A crítica desenvolvida ao longo da cobertura e culminada neste artigo opõe-se ao discurso governamental, em que este valora positivamente os eventuais embates com os grandes poderes como sinal de autonomia, ao passo que o jornal destaca os riscos e perdas que decorrerão deste projeto de grandeza.

7.4. Discussão dos resultados

Os posicionamentos dos quatro periódicos em relação à visão oficial do Estado brasileiro podem ser vistos no Quadro 4 abaixo.

Quadro 4: Convergência entre os discursos oficial e midiático sobre os temas da identidade internacional brasileira no caso do Acordo Nuclear

Tema	Disc. Oficial	FT	NYT	IstoÉ	OESP
1. Autonomia	<ul style="list-style-type: none"> - PEB anterior submissa e equivocada - PEB atual ativa e não subserviente - Brasil pode agir sem tutela dos grandes poderes 	<ul style="list-style-type: none"> - Brasil é "nação confiante" tentando traçar "uma rota diplomática própria" 	<ul style="list-style-type: none"> - Nova PEB desgasta relações entre Brasil e EUA - Ação no Irã reflete despreparo da diplomacia brasileira - Brasil antagoniza os EUA por exibicionismo inconsequente 	<ul style="list-style-type: none"> - Diplomacia durante FHC foi o apogeu da subserviência - Valoriza-se a "ousadia" da intervenção brasileira numa questão "tradicionalmente" reservada às potências - Habilidade do presidente Lula provoca "inveja" no Ocidente - Atritos com EUA compensados pelo prestígio internacional 	<ul style="list-style-type: none"> - O Brasil "passou dos limites": a PEB de Lula desconsidera "as consequências da sua diplomacia" - Brasil tem "sérias divergências" com EUA (TNP, Cuba e Honduras) - Nova PEB irrita EUA e pode prejudicar as relações bilaterais - Ação no Irã reflete despreparo da diplomacia brasileira
2. Desenvolvimento socioeconômico	<ul style="list-style-type: none"> - Fim da época em que o Brasil se achava pobre - Crescimento econômico com redução da desigualdade interna 	--	--	--	--
3. Relações regionais	<ul style="list-style-type: none"> - A prioridade atual da integração regional - Críticas internas ao foco regional 	--	<ul style="list-style-type: none"> - A PEB executada por Lula prejudicou a democracia na América Latina 	--	<ul style="list-style-type: none"> - Brasil dialoga com regimes que incentivam o terrorismo em aliados regionais importantes (Argentina)
4. Relações Sul-Sul/Universalismo	<ul style="list-style-type: none"> - Diversificação - Porta voz do Sul Global - Sul-Sul é manifestação moderna do multilateralismo centenário do Itamaraty - Críticas internas vêm de "mentes colonizadas" 	<ul style="list-style-type: none"> - Brasil quer construir pontes entre o Ocidente e o mundo em desenvolvimento - Vínculos comerciais com Irã - Historicamente, emergentes são "fracassos diplomáticos" 	<ul style="list-style-type: none"> - Vínculos comerciais com Irã - Brasil representa o mundo pós-Ocidental e continuará a emergir no cenário global 	<ul style="list-style-type: none"> - Lula é "voz dos emergentes" - Liderança dos países pobres mas com boas relações com os desenvolvidos 	<ul style="list-style-type: none"> - Vínculos comerciais com o Irã - Brasil reivindica condição de porta voz dos emergentes, críticos veem "megalomania" e "excesso de protagonismo"

5. Credenciais multiculturais	- Miscigenação = princípios universalistas, conciliadores e a diplomacia Sul-Sul - Herança africana - Coexistência pacífica entre judeus e árabes no Brasil o habilitam a ser mediador no Oriente Médio	--	--	--	--
6. Reforma das instituições internacionais	- CSNU obsoleto, pouco transparente e pouco democrático - Direitos Humanos são tratados de forma politizada - Denuncia recusa dos países nuclearizados em se desarmarem	- Os "cinco permanentes" do CSNU exercem poder mistificado, têm regras obsoletas e pouco democráticas face ao mundo não-ocidental - Potências não foram capazes de resolver o problema da proliferação nuclear	- "Amadorismo" em Teerã pode comprometer o objetivo do assento permanente no CSNU - Solução para questão iraniana virá dos membros permanentes do CSNU - Brasil silencia sobre abusos de direitos humanos e ataques à democracia ao apoiar Irã, assemelhando-se às potências que criticava - Breve menção à incapacidade das potências em resolver o problema da proliferação nuclear	- Críticas concentradas nos EUA e não nas instituições internacionais - Assimetrias do TNP - Potências não foram capazes de resolver o problema da proliferação nuclear - Silêncio sobre os Direitos Humanos no Irã	- Condenação moral da aproximação brasileira com um país violador dos direitos humanos - Brasil condena assimetrias no TNP e recusa dos países nuclearizados em se desarmarem - Breve concessão à "tenacidade de Lula", denúncia do reacionarismo dos EUA e "potências da velha guarda" do "clube atômico"
7. Promoção da paz	- Relações regionais pacíficas - Desejo pela paz - Autoridade moral em matéria de desarmamento	--	- Brasil e Irã passaram por experiências semelhantes em seus programas nucleares - Envolvimento brasileiro poderia comprometer seu programa nuclear	- Atuação brasileira na "questão mais aguda" da "paz mundial" - Preferência brasileira pelo diálogo opõe-se à beligerância e falta de legitimidade dos EUA	- Motivação eleitoreira e de projeção pessoal de Lula
8. Solidariedade/ Não-indiferença	- Mesmo não sendo desenvolvido/rico, o Brasil foi solidário	--	--	--	--
9. Exemplo para o mundo desenvolvido	- Alternativa comprovada ao modelo econômico liberal	--	--	--	--

Fonte: Elaborado pelo autor

Os resultados sugerem que, globalmente, nenhuma das temáticas identitárias do discurso oficial foi capaz de gerar consenso na imprensa. Apenas em se tratando das Relações Regionais, os dois jornais que se pronunciaram tiveram um mesmo parecer: que a nova PEB foi prejudicial à democracia na América do Sul, por Lula apoiar regimes que restringem as liberdades de seus cidadãos (NYT), e que um dos Estados abraçados pela diplomacia do presidente, o Irã, estava conectado a atentados terroristas na Argentina (OESP).

A temática da Autonomina dividiu a opinião tanto dos periódicos nacionais quanto dos estrangeiros. A mediação brasileira representou para o FT a tentativa de uma nação confiante de traçar uma rota diplomática própria, e para a IstoÉ uma manobra ousada e hábil, que se distinguia da atitude subserviente de governos passados, trazendo consigo uma promessa de prestígio futuro que compensava quaisquer atritos momentâneos. Já para o NYT ela se resumiu ao desgaste das relações entre Brasília e Washington, a uma demonstração gratuita da vontade presidencial em intervir em grandes questões mundiais, e a uma prova do despreparo diplomático do Itamaraty. O OESP concordou com todos os pontos do jornal nova-iorquino, afirmando que Lula desconsiderava as consequências danosas de sua diplomacia, sendo a mais grave delas a deterioração dos elos com os EUA.

A temática Reforma das Instituições Internacionais dividiu da mesma maneira jornais nacionais e estrangeiros. Novamente, o FT e a IstoÉ tiveram um discurso convergente com o oficial, ao passo que o NYT o contrariou, e o OESP convergiu em alguns pontos e divergiu em outros. Após o anúncio dos EUA de novas sanções, desconsiderando portanto o esforço turco-brasileiro, o FT teceu críticas ao CSNU muito semelhantes às mobilizadas pelo governo brasileiro: qualificando-o como um grupo hermético, pouco representativo e que tem sido incapaz de resolver os problemas securitários atuais. A IstoÉ também sublinhou a incapacidade dos países hegemônicos em resolver aquilo que, em sua avaliação, apenas a mediação de Lula conseguira. Não obstante, nota-se que a revista não dirige suas críticas ao CSNU mas apenas ao governo norte-americano, possivelmente em virtude de sua preferência em assinalar que o Brasil ganhava prestígio junto a outros países desenvolvidos, sendo os EUA os únicos contrariados pelo protagonismo brasileiro. Convém também destacar que, enquanto o discurso governamental se manifestou sobre os direitos humanos, denunciando uma parcialidade na forma como eles são tratados pela comunidade internacional, a IstoÉ manteve-se silente sobre o assunto em todo o tempo. Em se tratando do TNP ela apontou, exatamente como o discurso oficial, as assimetrias do tratado.

A insatisfação brasileira com as condições do TNP foi um dos poucos pontos de concórdia entre o OESP e o governo nesta temática. O periódico apresentou um diagnóstico da comunidade internacional e da distância entre países nuclearizados e não-nuclearizados que se assemelha com o apontado por Lula e Amorim. Pelo restante, o jornal paulista dedicou-se a condenar moralmente a aproximação do Brasil com um país violador dos direitos humanos. O NYT faz o mesmo, condenando-o também do ponto de vista da promoção da democracia. Embora faça breve menção à incapacidade dos países hegemônicos em resolver o problema iraniano, o jornal é categórico em apontar o CSNU (leia-se, seus cinco membros permanentes) como órgão legítimo para resolver a questão.

A temática das Relações Sul-Sul/Universalismo mostrou uniformidade em que todos os jornais dialogaram com o discurso governamental acerca dos mesmos tópicos, porém o parecer da imprensa não foi necessariamente favorável. Os quatro jornais interpretaram que o Brasil agia como porta voz do mundo emergente no episódio ou, mesmo não o sendo, buscava ocupar essa posição. O NYT e a IstoÉ concederam ao Brasil tal título, sendo a revista brasileira muito próxima do discurso oficial ao acrescentar que esta condição de líder do Sul Global não implicava necessariamente num mau relacionamento com os países do Norte. O FT também dá um papel de destaque ao Brasil, tendo-o por um país que busca construir pontes entre o Ocidente e o mundo em desenvolvimento, porém relembra que países emergentes tradicionalmente são fracassos diplomáticos — contrariando em alguma medida o otimismo governamental quanto ao potencial reformador das alianças Sul-Sul. O OESP, por sua vez, distancia-se ao indicar que o Brasil busca a posição de porta voz, porém não isento de críticas internas contrárias ao protagonismo desmedido.

Dos jornais estrangeiros, o FT se mostrou bastante próximo do discurso governamental. Embora seus artigos só tenham evocado três de nove temáticas, em duas ele compartilhou das visões professadas pelo Itamaraty, divergindo apenas quanto à capacidade de ação diplomática efetiva dos emergentes. O NYT opôs-se em todos os temas sobre os quais falou, exceto as Relações Sul-Sul/Universalismo, pois reconheceu o Brasil como um representante do mundo "pós-Ocidental" e cuja influência continuará crescendo no futuro. Contudo, é importante pontuar que essa passagem provém do único editorial do jornal que foi favorável ao acordo diplomático e contrário à atitude da Casa Branca em insistir nas sanções²⁸⁷. Em sua maioria, os demais artigos se opuseram fortemente à nova PEB, valendo-

²⁸⁷ "America Moves the Goalposts" (COHEN, op. cit.)

se da aproximação com o Irã para desconstruir alguns aspectos salientes da identidade internacional brasileira. De país pacífico, comprometido com a paz, a democracia e a prevalência do direito na comunidade internacional, o Brasil se torna, sob o governo de Lula, conivente com regimes tirânicos e que violam os direitos humanos. Uma das passagens mais interessantes na caracterização do Brasil como potência emergente está no artigo em que o autor, citando um especialista, constata que conforme o país ascende ele se tornará como as potências hegemônicas que ele antes criticava: cinicamente associando-se com regimes cruéis para promoção de seus interesses²⁸⁸. O NYT também é singular na ênfase que dá ao programa nuclear brasileiro, mobilizando estratégias discursivas que traçam um paralelismo entre Brasil e Irã em termos de seus programas nucleares e das pressões sofridas pela comunidade internacional. Ele também antecipa que o próprio programa brasileiro poderá sofrer maior escrutínio em decorrência do apoio de Lula a Ahmadinejad.

O OESP também discordou em todos os pontos do discurso governamental, exceto pela temática da Reforma das Instituições Internacionais. Conquanto o jornal, como o NYT, condene moralmente a aproximação com o regime homicida, ele eventualmente faz uma concessão à tenacidade de Lula pelo feito inédito. O veloz anúncio de sanções pelos EUA também o leva a condenar o *status quo* da comunidade internacional em termos semelhantes aos oficiais, apontando o reacionarismo das potências nuclearizadas e o desconforto causado pela intromissão turco-brasileira. Pelo restante de sua cobertura, contudo, o OESP é predominantemente contrário à interpretação governamental dos fatos. Sua abordagem é peculiar por avaliar que o que motivou a empreitada, ao invés do desejo pela paz e entendimento alardeado pelo Brasil, foi a busca por projeção pessoal do presidente Lula.

Por fim, o discurso da IstoÉ convergiu com o governamental em todos os temas. A revista valora a diplomacia dos anos FHC da mesma maneira que o fazem Lula e Amorim, tendo-a por subserviente, e qualificando a PEB atual como autônoma e ativa. A publicação se assemelha também pelo que não diz: ela não se manifestou em momento algum sobre direitos humanos no Irã. Também, ao deslegitimar os EUA para conter a corrida armamentista no Oriente Médio, seu discurso se avizinha do estatal, que afirma que é o perfil pacífico do Brasil que o gabarita para intervir em questões da paz mundial, mais do que as potências beligerantes.

²⁸⁸ "As ugly as it gets" (FRIEDMAN, op. cit.)

PARTE III
CONCLUSÕES

8 O BRASIL EMERGENTE NOS DISCURSOS SOBRE A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA

Tendo feito a análise dos pronunciamentos governamentais e das matérias da imprensa para os dois episódios diplomáticos escolhidos, faz-se necessária uma síntese dos achados para a conclusão deste estudo. Assim, este capítulo comparará, primeiramente, os resultados obtidos para a Minustah com aqueles obtidos para o Acordo Nuclear no discurso oficial. O objetivo da comparação será evidenciar que elementos variaram de um momento para outro e por que motivos. O mesmo procedimento é, em seguida, aplicado aos jornais, também com o objetivo de constatar que variações houve de um episódio para o outro.

8.1 A identidade internacional do Brasil no discurso oficial

O grande número de públicos, locais e meios para os quais os pronunciamentos do presidente e do ministro das Relações Exteriores foram feitos fizeram com que o seu conteúdo e estilo variassem sensivelmente. Por conseguinte, as formas em que a identidade do Estado era articulada também foram diversas. Assim, não foi de se espantar que a identidade encontrada nos discursos apresentasse alguns componentes estáveis, porém outros que oscilaram de um episódio para o outro.

Na análise da Minustah e do Acordo Nuclear, a frequência das citações das nove temáticas identitárias foi expressa em percentuais, com o intuito de fornecer uma noção dos temas predominantes para cada conjuntura. Combinando o total de pronunciamentos de ambos os subgrupos (17 do Haiti + 19 do Irã = 36 no total) e de evocações às temáticas, foi possível produzir um gráfico consolidado, em que se pode observar qual foi o tema mais importante de modo geral para a identidade internacional brasileira articulada pelo discurso oficial. Ele pode ser visto na Figura 5 abaixo.

Figura 5: Importância dos temas da identidade internacional brasileira combinando pronunciamentos da Minustah e do Acordo Nuclear

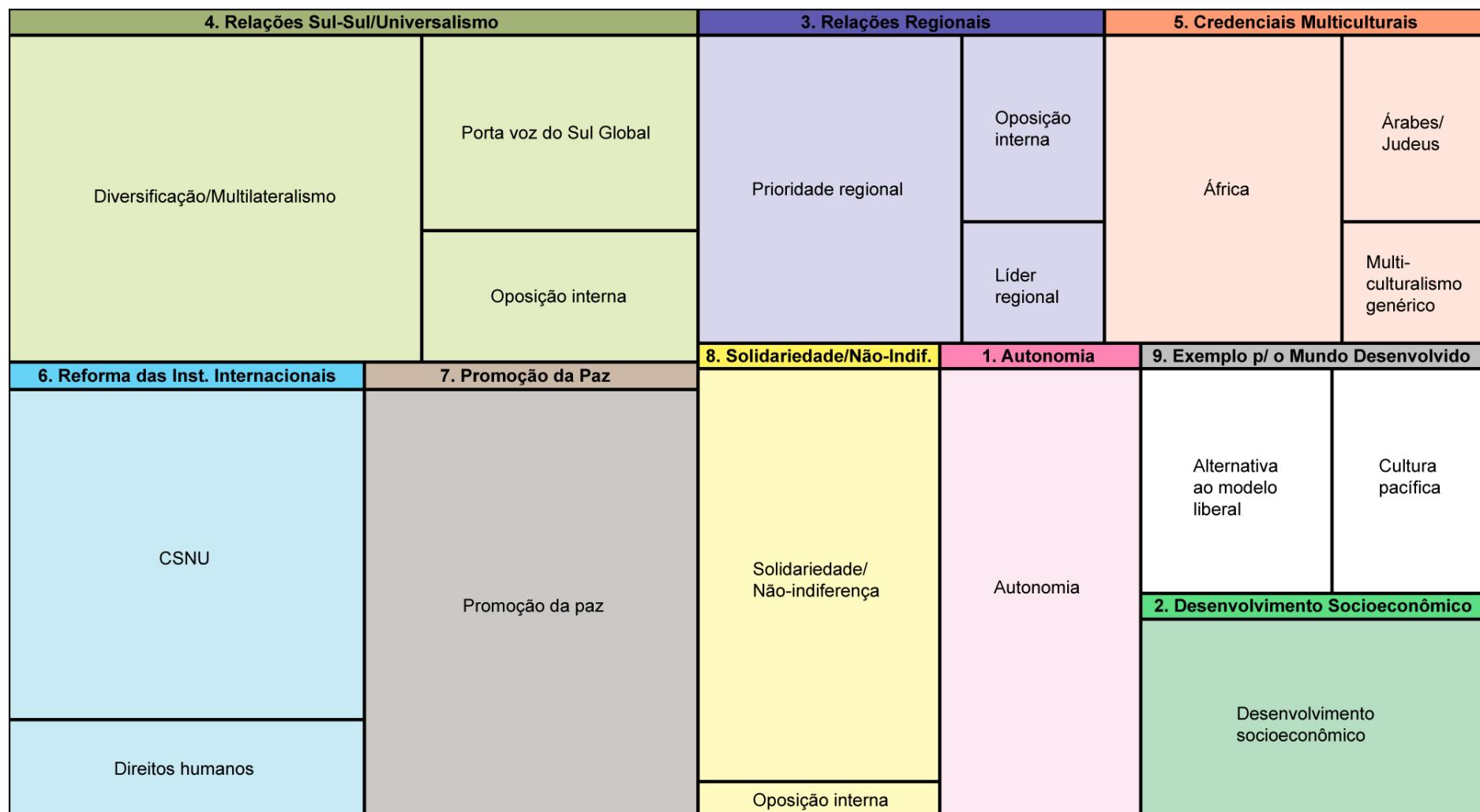


Fonte: Elaborado pelo autor.

A Figura 5 permite ver uma clara predominância do tema das Relações Sul-Sul/Universalismo em todo o corpus, havendo uma distância significativa entre ele e o segundo mais relevante, a Reforma das Instituições Internacionais. Este, por sua vez, não se mostra muito mais recorrente que as duas temáticas imediatamente anteriores (Relações Regionais e Promoção da Paz), as quais tiveram a mesma importância relativa.

Como os estudos de caso demonstraram, o conteúdo exato de cada tema ia além do seu título, agrupando por vezes subtemas e outras ideias corolárias. Era o caso, por exemplo, do tema das Relações Sul-Sul/Universalismo, que não somente descrevia a situação atual do multilateralismo brasileiro junto a novos parceiros comerciais, mas também avançava a ideia do Brasil como um porta voz dos emergentes e respondia a críticas internas. Para uma melhor percepção de quais foram esses subtemas e de sua importância relativa na construção de cada temática, foi elaborado um gráfico do tipo *treemap*, exibido na Figura 6 abaixo. Cada tema identitário está indicado por seu título e com uma cor, os subtemas destes temas estão representados por quadrados, sendo sua área proporcional ao percentual de vezes que ele foi citado em todo o corpus. A imagem fornece uma representação visual da predominância de cada tema e, dentro destes, quais os subtemas abordados.

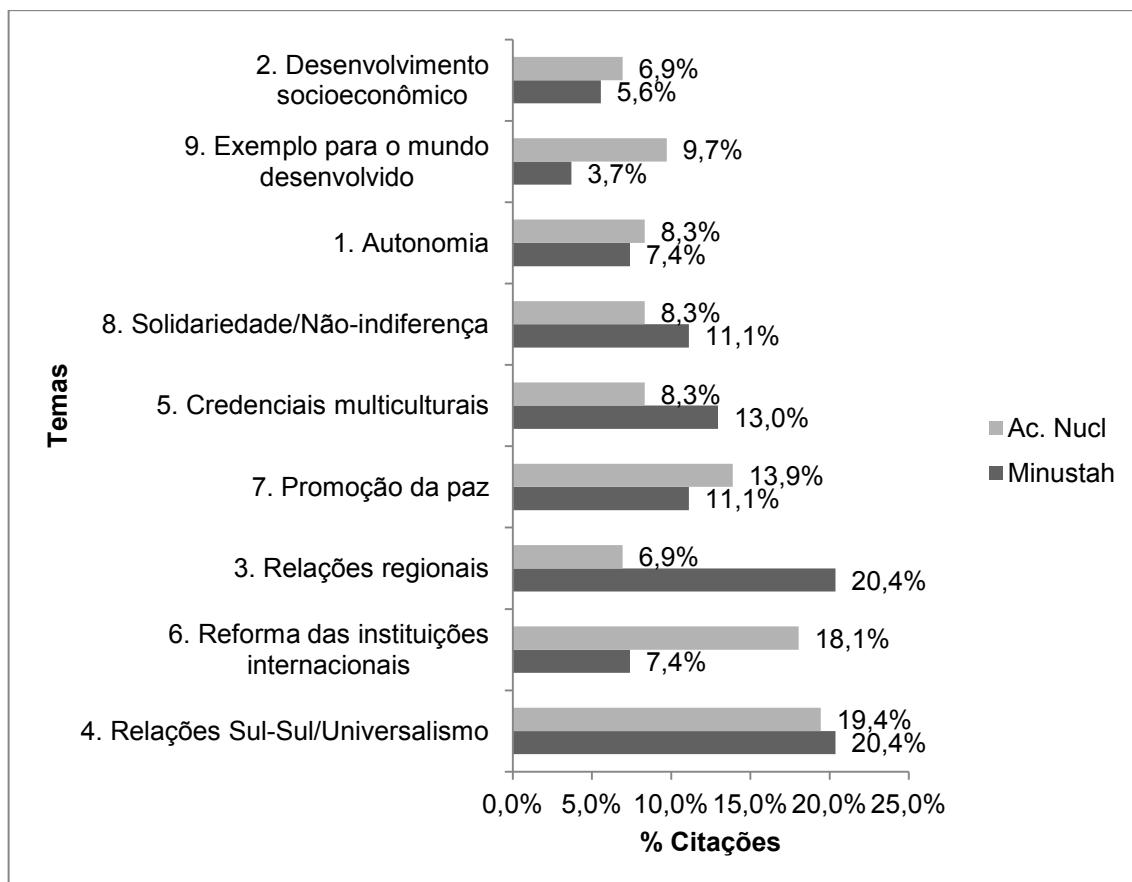
Figura 6: Composição dos temas identitários dos pronunciamentos oficiais



Fonte: Elaborado pelo autor.

Também foi do interesse deste trabalho analisar a variação no discurso oficial entre 2004 e 2010. Assim, comparou-se a importância relativa de cada temática identitária para o caso da Minustah com sua importância no caso do Acordo Nuclear. Ao contrastar ambas as frequências, foi possível notar que algumas temáticas variaram de forma abrupta de um episódio ao outro, apontando uma clara influência da conjuntura na seleção, pelo discurso governamental, de quais componentes identitários mobilizar para construir determinada imagem internacional do país. O comparativo está expresso na Figura 7 abaixo, em que há duas séries, uma representando os temas identitários para o conjunto de pronunciamentos da Minustah, e outra relativa ao Acordo Nuclear. Os nove temas estão dispostos na mesma sequência decrescente que na Figura 5, indo do mais recorrente no corpus como um todo (Relações Sul-Sul/Universalismo) até o menos frequente (Desenvolvimento Socioeconômico).

Figura 7: Comparação da importância relativa dos temas da identidade internacional brasileira nos casos da Minustah e do Acordo Nuclear



Fonte: Elaborado pelo autor.

O gráfico indica que houve uma variação perceptível na importância de alguns dos temas, especialmente Reforma das Instituições Internacionais e Relações Regionais. No cômputo geral, estes foram o segundo e terceiro temas mais relevantes, respectivamente. Todavia, como demonstra a Figura 7, o discurso oficial não valorizou consistentemente estes atributos. Basta lembrar que as Relações Regionais, por exemplo, foram o tema mais importante para o episódio da Minustah (20,4% das citações), mas o menos em se tratando do Acordo Nuclear (6,9%).

A Tabela 5 abaixo detalha a oscilação entre um episódio e outro. À esquerda, ela lista os temas identitários que variaram positivamente, isto é, tornaram-se mais recorrentes no episódio do Acordo Nuclear do que eram durante a Minustah; começando pelo tema que sofreu maior variação. À direita se listam os que variaram negativamente de um episódio para o outro, começando pelo que teve a redução mais intensa.

Tabela 5: Variação positiva (esq.) e negativa (dir.) da relevância das temáticas identitárias entre a Minustah e o Acordo Nuclear

Variação positiva	Variação negativa
6. Reforma das instituições internacionais	+10,6%
9. Exemplo para o mundo desenvolvido	+6,0%
7. Promoção da paz	+2,8%
2. Desenvolvimento socioeconômico	+1,4%
1. Autonomia	+0,9%
3. Relações regionais	-13,4%
5. Credenciais multiculturais	-4,6%
8. Solidariedade/Não-indiferença	-2,8%
4. Relações Sul-Sul/Universalismo	-0,9%

Fonte: Elaborado pelo autor.

A variação nos quantitativos pode ser entendida, em parte, em vista da natureza diversa dos dois casos. Vê-se que a Reforma das Instituições Internacionais foi o tema que mais cresceu em relevância (+10,6%) e as Relações Regionais o que mais decresceu (-13,4%) de um episódio para o outro. Isso provavelmente se deveu ao fato que o discurso oficial buscou repetidamente, durante a Minustah, inscrever o Haiti dentro do raio de preocupações

brasileiras ao evocar seu pertencimento à região latinoamericana. Como o Acordo Nuclear envolveu principalmente o Oriente Médio, o tema das Relações Regionais tornou-se inexpressivo para este caso. Observando os outros temas que se tornaram menos relevantes na estrada de Porto Príncipe até Teerã, nota-se que se tratam de temáticas que foram bastante circunstanciais na definição da identidade brasileira, pois intentaram justificar o envolvimento do país no Haiti, seja por alguma herança africana comum (Credenciais Multiculturais, queda de -4,6%) ou pela responsabilidade do país mais rico da região de ajudar o mais pobre (Solidariedade/Não-Indiferença, -2,8%).

Já o tema da Reforma das Instituições Internacionais provavelmente cresceu nesta intensidade pelo fato que o Acordo Nuclear foi um momento de maior confronto com o *status quo* internacional. Ao invés de cumprir um mandato da ONU, o Brasil agora agia para obter uma solução alternativa à do CSNU. A rejeição por este dos esforços brasileiros também motivou mais comentários sobre as deficiências deste órgão e de outras convenções, como o TNP e os direitos humanos.

Os temas da Autonomia (+0,9%) e das Relações Sul-Sul/Universalismo (-0,9%) foram os que menos oscilaram, mostrando que foram componentes identitários menos circunstanciais que os outros. Comenta-se abaixo a variação do conteúdo de cada tema.

1. Autonomia: O tema da Autonomia apresentou praticamente a mesma frequência em ambos os momentos. Seu conteúdo também foi relativamente estável, compreendendo principalmente a ideia de reequilíbrio nas relações entre Brasil e os países hegemônicos, em especial os EUA e Europa. Também foi recorrente nesta temática a caracterização negativa dos paradigmas que embasaram a atuação externa brasileira previamente.

No subgrupo de pronunciamentos da Minustah, a antiga identidade internacional do Brasil foi definida principalmente em termos do seu alinhamento ao Norte. Mais precisamente, em torno de um receio de discordar dos países mais poderosos²⁸⁹. A maioria dos discursos buscou justificar uma relação menos alinhada e mais crítica com tais atores. Conceitos de combatividade, respeito, autoestima e reciprocidade foram mobilizados para, primeiramente, elencar de forma sumária quais os interesses brasileiros no cenário

²⁸⁹ "Vocês sabem que o Brasil, muitas vezes, não teve coragem de brigar. Muitas vezes, as pessoas tinham medo de se sentar, porque não dá para brigar com os Estados Unidos, não dá para brigar não sei com quem." (LULA DA SILVA, 2004d)

internacional e, em segundo lugar, por que motivo tal reorientação se fazia imperativa, apesar dos atritos que pudesse ocasionar²⁹⁰. Esses conceitos, principalmente os de reciprocidade e autoestima, também são usados para conciliar a identidade pacifista do Estado brasileiro com o momento combativo. Em suma, são articulações que visam justificar o recente repositionamento da PEB como razoável, apropriado e necessário.

Já no subgrupo de pronunciamentos relativos ao Irã, ocorridos no fim do governo Lula, o intento predominante não é justificar uma reorientação recente. Objetiva-se, principalmente, legitimar a política desenvolvida nos anos passados listando as suas conquistas positivas. Destarte, apresenta-se a PEB não mais como um projeto necessário, porém como uma campanha concluída e que produziu resultados positivos. O paradigma anterior do Itamaraty é caracterizado principalmente como errôneo²⁹¹. Isto é, as expressões subjetivas e psicológicas que foram usadas para caracterizar a PEB precedente nos discursos da Minustah ("coragem", "medo"), dão lugar aqui a termos com pretensões objetivas ("subestimar", "falsa"). A PEB anterior mensurava incorretamente tanto as capacidades brasileiras quanto a inexorabilidade da ordem internacional liberal. O Brasil é apresentado pelo discurso oficial como uma nação dotada de recursos suficientes para uma afirmação na cena mundial maior do que até então exercitado. Assim, o que nos pronunciamentos da Minustah era uma avaliação subjetiva torna-se, passados oito anos da nova política externa, uma constatação objetiva. Do *devemos ser*, passou-se ao *nos tornamos*.

Mesmo sendo historicamente a Autonomia um dos temas mais centrais da identidade internacional brasileira, como avalia a literatura, para o corpus estudado ela mostrou-se relativamente discreta. O tópico não foi evocado com muita frequência em comparação a outros, sendo ligeiramente mais recorrente no caso iraniano.

2. Desenvolvimento Socioeconômico: Esta foi a temática menos evocada de todas as nove. Embora mais recorrente no subgrupo de discursos sobre o episódio iraniano, ela

²⁹⁰ "Então, o que nós queremos? Nos queremos para o Brasil o que os americanos querem para eles. Nós queremos para o Brasil o que os europeus querem para eles, ou seja, nós queremos ter uma participação, nós queremos ser respeitados, nós queremos que os nossos direitos sejam levados em conta. E, por conta disso, nós resolvemos comprar as brigas que estamos comprando." (Id. Ibid.)

²⁹¹ "É comum ouvirmos que os países devem atuar de acordo com seus meios, o que é quase uma obviedade. Mas o maior erro é subestimá-los." (AMORIM, 2010e); "Passamos, claramente, de uma submissão aos desígnios de uma ordem internacional alegadamente inexorável para uma inserção ativa em um contexto internacional marcado por grandes transformações." (Id. 2010c); "O Brasil soube desafiar o falso paradigma de que nossa política externa deveria pautar-se pela noção da "limitação de poder". Esta, por sua vez, se baseava numa contabilidade falsa" (Id. 2010b)

manteve aproximadamente a mesma importância em todo o corpus. Nota-se uma repetição das mesmas ideias centrais apesar da distância entre os pronunciamentos. Essencialmente, o discurso governamental caracteriza o Brasil como um país em ascensão econômica e que esta característica é definidora de sua atual condição no mundo. Para tanto, Lula e Amorim listam em sucessivas oportunidades os números que comprovam o avanço da economia brasileira. Ambos atrelam ao crescimento econômico o conceito de justiça social, argumentando que o desenvolvimento só é legítimo se acompanhado de medidas que reduzam a desigualdade no país. A MD do discurso oficial evoca uma dívida social, acumulada ao longo dos anos em um Brasil que se expandia porém agravava sua desigualdade. Argumenta-se que, ainda que todos os governos pregressos tenham afirmado dar atenção à essa dívida, foi efetivamente o governo do PT que tomou medidas concretas, ou suficientemente enérgicas, para lidar com a questão. Nisto notamos uma estratégia discursiva tradicional do discurso partidário, em que o interlocutor minora gestos positivos dos adversários e majora os de sua facção. O reflexo disto num diálogo acerca da identidade internacional do país é dotar o discurso partidário de uma qualidade fundacional, em que o ponto de partida para determinada característica da identidade brasileira é identificado no início da ação do partido inovador. A temática do desenvolvimento socioeconômico também mobilizou conceitos de autoestima e autonomia, reiterando a simbiose que há entre os temas do desenvolvimento e autonomia, já apontada pela literatura.

Assim como para a Autonomia, o tema do Desenvolvimento Socioeconômico também se mostrou discreto no conjunto do corpus apesar de, na literatura, ser um componente basilar do projeto identitário do Brasil. Mesmo sendo para alguns autores o interesse nacional mais profundo (vide MAGNOLI et al., 2000), ele foi o tema menos evocado para estes casos estudados.

3. Relações Regionais: O tema das Relações Regionais se provou um dos mais relevantes para este estudo. Ele apresentou a maior variação de todos os temas: tendo sido o mais citado no subgrupo dos pronunciamentos da Minustah, foi o menos evocado no caso do Irã. A prevalência no primeiro caso se deve ao fato da Minustah se tratar de uma missão que se desenrolava no Caribe, envolvendo principalmente um contingente sul-americano. Percebe-se que o esforço principal dos interlocutores oficiais foi apresentar a liderança brasileira como justificável, natural e portanto legítima. Neste intuito, a geografia é um recurso útil pois é uma

forma de naturalizar as relações externas do país e tornar autoevidente o porquê do interesse por determinado Estado. Tais discursos respondiam aos argumentos domésticos contrários à intervenção, que afirmavam estar o Haiti longe do raio de interesse brasileiro.

A justificativa do envolvimento brasileiro também suscita uma caracterização do papel do Brasil na sua região. Ao retratar a questão da integração regional, notou-se, como na temática do Desenvolvimento Socioeconômico, o mesmo esforço discursivo em estabelecer uma diferença qualitativa entre o governo precedente e o atual, afirmando que este, pelo conjunto de iniciativas adotadas, demonstrava-se como sendo a gestão efetivamente comprometida com a integração sul-americana.

Os subtema da liderança também foi importante, visto que o projeto identitário de potência emergente necessariamente requer alguma articulação do papel de líder regional. Viu-se que Lula e Amorim buscam desfazer, junto aos vizinhos, a imagem do país como um hegemôn ameaçador. Ao invés, ele é apresentado como um parceiro benigno e generoso. A liderança de uma missão de manutenção paz poderia fragilizar essa construção, visto que representava a intervenção em um país mais frágil, que é a atitude esperada de uma potência beligerante — precisamente uma das críticas da esquerda brasileira. Contudo, o discurso oficial afirma que a participação brasileira decorre não de pretensões de hegemonia, porém de responsabilidade como maior país da região — portanto de não-indiferença.

Apesar de importante, este tema foi menos saliente que o das Relações Sul-Sul/Universalismo, sendo este o mais destacado de todos. Isto pode ser interpretado como uma comprovação do diagnóstico recentemente expedido por Malamud & Rodriguez (2013). Para esses autores, a liderança regional brasileira tem sido limitada, de modo que seu principal reconhecimento internacional contemporâneo tem vindo da escala global. Assim, a identidade de líder regional estaria menos acessível na conjuntura atual do que a identidade de líder dos países emergentes. A Figura 6 comprova essa situação, pois demonstra que o papel de porta voz do Sul Global foi mais saliente que o de líder regional no discurso oficial. Não obstante, o fato que as Relações Regionais sejam o terceiro tema mais importante também indica que a região não se tornou de todo marginal na definição da identidade do Brasil como potência emergente.

4. Relações Sul-Sul/Universalismo: As relações entre o Brasil e Sul Global, aliadas à ideia que o país possui uma vocação universalista, foram o tema mais relevante de todo o corpus. Isso significa que a identidade do Brasil como potência emergente se ancorou, em termos absolutos, principalmente nas menções ao universalismo, à multipolaridade, e às relações Sul-Sul. Os discursos oficiais buscaram principalmente apresentar os resultados comerciais e políticos da aproximação com países da África, Ásia e Oriente Médio. A legitimização desta faceta específica da identidade internacional brasileira é derivada, portanto, principalmente dos resultados comerciais benéficos auferidos. Politicamente, cita-se também o engajamento brasileiro em novos blocos que são formados por países do Sul, como o G20, o IBAS e outros. Os méritos dessa atitude são derivados ou novamente dos resultados comerciais brutos ou de outros campos, como a promoção de valores (reequilíbrio das relações Norte-Sul), o ineditismo (interesse brasileiro pelo Oriente Médio), e principalmente sua formatação e contextualização como uma atitude própria à identidade brasileira.

O passado colonial, a escravatura, a miscigenação, e as comunidades de imigrantes são componentes da história nacional mobilizados para justificar o atual diálogo multilateral, inscrevendo os novos parceiros dentro da saga brasileira, dando-os assim alguma participação na construção do que é o Brasil atual. Trata-se de um dos exemplos mais nítidos do uso da MD e de um repertório comum para enfatizar determinados componentes da narrativa histórica da formação brasileira com o intuito de dar sentido às inclinações atuais da PEB.

Este também é um campo que abriga atritos e responde a oposições internas, pelo fato que implicou na revisão crítica da relação com o Norte. Dentro deste tema também foi recorrente a caracterização do Brasil como um líder do Sul Global. As ações do Itamaraty não são atreladas a interesses exclusivamente brasileiros, porém são alargadas de modo a tornarem-se representativas dos interesses de todos os países emergentes. Tal estratégia está em conformidade com o previsto na fundamentação teórica: um dos componentes centrais da legitimidade reside na concordância de muitos atores, e não somente nos méritos normativos de certo objetivo (vide Seção 3.2).

Em conclusão, é interessante destacar que a descoberta dessa primazia do tema das Relações Sul-Sul/Universalismo oferece corroboração empírica adicional às teses de Vigevani & Cepaluni (2007) sobre os traços distintivos da PEB atual. Estes autores apontaram a diversificação de parceiros comerciais como um dos principais elementos que distinguiam a PEB perseguida sob FHC daquela exercida por Lula, embora ambos buscassem, à sua

maneira, a prioridade do desenvolvimento econômico e melhora das condições de negociação internacional²⁹². Como os pronunciamentos analisados demonstram, o elemento mais saliente da identidade do Brasil enquanto potência emergente, no discurso oficial, foi seu vínculo com os novos parceiros do Sul Global. Isto valida o argumento desta dupla de autores, para quem o *framework* interpretativo e a ideologia daqueles responsáveis pela elaboração da política externa influem significativamente na produção desta política. Assim como a ideologia foi relevante para alçar as alianças Sul-Sul a uma posição de destaque nas prioridades diplomáticas do Itamaraty, ela também agiu na produção do discurso governamental que legitimou a PEB, reforçando as Relações Sul-Sul como elemento primaz da identidade brasileira.

5. Credenciais Multiculturais: A matriz multiétnica brasileira é resgatada com múltiplos fins. Em todos os casos analisados, nota-se que essas credenciais são usadas com o intuito de justificar a intervenção brasileira em questões específicas e realçar alguns traços da diplomacia brasileira, como a promoção da paz, o universalismo e o multilateralismo. É uma temática mais frequente no subconjunto de pronunciamentos do Haiti, sendo a terceira mais relevante para este. Para este episódio, a temática é dominada pela imagem da África negra. A herança africana é evocada como um componente central na constituição do povo e cultura brasileiros, e como um elemento de comunhão entre Brasil e Haiti. Por isso, o discurso oficial justifica a Minustah como um gesto de solidariedade e fraternidade a um povo irmão.

As comunidades árabe e judaica brasileiras também são evocadas, principalmente no episódio iraniano. A convivência pacífica em solo brasileiro entre essas duas comunidades (que no Oriente Médio vivem em constante conflito) é citada com um exemplo da capacidade brasileira para a promoção da paz, e também como uma justificativa para o envolvimento brasileiro em questões securitárias no Oriente Médio.

²⁹² "[A] política externa de FHC defendia a idéia da “autonomia pela participação” no sistema internacional, contrapondo-se à busca da “autonomia pela distância” que prevaleceu até o final do governo Sarney (VIGEVANI; OLIVEIRA, 2004; FONSECA JR., 1998), enquanto Lula da Silva procurou inserir o Brasil no cenário mundial acentuando formas autônomas, diversificando os parceiros e as opções estratégicas brasileiras. Apesar de existirem elementos de alteração dos rumos do país ainda na administração FHC, Lula da Silva utiliza uma estratégia que poderia ser batizada de “autonomia pela diversificação”, enfatizando a cooperação Sul-Sul para buscar maior equilíbrio com os países do Norte, realizando ajustes, aumentando o protagonismo internacional do país e consolidando mudanças de programa na política externa." (VIGEVANI & CEPALUNI, 2007, p.282-283)

Nota-se, assim, que o discurso oficial intenta, como que através de uma antropomorfização, transpor para a imagem do Estado e para a capacidade de atuação externa do MRE traços encontrados na sociedade multiétnica brasileira e seus tipos humanos. Esta imputação de uma característica social a um agente político é um exemplo de como o Estado recorre à nação em busca de um repertório simbólico que legitime e familiarize suas ações. Assim, o multilateralismo e universalismo da diplomacia brasileira são enquadados pelo discurso oficial como reflexos da nossa sociedade plural.

6. Reforma das Instituições Internacionais: A reforma das instituições do sistema liberal internacional é o segundo tema mais relevante. É também aquele que mais cresceu em relevância de um episódio para o outro, de antepenúltimo em 2004 para segundo em 2010. Os termos específicos em que a reforma é concebida são consistentes ao longo dos anos. O principal órgão visado pelos pronunciamentos é o CSNU, para o qual o Brasil demanda um assento permanente. Tanto no caso haitiano quanto no iraniano, as críticas dirigidas a este órgão se baseiam em questões de obsolescência (a distribuição de assentos permanentes no Conselho se baseia na situação internacional dos anos 1950), falta de representatividade (países do Sul Global, como o Brasil, são majoritários no planeta porém minoritários no CSNU) e falta de transparência (as decisões tomadas afetam todo o planeta e portanto deveriam ser tomadas de forma mais plural e aberta).

Esta temática é interessante pelo fato que os dois episódios estudados revelam uma atitude distinta do Brasil para com a atual ordem internacional. No Haiti, a postura brasileira é de cooperação, exortando os demais países a cooperarem na construção de uma ordem internacional mais justa. No caso iraniano, não se trata de um esforço humanitário, mas de uma mediação suspeita com um regime impopular, de modo que o atrito com os países desenvolvidos é mais marcado. O maior embate pode ter demandado mais esforços de defesa e justificação, o que explicaria a maior relevância do tema para o último caso. Nos dias do Acordo Nuclear, as críticas se estenderam para além do CSNU e também contemplaram os direitos humanos e o TNP, ambos sendo, de acordo com o discurso oficial, implementados com parcialidade pela comunidade internacional.

7. Promoção da Paz: Tópico consistentemente relevante, com pouca variação de um episódio para outro, sendo mais prevalente no caso iraniano. A participação brasileira na missão de estabilização é interpretada como um gesto concreto desse traço identitário. Neste evento, é interessante notar que a promoção da paz é tida como sinônimo da promoção de justiça social, isto é, a criação de condições políticas e econômicas que levem ao desenvolvimento e ordem social. Isto pode ser uma forma de demarcar a especificidade da visão de mundo brasileira face às demais (oposta, por exemplo, à militarista norte-americana). Sendo o próprio Brasil um país que ainda arca com atrasos socioeconômicos, a inclusão da preocupação com o desenvolvimento em esforços de promoção da paz é uma forma de transladar uma especificidade da sociedade brasileira para o campo das ações externas.

No caso iraniano, a promoção da paz é evocada com mais intensidade. Como não se trata mais de caridosa intervenção em um país pobre, e sim de um acordo com um *rogue state*, houve uma necessidade maior de argumentar que, ainda assim, o Brasil busca a paz. Existe uma ênfase na chamada autoridade moral do Brasil em tópicos de promoção da paz, respeito aos direitos humanos e não-proliferação nuclear. Ao mesmo tempo em que se reitera a observância do Brasil a esses valores, se aponta a parcialidade da comunidade internacional em aplicá-los. Elementos como a convivência pacífica de várias etnias na formação brasileira, e a falta de guerras entre o Brasil e seus muitos vizinhos são consistentemente evocados pelos interlocutores como evidências desse traço identitário.

8. Solidariedade/Não-Indiferença: A temática da solidariedade ou não-indiferença é mais frequente no subconjunto de pronunciamentos sobre o Haiti. Neste, nota-se o esforço inicial de conciliar estes conceitos com o princípio constitucional de não-intervenção. Este princípio é motivo de divergência na política doméstica, que os interlocutores oficiais tentam sanar ao apresentar o imperativo moral de intervir em países próximos em situações calamitosas. Ademais, constrói-se a não-indiferença como um reflexo de valores solidários inerentes ao Brasil. Outro esforço consistente é o de justificar uma ação externa onerosa. Um dos elementos persistentes da identidade do Brasil é sua condição de relativo subdesenvolvimento, sem excessos de recursos para prodigalizar. O discurso oficial não ignora este componente identitário e se dirige a ele afirmando que a solidariedade é própria a todos os países e não só aos ricos. Destarte, o discurso oficial consegue propor uma identidade internacional do Brasil como um país solidário apesar de economicamente

limitado. É interessante destacar o contraste existente entre este tema e o do Desenvolvimento Socioeconômico, pois neste argumenta-se que o país superou sua condição de miséria e é hoje uma economia pujante, ao passo que naquele a identidade do Brasil como uma nação pobre (ou não tão rica quanto os países do Norte) reemergue.

9. Exemplo para o Mundo Desenvolvido: Esta temática foi a antepenúltima em relevância, sendo muito mais frequente no caso iraniano que no haitiano. Neste, a exaltação do Brasil como exemplo para o mundo desenvolvido se restringiu ao campo da paz. Convém destacar que este tema se assentou principalmente em narrativas históricas, aludindo ao legado da formação brasileira, à boa relação entre os países sul-americanos e à coexistência harmoniosa entre árabes e judeus. No caso iraniano, esta temática adquiriu mais complexidade. Persistiu o exemplo da convivência pacífica, porém foi introduzida também a questão da política econômica. Como estes discursos se deram dois anos após a crise financeira de 2008, que abalou severamente a fé no modelo econômico neoliberal, muitos dos pronunciamentos do Lula e Amorim se valeram da boa reação brasileira à tormenta para condenar tal paradigma e apresentar o modelo nacional (em que o Estado não é mínimo mas um indutor importante da atividade econômica) como um exemplo que deveria ser seguido pelos países desenvolvidos. O padrão brasileiro é exaltado tanto por promover maior justiça social quanto pelo fato de ser original e não uma ideia importada.

8.2 A identidade internacional do Brasil no discurso da imprensa

A cobertura dos quatro periódicos nos dois episódios foi comparada, para avaliar se o seu discurso acerca da identidade internacional do Brasil se manteve estável ou sofreu algum repositionamento. Para verificar se houve mudanças, foram combinados os Quadros 3 e 4, que resumem os discursos para o Haiti e para o Irã, respectivamente. Nos casos em que o discurso do veículo se manteve estável nos dois episódios a cor de sua célula não foi alterada. Assim, um jornal cujo discurso foi majoritariamente convergente com o governamental no caso haitiano e também no caso iraniano terá uma célula verde, indicando que em todo o corpus suas notícias foram compatíveis com o discurso oficial. Alternativamente, se o jornal foi, nas duas ocasiões, predominante divergente, sua célula será vermelha; e se intermediário, amarela.

Para os casos em que os periódicos reposicionaram seus discursos de um episódio para outro, a cor da célula foi alterada. A regra empregada foi que se um jornal adotou um discurso majoritariamente convergente num momento e intermediário em outro, considerou-se que o discurso no total foi predominantemente convergente. O mesmo se aplicou no caso de discursos em um momento divergentes e em outro intermediários. Já nas situações em que num momento o discurso foi convergente e, no outro, divergente, a resultante foi uma célula intermediária. Nos casos em que o jornal não se pronunciou sobre a temática nos dois momentos mas apenas em um, considerou-se somente aquele em que ele afirmou algo. O resultado está expresso no Quadro 5 abaixo.

Quadro 5: Convergência entre os discursos oficial e midiático sobre os temas da identidade internacional brasileira nos casos da Minustah e do Acordo Nuclear

Tema	Disc. Oficial	FT	NYT	IstoÉ	OESP
1. Autonomia	<ul style="list-style-type: none"> - PEB anterior submissa e equivocada vs. PEB atual ativa e não subserviente; - Recíprocidade, combatividade, respeito e autoestima; - Reequilíbrio das relações Norte-Sul; - Brasil pode agir sem tutela dos grandes poderes 	<ul style="list-style-type: none"> - Brasil é "nação confiante" tentando traçar "uma rota diplomática própria"; - Apoio dos EUA apesar de atritos 	<ul style="list-style-type: none"> - Nova PEB desgasta relações entre Brasil e EUA; - Despreparo da diplomacia brasileira; - Brasil antagoniza os EUA por exibicionismo inconstante 	<ul style="list-style-type: none"> - Diplomacia durante FHC foi o apogeu da subserviência; - Diplomacia atual ousada e habilidosa; - Atritos com EUA compensados pelo prestígio internacional 	<ul style="list-style-type: none"> - Nova PEB desgasta relações com EUA; - Nova PEB é inconstante e excessiva; - EUA indiferentes à nova identidade brasileira; - Ideologização da PEB e perda da qualidade/despreparo dos diplomatas
2. Desenvolvimento socioeconômico	<ul style="list-style-type: none"> - Modernização; - Crescimento econômico com redução da desigualdade interna 	<ul style="list-style-type: none"> - Modernização/ Mudança na imagem internacional; - Caracterização positiva dos governos liberais da década de 1990 	--	--	--
3. Relações regionais	<ul style="list-style-type: none"> - Haiti está no raio de interesse brasileiro; - Compromisso com a estabilidade regional; - A prioridade atual da integração regional; - Liderança regional benéfica 	<ul style="list-style-type: none"> - Interesse norte-americano no potencial estabilizador da liderança brasileira; - Integração regional 	<ul style="list-style-type: none"> - Minustah demonstra liderança regional brasileira; - Brasil e aliados regionais agem em defesa da democracia, paz e multilateralismo; - A PEB executada por Lula prejudicou a democracia na América Latina 	<ul style="list-style-type: none"> - Haiti está fora do raio de interesses brasileiros, apesar de pertencer à região 	<ul style="list-style-type: none"> - Haiti está no raio de interesses brasileiros; - Minustah é ponto de partida para maior cooperação regional; - Apesar de rivalidades comerciais, Brasil e Argentina têm cooperação militar exemplar; - Brasil dialoga com regimes (Irã) que incentivam o terrorismo em aliados regionais importantes (Argentina)

4. Relações Sul-Sul/Universalismo	<ul style="list-style-type: none"> - Diversificação; - Porta voz do Sul Global; - Sul-Sul é manifestação moderna do multilateralismo centenário do Itamaraty; - Críticas internas vêm de "mentes colonizadas" 	<ul style="list-style-type: none"> - Diversificação atual pode tornar o país a potência que ele vem tentando ser; - Porta voz do Sul Global; - Mediador entre Ocidente e o mundo em desenvolvimento; - Historicamente, emergentes são "fracassos diplomáticos" 	<ul style="list-style-type: none"> - Brasil representa o mundo pós-Ocidental e continuará a emergir no cenário global 	<ul style="list-style-type: none"> - Porta voz do Sul Global; - Liderança dos países pobres mas com boas relações com os desenvolvidos 	<ul style="list-style-type: none"> - Foco no "Terceiro Mundo" é fruto de uma ideologização da PEB; - Críticas ao perdão de dívida e doações à África; - Brasil reivindica condição de porta voz dos emergentes, críticos veem "megalomania" e "excesso de protagonismo"
5. Credenciais multiculturais	<ul style="list-style-type: none"> - Miscigenação em sintonia com princípios universalistas, conciliadores e a diplomacia Sul-Sul; - Herança africana une Brasil e Haiti; - Coexistência pacífica entre judeus e árabes no Brasil habilitam o país a ser mediador na paz do Oriente Médio 	--	<ul style="list-style-type: none"> - Jogadores da Seleção admirados pelos haitianos por sua cor negra e origem humilde 	<ul style="list-style-type: none"> - Laços com outras nações (ex.: comunidade lusófona) são mais fortes que a herança africana 	<ul style="list-style-type: none"> - Caráter multiétnico torna liderança bem aceita; - Internamente, continua o preconceito racial; externamente, o Haiti tem elos culturais e étnicos com o Brasil

6. Reforma das instituições internacionais	<ul style="list-style-type: none"> - CSNU obsoleto, pouco transparente e pouco democrático; - Liderança da Minustah como gesto concreto do compromisso brasileiro; - Direitos Humanos são tratados de forma politizada; - Denuncia recusa dos países nuclearizados em se desarmarem 	<ul style="list-style-type: none"> - Minustah e outros gestos como parte da campanha por prestígio e um assento permanente no CSNU; - Os "cinco permanentes" do CSNU exercem poder mistificado, têm regras obsoletas e pouco democráticas face ao mundo não-ocidental; - Potências não foram capazes de resolver o problema da proliferação nuclear 	<ul style="list-style-type: none"> - Minustah é parte de esforços para o assento permanente, ainda que negado pelo discurso oficial; - Brasil como potência regional emergente busca o assento permanente; - Amadorismo diplomático pode inviabilizar o assento permanente no CSNU; - Membros permanentes do CSNU são mais legítimos para solucionar questão securitária; - Brasil silencia sobre ataques à democracia a aos direitos humanos e ataques, assemelhando-se às potências que criticava; - Breve menção à incapacidade das potências em resolver o problema da proliferação nuclear 	<ul style="list-style-type: none"> - Críticas concentradas nos EUA e não nas instituições internacionais; - Assimetrias do TNP; - Potências não foram capazes de resolver o problema da proliferação nuclear; - Silêncio sobre os Direitos Humanos 	<ul style="list-style-type: none"> - Minustah e diplomacia Sul-Sul como parte da campanha para o CSNU; - Governo previu benefícios mas não custos da Minustah; - Condenação moral da aproximação brasileira com o Irã; - Brasil condena assimetrias no TNP e recusa dos países nuclearizados em se desarmarem; - Breve concessão à tenacidade de Lula, denúncia do reacionarismo das potências nucleares
7. Promoção da paz	<ul style="list-style-type: none"> - Justiça social como requisito para a paz; - Relações regionais pacíficas; - Desejo pela paz é a grande qualidade brasileira; - Brasil tem autoridade moral em matéria de desarmamento 	--	<ul style="list-style-type: none"> - País opõe-se a intervenções unilaterais violentas (Iraque); - Diplomacia "não convencional" de gestos que demonstram desejo pela paz ; - Brasil e Irã passaram por experiências semelhantes em seus programas nucleares; - Envolvimento brasileiro no caso iraniano poderia comprometer seu próprio programa 	<ul style="list-style-type: none"> - Preferência brasileira pelo diálogo opõe-se à beligerância e falta de legitimidade dos EUA; - Promoção da paz através do desenvolvimento é um dos diferenciais da atuação brasileira no exterior; - Atuação brasileira na "questão mais aguda" da "paz mundial" 	<ul style="list-style-type: none"> - País opõe-se a intervenções unilaterais violentas (militarismo dos EUA); - Minustah legitima associação entre paz e justiça social; - Motivação eleitoreira e de projeção pessoal de Lula

8. Solidariedade/ Não-indiferença	<ul style="list-style-type: none"> - Impossibilidade moral da indiferença; - Mesmo não sendo desenvolvido/rico, o Brasil foi solidário 	--	<ul style="list-style-type: none"> - Brasil tem limitações financeiras, mas na "divisão do trabalho" pode ajudar de outras formas; - Mas há críticas internas no próprio PT (imperialismo/não-intervenção) 	--	<ul style="list-style-type: none"> - Brasil pode ajudar Haiti com cooperação técnica; - Generosidade com o Sul ambiciona o assento no CSNU; - Os recursos prodigalizados são mal empregados
9. Exemplo para o mundo desenvolvido	<ul style="list-style-type: none"> - Convivência democrática dos países latinoamericanos; - Coexistência pacífica das comunidades árabe e judaica no Brasil; - Investimentos no Haiti são exemplos morais; - Alternativa comprovada ao modelo econômico liberal 	--	--	--	<ul style="list-style-type: none"> - Brasil carece de relevância para obrigar outros países a apoiá-lo

Fonte: Elaborado pelo autor.

De todos os jornais, o FT mostrou-se o mais próximo do discurso governamental, convergindo com este em todas as temáticas sobre as quais se pronunciou, com exceção do tema Desenvolvimento Socioeconômico. Ao resgatar o passado do Estado brasileiro para colocar sua identidade atual em perspectiva, o jornal de negócios interpretou positivamente os anos de governo liberal anteriores a Lula. Essa leitura, diametralmente oposta à visão presidencial, se explica em decorrência da FD deste periódico. Sendo uma publicação financeira direcionada a um público do mundo dos investimentos, sua ideologia editorial reproduz o discurso neoliberal, para o qual medidas que tragam liberalização dos fluxos comerciais e financeiros são salutares pelos ganhos que trazem em matéria de eficiência e competitividade. Por essa razão, as medidas tomadas por FHC e alguns de seus antecessores, incluindo privatizações e abertura comercial econômica, significaram para o jornal atitudes positivas. O êxito atual das multinacionais brasileiras seria uma prova dos benefícios trazidos pelas ações pró-mercado anteriores a Lula.

Também é interessante frisar que no tema Relações Sul-Sul/Universalismo o FT teve uma posição intermediária apenas no caso iraniano. Por ter tido um discurso próximo ao oficial em se tratando da Minustah, sua cobertura foi considerada como majoritariamente convergente, porém a ocasião de sua discordância também se deu no campo da memória. Assim como para a interpretação das políticas econômicas brasileiras passadas, ao falar sobre a capacidade de ação externa de países emergentes como o Brasil o jornal teve uma leitura menos otimista que a oficial. Destarte, as poucas discordâncias que o periódico teve do discurso oficial se concentraram nas interpretações do passado. Isto significa que o periódico compartilha das significações que o governo imprime aos gestos da PEB atual, porém não valida integralmente sua identidade. Identidades têm um componente narrativo; no discurso oficial, o Brasil é narrado como um país que encontrou um caminho de autodeterminação e prosperidade que contrasta com o passado de subserviência e dívida. O FT, por sua vez, vê o país como uma potência exportadora globalizada, de modo que os anos liberais do passado não são a antítese para a identidade presente, mas o ponto de partida.

O NYT concordou com apenas dois temas dentre os sete sobre os quais se pronunciou. As passagens em que houve convergência foram esporádicas: comentário sobre os jogadores da seleção brasileira atrelado à questão da etnia, e um editorial solitário afirmado que o Brasil representava o mundo pós-Ocidental. É interessante destacar que a receptividade do jornal ao discurso governamental variou bastante de um episódio para o outro. Enquanto para a Minustah o jornal apresentou posturas intermediárias mas nenhuma discordância

predominante, em se tratando do Acordo Nuclear ele divergiu em todos os temas sobre os quais se manifestou, exceto um. O tema das Relações Regionais, por exemplo, mudou. Esta foi a temática mais relevante para o jornal ao retratar o episódio haitiano. A Minustah foi para o NYT um exercício da liderança regional brasileira, imbuída de valores de paz, estabilidade e democracia. Já no caso iraniano, Lula é retratado como um inimigo da democracia na América Latina por seu apoio a Chávez e Fidel. Da mesma forma, ao tratar do tema da Reforma das Instituições Internacionais, o NYT passou de intermediário a predominantemente divergente na travessia de Porto Príncipe a Teerã. Nesta temática, sua desconstrução da identidade da potência emergente foi original por interpretar o comportamento brasileiro como típico de uma potência hegemônica. Desse modo, o Brasil emergente se assemelha com os demais países que antes ele criticava. No cômputo geral, a cobertura do NYT mostrou-se dividida, havendo três pontos de postura intermediária, dois contrários e dois favoráveis, sendo o maior número de posições mistas decorrente da mudança de atitude de um episódio para outro.

A razão para tal metamorfose pode ser encontrada na FD do NYT. Considerando que se trata de uma publicação norte-americana, o interesse nacional será uma das determinantes do seu discurso ao cobrir eventos de política externa. Embora a imprensa habitualmente conteste o discurso governamental em matérias internas, cumprindo assim sua função de vigia do poder, ao abordar questões internacionais em que o interesse nacional está em jogo seu discurso tenderá a se alinhar com o oficial (ARCHETTI, 2010), se não em todos os casos, certamente naqueles excepcionais em que as possibilidades de discordância são reduzidas (NOVAIS, 2010). Sob essa perspectiva, a interpretação favorável da identidade brasileira como uma potência regional emergente no caso da Minustah pode ser um reflexo que a liderança do Brasil esteve consoante com os interesses nacionais dos EUA para a ilha caribenha. Dessa forma, acaba corroborada a crítica feita durante os debates no Congresso pelos parlamentares de esquerda contra a participação na Minustah: que esta seria o cumprimento dos interesses da Casa Branca. Pela mesma lógica, a mudança abrupta no tom da cobertura em se tratando do Acordo Nuclear se justifica pelo fato que, para este quesito, a ação brasileira contrariou os interesses norte-americanos. Sendo um dos interesses dos EUA a aplicação de sanções contra Ahmadinejad e o reforço da capacidade de ação coordenada do CSNU, o jornal desconsiderou a validade da ideia brasileira de mediação e, especialmente, de reforma do Conselho.

O papel do interesse nacional também é significante se compararmos a cobertura do FT e do NYT. Considerando prioridades para os EUA sua segurança e a segurança de seus aliados no Oriente Médio (Israel), entende-se porque o periódico norte-americano mostrou maior hostilidade à redefinição das competências brasileiras no âmbito securitário. Já o FT, londrino porém lido por um público internacional, compartilhava da visão brasileira. O maior distanciamento da Inglaterra destes acontecimentos, bem como a ausência, no caso do leitorado, de uma nação única dotada de interesse, pode ter levado a uma defesa apenas de valores comuns a vários povos da sociedade internacional, como a solução pacífica de conflitos — que é o que o Brasil afirma procurar. Da mesma forma, as Relações Regionais foram mais salientes para o NYT pelo fato de o jornal ter mais interesses hemisféricos, ao passo que o FT, tendo seu leitorado mais disseminado pelo globo, de modo geral aprofundou-se mais na questão das Relações Sul-Sul/Universalismo.

Em se tratando dos periódicos nacionais, a comparação entre ambos foi, como antecipado, prejudicada pela grande discrepância no volume de notícias. Por ser a única revista do corpus, a IstoÉ teve poucas matérias publicadas: oito no total — um número muito pequeno para poder delinear com exatidão os contornos ideológicos do semanário. Seus poucos artigos também não versaram sempre sobre os mesmos temas identitários. Ao contrário, as temáticas evocadas em um episódio não foram mencionadas no outro. A cobertura da revista pode ser qualificada como irregular ou "*patchy*" em virtude dessas lacunas, o que também compromete a consistência de seu discurso. O único tema abordado nos dois momentos foi a Promoção da Paz, em ambas as ocasiões de forma positiva. O fato de haver essas lacunas fez com que não houvesse mudança na valência dos temas de um episódio para outro. Não obstante, pode-se dizer que de modo geral a IstoÉ mostrou-se consideravelmente convergente com o discurso governamental, principalmente no episódio iraniano.

Quanto ao OESP, ele foi o mais antagônico de todos os jornais. Considerando a totalidade de seus textos, não houve convergência predominante: apenas divergências e posições intermediárias em relação ao discurso governamental. O jornal ainda se manifestou positivamente durante a Minustah, convergindo nas temáticas das Relações Regionais e da Promoção da Paz. Não obstante, vindo o caso iraniano, ambos os temas foram interpretados negativamente, de modo que sua posição final é intermediária. Antes detalhando o alto grau de cooperação entre Brasil e Argentina, o jornal enfocou em seguida que os novos aliados de Lula tinham perpetrado ações criminosas no vizinho platino. Da mesma forma, se o jornal,

como o governo, viu na Minustah a comprovação do elo entre justiça social e paz, essa associação não resistiu ao Acordo Nuclear, quando o OESP interpretou a atitude de Lula não como uma busca pelo entendimento mas por projeção pessoal. Os temas da Autonomia e das Relações Sul-Sul/Universalismo foram consistentemente contestados pelo OESP, que encontrou em ambos os momentos ocasião para reprisar suas críticas. Enfatizou-se naquele os danos nas relações bilaterais Brasil-EUA (no Haiti pelas declarações do general brasileiro sobre Kerry e, no Irã, pela oposição às sanções) e, neste, reprovava-se a aliança com os países do Terceiro Mundo como ideológica e pouco benéfica.

Em se tratando dos periódicos brasileiros, a variável "interesse nacional" parece estar subsumida pela "ideologia editorial". Isso pois, observando as argumentações empregadas pelos periódicos, vê-se que cada um legitimava a ação brasileira com base em sua leitura — condicionada pela ideologia — do que vinha a ser o melhor para a nação. Para OESP, trata-se da manutenção de boas relações com o hegemôn global e distância de *rogue regimes*. Já para a IstoÉ, seria a superação do perfil submisso da política externa precedente. Conclui-se que, domesticamente, há uma permanência do *leitmotiv* da autonomia, porém significando coisas diferentes dentro de cada FD. Para a IstoÉ, ela implica não submeter-se à tutela dos poderes estabelecidos, ao passo que para o OESP, a preocupação com boas relações entre Brasil e economias desenvolvidas ecoa a preocupação com o desenvolvimento, que seria a forma de autonomia que o Brasil mais necessita.

Comparando os periódicos nacionais e os estrangeiros, nota-se que não houve temática em que os quatro compartilhassem todos do mesmo parecer. Para o episódio haitiano, embora não tenha havido unanimidade, as publicações tenderam a ser mais concordantes. Todos os três jornais que se manifestaram na ocasião a respeito da Reforma das Instituições Internacionais tiveram posições intermediárias ou contrárias em termos similares, pois divergiam do governo ao apontar de forma mais explícita que a real motivação da Minustah era o assento permanente no CSNU. As Relações Regionais também foram consensuais para os três, sendo a IstoÉ a única a divergir. A Promoção da Paz também não foi desafiada no caso haitiano.

Já para o episódio iraniano, houve pouca concordância global, não havendo um tema que obtivesse mais que dois discursos compatíveis. Essa diferença pode explicada pelo fato que o episódio iraniano se mostrou de mais difícil interpretação para a mídia, e por isso mesmo suscitando leituras mais desencontradas. É útil apontar a distinção que Steinberger

(2005) faz entre um fato "atual" e um fato "novo" para a mídia, sendo o primeiro um exemplar recente de um fenômeno já conhecido (e.g., desastre natural) em que há "scripts" prontos para abordá-lo (e.g. papel das vítimas, família das vítimas, autoridades, etc). Um fato "novo", porém, seria um para o qual não há um roteiro bem delineado dado seu ineditismo. A participação brasileira em missões de paz é um fenômeno tradicional, de modo que, embora a liderança fosse um papel novo, não era desafiador interpretá-la à luz da trajetória brasileira. Seria um fato "atual". Negociações com o Irã, por outro lado, caracterizam-se como um fato "novo", dado que a trajetória brasileira não comportava nem um grande interesse pela segurança do Oriente Médio nem a cordialidade com regimes autocráticos.

Essa disponibilidade de "scripts" para enquadrar os fatos internacionais parece ter se relacionado de forma relevante com a articulação de uma identidade para o Brasil pela mídia. Ambos os episódios foram oportunidades para a afirmação de papéis para os agentes envolvidos, e os periódicos se mostraram tendentes a reafirmarem papéis já existentes. Considerando, por exemplo, as identidades do Haiti e Irã, foram reforçadas suas imagens já solidificadas como uma ilha miserável e como um regime autocrático e perigoso, respectivamente. Assim, quando o Brasil buscou afirmar na sua atuação junto a esses dois países uma nova identidade para si, esta foi interpretada pelos jornais à luz dos repertórios já disponíveis em suas FDs sobre o Brasil e esses parceiros. Em se tratando de missões de paz, há um papel bem definido para o Brasil, devido ao seu histórico de participação²⁹³. Por esse motivo, e também pelo fato de o Haiti ser um país de pouca relevância na política internacional, os jornais tenderam a validar o discurso governamental sem maiores resistências. Contudo, em se tratando do Irã, um país de alto interesse na política internacional, as leituras da imprensa tenderam a ser mais combativas. Embora o discurso oficial tenha buscado avançar novos papéis e tópicos na missão a Teerã (por exemplo, a necessidade de reforma das instituições internacionais e da busca por soluções diplomáticas), alguns dos jornais tenderam a dar importância marginal a essa pauta e buscaram, ao invés, reafirmar identidades bem estabelecidas, por exemplo o caráter perigoso e imprevisível do Irã. Como os predicados desta identidade iraniana predominante eram incompatíveis com os objetivos que o Brasil afirmava buscar com o Acordo Nuclear, o discurso oficial terminou gerando menos consenso para este caso.

²⁹³ Ademais, tendo sido uma das ideias do MRE levar a Seleção para uma partida em Porto Príncipe, reafirmou-se ainda mais um papel bem estabelecido, quase estereotipado, do Brasil como a pátria de chuteiras.

Os resultados sugerem que os periódicos nacionais de ideologia contrária à governamental e os estrangeiros perpassados por um interesse nacional oposto ao brasileiro foram menos receptivos aos discursos por mudança no *status quo* mundial, recusando-se a legitimar o papel reivindicado pelo Brasil. Por isso, o NYT e o OESP embora de nacionalidades e leitorados distintos, tiveram um parecer semelhante quanto à nova PEB, vendo nela uma demonstração do despreparo da diplomacia brasileira (e de ideologização, no caso do OESP), de imoralidade (por ignorar a questão dos direitos humanos), e de exibicionismo desproporcional, com pontuais exceções. O mesmo é apontado por críticos do Lula, para os quais as suas escolhas diplomáticas duvidosas mancharam a boa reputação mantida até então pelo Brasil (ALMEIDA, 2010, p.174).

Já os periódicos com ideologia compatível com a governamental, ou perpassados não por um interesse menos paroquial e mais cosmopolita, tenderam a convergir com a visão oficial. Por essa razão, os discursos da IstoÉ e do FT validaram a identidade de potência emergente pretendida pelo Brasil em vários aspectos. Sua concordância, entretanto, não foi unânime, havendo pontos de questionamento sobre quem são os países nos quais o Brasil tem um interesse legítimo e sobre a interpretação dos governos de décadas anteriores, respectivamente.

9 CONCLUSÃO

O modelo para atualização identitária que foi desenvolvido para este trabalho — embasado num referencial teórico construtivista a partir de Wendt (1992), Marcussen et al, (1999) e Barnett (1999) — previa que um Estado que quisesse modificar sua imagem e papéis no cenário internacional passaria por quatro etapas. As duas primeiras, a crise da identidade precedente e a competição pelo estabelecimento de um novo paradigma, são reflexivas e simbólicas. As duas últimas, em que o país age no cenário internacional reivindicando um novo papel e o subsequente *feedback* do Outro, são performativas e práticas. Neste estudo, considerou-se que na última década o Brasil buscou redefinir sua identidade no cenário internacional como uma potência emergente (SOARES DE LIMA & HIRST, 2006). A PEB executada durante o governo Lula, interpretada como uma "autonomia pela diversificação" (VIGEVANI & CEPALUNI, 2007), foi a performance do conjunto de predicados constituintes deste novo *self*. Nas palavras de Celso Amorim (2011), quando da transmissão

do seu cargo de ministro das Relações Exteriores, foi uma "uma política externa altiva e ativa, na qual o povo brasileiro se reconhece".

As intervenções do Brasil junto ao Haiti, em 2004, e ao Irã, em 2010, foram representativas deste desejo de ser percebido como um *global player*. Elas visaram demonstrar a capacidade nacional em prover bens públicos internacionais, exercer um papel de liderança regional, e solucionar crises humanitárias e securitárias — atributos que se espera de uma potência. A literatura é unânime em interpretá-las como parte da campanha por um assento permanente no CSNU, sendo esta a comenda definitiva na crisma de uma nova potência mundial²⁹⁴. No modelo de atualização identitária adotado, a atuação diplomática corresponderia ao terceiro momento, em que o país age embasado em seu novo autoentendimento. A análise desta dissertação se concentrou na transição do terceiro para o quarto e último momento da mudança identitária, quando o Outro dá seu *feedback* à ação, ou seja, quando outros atores internacionais reagem às intervenções brasileiras no Haiti e no Irã.

Identidades são teorias coletivas sobre quem são os atores no sistema internacional. Sua existência efetiva requer que as crenças que a sustentam sejam amplamente compartilhadas, para se tornarem um fato do mundo social (WENDT, 1992; ADLER, 1997; HOPF, 1998). A política externa, da mesma forma, exige um esforço de argumentação e persuasão junto à comunidade internacional para que seja compreendida como legítima. Este é um processo primordialmente discursivo, em que um Estado expõe para os demais a visão de mundo que fundamenta suas iniciativas (FONSECA JR, 1998; HURREL, 2007). Destarte, a atuação brasileira em Porto Príncipe e em Teerã foi acompanhada por um esforço discursivo da parte do MRE e da PR para harmonizar estes gestos com traços da nação brasileira e com ideais que, normativamente, o Brasil projeta para a comunidade internacional. Em resumo, o governo buscou explicar o que o Brasil *fez* em termos do que o Brasil é — acrescentando por vezes comentários sobre o que a comunidade internacional *deve ser*.

Por derivar sua legitimidade do campo da representação e do discurso, a política externa é uma área peculiar das relações internacionais, em que outros atores não-estatais podem influir com sucesso nos projetos dos Estados, graças ao seu poder no âmbito da comunicação. A mídia é o principal interlocutor dos Estados neste diálogo, por sua capacidade de capturar, recortar e interpretar a realidade internacional e as políticas externas,

²⁹⁴ Vide Bracey (2009), Souza & Zaccaron (2006), Hirst (2007), Ramalho & Goes (2010), Soares de Lima & Hirst (2009), Patti (2010), Steiner, Medeiros & Lima (2014)

transmitindo à opinião pública uma determinada visão dos fatos diplomáticos (STEINBERGER, 2005). A imprensa nacional e estrangeira se constituem, dessa forma, como Outros cujo *feedback* determina se a identidade pretendida pelo Brasil alcança consenso ou não.

Ao levar em consideração a dinâmica do discurso na confecção de uma identidade internacional de um país, este trabalho combinou as perspectivas teóricas da AD e do construtivismo, contribuindo assim de forma significativa para o estudo das identidades coletivas. Em especial, foi possível chegar a uma compreensão multidisciplinar e relativamente original do que são as identidades, como e por quem são elaboradas. Resumidamente, compreendeu-se que identidades possuem (i) uma natureza narrativa e prática, compreendendo portanto crenças e ideias que se materializam em práticas sociais; (ii) elas são tecidas intertextualmente, assentadas sobre já-ditos, sobre a MD e sempre em relação a outros dizeres e atores; o *self* só se constitui dialogicamente com o Outro e requer o recurso a algum repertório simbólico comum para que seja socialmente inteligível; e, por fim, identidades são (iii) criadas por uma pluralidade de atores, de modo que a sua cristalização não depende só dos esforços simbólicos do proponente, mas de outros agentes que podem influir na rede compartilhada de sentidos — abrindo assim a possibilidade que relações de poder influenciem na competição por quais sentidos prevalecem.

Os casos estudados, a liderança da missão no Haiti e a mediação junto ao Irã, corresponderam ao (i) exercício prático da nova identidade buscada pelo governo. Já a contrapartida narrativa se verificou no diálogo entre os executores da PEB e a mídia, cada qual inserindo estes gestos em um ponto específico de suas leituras sobre quem é o Brasil no cenário mundial. Quanto à (ii) intertextualidade, imprensa e Estado recorreram a diferentes Outros face aos quais a identidade brasileira se definia, e fizeram incursões no passado através da MD para colocarem em perspectiva as atitudes do presente.

Analizando primeiramente o discurso oficial, notou-se nele um grande elenco de Outros que serviam para a afirmação da identidade de potência emergente. Internamente, como visto na temática identitária Relações Sul-Sul/Universalismo, os opositores à diplomacia Sul-Sul eram "mentes colonizadas"; enquanto que nas temáticas Desenvolvimento Socioeconômico e Relações Regionais os governantes liberais anteriores ao PT eram caracterizados como letárgicos ou indiferentes à dívida social acumulada pelo país e à

integração regional latinoamericana — questões que só receberam a devida prioridade no governo Lula.

Externamente, no tema das Credenciais Multiculturais os povos africano, judeu e árabe foram inscritos como constituintes da identidade brasileira. Recorrendo ao passado colonial e ao cabedal de valores que são atribuídos à formação da matriz étnica brasileira (miscigenação, multiculturalismo, democracia racial, etc.), o discurso oficial constrói uma identidade para o Estado que reconhece a contribuição dos Outros estrangeiros para a sua criação, e o faz com o intuito de justificar sua (re)aproximação destes povos na era atual. Isto seria mais um capítulo na trajetória dos sentidos atribuídos ao povo miscigenado que habita o Brasil: de raízes do retrocesso, como visto através da pesquisa de Leite (1992), a um ativo valorizado na criação de uma imagem do país para o mundo. A interpretação positiva do multiculturalismo não foi exclusiva aos discursos da PEB dos anos 2000 — ela já se via nos textos de Lafer (2009, originalmente publicado em 2000) e Abdenur (1997) —, porém Lula e Amorim foram originais em encontrarem neste atributo estável da identidade nacional um elemento a mais para legitimar a diplomacia Sul-Sul, ainda que esta fosse um elemento de ruptura com a política externa dos anos anteriores.

O discurso oficial também teve nos países emergentes um Outro importante junto ao qual definiu a identidade do Brasil. O Sul Global configurou-se como uma espécie de identidade coletiva interestatal, um *nós* dentro do qual o país se inscreveu, reivindicando para si a qualidade de porta voz. Com este intuito, diversos atos do Brasil (e.g.: a militância na OMC, perdões de dívida e protagonismo nos G20s) eram interpretados à luz dessa representatividade. Ao caracterizar este Sul Global do qual o Brasil faz parte, o discurso oficial também precisou caracterizar o Norte, isto é, os principais poderes internacionais e as instituições por eles regidas. A temática da Reforma das Instituições Internacionais deixou nítido que o CSNU foi a principal instituição diante da qual a identidade do Brasil como representante do mundo em desenvolvimento se afirmou. Ao caracterizar o Conselho como anacrônico, opaco, antidemocrático e, por isso, militar por sua reestruturação para acomodar outras nações, o Brasil qualificou os países do Sul como potências atuais (em oposição às potências antigas, que ascenderam no pós-2^a Guerra) e justificou sua participação nas principais questões da governança mundial recorrendo à ideia de democratização das relações internacionais.

Um último Outro importante para o discurso oficial foram os EUA. O legado de unilateralismo e belicosidade que esta nação produziu na década de 2000, por conta das guerras no Afeganistão e no Iraque, tornou-se parte do repertório comum disponível para referência por outros atores. O discurso oficial caracterizou o Brasil como uma nação naturalmente pacífica, como se viu pela importância da temática Promoção da Paz, e esta afirmação frequentemente se deu em contraponto aos EUA. A Minustah, mesmo sendo uma missão que atendia às expectativas de Washington, foi assim mesmo uma ocasião para diferenciar o que seria a visão americana sobre pacificação (militarista) da visão brasileira, cuja especificidade seria entender a estabilização como produto do desenvolvimento socioeconômico. O caso iraniano, em que efetivamente houve atrito entre Brasil e EUA, também foi espaço para diferenciar um Brasil conciliador e diplomático de um EUA e de um CSNU injustos e fechados ao diálogo.

O discurso da imprensa, por sua vez, recorreu aos mesmos Outros que o discurso oficial, porém dando-lhes significados próprios. Os EUA, para periódicos como a *IstoÉ*, tinham um caráter militarista, unilateral e imperialista mais exacerbado do que o encontrado no discurso governamental. Oposta a esse perfil, a tentativa brasileira de promover a paz através do desenvolvimento e não das armas, e de dialogar ao invés de sancionar, se torna louvável e acertada. Já para jornais como OESP²⁹⁵ e *NYT*, os EUA eram principalmente aquele aliado político e comercial com quem importava ao Brasil manter boas relações. Assim, as aventuras presidenciais que punham essa relação em risco se tornavam inconsequentes e danosas. Da mesma forma, o *Sul Global* também recebeu papéis diversos a depender do veículo. O *FT* e a *IstoÉ* valorizaram os promissores parceiros comerciais, vendo neles a oportunidade para a tão aguardada ascensão brasileira no cenário mundial. Para o OESP, em contraste, estes se resumiam a recipientes da generosidade brasileira, que faziam mau uso das benesses concedidas por uma Brasília ansiosa por ser tida como representante do Terceiro Mundo.

A intertextualidade dos discursos se mostrou não só na produção de alteridade, mas também no uso da MD. Eventos históricos (quer do passado imemorial ou imediato) foram invocados para enquadrar os traços atuais da identidade brasileira dentro de uma narrativa coerente. O passado colonial, a escravidão e os migrantes, como já foi dito, são capítulos

²⁹⁵ No caso do OESP, a atribuição de uma dessas qualificações aos EUA não se deu em detrimento da outra, pois o jornal tanto reconheceu na Minustah a distinção da pacificação "à brasileira" (em oposição ao estilo norte-americano) quanto defendeu, no Irã, a importância da manutenção das relações bilaterais.

antigos da trajetória nacional que são atualizados pelo discurso oficial com o objetivo de demonstrar o quão constitutivos, profundos e enraizados são certos traços do Brasil, por exemplo o universalismo e a capacidade de convivência pacífica. Os quase cem anos sem confronto militar com os países vizinhos são apontados como provas tangíveis desta cordialidade. Fatos recentes, como os anos neoliberais e o seu estigma de subdesenvolvimento, também são mobilizados para apontar um momento ruim da história brasileira que teria se encerrado com a chegada do novo governo.

Os jornais estudados recorreram à MD de forma muito variada. Tendo em vista que a alusão a um fato histórico foi, em boa parte dos casos aqui estudados, uma manobra discursiva consciente dos interlocutores para produzir determinado efeito de sentido junto ao leitorado, pode-se concluir que o uso da MD foi condicionado pela FD, visto que essa busca delimitar os sentidos possíveis ao sujeito ideológico construir. Como cada veículo possuía uma FD peculiar, notou-se uma variedade tanto nos fatos evocados quanto nas interpretações de um mesmo fato. Para interpretar o controverso acordo entre Brasil, Turquia e Irã, cada periódico trouxe à tona um episódio distinto: as pressões análogas que o Brasil sofrera no desenvolvimento de seu programa nuclear (NYT), os fracassos diplomáticos dos países emergentes (FT), um atentado terrorista na Argentina (OESP) e o Irã-Contras (IstoÉ). Ao interpretar um mesmo fato histórico, o parecer produzido pela mídia diferenciou-se do da visão governamental, também em virtude das diferentes FDs. Foi o caso da interpretação positiva que o FT deu às medidas liberalizantes dos anos FHC.

Como previsto na literatura, a FD dos veículos desempenhou um papel de regionalização do interdiscurso, traçando as fronteiras de quais associações são cabíveis propor. Um achado relevante desta investigação foi que, no discurso jornalístico, a FD se manifesta mais explicitamente diante de fatos de interpretação controversa. Levando em consideração a distinção entre fatos "atuais" e "novos" feita por Steinberger (2005), percebeu-se que diante de um fato "novo", para o qual há uma escassez de scripts interpretativos disponíveis, a ideologia — ou de modo mais geral as determinantes do discurso — parece desempenhar um papel mais marcado na condução da cobertura jornalística. Por essa razão, os jornais tiveram uma leitura mais consensual da participação brasileira na Minustah (para a qual havia papéis bem definidos) e mais desencontrada em se tratando do Acordo Nuclear (em que os papéis definidos eram problematizados). Assim, embora três periódicos tenham concedido ao Brasil a credencial de um país promotor da paz na Minustah, em consonância com o discurso oficial, todos menos um (IstoÉ) a negaram em se tratando do Irã. A já bem

assentada identidade deste como um *rogue state* tirânico sobrepujou os predicados avançados pelo MRE, demonstrando os *limites relacionais* que se impõem ao exercício de prerrogativas identitárias pelo Estado brasileiro. Por ser relacional (BARNETT, 1999), uma identidade quando se redefine também apresenta, como corolário, uma rede de outros atores com os quais dialoga. O que este trabalho revelou foi que a atualização de uma identidade pode ser frustrada se um dos atores desta rede possuir uma identidade que, de tão sólida, não é modificada consonantemente; sua redefinição escapa dos poderes discursivos do Estado proponente. O Irã é um país em torno do qual há intensa atividade discursiva consolidando sua identidade como mais um regime islâmico perigoso, se mostrando portanto um parceiro infrutífero para o exercício brasileiro de novos predicados e visões de mundo²⁹⁶. A rede intersubjetiva de significados sobre o Haiti, em contraste, acomodou muito mais facilmente as prerrogativas identitárias brasileiras.

Entretanto, não se pode dizer que o sucesso da atualização identitária brasileira depende apenas da escolha de relações compatíveis. É preciso ter em conta que um mesmo país pode suscitar interpretações diversas aos olhos do governo e da imprensa. Uma prova disto é que, mesmo sendo o Haiti o palco de relativa convergência entre os discursos de Lula, Amorim e de todos os jornais, o OESP chegou a apresentar críticas à PEB em termos muito parecidos aos do caso iraniano (danos às relações bilaterais Brasil-EUA). A semelhança das reprovações apesar da diferença entre os episódios aponta para a continuada influência da ideologia editorial na produção do discurso jornalístico.

No caso da imprensa internacional, verificou-se que a principal determinante em suas FDs foi o interesse nacional, como demonstrado pela diferença nos discursos do NYT e do FT. Em pesquisa anterior deste autor (MESQUITA, 2014), foi analisada a cobertura de outro jornal predominantemente norte-americano, porém de direita, o *Wall Street Journal*, sobre a mediação brasileira em Teerã. Comparando os resultados de então com os atuais, nota-se que, embora o NYT seja um periódico de centro-esquerda, seu discurso foi muito próximo ao do conservador *Wall Street Journal*, comprovando a prevalência do interesse nacional sobre a ideologia em se tratando da interpretação da política externa em temas sensíveis (ARCHETTI, 2010; NOVAIS, 2010).

²⁹⁶ Um exemplo nítido deste fenômeno se vê na declaração de Colin Powell que dá título a uma das matérias estudadas: "Brasil não é Coréia nem Irã" (MELLO, 2004), dissera o secretário de Estado ainda em 2004, comentando sobre o programa nuclear brasileiro, anos antes do acordo trilateral. Tal comparação demonstra de forma concisa as fronteiras da identidade internacional do Brasil aos olhos dos EUA, dando exemplos de países cuja conduta vai contra o exemplo nacional e que, portanto, a identidade brasileira vigente se definiria em oposição — e não associação — a tais tipos de regime.

Tal conclusão conduz ao último aspecto teórico das identidades: (iii) o fato de elas resultarem da interação de múltiplos atores. Domesticamente, o Estado é o narrador principal, com maior autoridade para definir o que é propriamente brasileiro e o que não é (GUILLAUME, 2002). A imprensa, em contraste, se mostrou um agente hábil em problematizar a narrativa estatal. Duas características da atitude da mídia face ao governo merecem destaque: sua desconstrução da unidade no discurso oficial, e sua sensibilidade aos processos políticos e simbólicos que influem na determinação de uma identidade internacional.

Os periódicos, ao responderem ao discurso oficial, em algum momento apontaram para as brechas e fissuras que ele ignora. NYT e OESP citaram fontes do MRE e do mesmo partido que o presidente cujos depoimentos contrariavam de alguma forma o discurso oficial. Assim, contestaram a univocidade da narrativa governamental, que inscrevia a dissidência apenas no campo da oposição.

Em segundo lugar, a mídia se mostrou sensível às movimentações simbólicas do Estado brasileiro para redefinir seus papéis, e ao fato que são as relações de poder internacionais que determinam seu êxito. Isso transpareceu, por exemplo, na cobertura do OESP, que enfocou a indiferença dos EUA à busca brasileira por maior protagonismo, e na da IstoÉ, que citou reações positivas de outros países desenvolvidos como comprovações do sucesso do Itamaraty. Ambos os periódicos também citaram, seletivamente, a imprensa internacional para corroborarem as suas próprias interpretações sobre a PEB²⁹⁷. Seja parafraseando governos ou jornais estrangeiros, este intertexto demonstra que a mídia tem consciência que a afirmação de uma nova identidade internacional precisa da ratificação dos agentes poderosos do sistema internacional cuja opinião importa. Assim, um dos recursos discursivos disponíveis à mídia, além de qualificar por si própria se uma nova identidade é legítima ou não, é representar como o resto do mundo vê a identidade em questão.

²⁹⁷ Há dois fenômenos curiosos a serem estudados. Primeiramente, vê-se que, ao citar os principais jornais do globo, o jornalista gera no leitor um efeito de ter acesso à interpretação que os respectivos países originários dessas publicações tiveram do fato. É evidente que em um mesmo país há vários jornais de opiniões divergentes, e que dificilmente um desses – mesmo o mais lido e reputado – poderia assumir a função de portavoz da nação. Todavia, ao elencar esses títulos de renome, indicando sua origem (e por vezes reduzir a representatividade a um jornal por país), provoca-se um efeito de univocidade de cada lugar. É curioso notar que cada jornal, a despeito das singularidades editoriais que poderia ter em matéria internacional, finda por ser mobilizado em favor do projeto discursivo do periódico que os cita. O mesmo *Le Monde* que, na IstoÉ, exalta Lula e sua diplomacia chama a atenção, no Estado de S. Paulo, para os riscos que o acordo trilateral traz por não interromper o enriquecimento de urânio no Irã.

À luz destes achados, pode-se afirmar que esta dissertação fez contribuições significativas tanto para os campos das RI, AD e jornalismo. A análise dos discursos oficiais e da relevância dos temas identitários corroborou teses correntes na literatura sobre a identidade internacional do Brasil e política externa (VIGEVANI & CEPALUNI, 2007; MALAMUD & RODRIGUEZ, 2013). Por outro lado, a descoberta que dimensões identitárias centrais para a literatura (Autonomia e Desenvolvimento Socioeconômico, vide MAGNOLI et al., 2000; LAFER, 2009) tiveram importância relativamente inferior nos pronunciamentos governamentais suscita alguns questionamentos intrigantes. É possível que esses temas tenham sido pouco evocados pelas circunstâncias da enunciação (e.g.: o fato de haver muitos pronunciamentos no corpus feitos no exterior)? Se sim, isto implica que Autonomia e Desenvolvimento Socioeconômico são temas mais centrais na caracterização da identidade brasileira aos olhos domésticos do que para os externos? Ou ainda, será que a prevalência da temática Sul-Sul foi reflexo de um desejo da PR e do MRE em enfatizar mais os elementos de ruptura do que os de continuidade na PEB? Ou será, por fim, que essa irrelevância das questões socioeconômicas (*low politics*) se deveu à escolha do corpus (intervenções militares e negociações securitárias são clássicos do *high politics*)?

A variação que se viu no discurso oficial entre os dois episódios também revelou que há um grau considerável de contingência na articulação da identidade internacional do país. O discurso oficial enfatizou certos temas a depender da situação, com o intuito de tornar mais compreensível e justificável a intervenção brasileira. Este achado provoca outras indagações pertinentes: a possibilidade de reorganização da narrativa identitária segundo a conjuntura implica que este é um processo governado predominante por uma lógica de "*appropriateness*" ou de instrumentalidade e escolha racional? Dentre os elementos simbólicos que se associam para compor uma identidade internacional, pode-se apontar um grupo que seja mais circunstancial e adaptável, e um outro que seja mais perene e duradouro? Diante desta possibilidade, a partir de que ponto se pode dizer que mudanças identitárias são fruto de um ajuste estratégico e não de uma crise?

Por fim, tal discussão também poderá ser enriquecida por pesquisas futuras que atualizem estes achados, contrastando-os com a conduta da PEB sob o governo de Dilma Rousseff. Os diagnósticos expedidos até agora tendem a convergir, apontando que a presença e dinamismo do Brasil no cenário internacional recaíram durante seu primeiro mandato, sugerindo assim que Rousseff não deu continuidade aos predicados de potência global lançados por seu predecessor (CERVO & LESSA, 2014; STUENKEL, 2014). Convém

questionar o que essa contração representa para a identidade internacional do Brasil: se se trata de algo transitório e conjuntural, ou se ela marca o fim da identidade do país como potência emergente tal qual exercitada nos anos Lula; ou ainda se tal contenção seria, de certa maneira, mais próxima ao normal das relações externas do Brasil, tornando o período estudado neste trabalho um momento de excepcional ativismo diplomático.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABDELAL, R.; HERRERA, Y. M.; JOHNSTON, A. I.; MCDERMOTT, R. Identity as a Variable. *Perspectives on Politics*, Vol. 4, No. 4, pp. 695-711, 2006
- ABDENUR, Roberto. A Política Externa Brasileira e o "Sentimento de Exclusão". In: FONSECA JR, Gélson; NABUCO DE CASTRO, Sérgio H. (Orgs.) *Temas de Política Externa Brasileira II*. Vol 1. 2 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997. pp.31-46
- ADLER, Emanuel. Seizing the Middle Ground: Constructivism in World Politics. *European Journal of International Relations*. Vol. 3, No. 3, pp. 319-363, 1997
- AFP. Itamaraty: Sem comentários. *O Estado de S. Paulo*, 18 fev. 2004
- ALLIANCE for Audited Media. *Top 25 U.S. Newspapers for March 2013*. Disponível em: <<http://auditedmedia.com/news/research-and-data/top-25-us-newspapers-for-march-2013.aspx>> Data de acesso: 19 Jan. 2015
- ALMEIDA, M. H.; ONUKI, J.; CARNEIRO, L. P. Brasil, as Américas e o Mundo: opinião pública e política externa 2010 - 2011. *Instituto de Relações Internacionais*, São Paulo: USP, 2012
- ALMEIDA, Paulo Roberto de. Never before seen in Brazil: Luis Inácio Lula da Silva's grand diplomacy. *Rev. bras. polít. int.* Vol.53, No.2, pp. 160-177, 2010.
- ALVES, F. Em NY, Amorim defende ONU mais forte. *O Estado de S. Paulo*, 23Set. 2004.
- AMORIM NETO, Octavio. *De Dutra a Lula*: a condução e os determinantes da política externa brasileira. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011
- AMORIM, C.; DAVUTOGLU, A.; MOTTAKI, M. *Declaração conjunta do Irã, Turquia e Brasil*. 17 maio 2010. Disponível em: <<http://imprensaacervo.planalto.gov.br/download/notas/nimre170510-1.doc>> Data de acesso: 19 Jan. 2015
- AMORIM, Celso. *Aula Magna do Ano Letivo de 2004 Universidade Federal do Rio de Janeiro*. 12 de março de 2004a. Disponível em <www.itamaraty.gov.br>. Acesso em: 15 set. 2013.
- _____. Brasil, um país provedor de paz. *Estudos internacionais*. Vol. 1, No. 2, pp.127-137, Jan/Jul 2013
- _____. Brazilian foreign policy under President Lula (2003-2010): an overview. *Rev. bras. polít. int.*, Brasília, Vol. 53, No. Spe, pp. 214-240, Dez. 2010i
- _____. *Conference delivered by Minister Celso Amorim at the Diplomatic Academy of Vienna*. Viena, 21 de junho de 2010d. Disponível em <www.itamaraty.gov.br>. Acesso em: 15 set. 2013.
- _____. *Discurso do Embaixador Celso Amorim na cerimônia de transmissão do cargo de Ministro de Estado das Relações Exteriores*. Brasília, 2 de janeiro de 2011. Disponível em <www.itamaraty.gov.br> . Acesso em: 15 set.2013

- _____. *Discurso do ministro Celso Amorim na abertura da "Global South-South Development Expo 2010"*. Genebra, 22 de novembro de 2010g. Disponível em <www.itamaraty.gov.br> . Acesso em: 15 set. 2013.
- _____. *Discurso do ministro Celso Amorim na abertura do Debate Geral 65ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas*. Nova York, 23 de setembro de 2010f. Disponível em <www.itamaraty.gov.br> . Acesso em: 15 set. 2013
- _____. *Discurso em sessão do Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre Aspectos Civis da Gestão de Conflitos e a Construção da Paz*. Nova York, 22 de setembro de 2004b. Disponível em <www.itamaraty.gov.br> . Acesso em: 15 set. 2013.
- _____. *Discurso por ocasião do Dia do Diplomata*. Brasília, 20 de abril de 2010b. Disponível em <www.itamaraty.gov.br> . Acesso em: 15 set. 2013
- _____. *Intervenção no Seminário de Alto Nível do 33º Período de Sessões da CEPAL*. Brasília, 31 de maio de 2010c. Disponível em <www.itamaraty.gov.br> . Acesso em: 15 set. 2013
- _____. No novo mapa do mundo, o País está maior. *O Estado de S. Paulo*, 09 Ago.2010e. Disponível em <www.itamaraty.gov.br> . Acesso em: 15 set. 2013
- _____. *Palestra do Ministro Celso Amorim na Reunião de Cúpula da organização "Global Zero: a world without nuclear weapons"*. Paris, 02 de fevereiro de 2010a. Disponível em <www.itamaraty.gov.br> . Acesso em: 15 set. 2013.
- _____. Política alto-astral. *Correio Braziliense*. Brasília, 10 dec.2004c. Disponível em <www.itamaraty.gov.br> . Acesso em: 15 set. 2013.
- _____. The Soft-Power Power. *Foreign Policy*, 28 de novembro de 2010h. Entrevista a Susan Glasser. Disponível em: <www.itamaraty.gov.br> Acesso em: 15 set. 2013.
- ANDERSON, Benedict. *Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*. London: Verso, 1991
- ARBILLA, José M. Arranjos institucionais e mudança conceitual nas políticas externas argentina e brasileira (1989-1994). *Contexto int.*, Rio de Janeiro, Vol. 22, No. 2, pp.337-385, Julho/Dezembro 2009
- ARCHETTI, Cristina. Comparing international coverage of 9/11: Towards an interdisciplinary explanation of the construction of news. *Journalism*. Vol. 11, No. 5. pp. 567-588. Out. 2010.
- ARJOMAND, S. A. *After Khomeini: Iran under his successors*. New York: Oxford University Press, 2009
- AXELROD, Robert; KEOHANE, Robert. Cooperation under anarchy: strategies and institutions. *World Politics*, Vol. 38, No. 1, pp. 226-254, Out. 1985
- BARNETT, Michael. Culture, Strategy and Foreign Policy Change:: Israel's Road to Oslo. *European Journal of International Relations*. Vol. 5, No. 5, pp.5-36, 1999
- BARRIONUEVO, A. Iran Deal Seen as Spot on Brazilian Leader's Legacy. *New York Times*, 24 Mai. 2010. Disponível em: <www.nyt.com> . Acessado em: 01 nov. 2014.

- BARRIONUEVO, A; ARSU, S. Brazil and Turkey Near Nuclear Deal With Iran. *New York Times*, 16 Mai. 2010. Disponível em: <www.nytimes.com>. Acessado em: 01 nov. 2014.
- BARRIONUEVO, A; THOMPSON, G. Brazil's Iran Diplomacy Worries U.S. Officials, *New York Times*, 14 Mar. 2010. Disponível em: <www.nytimes.com>. Acessado em: 01 nov. 2014.
- BLOOMBERG-BUSINESSWEEK. Iran Gives Weapons to Re-Arm Hezbollah, Pentagon Says. *Bloomberg-Businessweek*. 20 abr. 2010. Disponível em: <<http://www.businessweek.com/news/2010-04-20/iran-gives-weapons-funds-to-help-lebanese-hezbollah-re-arm.html>>. Data de acesso 27 Jan. 2011
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- BOZORGMEHR, N. Iran warns Russia over sanctions support. *Financial Times*. Londres, 27 maio 2010b. Disponível em: <www.ft.com>. Acessado em: 01 nov. 2014.
- _____. Iranian leaders praise Lula for role as mediator. *Financial Times*. 17 maio 2010a. Disponível em: <www.ft.com>. Acessado em: 01 nov. 2014.
- BRACEY, Djuan. O Brasil e as operações de manutenção de paz da ONU: os casos do Timor Leste e Haiti. *Contexto int.*, Vol. 33, No. 2, pp.315-331, Jul/Dez 2011
- BRANDÃO, E. P. Conceito de comunicação pública. In: DUARTE, Jorge (org.). *Comunicação pública: Estado, mercado, sociedade e interesse público*. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2012.
- BRANDÃO, Helena H. *Introdução à análise de discurso*. 2^a ed revisada. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.
- BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Data de acesso: 19 Jan. 2015
- BURITY, C. R. *Mídia e relações internacionais*: diplomacia midiática no Governo Lula (2003-2010). 2012. 134f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Pós-graduação em Relações Internacionais, Universidade Estadual da Paraíba, Paraíba.
- CAETANO, M.; BRESSAN, S. Presidente cobra responsabilidade de países ricos. *O Estado de S. Paulo*, 10 ago. 2004
- CAFARDO, R. Embaixador na ONU defende no Haiti. *O Estado de S. Paulo*, 18 ago. 2004
- CAMARGO, C. O inferno é no Caribe: Força de paz da ONU liderada por brasileiros enfrenta difícil missão num país dilacerado pela miséria absoluta e por ação de paramilitares e gangues. *IstoÉ*, 21 Jul. 2004. Disponível em: <www.istoe.com.br>. Acessado em: 01 nov. 2014.
- CAMARGO, C; SIMAS FILHO, M. A nova missão dos militares: Ministro da Defesa quer maior participação das Forças Armadas na área social, conta como está a disputada compra de novos caças para a FAB e fala sobre o envio de tropas brasileiras a serviço da ONU no Haiti. *IstoÉ*, 17 Mar. 2004. Disponível em: <www.istoe.com.br>. Acessado em: 01 nov. 2014.

CARVALHO, Aloysio C. *A rede da democracia: O Globo, O Jornal e o Jornal do Brasil na queda do governo Goulart (1961-64)*. Niterói: Editora da UFF, Editora da NitPress, 2010

CAVALCANTE, Ania. “Os iranianos estão passando pelo período mais obscuro de sua história”. *O Estado de S. Paulo*. 13 maio 2010

CERVO, Amado Luiz. *Inserção internacional: formação dos conceitos brasileiros*. São Paulo: Saraiva, 2008

CERVO, A. L. & LESSA, A. C. O declínio: inserção internacional do Brasil (2011-2014). *Rev. bras. polít. int.*, Vol. 57, No. 2, pp.133-151, 2014

CHACRA, Gustavo. Acordo aumenta diferenças de Turqui e Brasil com os EUA. *O Estado de S. Paulo*. 19 maio 2010b

_____. Irã ameaça romper acordo com o Brasil. *O Estado de S. Paulo*. 21 maio 2010d

_____. Irã atenua efeitos das possíveis sanções. *O Estado de S. Paulo*. 20 maio 2010c

_____. Irã leva pacto de troca de urânio à AIEA. *O Estado de S. Paulo*. 25 maio 2010e

_____. Pacto põe em xeque 6 meses de trabalho de Washington. *O Estado de S. Paulo*. 18 maio 2010a

CHADE, J. Irã teria aceitado proposta de troca de urânio feita pelo Brasil. *O Estado de S. Paulo*. 6 maio 2010.

_____. Missão no Haiti pode ajudar país no CS da ONU. *O Estado de S. Paulo*, 5 Mai.2004a.

_____. País nada tem a esconder. *O Estado de S. Paulo*, 06 out. 2004c

_____. Para Gil, o Haiti ainda é aqui. *O Estado de S. Paulo*, 19 Ago.2004b.

CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso político*. São Paulo: Contexto, 2008

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de Análise do Discurso*. São Paulo: Editora Contexto, 2008.

CHOMSKY, Noam; HERMAN, Edward S. *Manufacturing consent: the political economy of the mass media*. Pantheon books, 1988

CHRISPIM, D. Argentina vai participar de força liderada pelo Brasil. *O Estado de S. Paulo*, 11 mai. 2004

COHEN,R. America Moves the Goalposts. *New York Times*, 20 Mai. 2010. Disponível em: <www.nyt.com>. Acessado em: 01 nov. 2014.

COLITT, R. Lula takes Brazil team to kick off Haiti peace plan. *Financial Times*, 13 Jul. 2004a. Disponível em: <www.ft.com>. Acessado em: 01 nov. 2014.

_____. Powell backs Brazil's quest for seat on Security Council. *Financial Times*, 5 Out. 2004b. Disponível em: <www.ft.com>. Acessado em: 01 nov. 2014.

COLITT, R.; LAPPER, R. Selling Brazil: the eternal country of the future comes of age on the global stage. *Financial Times*, 15 set. 2004. Disponível em: <www.ft.com>. Acessado em: 01 nov. 2014.

CORRÊA, Luiz F. de Seixas. Diplomacia e História: política externa e identidade nacional brasileira. *Política Externa*. São Paulo, Vol. 9, No. 1, pp. 22-32, Jun/Ago 2000

CRUZ, C.C. Uma moldura pesada demais. *O Estado de S. Paulo*. 23 maio 2010.

DEMPSEY, J. Turkey Takes an Ambitious New Path. *New York Times*, 26 Mai. 2010. Disponível em: <www.nyt.com>. Acessado em: 01 nov. 2014.

DOMBEY, D; WHEATLEY, J. Brazil asserts role on Iran. *Financial Times*. 14 maio 2010a. Disponível em: <www.ft.com>. Acessado em: 01 nov. 2014.

_____. Clinton attacks Turkey-Brazil deal with Tehran. *Financial Times*. 19 maio 2010b. Disponível em: <www.ft.com>. Acessado em: 01 nov. 2014.

FEFE. Brasil ampliará missão no Haiti para outras áreas .*O Estado de S. Paulo*, 31 Jul. 2004.

EXÉRCITO BRASILEIRO. *Missões de paz: efetivos*. 2014. Disponível em: <http://www.eb.mil.br/missoes-de-paz/-/asset_publisher/xbkIIdCFFYVI/content/efetivos?redirect=http%3A%2F%2Fwww.eb.mil.br%2Fmissoes-de-paz%3Fp_p_id%3D101_INSTANCE_xbkIIdCFFYVI%26p_p.lifecycle%3D0%26p_p.state%3Dnormal%26p_p.mode%3Dview%26p_p.col_id%3Dcolumn-1%26p_p.col_count%3D3>. Data de acesso em: 19 Jan. 2015

FELIU, P., MIRANDA, R.. Congresso Nacional e Política Externa. O caso do envio de tropas ao Haiti: Argentina, Brasil e Chile. *Revista Política Hoje*, Vol. 20, No. 1, pp. 310-342, 2011

FINANCIAL TIMES. *Financial Times' Average Daily Global Audience (ADGA): Methodology January 2013 – December 2013*. 2014. Disponível em: <http://fttoolkit.co.uk/d/audience/ADGA_methodology_January_December_2013.pdf>. Data de acesso: 19 Jan. 2015

_____. *Tehran promises exit from labyrinth*. 18 maio 2010, Disponível em: <www.ft.com>. Acessado em: 01 nov. 2014.

FIRN, D. Aids teams in Haiti precede peacekeepers. *Financial Times*, 15 Jun. 2004. Disponível em: <www.ft.com>. Acessado em: 01 nov. 2014.

FONSECA JR., Gelson. *A legitimidade e outras questões internacionais*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

FREITAS JR, O. Ai de ti, Haiti:Tropas estrangeiras, às quais se juntará o Brasil, tentam manter a ordem no país depois da queda do presidente Jean-Bertrand Aristide. *IstoÉ*, 10 Mar.04. Disponível em: <www.istoe.com.br>. Acessado em: 01 nov. 2014.

FRIEDMAN,T. As Ugly as It Gets. *New York Times*, 25 Mai. 2010. Disponível em: <www.nyt.com>. Acessado em: 01 nov. 2014.

GABEIRA, Fernando. *Discurso proferido na Câmara dos Deputados*. 13 Maio 2004. Disponível em: <

<http://www.camara.gov.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=3&nuSessao=089.2.52.0&nuQuarto=105&nuOrador=3&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=15:40&sgFaseSessao=OD%20%20%20%20%20%20%20&Data=13/05/2004&txApelido=JOS%C3%89%20THO MAZ%20NON%C3%94&txEtapa=Com%20reda%C3%A7%C3%A3o%20final>. Data de acesso: 19 Jan. 2015

GARCIA, Eugênio Vargas. Questões estratégicas e de segurança internacional: a marca do tempo e a força histórica da mudança. *Rev. bras. polít. int.*, Vol. 41, n. spe, pp.99-120, 1998.

GARDNER, David. “South-south” diplomacy put to the test. *Financial Times*. 19 maio 2010. Disponível em: <www.ft.com>. Acessado em: 01 nov. 2014.

GODOY, R. Almirante diz que fim da crise com AIEA depende de ajustes. *O Estado de S. Paulo*, 06 out. 2004b

_____. Programa do País respeita acordos mundiais. *O Estado de S. Paulo*, 30 set. 2004a

GOMES, A.. Análise do discurso e relações internacionais: duas abordagens. *Revista Política Hoje*. Vol. 20, No. 2, pp. 642-676, 2011

GUEDES DE OLIVEIRA, M.. Interpretações da Política Externa do Governo Lula: hegemonia negociada, unilateralismo ou escapismo. *Revista Política Hoje*, Vol. 19, No.1, jul. 2010.

GUEDES, Fabiana. E Hillary sentiu o golpe. *IstoÉ*. São Paulo, 31 maio 2010. Disponível em: <www.istoe.com.br>. Acessado em: 01 nov. 2014.

GUILLAUME, Xavier. Foreign Policy and the Politics of Alterity: A Dialogical Understanding of International Relations. *Millennium - Journal of International Studies* Vol. 31, No. 1 pp.1-26, 2002

GUZZINI, Stefano. A Reconstruction of Constructivism in International Relations. *European Journal of International Relations*. Vol. 6, No. 2, pp. 147-182, 2000

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006

HAY, Collin. Political Ontology. In: GOODIN, R.; TILLY, C. (eds) *The Oxford Handbook of Contextual Political Analysis*. New York: Oxford University Press, 2006, pp.78-96

HIRST, Monica. A intervenção sul-americana no Haiti. *Análise de conjuntura OPSA*. IUPERJ/UCAM, No.6, jun. 2007

HOFFMANN, Stanley. Why they don't like us? How America has become the object of much of the planet's genuine grievances – and displaced content. In: MACCORMICK J. M., WITTKOPF E. R. (Orgs.). *The Domestic Sources of American Foreign Policy: Insights and Evidence*. 4^a ed. Maryland: Rowman & Littlefield Publishers, 2004. Cap. 2. p.33-41

HOGUE, Warren. UN Security Council Considers Multinational Force, *New York Times* , 29 Fev. 2004. Disponível em: <www.nytimes.com>. Acessado em: 01 nov. 2014.

HOLLANDA, E. Verbas já: Assessor de Lula pede urgência para Haiti. *IstoÉ*, 17 Nov. 2004. Disponível em: <www.istoe.com.br>. Acessado em: 01 nov. 2014.

HOPF, Ted. The Promise of Constructivism in International Relations Theory. *International Security*. Vol. 23, No. 1, pp. 171-200, Summer 1998

HURRELL, Andrew. Hegemony, liberalism and global order: what space for would-be great powers?. *International Affairs*. Vol. 82, No. 1, pp. 1-19, Jan. 2006

_____. *On Global Order: power, values and the constitution of international society*. New York: Oxford University Press, 2007

INDURSKY, Freda. Unidade, desdobramento, fragmentação: a trajetória da noção de sujeito em Análise do Discurso. In.: MITTMAN, Solange; GRIGOLETTO, Evandra; CAZARIN, Ercília Ana (orgs.). *Práticas discursivas e identitárias: sujeito e língua*. Porto Alegre: Nova Prova, 2008

ISTOÉ. *Mídia Kit IstoÉ 2014*. 2014. Disponível em: <http://editora3.terra.com.br/downloads/midiakit_istoe.pdf>. Data de acesso: 19 Jan. 2015

KAMBER, M. Port-au-Prince Journal; Soccer's Odd Bonding: When Brazil Scores, Haiti Roars, *New York Times*, 13 Ago 13. 2004. Disponível em: <www.nytimes.com>. Acessado em: 01 nov. 2014.

KASSIMERIS, George; JACKSON, Leonie. The West, the rest, and the ‘war on terror’: representation of Muslims in neoconservative media discourse. *Contemporary Politics*. Vol. 17, No. 1, pp. 19-33, 2011

KRAMER, D. Brasil reavalia missão no Haiti. *O Estado de S. Paulo*, 17 Out 2004.

LAFER, Celso. *A Identidade Internacional do Brasil e a Política Externa Brasileira: Passado, Presente e Futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2009.

LAPPER, R. Violence returns to flood-stricken Haiti. *Financial Times*, 6 Out. 2004b. Disponível em: <www.ft.com>. Acessado em: 01 nov. 2014.

_____. Latin American agenda. *Financial Times*, 15 ago. 2004a. Disponível em: <www.ft.com>. Acessado em: 01 nov. 2014.

LEITE, Dante Moreira. *O Caráter Nacional Brasileiro: história de uma ideologia*. 5 ed. São Paulo: Ática, 1992.

LOPES, D. B. A plausibilidade de uma gestão democrática da política externa: algumas hipóteses (insatisfatórias) sobre o caso brasileiro. *Cena internacional*. Vol. 10, No. 2, pp. 98-118, 2008

LULA DA SILVA, L. I. *Declaração à imprensa após assinatura de atos, por ocasião da visita do presidente do Irã, Mahmoud Ahmadinejad*. Brasília, 23 de novembro de 2009a. Disponível em: <www.itamaraty.gov.br>. Acesso em: 15 set. 2013.

_____. *Declaração à imprensa após cerimônia de assinatura de atos*. Moscou, 14 de maio de 2010b. Disponível em: <www.itamaraty.gov.br>. Acesso em: 15 set. 2013.

_____. *Declaração à imprensa durante visita do Primeiro-Ministro da Turquia, Recep Tayyip Erdogan*. Brasília, 27 de maio de 2010d. Disponível em: <www.itamaraty.gov.br>. Acesso em: 15 set. 2013.

_____. *Discurso durante a sessão de encerramento da XXI Cúpula do Grupo do Rio e da II Cúpula da América Latina e do Caribe (CALC) - Cancún*. México, 23 de fevereiro de 2010a. Disponível em <www.itamaraty.gov.br>. Acesso em: 15 set. 2013.

_____. *Discurso durante sessão de abertura da 39ª Reunião de Cúpula do Mercosul e sessão de trabalho*. San Juan, 3 de agosto de 2010h. Disponível em: <www.itamaraty.gov.br>. Acesso em: 15 set. 2013.

_____. *Discurso na cerimônia de abertura da 10º Edição Michelin Challenge Bibendum no Brasil*. Rio de Janeiro, 31 de maio de 2010f. Disponível em: <www.itamaraty.gov.br>. Acesso em: 15 set. 2013.

_____. *Discurso na cerimônia de abertura do Encontro Empresarial Brasil-Tanzânia Dar es Salaam*. Tanzânia, 7 de julho de 2010g. Disponível em: <www.itamaraty.gov.br>. Acesso em: 15 set. 2013

_____. *Discurso na cerimônia de encerramento do IV encontro empresarial Brasil-Irã*. 16 de maio de 2010c. Disponível em: <www.itamaraty.gov.br>. Acesso em: 15 set. 2013.

_____. *Discurso na sessão de abertura do 3º Fórum Mundial da Aliança de Civilizações*. Rio de Janeiro, 28 de maio de 2010e. Disponível em: <www.itamaraty.gov.br>. Acesso em: 15 set. 2013.

_____. *Entrevista Coletiva*- Brasília, 23 de novembro de 2009b. Disponível em: <www.itamaraty.gov.br>. Acesso em: 15 set. 2013.

_____. *Declaração à imprensa do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em conjunto com o Presidente do Haiti, Boniface Alexandre*, Porto Príncipe-Haiti. 18 ago. 2004e. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br>> Data de acesso: 20/01/2015

_____. *Declaração à imprensa do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião da visita do Primeiro-Ministro do Canadá, Paul Martin, ao Brasil*. Brasília, 23 de novembro de 2004m. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br>> Data de acesso: 20/01/2015

_____. *Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de embarque das tropas militares para missão de paz no Haiti*. 31 mai. 2004a. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br>> Data de acesso: 20/01/2015

_____. *Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na sessão solene da Assembléia Nacional, por ocasião da visita oficial a Cabo Verde*. Praia de Cabo Verde. 29 jul. 2004b. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br>> Data de acesso: 20/01/2015

_____. *Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, nos cumprimentos à Seleção brasileira em Santo Domingo*. República Dominicana. 17 ago. 2004c. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br>> Data de acesso: 20/01/2015

_____. *Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no encontro com a comunidade brasileira em Santo Domingo*. República Dominicana. 17 ago. 2004d. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br>> Data de acesso: 20/01/2015

_____. *Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na chegada ao Haiti*. Porto Príncipe-Haiti, 18 ago. 2004f. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br>> Data de acesso: 20/01/2015

_____. *Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no almoço comemorativo da “Semana Nacional pela Cidadania e Solidariedade*. Porto Alegre-RS. 21 ago. 2004g. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br>> Data de acesso: 20/01/2015

_____. *Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no encontro com integrantes da comunidade brasileira residente em Santiago*. Santiago-Chile. 23 ago. 2004h. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br>> Data de acesso: 20/01/2015

_____. *Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na 59ª Assembléia-Geral da ONU*. Nova Iorque. 21 set. 2004i. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br>> Data de acesso: 20/01/2015

_____. *Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no encontro com prefeitos do Bureau Executivo de Cidades e Governos Locais Unidos*. São Paulo. 8 out. 2004j. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br>> Data de acesso: 20/01/2015

_____. *Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no ato inaugural da 18ª Cúpula Presidencial do Grupo do Rio*. Rio de Janeiro-RJ. 04 nov. 2004k. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br>> Data de acesso: 20/01/2015

_____. *Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de posse do Ministro da Defesa, José Alencar*. Brasília, 08 de novembro de 2004l. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br>> Data de acesso: 20/01/2015

_____. *Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião do encerramento da 3ª Reunião de Presidentes da América do Sul*. Cuzco-Peru. 08 dez. 2004n. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br>> Data de acesso: 20/01/2015

MacASKILL, Ewen. Iran faces fresh sanctions as Russia and China support UN resolution. *Financial Times*. 19 maio 2010. Disponível em: <www.ft.com>. Acessado em: 01 nov. 2014.

MacFARQUHAR, N SANGER, D. Sanctions Effort May Open Door to Press Iran Central Bank. *New York Times*, 19 Mai. 2010. Disponível em: <www.nytimes.com>. Acessado em: 01 nov. 2014.

MADUEÑO, D. Câmara rejeita urgência sobre envio de tropas. *O Estado de S. Paulo*, 13 mai. 2004

MAGNOLI, Demétrio, et al. Em busca do interesse nacional. *Política Externa*. São Paulo, Vol. 9, No. 1, pp. 33-50, Junho/Agosto 2000

MALAMUD, A.; RODRIGUEZ, J. C. Com um pé na região e outro no mundo: O dualismo crescente da política externa brasileira. *Estudos Internacionais*, Vol. 1, No. 2, pp. 167-183, 2013

MANIN, Bernard. *The principles of representative government*. Cambridge Univeristy Press, 1997.

MARCUSSEN et al. *Constructing Europe? The evolution of French, British and German Nation-State Identities*. 1999. Disponível em: <<http://aei.pitt.edu/2326/>>. Data de acesso: 19 Jan. 2015

MARIN, D. C.; MONTEIRO, T. A exigência de Obama que Brasília preferiu não vazar. *O Estado de S. Paulo*. 27 maio 2010e

_____. Lula desconsidera as consequências de sua diplomacia. *O Estado de S. Paulo*. 28 maio 2010f

_____. Lula envia carta a Obama para evitar sanções ao Irã. *O Estado de S. Paulo*. 26 maio 2010d

_____. Obama teria encorajado Lula a obter acordo com Irã, diz agência. *O Estado de S. Paulo*. 22 maio 2010c

_____. Sarkozy telefona para Lula e incentiva Brasil a tentar levar Teerã ao diálogo. *O Estado de S. Paulo*. 13 maio 2010a

_____. Signatário do TNP, Irã usa artifícios para burlar tratado. *O Estado de S. Paulo*. 19 maio 2010.b

MARINI, E. Um fenômeno de paixão: Num dia emocionante, Ronaldo e a Seleção pâram o miserável Haiti, enlouquecem mais de 150 mil fãs, goleiam e deixam o país ovacionados. *IstoÉ*, 25 Ago.04. Disponível em: <www.istoe.com.br>. Acessado em: 01 nov. 2014.

MARQUES, C. J. Irãs-contra, parte 2. *IstoÉ*. São Paulo, 24 maio 2010. Disponível em: <www.istoe.com.br>. Acessado em: 01 nov. 2014.

MARQUIS Christopher. UN Struggles to Find Troops to Police Haiti-*New York Times*, 30 Abr. 2004. Disponível em: <www.nyt.com>. Acessado em: 01 nov. 2014.

MARTHOZ, Jean-Paul. Nord-Sud : le nouveau désordre mondial de l'information. In : _____. *Et Maintenant, le Monde em Bref* : les médias et le nouveau désordre mondial. Paris, GRIP/Complexe, 2006. p.155-168

MATEO, L.. O Lobby de Israel e o primeiro ano da administração Obama. *Boletim Meridiano* 47, Brasília, Vol. 11, No. 121, set. 2010

McKINLEY, Jr. Floodwaters Recede From Haitian City, but Hunger Does Not. *New York Times*, 25 Set. 2004. Disponível em: <www.nyt.com>. Acessado em: 01 nov. 2014.

MELLADO, Claudia, et al. Comparing journalism cultures in Latin America: the case of Chile, Brazil and Mexico. *International Communication Gazette*. Vol. 74, No. 1, pp.60-77, 2012

MELLO, P. C Hillary aponta “séries divergências” com Brasil no caso do Irã. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 28 maio 2010h

- _____. EUA estão céticos sobre a visita de Lula ao Irã. *O Estado de S. Paulo*. 14 maio 2010b
- _____. “Brasil não pode ignorar drama de dissidentes no Irã”. *O Estado de S. Paulo*. 11 maio 2010a
- _____. “O Brasil está desperdiçando toda a boa vontade dos EUA”. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 18 maio 2010d
- _____. Ação amplia tensão entre países sem bomba e potências. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 19 maio 2010e
- _____. Brasil não é Coréia nem Irã', diz Powell sobre programa nuclear. *O Estado de S. Paulo*, 6 Out.2004.
- _____. Pacto turco-brasileiro é última chance para o diálogo, ameaça Ahmadinejad. *O Estado de S. Paulo*. 27 maio 2010g
- _____. Para EUA, pacto de Teerã é “inaceitável”. *O Estado de S. Paulo*. 29 maio 2010i
- _____. Para Hillary, missão do Brasil será árdua. *O Estado de S. Paulo*. 15 maio 2010c
- _____. Proposta não alivia pressão por sanções mais rigorosas. *O Estado de S. Paulo*. 21 maio 2010f
- MESQUITA, Rafael. Contradições identitárias do Brasil emergente: uma análise dos discursos do Estado e da imprensa. *Revista Compolítica*. Vol. 4, No. 1, pp.150-180, 2014
- MERQUIOR, J. G. O Outro Ocidente, *Presença*. Rio de Janeiro, No. 15, pp . 69-91, 1990
- MONTEIRO, G. F., A singularidade da comunicação pública. In: DUARTE, Jorge (org.). *Comunicação pública: Estado, mercado, sociedade e interesse público*. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2012.
- MONTEIRO, T. Amorim se diz “otimista” sobre solução do impasse. *Estado de S. Paulo*. 14 maio 2010a
- _____. Após perdoar dívidas, Lula dá avião ao Senegal. *O Estado de S. Paulo*, 4 Set.2004d
- _____. Fui ao Gabão aprender como se fica no poder. *O Estado de S. Paulo*, 18 Ago.2004c
- _____. Batalhão gaúcho comandará missão no Haiti. *O Estado de S. Paulo*, 6 Mar.2004a.
- _____. Lula e Erdogan voltam a criticar EUA e a defender acordo. *O Estado de S. Paulo*. 28 maio 2010c
- _____. Lula ignora céticos e prevê convencer Irã. *Estado de S. Paulo*. 15 maio 2010b
- _____. Comandante da missão no Haiti vê risco de confronto. *O Estado de S. Paulo*, 29 Mai.2004b

MONTEIRO, T; ALLEN, J. Brasil deve liderar forças no Haiti, diz Viegas. *O Estado de S. Paulo*, 9 Abr.2004

MONTEIRO,T; NOSSA,L. Brasil obtém apoio do Haiti sobre Conselho de Segurança. *O Estado de S. Paulo*, 19 Ago.2004

MUSSALIM, F. A análise do discurso. In: MUSSALIM, F. ; BENTES, A. C. (Orgs.). *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*. 3^a ed. São Paulo: Cortez, 2003. cap. 4. pp. 101-142.

NETTO, Andrei. Anúncio iraniano pegou o Brasil de surpresa. *O Estado de S. Paulo*. 20 maio 2010e

_____. EUA ignoram acordo e propõem sanções ao Irã. *O Estado de S. Paulo*. 19 maio 2010d

_____. Irritado, Brasil denunciará ação dos EUA. *O Estado de S. Paulo* 19 maio 2010c

_____. Lula tenta baixar expectativa sobre visita ao Irã. *O Estado de S. Paulo* 16 maio 2010a

_____. Na Europa, países mantêm planos de novas sanções. *O Estado de S. Paulo*. 18 maio 2010b

NEUMANN, Iver B. Self and other in international relations. *European Journal of International Relations June*, Vol. 2, No. 2, pp. 139-174, 1996

NEW YORK TIMES. *International Rates and Information*. 2014. Disponível em: <http://nytmediakit.com/uploads/rates/14-0208_2014_International_RateC_V2.pdf>. Data de acesso: 19 Jan. 2015

_____. Iran, the Deal and the Council. *New York Times*, 17 Mai. 2010. Disponível em: <www.nytimes.com>. Acessado em: 01 nov. 2014.

NOLTE, Detlef. How to compare regional powers: analytical concepts and research topics. *Review of International Studies*, Vol. 36. pp. 881–901, 2010

NONÔ, José Thomaz. *Discurso proferido na Câmara dos Deputados*. 13 Maio 2004.

Disponível em: <

<http://www.camara.gov.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=3&nuSessao=089.2.52.0&nuQuarto=105&nuOrador=3&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=15:40&sgFaseSessao=OD%20%20%20%20%20%20%20%20&Data=13/05/2004&txApelido=JOS%C3%89%20THO MAZ%20NON%C3%94&txEtapa=Com%20reda%C3%A7%C3%A3o%20final>. Data de acesso: 19 Jan. 2015

NOSSA, L . Parreira garante a Lula: força total no Haiti. *O Estado de S. Paulo*, 13 Ago. 2004

NOUGAYRÈDE, N. A Paris, le premier ministre turc campe sur ses positions à propos de l'Iran et d'Israël. *Le Monde*. 8 Abr. 2010a. Disponível em:

<http://www.lemonde.fr/europe/article/2010/04/08/a-paris-le-premier-ministre-turc-campe-sur-ses-positions-a-propos-de-l-iran-et-d-israel_1330569_3214.html>. Data de acesso: 19 Jan. 2015

_____. Après le sommet sur la sécurité nucléaire, les initiatives convergent sur le cas iranien. *Le Monde*, 14 Abr. 2010b. Disponível em: <http://www.lemonde.fr/ameriques/article/2010/04/14/apres-le-sommet-sur-la-securite-nucleaire-les-initiatives-convergent-sur-le-cas-iranien_1333397_3222.html> Data de acesso: 19 Jan. 2015

NOVAIS, Rui A. *News factors in international reporting*. Odivelas: Media XXI, 2010

NUNOMURA, E Às pressas, Haiti reforma estádio para receber a seleção brasileira. *O Estado de S. Paulo*, 10 Jul. 2004e.

_____. 'Aos poucos, eles se aproximam de nós'. *O Estado de S. Paulo*, 11 jul. 2004f

_____. Brasil assume hoje missão da ONU no Haiti. *O Estado de S. Paulo*, 01 jun. 2004a

_____. Desarmar 'quimeras', o desafio para brasileiros. *O Estado de S. Paulo*, 3 Jun. 2004b.

_____. Haiti pára para ver Lula, Ronaldo e companhia. *O Estado de S. Paulo*, 19 ago. 2004g

_____. Haitianos pedem emprego aos brasileiros no primeiro contato. *O Estado de S. Paulo*, 4 Jun. 2004c.

_____. Serviços públicos no Haiti, outra desgraça. *O Estado de S. Paulo*, 05 jun. 2004d

O ESTADO DE S. PAULO. A “multi-ideologia” de Lula. *O Estado de S. Paulo*, 11 de maio de 2010a

_____. A queda de Aristide. *O Estado de S. Paulo*, 2 Mar. 2004a.

_____. A resposta americana. *O Estado de S. Paulo*, 20 de maio de 2010c

_____. *Dados de Mercado*. 2014. Disponível em: <<http://publicidade.estadao.com.br/estadao/estadao-dados-de-mercado/>>. Data de acesso: 19 Jan. 2015

_____. O feito de Lula em Teerã. *O Estado de S. Paulo*, 18 de maio de 2010b

_____. Os métodos do Caraça no Itamaraty. *O Estado de S. Paulo*, 07 Mar. 2004b.

_____. Votação das sanções ao Irã fica para junho. *O Estado de S. Paulo*, 20 de maio 2010d

OBAMA, B. H. *Discurso inaugural*. 21 Jan. 2009. Disponível em:

<<http://www.whitehouse.gov/blog/inaugural-address/>> Data de acesso 27 Mar. 2011

OGANOV, Nugzar Ter. The Russian-Iranian nuclear cooperation. *ACIS Iran Pulse*, No. 5, Novembro, 2006. Disponível em: <<http://humanities.tau.ac.il/iranian/en/previous-reviews/10-iran-pulse-en/122-5>>. Data de acesso: 19 Jan. 2015

OKRENT, Daniel. THE PUBLIC EDITOR: Is The New York Times a Liberal Newspaper? *New York Times*, 25 Jul. 2004. Disponível em: <

<http://www.nytimes.com/2004/07/25/opinion/the-public-editor-is-the-new-york-times-a-liberal-newspaper.html>. Data de acesso: 19 Jan. 2015

ORLANDI, Eni P. *Análise de discurso*. 7ª ed. São Paulo: Pontes, 2007

OTTA, L. BID já tem verba para ajudar Haiti. *O Estado de S. Paulo*, 21 out. 2004

PALÁCIOS, A. Argentina também envia tropas ao Haiti. *O Estado de S. Paulo*, 18 mai. 2004a

_____. Brasil quer maior participação em missões da ONU. *O Estado de S. Paulo*, 19 mai. 2004b

_____. Câmara argentina aprova envio de soldados ao Haiti. *O Estado de S. Paulo*, 18 jun. 2004c

_____. Kirchner recusa convite de Lula para o Haiti. *O Estado de S. Paulo*, 12 ago. 2004d

_____. Ministros discutem segurança da América do Sul. *O Estado de S. Paulo*, 13 set. 2004e

PAMPURO, José. Argentina quer intensificar parceria militar com o Brasil. *O Estado de S. Paulo*, 14 mai. 2004. Entrevista concedida a Ariel Paláciros.

PATTI, Carlo. Brazil and the nuclear issues in the years of the Luiz Inácio Lula da Silva government (2003-2010). *Rev. bras. polít. int.*, Vol.53, No.2, pp.178-195, 2010

PEÑA, Félix. La compleja red de cumbres presidenciales: reflexiones sobre la diplomacia presidencial multilateral y multiespacial en América del Sur. *América Latina Hoy*. Vol. 40, pp. 29-47, Ago. 2005

PETTIT, Philip. *Teoria da liberdade*. Tradução: Renato Maciel. Belo Horizonte: Del Rey, 2007.

POLGREEN, L. Off the World's Radar, Haiti Suffers Again. *New York Times*, 26 Set. 2004. Disponível em: <www.nytimes.com>. Acessado em: 01 nov. 2014.

POSSENTI, Sírio. *Discurso, estilo e subjetividade*. São Paulo: Martins Fontes, 1993

_____. *Os limites do discurso: ensaios sobre discurso e sujeito*. São Paulo: Parábola Editorial, 2009

RAMALHO, A. J.; GOES, F. L. Aspectos do financiamento das operações de paz da ONU: implicações para a política externa brasileira. *Boletim de economia e política internacional*. No. 2, pp.61-68. Brasília: Ipea, Abr/Jun. 2010

REALLI JR. Brasil ficará no Haiti mais que previsto. *O Estado de S. Paulo*, 23 Out.2004.

REESE, Stephen D. Theorizing a globalized journalism. In: LOFFELHOLZ, Martin; WEAVER, David (eds.). *Global journalism research: theories, methods, findings, future*. Oxford: Blackwell Publishing, 2008, pp. 240-252

REYNOLDS, M. A. Echoes of empire: Turkey's Crisis of Kemalism and the Search for an Alternative Foreign Policy. Analysis paper, No. 26. *The Saban Center for Middle East Policy at Brookings*, June 2012

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2006

RIBEIRO, Mikelli; LACERDA, Jan Marcel. O problema da emergência normativa das intervenções humanitárias: o descompasso entre os BRICS e as potências ocidentais. Apresentado no 38º ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS (ANPOCS). Outubro 2014. Caxambu - MG

RISSE, Thomas. Let's Argue!: communicative action in world politics. *International Organization*. Vol. 54, No. 1, pp. 1-39, Inverno 2000

ROBINSON, Piers. Theorizing the Influence of Media on World Politics : Models of Media Influence on Foreign Policy. *European Journal of Communication*. Vol. 16, No. 4, pp. 523-544, Dezembro 2001.

ROHTER. L. Brazil Is Leading a Largely South American Mission to Haiti, *New York Times* , 1 Ago. 2004. Disponível em: <www.nyt.com>. Acessado em: 01 nov. 2014.

ROJAS, Francisco; MILET, Paz. Diplomacia de cúpulas: o multilateralismo emergente do século XXI. *Contexto internacional*. Vol 21, No.2, pp. 291-359, 1999

SANGER, D.; LANDLER, M. Major Powers Have Deal on Sanctions for Iran. *New York Times*, 19 Mai. 2010. Disponível em: <www.nyt.com>. Acessado em: 01 nov. 2014.

SANGER, D.; SLACKMAN, M. US Is Skeptical on Iranian Deal for Nuclear Fuel. *New York Times*, 17 Mai. 2010. Disponível em: <www.nyt.com>. Acessado em: 01 nov. 2014.

SANTOS, L. C. *A América do Sul no discurso diplomático brasileiro*. Brasília: FUNAG, 2014

_____. *O dia em que adiaram o Carnaval: política externa e a construção do Brasil*. São Paulo: Unesp, 2010.

SARAIVA, J. F. S. O Brasil e a integração hemisférica: vertente histórica. *Em Aberto*, Vol. 15, No. 68, p. 36-44, 1995

SCHAEBLER, Birgit. Civilizing Others: Global Modernity and the Local Boundaries (French/German, Ottoman and Arab) of Savagery. In.: SCHAEBLER, Birgit; STENBERG, Leif (eds.) *Globalization and the Muslim World: culture, religion, and modernity*. Syracuse: Syracuse University, 2004, pp. 3-29

SEIB, Gerald. A glimmer of sanctions of Iran. *The Wall Street Journal*. Nova York, 14 maio 2010.

SEITENFUS, Ricardo. *De Suez ao Haiti: a participação brasileira nas Operações de Paz*. 2006. Disponível em <http://www.seitenfus.com.br/arquivos/Seitenfus_-De_Suez_ao_Haiti.pdf>. Data de acesso: 19 Jan. 2015

SIMON, R.; WILSON, P. “Ao insistir em enriquecer urânio, Teerã mina sua credibilidade”. *O Estado de S. Paulo*, 30 maio 2010g

_____. Após pacto com Irã, Brasil reivindica condição de porta-voz dos emergentes. *O Estado de S. Paulo*, 23 maio 2010f

_____. Brasileiro chega a Teerã sem novas propostas. *O Estado de S. Paulo*, 16 maio 2010c

_____. Lula chega ao Irã e encontra país dividido. *O Estado de S. Paulo*, 15 maio 2010a

_____. Ministro do Irã é acusado por ação terrorista. *O Estado de S. Paulo*, 16 maio 2010b

_____. Mundo recebe com ceticismo acordo mediado por Brasil e Turquia. *O Estado de S. Paulo*, 18 maio 2010e

_____. Turquia diz que Irã aceitou acordo sobre combustível nuclear. *O Estado de S. Paulo*, 17 maio 2010d

SIPRI. *Military Expenditure Database*. 2014. Disponível em: <http://www.sipri.org/research/armaments/milex_database>. Data de acesso: 01 Dez. 2014

SLACKMAN, M. Iranian Says Uranium Deal Off if Sanctions Are On. *New York Times*, 23 Mai. 2010. Disponível em: <www.nytimes.com>. Acessado em: 01 nov. 2014.

SOARES DE LIMA, M. R.; HIRST, R. Brazil as an intermediate state and regional power: action, choice and responsibilities. *International affairs*. Vol. 82, No. 1, pp.21-40, 2006

SOARES DE LIMA, Maria Regina; HIRST, Monica. Não indiferença e democracia: a missão de paz no Haiti. *Análise de Conjuntura OPSA*, No.8, ago 2009

SONTAG, D.; POLGREEN, L. Storm-Battered Haiti's Endless Crises Deepen. *New York Times*, 16 Out. 2004. Disponível em: <www.nytimes.com>. Acessado em: 01 nov. 2014

SOTERO, P. ‘Onde está o Brasil?’ *O Estado de S. Paulo*, 27 fev. 2004a.

_____. Bush aplaude posições do Brasil, mas só na teoria. *O Estado de S. Paulo*, 21 set. 2004d

_____. EUA e França enviam tropas para estabilizar país. *O Estado de S. Paulo*, 01 mar. 2004b

_____. General brasileiro irrita democratas. *O Estado de S. Paulo*, 18 out. 2004f

_____. Haiti, na rota Brasil-EUA. *O Estado de S. Paulo*, 19 out. 2004g

_____. Lula é aconselhado a ‘calibrar’ críticas aos EUA. *O Estado de S. Paulo*, 07 mar. 2004c

_____. Missão de paz no Haiti fica incerta. *O Estado de S. Paulo*, 24 de out. 2004h

_____. Powell inicia visita que reflete interesse pelo Brasil. *O Estado de S. Paulo*, 04 de out. 2004e

SOUZA, Amaury de. O Brasil na Região e no Mundo: Percepções da Comunidade Brasileira de Política Externa. *Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI)*, 2008

SOUZA, André Matheus; ZACCARON, Beatriz Ávila. A participação do Brasil em missões de manutenção de paz: o caso Haiti. In: BRIGAGÃO, Clóvis; PROENÇA JR, Domício (orgs.). *O Brasil e os novos conflitos internacionais*. Rio de Janeiro: Gramma, Fundação Konrad Adenauer, 2006. pp. 211-230

STATUTE of the IAEA. Disponível em: <http://www.iaea.org/About/statute_text.html>. Data de acesso: 27 Mar. 2011.

STEINBERGER, M. B. *Discursos Geopolíticos da Mídia: jornalismo e imaginário internacional na América Latina*. São Paulo: EDUC; Fapesp; Cortez, 2005.

STEINER, A. Q.; MEDEIROS, M. A.; LIMA, R. M. S. From Tegucigalpa to Teheran: Brazil's diplomacy as an emerging Western country. *Rev. bras. polít. int.*, Brasília, Vol. 57, No. 1, 2014.

STEPHENS, P. Rising powers do not want to play by the West's rules. *Financial Times*. 21 maio 2010. Disponível em: <www.ft.com>. Acessado em: 01 nov. 2014.

STUENKEL, Oliver. *Brazilian Foreing Policy: into the dark*. 12 Dez 2014. Disponível em: <<http://www.postwesternworld.com/2014/12/12/brazilian-foreign-policy-into/>>. Acessado em: 12 mar. 2015

TAYLOR, Charles. Modern social imaginaries. In: _____ *A secular age*. Cambridge: London: Belknap, 2007, pp.159-211

THE GUARDIAN. *Iran admits secret uranium enrichment plant*. Disponível em: <<http://www.guardian.co.uk/world/2009/sep/25/iran-admits-uranium-plant>>. Data de acesso: 27 Mar. 2011

THIOLLET, Hélène. Pratique et représentations de l'émergence. *Critique Internationale*. Vol. 56. Paris: SciencesPo Les Presses, 2012

THOMPSON, John B. *A mídia e a modernidade*: uma teoria social da mídia. Trad. Wagner de Oliveira Brandão. Petrópolis: Vozes, 1998

TREVISAN, C. China elogia pacto sem desconsiderar novas sanções. *O Estado de S. Paulo*. 19 maio 2010

TURNER, M. Lula speaks up for the world's poor. *Financial Times*, 22 set. 2004 Disponível em: <www.ft.com>. Acessado em: 01 nov. 2014.

VERENHITACH, G. D. *A Minustah e a política externa brasileira: motivações e consequências*. 2008. Dissertação (Mestrado em Direito da Integração) - Pós-graduação em Integração Latino-Americana Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul

VERENHITACH, Gabriela; DEITOS, Marc Antoni; SEITENFUS, Ricardo. O Brasil e a cooperação triangular Sul-Sul para o desenvolvimento: o caso do Haiti. I SIMPÓSIO EM

RELAÇÕES INTERNACIONAIS DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
RELAÇÕES INTERNACIONAIS SAN TIAGO DANTAS. Novembro 2007, São Paulo

VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação. *Contexto int.*, Rio de Janeiro, Vol. 29, No. 2, pp.273-335, Dez. 2007

_____. *A política externa brasileira: a busca da autonomia, de Sarney a Lula*. São Paulo: Editora Unesp, 2011

VILLAMÉA, J. et al. A jogada global de Lula. *IstoÉ*. 24 maio 2010. Disponível em: <www.istoe.com.br>. Acessado em: 01 nov. 2014.

VIOLA, Eduardo. Transformações na posição do Brasil no sistema internacional (1990-2005). *Plenarium*, Brasília: Ano II, No. 2, pp. 94-121, Nov. 2005

WALTZ, Kenneth. *Theory of International Politics*. US: Waveland Press Inc., 2005

WEINER, Tim. US Begins Transfer of a Shaky Haiti to U.N. Hands, *New York Times*, 2 Jun. 2004. Disponível em: <www.nytimes.com>. Acessado em: 01 nov. 2014.

WENDT, Alexander. Anarchy is what states make of it: the social construction of power politics. *International organization*. Vol. 46, No. 2, pp. 391-425, Spring, 1992

_____. The Agent-Structure Problem in International Relations Theory. *International Organization*, Vol. 41, No. 3, pp. 335-370, Summer, 1987

_____. The state as a person in international theory. *Review of International Studies*. Vol. 30, pp. 289–316, 2004

WU, H. D. Systematic determinants of international news coverage: a comparison of 38 countries. *Journal of communication*, pp. 110-130, Spring 2000

YILMAZ, Eylen; BILGIN, Pinar. Constructing Turkey's 'western' identity during the Cold War: Discourses of the intellectuals of statecraft. *International Journal*. Winter 2005-2006.